

Contatos culturais no Mediterrâneo antigo: a cerâmica de Canale-Ianchina (Calábria-Itália) no acervo do MAE-USP

Maria Beatriz Borba Florenzano*

FLORENZANO, M. B. B. Contatos culturais no Mediterrâneo antigo: a cerâmica de Canale-Ianchina (Calábria-Itália) no acervo do MAE-USP. R. Museu Arq. Etn. 42: 1-12., 2024.

Resumo: Entre as peças arqueológicas chegadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo na década de 1960 por meio de intercâmbio com o governo italiano, encontram-se cinco vasilhas de cerâmica provenientes de Canale, onde uma necrópole foi intensivamente escavada no início do século XX; necrópole relacionada ao núcleo residencial de Ianchina (Calábria – Itália). Nosso objetivo neste texto é dar vida a essas peças conservadas no MAE, inserindo-as no contexto histórico que as produziu.

Palavras-chave: Canale-Ianchina; cerâmica *proto-histórica*; Idade do Ferro na Itália; contato cultural; acervo museológico

Objetivos

No contexto do projeto de pesquisa “Processos de ocupação territorial e de definição de fronteiras: contato cultural no interior da Calábria grega (sécs. VII-IV a.C.)”, nos deparamos com inúmeros assentamentos de populações não gregas, datados, pelos vestígios arqueológicos, de período anterior à fundação das apoikias de Lócris e de Régio, foco de nosso estudo¹. Populações essas que entraram em contato com os gregos e que com estes eventualmente conviveram.

Entre esses assentamentos estão os sítios de Canale, Ianchina, Patariti, Casa Spina, Scoriabove, Patti de Portigliola, Gerace, Stefanelli di Gerace e Santo Stefano di Grotteria.

Todos esses sítios estão localizados na hinterlândia da apoikia que viria a ser Lócris – a Lócria – e cronologicamente estão distribuídos entre a I e a II Idade do Ferro da Calábria (sécs. IX-VII a.C.).

O material arqueológico, dependendo da datação, mostra articulação entre esses sítios, contatos com a Itália Central (culturas Vilanoviana e Etrusca; cf Hencken 1968, vol. II: 437) e contatos com a Sicília (cultura Finocchito; cf. De la Genière 1964: 15). Por fim, revelam também contato e interação com os gregos.

Entre as peças arqueológicas chegadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE) na década de 1960, por meio de intercâmbio com o governo italiano², encontram-se cinco vasilhas

* Professora titular sênior de Arqueologia Clássica. Co-coordenadora do Laboratório de Estudos da Cidade Antiga no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Labeca/MAE-USP). email: florenza@usp.br

1 Processos Fapesp 2018/09308-1 e CNPq 303005/2017.

2 Sobre este intercâmbio deve-se consultar Paula (1965: 13-18); Museu de Arte e Arqueologia (1964); Florenzano & Hirata 1998: 123-127; Meneses (2011 em especial: 414-417).

de cerâmica provenientes da necrópole de Canale, associada ao núcleo residencial de Ianchina. Nosso objetivo neste texto é dar

vida a essas peças conservadas no MAE, inserindo-as no contexto histórico que as produziu³.



Fig.1. A Calábria Meridional.

Fonte: Rodrigo Araújo de Lima (2021).

O Material

Designado pelo *Ministero della Pubblica Istruzione* da Itália, o arqueólogo Paolo Orsi procedeu, entre os anos de 1889 e 1924, a um reconhecimento arqueológico intensivo em todo o território da Calábria. Examinou coleções existentes no Museu de Reggio Calabria e em coleções particulares; recolheu quantidades de material de superfície; e

realizou sondagens e escavações (Cardosa & Ponticiello 2014: 777). Foi em 1908 que descobriu um grande cemitério indígena⁴ na depressão (*vallone*) de Canale, que começou a escavar sistematicamente em 1909 com temporadas de trabalho que se repetiram em

3 Além das listagens iniciais elaboradas pelos responsáveis italianos pelo intercâmbio (cf. referências bibliográficas abaixo), Fleming atualizou estas listagens inserindo uma introdução às peças de cerâmica da Península Itálica e da Sicília e uma bibliografia mais atualizada: *O acervo mediterrâneo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: cerâmica itálica, etrusca, campânica, púnica e romana* (2005).

4 Repito aqui a minha posição em relação à utilização do termo indígena para designar as populações não gregas encontradas por estes no Ocidente Mediterrânico. Indígenas é o termo empregado tradicionalmente pela bibliografia especializada para designar essas populações não gregas. Entendemos que não vale a pena trocar uma terminologia consagrada, pois emprega-se muita energia em debates infrutíferos sobre conceitos e termos, energia que poderia estar sendo empregada no aprofundamento do conhecimento. De toda forma, é relevante registrar que alguns autores, muito recentemente, vêm utilizando o termo *epikhorion* para designar essas populações de modo a evitar o emprego do termo indígena (do grego *ἐπιχώριος*-α-ον: aquele que é do país) (Florenzano 2023b: 34).

1910 e 1912, conforme ele mesmo relata em sua obra de referência essencial de 1926 (p. 218)⁵. Procurando o assentamento que teria produzido tal necrópole em Canale, Orsi realizou uma série de sondagens encontrando pouquíssimos vestígios de assentamento na parte superior do vale, o planalto de Ianchina.

As cinco vasilhas conservadas no acervo do MAE-USP chegaram ao Museu procedentes do Museu de Reggio Calabria, com apenas uma listagem com descrição sumária, mas que incluía para cada uma a procedência da necrópole de Canale-Ianchina e uma fotografia⁶.

A consulta à obra de Orsi de 1926 revelou que não há dúvida de que as peças conservadas no MAE são provenientes das escavações desse grande arqueólogo italiano em Canale. Tanto os desenhos, quanto as pranchas nessa obra mostram peças idênticas às do MAE-USP (vide figs. 2 e 3).



Fig. 2. Desenho de Paolo Orsi do enxoval cerâmico da sepultura 38 de Canale.

Fonte: Paolo Orsi (1926: 251, fig. 175).

⁵ Trata-se de obra de difícil acesso e que tive a oportunidade de consultar na Universidade de La Sapienza em Roma, em outubro de 2022 e novembro de 2023.

⁶ A documentação italiana encontra-se no Serviço de Documentação do MAE-USP. São basicamente dois documentos, a listagem das peças oferecidas pelo Museu de Reggio Calabria ao intercâmbio com a USP e o documento oficial do governo italiano sobre o intercâmbio, denominado *Materiali di Antichità Varia*.

Ambos os documentos estão com referências completas em nossas Referências Bibliográficas mais abaixo. Essa listagem foi reproduzida em português no *Catálogo n. 1* do então Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo de 1964 (nome do MAE-USP até 1972) e em trabalho realizado pela Profa. Maria Isabel D'A. Fleming em 2005 (vide nota 3).

É preciso dizer ainda que a bibliografia sobre o vasilhame cerâmico da Idade do Ferro na Península Itálica descreve as peças cerâmicas genericamente como sendo de *impasto*⁷. Em algumas das formas do vasilhame dessa época a influência vilanoviana, da Península Itálica Central, é reconhecida (Peroni 1994; De la Genière 1968; Hencken 1968). Veremos adiante como os achados arqueológicos e seus respectivos contextos, apesar de influências externas, mostram características específicas da cerâmica da Calábria Meridional voltada para o Mar Jônio, a Lócria.



Fig. 3. Peças do MAE-USP com procedência de Canale - Ianchina.

Fonte: MAE-USP (2023).

Descrição das peças

N.B. (a) Na listagem do Museu de Reggio Calabria consta um número de Inventário, mas em cada peça há um outro número marcado que acrescentamos entre parênteses; (b) o número de referência empregado neste artigo é aquele que consta no Inventário do acervo do MAE-USP, i.e. ano 1964, coleção 7; (c) registre-se que as peças 64/7.8 e 64/7.11 foram analisadas com relação à composição da pasta cerâmica em pesquisa de pós-doutoramento realizada no MAE por Alcídio Pinheiro Ribeiro, pesquisa que comprovou a

⁷ A cerâmica de *impasto*, segundo D. Lollini (1961), indica que as peças são modeladas à mão, sem o uso do torno. Acrescente-se que a argila desse tipo de artefato de cerâmica é temperada em geral com tritume de pedra e palha e, por vezes, as peças são engobadas.

produção totalmente local dessas vasilhas (vide bibliografia abaixo)⁸.

64/7.5 Ânfora com corpo globular, duas alças horizontais (uma delas restaurada), pescoço alto.

Procedência: Necrópole de Canale.

Catálogo 1 MAA, 141.

Inventário Museu de Reggio Calabria, n. 2147 (452).

1. *Materiali d'Antichità Varia*, 18, n. 154.



64/7.8 Taça com alça lateral, alta, em fita, vertical. Borda alargada.

Procedência: Necrópole de Canale.

Catálogo 1 MAA, 154.

Inventário Museu de Reggio Calabria, n. 2416 (450).

Materiali d'Antichità Varia, 18, n. 152.

Ribeiro: 164.



64/7.10 Tigela redonda com alça lateral vertical e com borda ondulada e voltada para o interior da peça.

Procedência: Necrópole de Canale.

Catálogo 1 MAA, 152.

Inventário Museu de Reggio Calabria, n. 2336 (451).

Materiali d'Antichità Varia, 18, n. 151.



64/7.11 Ânfora globular, bi-cônica, com duas alças laterais, horizontais, inclinadas. O gargalo é acinturado e depois se abre.

Procedência: Necrópole de Canale.

Catálogo 1 MAA, 140.

Inventário Museu de Reggio Calabria, 1985 (449).

Materiali d'Antichità Varia, 18, 153.

Ribeiro: 166.



⁸ Agradeço à Profa. Maria Isabel Fleming, supervisora deste trabalho de pós-doutoramento, a gentileza de me permitir o acesso, já que os resultados desta pesquisa não foram publicados.

64/7.13 Enócoa globular, trilobada, com pescoço afinado. A alça sai do gargalo e junta-se à parte de maior expansão da peça. Procedência: Necrópole de Canale. *Catálogo 1 MAA*, 139. Inventário Museu de Reggio Calabria, 1802 (453). *Materiali d'Antichità Varia*: 18, n. 155.



A Idade do Ferro na Calábria Meridional (especificamente na Lócria) sécs IX-VII a.C.

Se atentarmos para o mapa do Mar Mediterrâneo veremos como o sul da Península Itálica e a Sicília ocupam uma posição central, de encruzilhada entre Oriente e Ocidente dessa grande “lagoa”. Com efeito, a partir sobretudo do final da Idade do Bronze e graças ao avanço da tecnologia de navegação, navios percorriam rotas de um lado a outro do Mediterrâneo, usando, por força, toda esses territórios como ponto de passagem, o que vem registrado na documentação arqueológica⁹.

De acordo com Mollo, as escavações têm demonstrado, cada vez mais, que a partir da Idade do Bronze, a participação das populações assentadas na Calábria em rotas de trocas com o mundo Egeu, tanto de matérias primas, quanto de bens manufaturados em cerâmica, metais, peças sofisticadas de prestígio e produtos agrícolas, foi bastante significativa.

⁹ É indispensável aqui mencionar que, sobre a Idade do Ferro no sul da Itália, os dados disponíveis provêm quase totalmente de escavações arqueológicas. As fontes textuais são muito mais abundantes em relação à presença grega nessa área, enquanto tudo o que sabemos sobre os indígenas provêm do documento material recuperado pelas escavações.

A transferência de tecnologia artesanal e industrial permitiu a essas diferentes populações, por exemplo, a produção de cerâmica com traços semelhantes à cerâmica micênica, egeia (Mollo 2018: 67-70). Ainda de acordo com Mollo, esses contatos bastante intensos com o Mediterrâneo oriental criaram na Calábria, já na Idade do Bronze, um ambiente de “simbiose social, econômica e política” que favoreceu “uma maior articulação e estratificação da sociedade indígena” (Mollo 2018: 70). Também De la Genière destaca esses aspectos do contato entre Oriente e Ocidente do Mediterrâneo na Idade do Bronze: enquanto no Bronze inicial a arqueologia mostra pequenos assentamentos na Itália do Sul ocupados por grupos em estágio de pastoreio e desenvolvimento econômico menos complexo, no final do Bronze o quadro muda de figura, registrando-se maior densidade populacional dos assentamentos e maior complexidade e estabilidade de organização social (De la Genière 1984: 170).

Na primeira Idade do Ferro, no final do século IX a.C., a documentação arqueológica mostra a Calábria funcionando como uma área fronteira entre as sociedades que se desenvolveram na Península Itálica Central (como a dos etruscos e dos vilanovianos) e aquelas que estavam assentadas nos territórios da Sicília. Com efeito, a análise dos achados arqueológicos mostra uma mistura de traços nos sítios dessa região, mas com predominância de influências etruscas e vilanovianas nos sítios da Calábria mais setentrional, enquanto na Calábria meridional – área de interesse das peças analisadas neste artigo – a ligação com culturas da Sicília fica mais evidenciada. Os estudiosos acreditam que a Calábria meridional funcionou como uma área estratégica para os contatos entre a Península Itálica Central e a Sicília, sobretudo a partir do século VIII a.C., já entrada a época chamada de Idade do Ferro (De la Genière, 1968: 87).

A principal tendência identificada pela distribuição dos remanescentes arqueológicos, no que tange o contato cultural nessa região durante o século VIII a.C., é uma melhor definição da proximidade da Calábria meridional em relação à Sicília e

O assentamento de Ianchina segue um padrão de organização espacial característico em todo o sul da Península Itálica desde a Idade do Bronze: é um assentamento de pico, não muito distante da costa (De la Genière, 1984). Segundo De la Genière, estes são assentamentos de caráter defensivo, com acesso pela parte de trás e com necrópoles nas vias de acesso, nas encostas (1984: 170). Este padrão há de perdurar por toda a Idade do Ferro, como se vê no caso de Ianchina, e inclusive em muitos dos assentamentos medievais, passando por aqueles de época helenística e romana, por toda a Itália do Sul. Note-se que, diferentemente desse modelo, os gregos, chegando ao Ocidente, instalaram suas apoikias prioritariamente nas planícies litorâneas. Mesmo Lócris, com disponibilidade de um espaço reduzido, foi posicionada no litoral.

Interessa registrar que o avanço das escavações nas últimas décadas, em vários assentamentos de pico da Calábria em geral, tanto daqueles datados da Idade do Bronze, quanto daqueles da Idade do Ferro, indica uma alternância em relação à densidade demográfica e à complexidade da organização do espaço. Queremos dizer com isso que o material de áreas residenciais e de necrópoles escavadas mostra uma “mobilidade” na relevância de assentamentos: assentamentos populosos e vivazes por uma ou duas gerações são, em seguida, desocupados a par que aparecem outros, como se houvesse ocorrido uma transferência de população. Na Idade do Ferro Inicial, ainda no século IX a.C., Gerace, por exemplo, é um assentamento muito importante, articulador de outros assentamentos menores nas proximidades¹⁰, mas, já no século VIII a.C., a arqueologia mostra que esse sítio havia sido abandonado enquanto outros núcleos próximos adquiriam maior importância (Cardosa 2004: 10; Mollo 2018: 35). A mesma tendência se observa com relação ao assentamento de Ianchina, o dado arqueológico permite afirmar que o sítio adquire vivacidade em seguida ao abandono de Gerace, mas, juntamente com

o seu cemitério em Canale, foi abandonado no final do século VIII a.C. enquanto surgia um outro assentamento importante em Santo Stefano di Grotteria. Retomaremos essa temática mais adiante.

As pesquisas arqueológicas recentes na área do cemitério de Canale já escavado por Orsi e no planalto adjacente de Ianchina permitiram detalhar melhor a participação desses sítios nesse contexto histórico que, justamente, precede a fundação de Lócris no final do século VIII e início do VII a.C. (700-690 a.C.), e a intensificação do contato cultural entre indígenas e gregos.

Para melhor compreender todo esse contexto, recuperemos um pouco as vicissitudes da instalação da apoikia de Lócris Epizefirii no litoral da Calábria jônica.

Os lócrios, vindos de Lócris na Grécia Balcânica, instalaram-se inicialmente na costa jônica, numa localidade conhecida na antiguidade como Cabo Zefirio. Ali teriam feito um acordo com os sículos, população local, para poderem se instalar. As fontes escritas revelam que por ali ficaram alguns anos e em seguida dirigiram-se mais ao Norte, onde se registra a fundação definitiva da apoikia de Lócris Epizefirii em aproximadamente 700 a.C. (Florenzano 2022)¹¹. A fundação de Lócris insere-se no contexto da expansão dos eubeus-calcídicos no Ocidente do Mediterrâneo. Estes, no final do século VIII a.C., já tinham instalações importantes na Campânia e ocupavam o estreito entre a Península Itálica e a Sicília, tendo fundado Régio e Zancle que controlavam a passagem entre o Mar Jônio e o Mar Tirreno, garantindo os contatos com os etruscos e com outras populações na Península Itálica central. A Lócris Balcânica ocupava uma extensa área defronte à Ilha Eubéia, e os estudos mais recentes mostram como sua expansão no Ocidente realizava-se de forma articulada com as

¹⁰ Gerace está, nas montanhas, a 8/9 km da futura apoikia de Lócris, e hoje é uma cidade sobreposta pela antiga vila medieval.

¹¹ Sobre a análise das fontes escritas sobre a fundação de Lócris, recomenda-se a leitura de Musti (1977: 23-146). Registre-se ainda que a demarcação do território da nova apoikia nessa localidade litorânea implicou no desalojamento de pequenos assentamentos indígenas típicos da Idade do Ferro calabresa, como as escavações em Pirettina e Casino Macri atestam (Mollo 2018: 355, fig. 158).

rotas euboico-calcídicas (Dominguez-Monedero 2014: 204-205; Mercuri 2012).

Assim sendo, a instalação de Lócris pertence, com toda a probabilidade, a um movimento que contou com o apoio eubeu, em uma “coordenação funcional das fundações coloniais”, nas palavras de Guzzo (1986: 15-17). Isso significa que os gregos não se estabeleciam ao acaso, mas sim com base em um mínimo de coordenação espacial em função de afinidades culturais, políticas e socioeconômicas entre eles, e seguindo objetivos comuns (Mercuri 2012: 971).

A Idade do Ferro final é, pois, marcada pela chegada e pela instalação permanente dos gregos no litoral jônico meridional e pela fundação de Lócris. A chegada dos gregos fez, sem dúvida, com que grupos indígenas abandonassem as localidades mais próximas da costa e se refugassem no interior (De la Genière 1984: 177), fenômeno também registrado na Sicília Sul-oriental (Florenzano 2018) e em outras áreas afetadas pela expansão grega no Mediterrâneo ocidental. Na Península Itálica de forma geral, a instalação permanente das apoikias gregas, marcou uma ruptura no desenvolvimento da sociedade indígena (Greco 2019 ACT – lido no manuscrito; Cardoso 2016: 5). Em uma visão mais tradicional, helenocêntrica, a partir das muitas fundações gregas no Ocidente, as populações locais foram completamente dominadas e “aculturadas”. Entretanto, hoje, as novas abordagens permitidas pela documentação material trazem à luz as formas variadas em que essas sociedades indígenas continuaram a “prosperar em uma configuração político-territorial completamente nova, compatível com a presença dos gregos” (Cardoso 2016: 5). Consideramos que os séculos VIII e VII a.C. tenham sido os séculos cruciais do contato entre gregos e as populações indígenas na Itália do Sul. É nesses séculos que transformações profundas ocorrerão nessa área, configurando um novo formato de vida em que indígenas e gregos construirão um *modus vivendi* entre conflitos e negociações.

E justamente nessa área vemos as ações dos gregos eubeus: fundação de Régio no estreito, ocupação de Metauros do lado do Mar Tirreno (Florenzano 2023a), fundação de

Lócris do lado do Mar Jônio, todas fundações coordenadas com aquelas fundações eubeias na Campânia (Cuma, Pitecussa). Sem entrar no debate dos motivos da expansão grega no Ocidente mediterrânico (procura de terras agriculturáveis, solução de problemas internos das comunidades balcânicas etc.), é preciso salientar que o interior da Calábria meridional, do ponto de vista de fonte de matérias primas, sobretudo os metais, era uma área de grande interesse para os gregos; área de passagem entre um mar e outro, mas também área de acesso a matérias primas importantes. Assim, é possível afirmar seguindo tanto as fontes escritas, mas sobretudo as fontes materiais, que não apenas o litoral dessa “pontinha da bota” apresentava um interesse especial aos gregos.

Os sítios de Canale e de Ianchina, no interior da Calábria, estão inseridos na esfera de atuação dos gregos, mesmo antes da fundação de Lócris. No início do século VIII a.C., Ianchina é um assentamento típico da Idade do Ferro regional, com núcleos habitacionais separados e com compartilhamento de traços com outros sítios da região, inclusive de áreas mais ao norte, na Calábria, como Sala Consilina e Torre Galli (Orsi 1926; De la Genière 1964, 1968; Cardoso 2016: 5-7). A necrópole de Canale também compartilha traços com a Sicília do mesmo período, como os sepultamentos em *grotticella*, comuns em várias necrópoles do entorno e, de acordo com os especialistas, uma importação da Sicília (De la Genière 1964: 10-11; Cardoso 2016: 3).

De acordo com Cardoso, a área residencial do planalto de Ianchina data do início do século VIII a.C. e Canale é o principal cemitério desse assentamento, mas as sondagens arqueológicas desde a época das pesquisas de Orsi revelaram várias outras necrópoles em áreas adjacentes, como Mt. Scifa, Patarriti e Scorciabove, as quais, dependendo do período, estariam vinculadas à área residencial de Ianchina (Orsi 1926: 212; Cardoso 2004: 4, fig.2.)¹².

12 Deve-se registrar que os vestígios de necrópoles são sempre os mais encontrados pelos arqueólogos, sobretudo em épocas mais antigas. No caso da Idade do Ferro na

A necrópole de Canale é, no entanto, aquela cujo material é o mais próximo da área habitacional de Ianchina e a que foi mais bem escavada (ver fig. 4.). Tanto nesta necrópole, quanto na área habitacional de Ianchina, além de abundante cerâmica indígena de *impasto*, estão presentes as peças que de alguma maneira revelam a influência grega-euboica, seja pela decoração geométrica, seja pela cópia de formas. De acordo com Mercuri, essas peças presentes em grande quantidade como oferendas nas sepulturas de Canale podem também encontrar algumas semelhanças a peças encontradas em Pithecussa, Pontecagnano e alguns centros etruscos na Península Itálica Central, área fortemente influenciada pela presença grega, e também em áreas eubeias da Sicília, como Cocolonazzo di Mola e Villasmundo. A análise da cerâmica realizada por Mercuri aponta para uma produção local, homogênea, proveniente de uma única oficina e datadas da segunda metade do século VIII a.C. Os motivos decorativos euboicos são predominantes, mas a confecção é indígena (Mercuri 2012: 976).

Nesse contexto geral, como situar as pequenas peças cerâmicas presentes hoje no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP?

Inicialmente é importante observar que a peça 64/7.8, taça com alça lateral, alta, em fita, vertical encontra *comparanda* entre o repertório de cerâmica vilanoviana da Península Itálica Central. Na obra detalhadíssima de Hencken publicada em 1968, peças com formato muito próximo desta conservada no MAE-USP são classificadas no Período Vilanoviano II, que o autor coloca em meados do século VIII a.C., a partir de dados estratigráficos de escavações em Poggio Selciatello na Tarquinia (Hencken 1968, vol II: 437).

Calábria, as poucas áreas residenciais que foram encontradas estão marcadas apenas por estruturas muito perecíveis como buracos de postes que sustentavam telhados, vestígios de fogueiras. Ao que tudo indica, eram assentamentos organizados em pequenos núcleos separados de habitações. Tanto é assim que inicialmente Orsi encontrou o cemitério em Canale mas a área residencial correspondente a essa necrópole só foi encontrada na planície de Ianchina no final do século XX depois de muitas sondagens.

Por outro lado, a pequena enócoa/jarra trilobada (64/7.13) é um exemplar de nítida influência grega-euboica. Ainda que seja de *impasto*, ela tem uma forma nova para esse tipo de vasilhame. Podemos, sem dúvida, dizer que ela está perfeitamente inserida no conjunto de peças recuperadas em Canale que tem forte influência helênica. Como nos explica a grande especialista na distribuição de cerâmica euboica no Mediterrâneo, Laurence Mercuri: “o *corpus* cerâmico da necrópole de Canale possui inúmeros testemunhos de empréstimos tipológicos e estilísticos dos repertórios gregos” (Mercuri 2014: 473). Uma consulta mais aprofundada da obra de Orsi (1926), em que os relatórios de escavação são apresentados em detalhes, mostra que na necrópole de Canale esse tipo de vasilhame cerâmico, juntamente com vasilhame de tipo grego com decorações geométricas, eram ofertados em túmulos associados a material tipicamente indígena tanto em relação à técnica de fabricação, quanto em relação às formas.

A presença desse vasilhame muito influenciado pela cerâmica grega do período nos túmulos de Canale continua a provocar uma série de debates entre os especialistas: no sentido de como melhor definir esse assentamento em Ianchina que, no final do século VIII a.C., ao que parece devido à chegada dos lócrios, foi abandonado. O vasilhame de influência grega indica que o contato com os gregos/euboicos já existia previamente à fundação de Lócris. Uma das hipóteses bastante razoável é a de que essas peças tenham tido origem na primeira instalação dos gregos lócrios no Cabo Bruzzano (Cabo Epizefírio – ver acima). Pensa-se, inclusive, na possibilidade de ter havido nesse local um empório grego, uma instalação de porto de paragem de gregos a caminho do Ocidente mediterrânico e onde poderia ter havido oficinas locais que tanto recebiam peças originais, quanto copiavam formas e decorações da cerâmica euboica. Essa é uma hipótese plausível diante da documentação (inclusive escrita) que nos resta, entretanto, por hora, impossível de ser confirmada em vista da falta de dados materiais mais concretos (Mercuri 2012: 976-977; Cardoso 2016: 5; Sabbione 1982: 279-280).

Dissemos que Ianchina foi abandonada em fins do século VIII a.C., pois não se registram deposições em Canale depois dessa data.

Por outro lado, a partir do início do século VII a.C. são registradas as deposições em duas necrópoles mais distantes do litoral, onde os lócrios acabavam de se assentar, nas localidades de Stefanelli di Gerace e de St. Stefano di Grotteria. Aqui, as escavações revelaram túmulos com material indígena idêntico àquele encontrado em Canale (cerâmica de *impasto*) e onde o enxoval mortuário incorporava igualmente muito material grego datado do século VII a.C. (De la Genière 1964: 22; Osanna 1992: 227; Sabbione 1982: 295-296). Os achados nessas duas necrópoles levaram os especialistas a inferir que muitos dos que abandonaram Canale-Ianchina devido à proximidade com a nova apoikia de Lócris, transferiram-se para uma área mais distante e interiorana em relação à nova apoikia: Santo Stefano di Grotteria está a 20 km mais ao Norte de Canale e Stefanelli di Gerace nas imediações de Gerace, que dista 8/9 km de Lócris (De la Genière 1964: 22; Mollo 2018: 353).

Por outro lado, o fato de o material grego ser mais abundante em muitas dessas sepulturas é um dado importante de ser reforçado em termos da intensificação do contato entre gregos e indígenas a partir da instalação permanente de Lócris.

*
**

Diante do contexto histórico que precede a chegada e instalação permanente de gregos no litoral sul da Calábria jônica, o que podemos dizer a respeito das cinco peças de cerâmica de *impasto* conservadas no acervo do MAE-USP? Temos certeza de que essas cinco peças, tão rústicas, tão pequeninas e aparentemente tão insignificantes, são testemunhos valiosos de um processo de grandes transformações sociais e culturais provocadas pelo contato direto entre sociedades diferentes. Inseridas nesse contexto, revelam um contato cultural e uma proximidade entre populações que se assentaram nessa região e que, sem dúvida, compartilharam momentos de vida e incorporaram traços culturais entre si. Na perfeita formulação do grande arqueólogo italiano Gioacchino Francesco La Torre: “Contacto que não se molda a um único modelo, mas que se articula em situações múltiplas, diferentes de um caso a outro e mutáveis no curso do tempo: enótrios, ausônios, sículos [...] interagiram com os gregos e com os púnicos [...]; em alguns casos sucumbindo à organização superior militar e político-social dos invasores em outros afirmando a sua identidade político-cultural, absorvendo alguns modelos comportamentais e culturais, mas também contaminando as comunidades alógenas, tanto que por vezes torna-se difícil distinguir indígenas de gregos.” (tradução livre de G. F. La Torre em *Prefazione*, Mollo 2018: 9).

FLORENZANO, M. B. B. Cultural contacts in the Ancient Mediterranean: The Pottery of Canale-Ianchina (Calabria-Italy) in the Collection of the Museum of Archaeology and Ethnology at the University of São Paulo – Brazil. R. Museu Arq. Etn. 42: 1-12, 2024.

Abstract: The archaeological pieces that arrived at the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, Brazil, in the 1960s by a scientific exchange with the Italian government include five pottery vessels from Canale, where Paolo Orsi excavated a necropolis in the beginning of the 20th century that is associated with the residential settlement of Ianchina (Calabria-Italy). This study aims to bring these artifacts – preserved at the Museum – into life, placing them in the historical context that produced them.

Keywords: Canale-Ianchina; *proto-historic* pottery; iron age in Italy; cultural contact, museum collection.

Referências Bibliográficas

- Cardosa, M. 2004. Contesti abitativi della prima età del ferro nella Calabria meridionale jonica: Janchina, Gerace, Monte Scifa. *Studi di Preistoria e Protostoria*: 1-12. Disponível em: https://www.academia.edu/578308/Contesti_abitativi_della_prima_et%C3%A0_del_ferro_nella_Calabria_meridionale_jonica_Janchina_Gerace_MonteScifa. Acesso em: 20/09/2023.
- Cardosa, M. 2016. Calabria meridionale: Assetti territoriali e dinamiche insediamentali del mondo indigeno tra IX e VI secolo a.C. *Forum Romanum Belgicum* Article 13.2: 1-8. Disponível em: <https://www.academia.edu/30006866/M_CARDOSA_Calabria_meridionale_Assetti_territoriali_e_dinamiche_insediamentali_del_mundo_indigeno_tra_IX_e_VI_seculo_a_C_in_Contextualising_Early_Colonization_Forum_Romanum_Belgium_13_2016_publicazione_on_line_art_13_2>. Acesso em: 20/09/2023.
- Cardosa, M.; Ponticiello, S. 2014. Paolo Orsi e la protostoria della Calabria. In: *Anais XLVI Riunione Scientifica – 150 anni di Preistoria e Protostoria in Italia*, 2014, Florença, 775-781.
- De la Genière, J. 1964. Note sur la chronologie des nécropoles de Torre Galli et Canale-Janchina. *MEFR*, 76: 7-23.
- De la Genière, J. 1968. *Recherches sur l'Age du Fer em Italie Méridionale: Sala Consilina*. Institut Français, Naples.
- De la Genière, J. 1984. Contribution to a typology of ancient settlements in Southern Italy (IXth to IVth century B.C.) In: T. Hackens; N. D. Holloway; R. R. Holloway (Eds.). *Crossroads of the Mediterranean: Papers delivered at the International Conference held at Brown University*. Brown University, Providence, 163-189.
- Dominguez-Monedero, A. J. 2014. Eubeus y locrios entre el Jónico y el Adriático. In: L. Beglia; A. Moleti. *Hesperia: Tradizioni, rotte, paesaggi*. Pandemos, Paestum, 189-210.
- Fleming, M. I. D. A. 2005. *O acervo mediterrânico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: cerâmica itálica, etrusca, campânica, púnica e romana*. MAE/USP, São Paulo, Documento acessível na Seção técnica de documentação e informação do MAE/USP.
- Florenzano, M. B. B. 2018. A organização da *khóra* na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia (733-598 a.C.). *Cadernos do Lepaarq* 15: 246-282. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i29.11507>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/11507>. Acesso em: X20/09/2023.
- Florenzano, M. B. B. 2022. A Calábria grega: expansão territorial da pólis de Lócris. Apontamentos preliminares. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 38: 12-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2022.186665>
- Florenzano, M. B. B. 2023a. A Calábria meridional e a expansão grega no Mar Tirreno Metauros entre a pré-colonização e a *emporía* (sec. VIII-VI a.C.). In: V. C. Porto; M. S. Vasques; M. Teixeira-Bastos (orgs.). *Arqueologia clássica no Brasil: Reflexões sobre o Mediterrâneo Antigo. Estudos em Homenagem a Maria Isabel D'Agostino Fleming*. MAE-LARP/USP, São Paulo: 105-127.
- Florenzano, M. B. B. 2023b. *Ocupação territorial e definição de fronteiras no Mediterrâneo Antigo*. Intermeios, São Paulo, n. 15.
- Florenzano, M. B. B.; Hirata, E. F. V. Classical Archaeology in Brazil: developments and perspectives. In: *Proceedings of the XV International Congress of Classical Archaeology*. 1998, Amsterdam, 123-127.
- Guzzo, P. G. 1986. Fenomenologia della colonizzazione. In: C. Ampolo, A. Bottini, P. G. Guzzo (eds.). *Popoli e civiltà dell'Italia antica*. Spazio Tre, Roma, vol. IX, 13-25.

- Hencken, H. 1968. *Tarquinia, Villanovans and Early Etruscans*. Peabody Museum, 2 vols. American School of Prehistoric Research, Harvard University Press, Cambridge, vol. II.
- Lollini, D. 1961. Impasto: Enciclopedia dell'Arte antica. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/impasto_%28Enciclopedia-dell%27-Arte-Antica%29/>. Acesso em: 22/01/2024.
- Meneses, U. T. B. de. 2011. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses [Entrevista concedida a Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda]. *Estudos Históricos* 24: 405-431.
- Mercuri, L. 2004. *Eubéens en Calabre à l'époque archaïque. Formes de contact et d'implantation*. École Française de Rome, Roma.
- Mercuri, L. 2012. Calabria e l'area euboica. In: *Atti del 50° Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia, Alle origine della Magna Grecia*. Istituto 2012, per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, Taranto, 971-984.
- Mercuri, L. 2014. Phenomènes d'interaction et d'hybridation de Locres à Palinure. In: *Atti del 54° Convegno di studi sulla Magna Grecia, 2014*, . Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, Taranto, 468-481.
- Mollo, F. 2018. *Guida archeologica della Calabria antica*. Rubbettino, Soveria Mannelli.
- Museu de Arte e Arqueologia. 1964. *Catálogo n. 1*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Musti, D. 1977. Problemi della storia di Locri Epizefirii. In: *Atti del 16° Convegno di studi sulla Magna Grecia, 1977, Locri Epizefirii*. Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, Taranto, 23-146.
- Orsi, P. 1926. *Le necropoli preelleniche calabresi di Torre Galli e di Canale, Ianchina, Patariti: Con disegni di R. Carta*. Ulrico Hoepli, Roma, Estratto dai Monumenti Antichi pubblicati della R. Accademia Nazionale dei Lincei. Roma, Dott. Giovanni Bardi. Tipografo della R. Accademia Nazionale dei Lincei. Vvol. XXXI.
- Osanna, M. 1992. *Chorai coloniali da Taranto a Locri: documentazione archeologica e ricostruzione storica*. Istituto poligrafico e zecca dello stato, Roma.
- Paula, E. S. de. 1965. A instalação do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo. *Dédalo: Revista de Arte e Arqueologia* 1: 13-18.
- Peroni, R. 1994. *Introduzione alla protostoria italiana*. Editori LaTerza, Roma-Bari.
- Ribeiro, A. P. 2016. *Estudos arqueométricos de artefatos cerâmicos do Mediterrâneo*. (Relatório inédito de pós-doutoramento sob a supervisão de Maria Isabel D'Agostino Fleming). MAE-USP, São Paulo.
- Sabbione, C. 1982. Le aree di colonizzazione di Crotone e Locri Epizefiri nell'VIII e VII sec. a.C. *Annuario della Scuola Archeologica di Atene e delle Missioni Italiane in Oriente* 60: 277-287.

Musculatura, poder e sentidos corporais nos relevos palacianos de Assurnasirpal II (séc. IX AEC)

Leandro Penna Ranieri*

RANIERI, L.P. Musculatura, poder e sentidos corporais nos relevos palacianos de Assurnasirpal II (séc. IX AEC). R. Museu Arq. Etn. 42: 13-30, 2024.

Resumo: Neste texto, objetiva-se examinar a representação das figuras musculosas nos relevos parietais do palácio assírio do período de reinado de Assurnasirpal II (883-859 AEC) à luz das pesquisas recentes sobre o tema. Argumentamos que os traços musculares tendem a realçar, como representação, o aspecto masculino e guerreiro das figuras, assim como extrapola esse nível da visualidade para afetar, sensorialmente, os observadores. Dessa forma, os músculos funcionam como representação desse aspecto, mas o atributo formal da mensagem visual afeta algo ou alguém para além da visualidade, inclusive corporalmente – ou, utilizando uma perspectiva da neurociência, é uma ressonância corporal de uma simulação incorporada.

Palavras-chave: Assíria; Primeiro milênio AEC; Relevos palacianos; Corpo.

Introdução

As figuras musculosas nos relevos palacianos assírios do período de reinado de Assurnasirpal II (883-859 AEC) são intrigantes pela sua excepcionalidade. Essa representação foi a primeira do tipo nos relevos palacianos, em relevos posteriores detalhes corporais continuaram presentes, sobretudo traços osteomusculares nos membros inferiores e superiores (Czichon 1992; Ranieri 2018a), mas já não há realce dos traços musculares (hipertrofia) nos relevos palacianos.

Neste texto, objetiva-se examinar essa representação dos músculos nos relevos palacianos assírios à luz das pesquisas

recentes sobre o tema. Argumentamos que os aspectos musculares tendem a realçar, como representação, o aspecto masculino e guerreiro das figuras, assim como extrapola esse nível da visualidade para afetar, sensorialmente, os observadores. A representação de musculatura realçada se relaciona também à noção de imagem mesopotâmica (*šalmu*). A nosso ver, a noção de imagem mesopotâmica visa ter impacto sensorial. Defendemos que essa conexão retroalimenta a própria noção de *šalmu* como objeto animado no contexto mesopotâmico, algo que já foi destacado por algumas pesquisas prévias (Bahrani 2008, 2014; Nadali 2012; Gillmann 2014). Então, a implicação sensorial desse tipo de imagem é dupla: o aspecto muscular funciona como representação, mas o atributo formal da mensagem visual afeta algo ou alguém para além da visualidade, inclusive corporalmente – ou, utilizando uma perspectiva da neurociência que aqui elencamos, é uma *ressonância corporal* de uma *simulação incorporada*.

* Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP, Brasil). Este artigo foi escrito durante seu pós-doutorado na mesma instituição (2018-2022), com período de pesquisa na University of Cambridge (Reino Unido), e contou com dois financiamentos de pesquisa da FAPESP (processos n°: 18/13540-7 e 19/16055-5). E-mail: ranierileandro@usp.br

Imagem não precisa ser *šalmu* para afetar algo ou alguém. *šalmu* é uma crença na animação da imagem, como uma presença daquilo que nós denominamos de “o representado” ou “aquilo que é representado”. No entanto, os aspectos evocativos (icônicos, simbólicos, emocionais e incorporados via simulação) não dependem dessa noção e o corpo, a exemplo dos aspectos musculares, é um elemento evocativo privilegiado.

Repertório corporal

Traços osteomusculares costumam aparecer nos relevos palacianos, sobretudo nos membros superiores (nas partes anterior e posterior do antebraço) e inferiores (joelhos e na parte posterior, medial e lateral das pernas; em poucos casos, na parte inferior das coxas). Contudo, nos relevos da sala do trono (denominada sala B) do palácio noroeste de Kalhu/Nimrud, do período de reinado de Assurnasirpal II, há alguns aspectos musculares mais realçados em figuras humanas em cenas

de batalha. Além dos traços já mencionados, encontramos um realce (com uma linha curvada, parcialmente representada, já que sua continuidade é encoberta pela manga da vestimenta das figuras) no braço, destacando visualmente o bíceps¹. Tal realce não ocorre uniformemente, mas aparece em combatentes, sejam assírios, sejam inimigos, incluindo a figura do rei, quando representada². Em alguns registros das placas esculpidas, há um conjunto de figuras humanas nuas, aparecendo, então, mais realces osteomusculares: no tórax, nos glúteos e coxas, além dos traços corriqueiros nos membros superiores e inferiores (Fig. 2-4). Essas imagens estão na parede sul da sala (Fig. 1): as placas B-9, B-10 e B-11 estão de frente para parede entre entradas ‘e’ e ‘d’, sendo B-11 mais próxima da entrada ‘e’. Todos os sujeitos representados estão fazendo atividades físicas vigorosas, como nadar e remar. Um deles aparece se preparando para o nado (Fig. 2), com uma espécie de prancha ou objeto flutuante (provavelmente de origem animal)³.

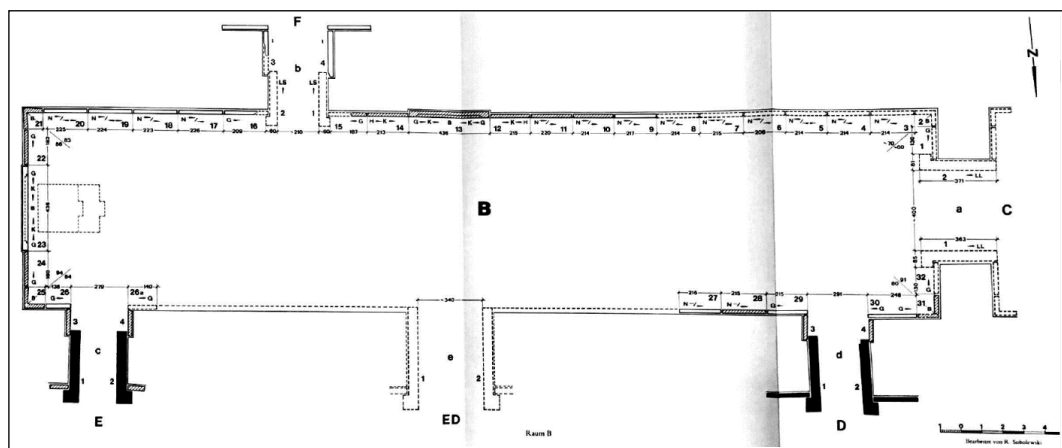


Fig. 1. Plano da sala B (sala do trono) do palácio noroeste de Kalhu.

Fonte: Meuszyński (1981: plano 3).

1 Há nadadores com roupa em BM 124538 (banda superior da placa B-17, na parede sul, mais próximo de diante da entrada ‘c’ e da posição do trono, cf. Fig. 1). Nadadores vestidos aparecem em relevos do pátio 19 do palácio sudoeste de Ninive (desenhos nas pranchas 187 e 191-192 em Barnett, Bleibtreu e Turner (1998), do conjunto de desenhos *Original Drawings* (Or. Dr.) IV 74), e sala 22 pranchas 223-225 (Or. Dr. IV 77), pelos desenhos possivelmente nus, mas sem realce corporal.

2 BM 124556.

3 Seria interessante comparar, num estudo à parte, os realces osteomusculares nos animais representados, sobretudo leões e cavalos.

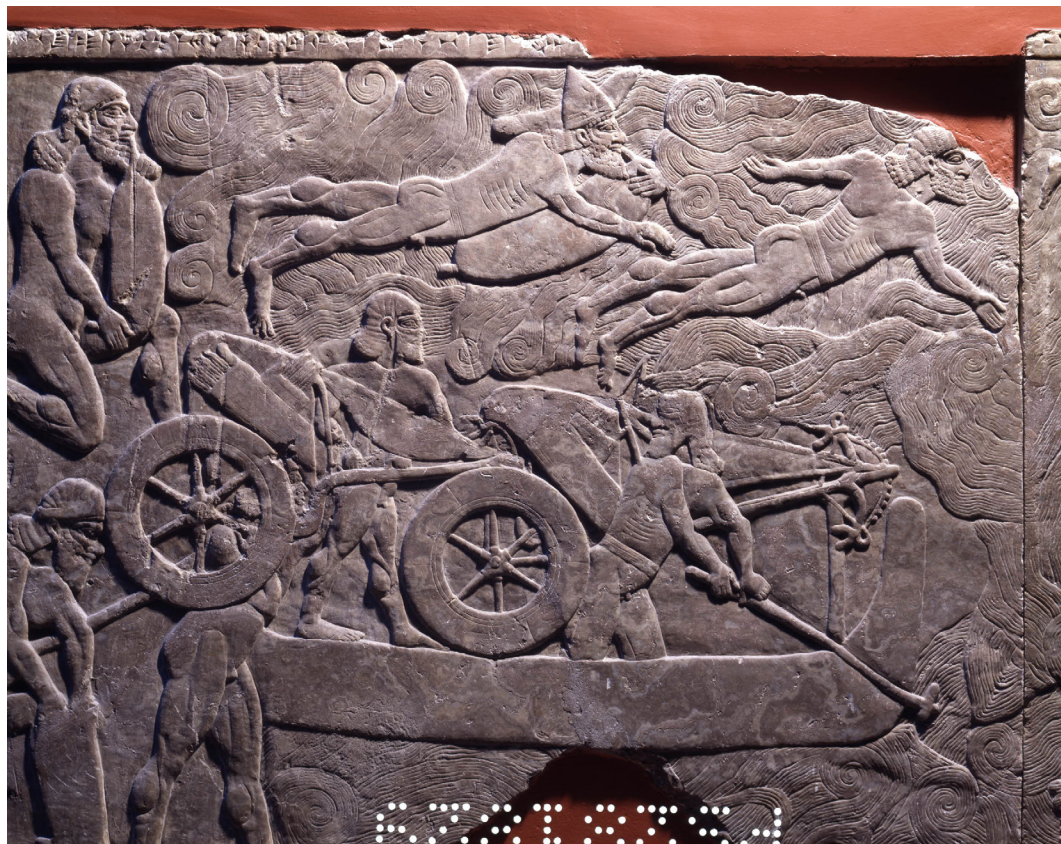


Fig. 2. Placa B-11 da sala do trono do palácio noroeste de Kalhu

Fonte: © The Trustees of the British Museum (BM 124541). Registro inferior.



Fig. 3. Placa B-11 da sala do trono do palácio noroeste de Kalhu

Fonte: © The Trustees of the British Museum (BM 124543). Registro inferior.



Fig. 4. Placa B-9 da sala do trono do palácio noroeste de Kalhu

Fonte: © The Trustees of the British Museum (BM 124545). Registro inferior.

Há outras ocorrências de corpos total ou parcialmente descobertos dentro do conjunto conhecido de relevos palacianos⁴. No Palácio Central de Kalhu (do período de reinado de Tiglate-Pileser III, 744-727 AEC), há prisioneiros com tronco e membros superiores descobertos⁵; sujeitos usando roupas mais curtas⁶; roupas mais curtas e arqueiros sem camisa⁷. Nos relevos de Esarhaddon (680-

669 AEC) do Palácio Sudoeste, há figuras de entidades híbridas sem camisa⁸. Nos relevos de Assurnasirpal II, retirados de seu palácio noroeste e colocados no palácio sudoeste de Kalhu, há alguns sujeitos provavelmente com roupas mais curtas⁹.

Por outro lado, há figuras nuas que estão sofrendo as ações da atuação assíria: corpos nus e decapitados¹⁰; nus e decapitados e nus e

4 Aqui, elencamos exemplos de relevos remanescentes, ou seja, relevos que ainda existem nos acervos de museus, e não são conhecidos somente pelos desenhos dos artistas das primeiras escavações arqueológicas nos sítios iraquianos. Em parte dos exemplos, há também a menção aos desenhos feitos por A. H. Layard (1817-1894), primeiro escavador das ruínas de Kalhu e Nínive em meados do séc. XIX de nossa Era. O conjunto desses desenhos, armazenados no British Museum de Londres, são denominados *Original Drawings* (Or. Dr.), coleção que não se restringe somente a desenhos de Layard.

5 Or. Dr. III. Central XIII; BM 118880; pranchas XXIII-XIV em Barnett e Falkner (1962).

6 Or. Dr. III. Central I; Zürich 1916; pranchas XXXV-XXXVI; e Or. Dr. III. Central XXI; prancha XLI em Barnett e Falkner (1962).

7 Or. Dr. III. Central XXVIII; Zürich 1920; pranchas L-LI em Barnett e Falkner (1962). Guerreiros não-assírios (árabes) aparecem sem camisa em sala L do palácio norte de Nínive (Assurbanipal II), placa 1, prancha XXXII em Barnett (1976), desenho de W. Boutcher Or. Dr. VII 28.

8 Or. Dr. III S.W. III; pranchas CXII-CXIII em Barnett e Falkner (1962). Veja também no palácio sudoeste de Nínive, da sala 21. Veja também realce muscular no tronco sala 31 do palácio sudoeste de Nínive, prancha 267 de Barnett, Bleibtreu e Turner (1998); sala B do palácio norte de Nínive (Assurbanipal II), prancha IV em Barnett (1976), BM 118917-18; sala K, desenhos de W. Boutcher Or. Dr. 25-26, prancha XXXI em Barnett (1976).; sala M, Lyon, Mus. de l'oeuvre pontificale (Barnett 1976, prancha XXXVII); sala S, prancha XLV em Barnett (1976), desenho de W. Boutcher Or. Dr. V 47, BM 118911; sala T, prancha LV em Barnett (1976), W. Boutcher Or. Dr. V 48, BM 118912.

9 Or. Dr. III. S.W. V; prancha CXIV em Barnett e Falkner (1962).

10 Or. Dr. III. Central XIX; BM 118902; pranchas XXXIII-XXXIV; e Or. Dr. III. Central XXIII; Bombay V.A.M. 4; pranchas XLIII-XLIV em Barnett e Falkner (1962). Corpos aparentemente nus sendo lançados ou esfolados aparecem na emblemática sala 36 do palácio sudoeste de Nínive, retratando a destruição de Lachish, no período de reinado de Senaqueribe (704-681 AEC) (BM 124808-09). Também possivelmente nus jogados na água (um desses decapitado) na sala I do palácio norte de Nínive

empalados¹¹; aparentemente seminus, caindo das muralhas durante a cena de batalha no palácio noroeste¹².

Conforme Bahrani (2001: 55), a nudez masculina, diferentemente da feminina, aparece nas seguintes situações: quando a ausência de roupas é necessária em termos práticos, como, por exemplo, o caso de nossos relevos em lente; em cenas de rituais religiosos (uma situação de conotação positiva); e em situações de batalha e aprisionamento (uma situação negativa)¹³. É válido lembrar com a autora que a concepção mesopotâmica de corpo coberto é a de corpo civilizado (Bahrani 2001: 42). Em todos os casos, as figuras masculinas estão sempre em ação. Assim, a nudez masculina “é usada para propósitos iconográficos particulares em cenas narrativas, tanto, às vezes, com conotações negativas tais como morte e derrota, como conotações positivas como força viril heroica” (Bahrani 2001: 68), sempre em cenas de ação, destacando a agência masculina. A musculatura, então, enfatiza virilidade e potência (Bahrani 2001)¹⁴.

(desenho de W. Boutcher Or. Dr. VII 11, prancha XXV; também Boutcher Or. Dr. V 1, prancha XXVI). Também possivelmente nus jogados na água em fragmento do palácio norte de Nínive (Assurbanipal II), prancha LXXII em Barnett (1976), Beyrouth NM 628, VAT 14999. Nadador e corpos decapitados na água aparecem em sala 70 do palácio sudoeste de Nínive, prancha 462-463 em Barnett, Bleibtreu e Turner (1998: 131, n. 643) (Or. Dr. IV 42).

11 Or. Dr. III. Central XXVII, BM 115634, 118903; pranchas XXXVII-XL em Barnett e Falkner (1962).

12 BM 124554.

13 Cf. Bahrani (2001: 58), “[o]n cylinder seals of the Early Dynastic-Akkadian period (c. 2900-2350 BC) male deities are represented nude in scenes of battles among the gods, and in scenes in which they subdue powerful and mythological beasts. Such nudity is perhaps meant to display their masculine strength and virility”, o que se relaciona com o aspecto representativo tratado aqui.

14 Fazemos aqui uma correlação que tem permeado nossos trabalhos, mas que não pôde, até o momento, ocupar uma discussão apropriada: a noção de virilidade que aparece nos textos mesopotâmicos. Em nossa leitura de Cassin (1969), para o manuscrito “Fazer resplandecer sua grande divindade”: notas preliminares sobre as nuances

No caso dos relevos, temos, sobretudo, os corpos nus que aparecem em situação de inferiorização ou derrota, mas temos os relevos em tela que enfatizam os sujeitos numa atividade específica: adentrando nas águas e nadando. O que chama a atenção é que os corpos nus desses relevos de Assurnasirpal II destacam a musculatura, na forma arredondada dos grandes grupos musculares dos membros e do tronco.

Esse realce muscular não é desconhecido de imagens mesopotâmicas. Há os casos de estátuas de soberanos¹⁵, que também contêm inscrições em partes específicas. Winter (1989: 578-579) destaca, dentre as propriedades da estátua de Gudea (soberano da cidade de Lagash, sul da Mesopotâmia, no fim do III milênio AEC), o aspecto de todo seu membro superior direito exposto e afirma que isso carrega um significado. A autora relaciona a imagem do braço com o epíteto de Gudea como “braço forte”, um atributo divinamente dado ao soberano¹⁶. Entretanto, em outro texto, comparando com a representação da musculatura nas imagens do palácio de Assurnasirpal II, Winter argumenta:

Entretanto, como Gudea, o modo que o corpo é representado está sujeito a um alto grau de idealização, de acordo com normas de valores, ao invés de uma verificabilidade visual. Gudea, então, com seu olhar direto, seu braço poderoso e sua postura ereta e estável nos diz que ele está codificado com os atributos da liderança (Winter 1997: 370).

de um verbo acadiano” (Ranieri 2022), destacou-se originalmente o valor da virilidade, também associada à exuberância de recursos naturais, como as águas. O vocábulo de interesse é *kuzbu*. Winter (1996: 13-15) também recupera a menção, comentando sobre *kuzbu* como um valor/atributo que pode ser encontrado na imagem do soberano (no caso analisado pela autora, a imagem de Naram-Sin em sua estela). Veja também Bahrani (2001: 47, 55, 57, 63, 67).

15 Lembrado também por Bahrani (2001: 68).

16 Também em Winter (1997: 369) e Pongratz-Leisten e Sonik (2015: 27).

Dos músculos como representação à afetação corporal pela musculatura representada

Considerando o argumento de Winter (1989, 1997), os aspectos musculares nos relevos são mais um elemento daquilo que forma uma expressão do *querer que seja visto de determinado modo*, o que é uma característica da retórica ideológica assíria, tanto das descrições presentes nas inscrições reais, como das imagens oficiais da realeza. Os elementos corporais servem como forma de expressar a força do corpo. É preciso não perder de vista que tal realce corporal nos relevos funciona em paralelo com as descrições dos reis e deuses nas inscrições reais. O músculo realçado é uma *qualidade visual* e seu paralelo textual são os adjetivos utilizados.

É preciso lembrar do aspecto realista das narrativas dos relevos: “[...] figuras narrativas são uma condição necessária para a identidade pessoal e para ideia de sobrevivência, via um processo de acesso e correlação empático” (Nadali 2019a: 73), que apontam para a identificação no presente com um passado vitorioso. Nadali (2019a: 74) acredita que os relevos refletem a sociedade, a forma como lidam com a memória e com a consciência. Relevos trabalham fazendo uma referência ao passado¹⁷.

Para entendermos como essas imagens em termos de representação (da força física, do poder etc.), bem como de que modo elas podem impactar emocional e sensorialmente, é preciso ter em vista a concepção de imagem mesopotâmica.

Sobre a imagem mesopotâmica

Tratamos brevemente os relevos palacianos como imagens a partir de uma noção de imagem na língua acadiana. Seria interessante pensar os relevos e suas imagens dentro de um quadro conceitual que apresenta uma noção de imagem, mesmo que esse quadro não contenha uma autorreflexão direta sobre o significado das palavras, no sentido de uma filosofia da imagem, ou da percepção. A palavra

šalmu, que é utilizada para se referir a imagem e aparência, aparece para expressar diferentes objetos, conforme os dicionários de língua acadiana trazem: estátua, relevo, desenho; também aparece para se referir à forma corporal, estatura, semelhança-aparência (The Assyrian dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago [CAD] 𐎶: 78-85). Seu significado não implica a semelhança física entre uma entidade real e sua “representação” imagética, como um retrato, mas seu sentido comporta a concepção de uma imagem como cópia de um ser, numa relação de identidade entre representante e representado (Gillmann 2014: 397; 399). Grosso modo, *šalmu* significa a comunhão entre a imagem (abstrata) e sua materialização (Nadali 2012: 584). Apesar de se referir tanto à semelhança como à aparência, *šalmu* não implica semelhança física, como no caso de um retrato. Imagem, nesse caso, seria como o próprio ser ou como cópia do ser¹⁸.

Uma ocorrência apontada por Gillmann (2014: 396), anteriormente presente nas pesquisas de Winter, é a expressão *šalam šarrutiya*, em referência a uma imagem ou representação do rei, sem implicar um suporte material. Na visão do autor, considerando essa noção de *šalmu*, é possível refletir sobre o quanto uma imagem real pode conter traços fisionômicos de uma realeza histórica (dos reis assírios). Nesse sentido, o autor defende que nesse caso há uma “ausência de individualização”, no sentido de uma imagem própria de um rei. Então, *šalam šarrutiya* é entendida como “a imagem de minha realeza” (Gillmann 2014: 398), ou seja, por mais que seja relativa a um rei, a expressão refere-se à imagem de sua função como soberano. A noção de imagem a partir de *šalmu* não é a de um rei, de uma individualidade, mas uma imagem da realeza.

Outra expressão seria *šalam bunnannīya* ou *tamšil bunnannīya*, com um sentido de “imagem de meus traços/de minha aparência” (Gillmann

18 Postgate (1994) afirma que o termo *šalmu* somente se aplica a imagens antropomórficas. Além disso, trata a noção, traduzida por ele como *efígie*, como uma projeção. “The effigy is not, in itself, that individual, but a projection of it – to use a modern analogy, it is a ‘terminal’, connected to the individual entity itself in such a way that influences on one are transmitted to the other” (Postgate 1994: 178).

17 Também em Nadali (2016, 2020a).

2014: 400). Novamente, tal expressão suscita o questionamento sobre se essas imagens remetem a traços idiossincráticos, ou se são “produtos de uma convenção ou de uma fórmula” (Gillmann 2014: 399) que pode variar com o tempo. Ancoradas na acepção da palavra *šalmu*, ambas as figuras são relativas a “atributos fisionômicos do poder” e a “sinais visíveis da realeza” (Gillmann 2014: 401), sendo, então, uma concepção de imagem que exprime os traços que traduzem a natureza e a função de um sujeito. Portanto, a análise de Gillmann (2014) reforça essa concepção imagética pela sua “presença autêntica” e sua “dimensão autenticamente mágica” (Gillmann 2014: 405), concluindo que a imagem no horizonte semântico acadiano é a presença de uma existência, ambas se relacionando (Gillmann 2014: 408). Como afirma Bahrani (2008, 2014), o papel social da imagem é uma forma de existência, mais uma maneira de ser no mundo, não apenas um objeto passivo e imitativo. Sendo assim, há uma “equivalência ontológica” (Bahrani 2008, 2014) entre o real e o expresso imageticamente.

A correspondência entre o real e o imagético no caso dos relevos está na possibilidade de comunhão entre a ação vivenciada (o evento real) e uma ação representada (na narrativa visual), constituindo uma *performance* (Nadali 2012: 592). Essa noção apresenta a imagem como possuidora de um poder e de uma *performatividade*, especialmente dentro de seu contexto de prática, não significando somente um registro histórico e ideológico (Bahrani 2008, 2014; Fales 2009; Nadali 2012). Além da vinculação entre o evento real e a narrativa visual do relevo, sua expressividade no ambiente palaciano coliga o observador e o objeto observado, propriedade também implicada na noção de *šalmu*.

Nossa concepção de imagem como representação, como cópia de algo, que não é o algo, mas o algo representado, nos faz pensar no suporte no qual essa imagem aparece. A noção é de imagem como meio que permite a representação de algo; temos então aquilo que distinguimos entre representação e representado. Não é que sempre são feitas

considerações sobre o suporte, ou que sempre se pense diretamente no suporte (por exemplo, sempre lembramos e falamos da materialidade quando tratamos de uma imagem), mas se é imagem, é imagem de algo num suporte. A diferença com relação a nós talvez seja que na visão mesopotâmica a imagem seja algo, e não só imagem de algo; ela não representa, mas é uma existência daquilo que expressa.

Uma concepção de existência também está implicada e é alargada por essa concepção: conforme aponta Gillmann (2014), o ser, a existência, na Mesopotâmia é “potência de ser”, que pode ser manifestada em diversas formas (corpo, imagem, escrita, pronunciamento). Nesse sentido, a imagem mesopotâmica é considerada como presença, como modo de aparição particular, não uma presença em si de algo, mas uma presença de uma existência e de um ser. É a partir dessa noção que muito se tratou sobre a performance das imagens, que, no caso mesopotâmico, também estaria registrada no nível conceitual.

Então, os relevos seriam apenas decoração e registro, mas um ser, uma realidade que corresponde a outra realidade, uma realidade temporal da cena que aparece esculpida, de um tempo de vários momentos inseridos num espaço material, num mesmo suporte de placas de pedra. Os relevos não são só imagens de algo, mas são, de modo mais próximo aos nossos recursos conceituais, imagens quase ($\approx$) algo. Pensar os relevos dessa maneira não é enquadrá-los totalmente a esses sentidos, mas é preciso pensar nesse quadro em que a imagem pode estar relacionada com presença, com um poder relativo num dado local, bem como com um ambiente e uma cultura visual que não são os nossos. Dessa forma, ganham sentido as noções de duplicidade e de relação da imagem com as pessoas e com o espaço no qual se encontra (diminuindo ou ao menos alterando aquela noção de decoração e ornamento, sendo capaz de remeter, por exemplo, ao aspecto cerimonial e performático dos espaços palacianos).

Contudo especificamente sobre a imagem com aspectos corporais realçados, que nos dedicamos aqui, acreditamos que haja outras facetas do uso desses aspectos corporais para

além da concepção de imagem *šalmu*. Conforme a literatura mais recente, os aspectos musculares e o corpo como um todo, podem funcionar como representação, elementos evocadores de emoções e conteúdo representativo que desperta uma simulação incorporada.

O corpo como representação

Os traços musculares nos relevos palacianos destacam aspectos masculinos e guerreiros, implicando a força física que é vista por meio dos músculos realçados. Gansell (2016: 90) afirma que a musculatura é parte dos ideais masculinos¹⁹. Conforme Bahrani (2001: 125-127), os gestos masculinos representam a agressividade e o guerreiro²⁰. Como a autora lembra (2001: 88), o vigor é uma parte desejável do homem – sendo, então, destacado tanto pela figura masculina nos relevos, como na descrição dos reis nas inscrições reais. Corpo assírio, guerreiro, e o corpo do rei, também guerreiro, caçador, construtor e devoto são ideais. É nesse enquadramento que os corpos musculosos devem ser vistos. A musculatura é uma representação da força como valor guerreiro. Todos os outros corpos, nunca igualmente representados como os assírios – mesmo nas procissões – formam a caracterização do outro, do vencido e do dominado.

Bennett (2019) examina as características masculinas nas titulações dos reis assírios destacando, conforme nosso escopo, o lugar da força masculina, do heroísmo, da virilidade. A autora destaca (2019: 379), dentre as titulações dos reis assírios, a força associada ao masculino, com o epíteto “homem forte” (*zikaru dannu*)²¹,

e afirma que tal ideal se associa à figura do rei, não à realeza. Tal epíteto costuma preceder a descrição de feitos bélicos da parte do rei²². A autora também lembra (2019: 380) a associação do masculino com a violência²³.

Além disso, a autora destaca o realce dado nas inscrições a linhagem dinástica e que isso também pode estar associado à virilidade. “O rei assírio poderia, portanto, provar que ele também era viril e capaz de criar uma dinastia forte e estável por meio da procriação de um herdeiro exitoso – assim como seus ancestrais” (Bennett 2019: 383). As listas genealógicas seriam uma prova dessa ancestralidade viril. A título de comparação, essas menções não ocorrem na descrição de inimigos, o que é uma representação da incapacidade de outros soberanos em produzir uma dinastia forte²⁴. O reconhecimento da virilidade de outros também serve ideologicamente: o rei assírio é capaz de derrotar todos, inclusive inimigos difíceis²⁵.

Winter (1996: 11), analisando a estela de Naram-Sîn (soberano de Akkad, séc. XXIII A.E.C.) lembra da sexualidade, forma e substância como valores. “[...] sexualidade estava inextricavelmente ligada à potência, potência ao vigor masculino e este à autoridade e dominância, então governo”. Esses atributos estão relacionados a palavras acadianas: *banû* (boa forma), *damqu* (força/forte, auspicioso),

22 Veja nota 53 em Bennett (2019: 379) com bibliografia sobre o exercício ideal da masculinidade no campo de batalha.

23 Como consequência, tais associações aproximam a imagem do rei com a figura de Ninurta, como deus guerreiro (Bennett 2019: 380).

24 Com exceção de soberanos tidos como inimigos difíceis, que são mais trabalhados em detalhes – ainda que mormente pejorativos.

25 A qualificação de dificuldade pode ser considerada um topos nas inscrições reais. Além do inimigo difícil, Ponchia (2004) trata sobre a dificuldade em enfrentar diferentes ambientes nos relatos de campanhas nas inscrições reais. A dificuldade de obtenção de materiais também aparece nas seções de construção. Veja Winter (2003, 2008) também sobre o empenho de habilidades na produção de monumentos e o nosso manuscrito, que comenta tangencialmente esse aspecto.

19 Veja Bennett (2019) para os aspectos masculinos realçados nas inscrições reais assírias. Winter (1997: 370) lembra também da barba como atributo masculino, mas que foge ao nosso escopo nesse momento uma atenção a esse aspecto corporal.

20 Conforme também lembra Wagner-Durand (2017b).

21 Veja outros epítetos no próprio texto de Bennett (2019), assim como expressões lembradas por Winter (1996: 17).

baštu (vitalidade, vigor, uma qualidade visual e inscrita no corpo), *kuzbu* (apelo, charme sexual, abundância, deleite)(Winter 1996). O poder e a força do soberano não estão associados somente ao que a figura porta na imagem, mas ao próprio corpo (perfeito e apelativo) da imagem do soberano. Conforme Winter lembra, tais atributos não são considerados fruto de treinamento e criação, mas atributos divinamente concedidos (1996: 17). Em síntese,

[...] o que o rei bem podia desejar ser percebido em suas “características” ou “aparência” não era necessariamente sua própria fisionomia historicamente particular, mas aqueles aspectos de suas características/aparência que foram modeladas pelos deuses e que se assemelham (ou que podem ser atribuídas) aos deuses, como as características do rei que portam qualidades de governo ideal e divinamente sancionado, e não somente personalidade (Winter 1997: 373).

Bahrani (2001) se estendeu mais na relação entre corpo masculino e feminino na arte mesopotâmica, especialmente no que se refere à nudez. Sem perder de vista que a masculinidade é um produto cultural, “[e]ntretanto, masculinidade, especialmente em termos visuais, não é equivalente ao pênis. Ao contrário, a musculatura de partes específicas da anatomia foi enfatizada, ou certas atividades e posicionamentos dos corpos foram repetidamente favorecidos” (2001: 42). Como nota Cifarelli (1998: 212; 220), a maioria das representações é de corpos masculinos assírios, sempre numa posição dominante (1998: 213), o que se materializa pela postura rígida (1998: 214-215), ou é favorecido pela verticalidade corporal (Ranieri 2018a: 102, 104-106, 120, 173)²⁶. Cifarelli

26 Sendo assim, em termos de contraste as poucas ocorrências de mulheres, são em situação de subjugação: estrangeiras, prisioneiras, com gestual marcadamente feminino, como, por exemplo, a elevação dos membros superiores à cabeça em gesto de lamentação. No entanto, relembramos a presença de mulheres como funcionárias atuando em cenas cerimoniais e a emblemática cena de celebração da sala S1 do palácio norte de Ninive, onde há funcionárias e a rainha (BM 124920). Recentemente, Kertai (2021) propôs que a cena como um todo poderia fazer

(1998: 224) detalha a associação da figura do arco²⁷ com poder e vitória, na forma que é representada do lado assírio, e com derrota e falta de virilidade, no caso dos arcos baixados dos inimigos.

É uma dupla expressão do corpo: realça claramente atividade e passividade; nudez e exposição funcionam nos dois modos. Em nosso caso de interesse, realçam a atividade e a masculinidade. Como afirma Bahrani (2001: 127), “os relevos representam não somente o feminino como passividade, mas também a agressão masculina como normativa”. É válido lembrar, com a ajuda da presença das figuras femininas em cenas de batalhas nos relevos, que a vitória assíria é uma vitória masculina (Bahrani 2001: 130; Cifarelli 1998)

Assim, a nudez, o posicionamento corporal não vertical (Ranieri 2018a) e a decapitação são elementos que obviamente enfatizam a vitória da ação assíria, como também são elementos que subjugam a imagem do inimigo duplamente vencido (na realidade e na imagem). Aspectos musculares realçados também querem estimular e educar o atributo do guerreiro, ou seja, a capacidade necessária à guerra: a força física. Então, os sujeitos musculosos servem como representação, são modelos daquilo que se faz necessário à guerra e, consequentemente, ao império.

Por fim, é válido destacar que os relevos em contexto²⁸ de maneira geral atendem

parte de uma área do palácio utilizada mais pelas mulheres. Há também as cenas de exposição corporal comentadas por Cifarelli (1998: 221-223) e as comentadas mais compreensivamente por Bahrani (2001).

27 Veja nota 84 em Cifarelli (1998: 228), em que a autora traz bibliografia sobre relação entre arco e virilidade no Antigo Oriente Próximo. Sobre arcos, Russell (1998: 684) comenta que esse motivo é recente na arte mesopotâmica no séc. IX AEC. Veja também Wilkinson (1991) e Zutterman (2003), ambos retomam bibliografia pertinente. As várias formas em que os arcos são representados nos relevos (sendo carregados, descolados dos corpos, em puxada completa, empilhados, segurados verticalmente pelo rei durante libação ou encostado em seu trono) fogem do escopo deste manuscrito.

28 Para uma contextualização dos relevos palacianos, veja Ranieri (2018a, 2018b) e Nadali (2019c).

às necessidades da comunidade interna, servindo como elemento de autoconsumo. Nesse sentido, as imagens de vitória, guerra, construções favorecem a formação de uma identidade assíria: guerreira, palaciana, vitoriosa e abençoada pelos deuses. Dessa forma, a frase de Susan Sontag é representativa: “Para o militante, a identidade é tudo” (Sontag 2003: 14). O realce corporal também é consonante à ideologia real do período, devido seu aspecto ritual, que conjuga a comunidade interna, favorece a manutenção da memória e a destinação a um futuro desejado, inclusive criando ancestralidade²⁹.

Os relevos como evocadores de emoções

Pesquisas recentes têm sugerido o papel dos relevos palacianos como evocadores de emoções, seja pelo seu conteúdo representado, seja pela sua presença em determinados ambientes.

Wagner-Durand (2017a, 2017b) destaca a presença de “emblemas” nos relevos palacianos como pontos que podem afetar e evocar emoções. Ela os define (2017a: 565, 2017b: 88) como movimentos, gestos e posturas que possuem significado preciso e reconhecível por todos os membros da sociedade em questão e que expressam um sentimento ou algo relativo a uma emoção³⁰. Então, conceitualmente, a noção de emblema está ancorada nas formas e usos do corpo na imagem, que podem servir de modelo para expressar uma emoção. Por exemplo, o medo pode ser evocado por suas expressões faciais, ou por gestos e movimentos corporais (2017b: 83).

29 Veja também Bahrani (2008), Nadali (2016) e Ranieri (2021).

30 Wagner Durand (2017a: 569) pondera que os emblemas podem ser polissêmicos e entendidos diferentemente em contextos variados. A ressalva da autora é importante para o caso dos relevos, pois, como os palácios foram ocupados por reis sucessivos ao longo de séculos (pelo menos dois), o significado de emblemas nos relevos poderia ser entendido de modo diverso. A autora também lembra a variação de estilos ao longo do desenvolvimento da escultura em relevo nas placas das paredes dos palácios assírios, potencialmente criando emblemas – ou ainda retomando alguns originais.

Emoções podem ser também evocadas pela cena como um todo, como situações de rituais e banquetes (2017b: 85). Por sua vez, as expressões de emoções pelos gestos corporais, especialmente no caso dos relevos, podem ser uma forma de representar o poder (2017b: 90). Wagner-Durand (2017a, 2017b) retoma Bahrani (2001) que trata sobre a diferença de representação de homens e mulheres para destacar que o aspecto emocional evocado pode ajudar tanto para realçar a narratividade, como para destacar a soberania assíria guerreira. Além disso, segundo Kipfer (2017), “representações oficiais dos reis não mostram nenhuma emoção, mas servem para provocar emoções no observador” (Kipfer 2017: 13).

Apesar do realce interessante sobre o aspecto emocional das imagens, Wagner-Durand (2017a, 2017b) apenas menciona genericamente uma ou outra emoção despertada. Já Portuese (2019) tem destacado a programação da sala do trono do palácio noroeste de Kalhu, que comporta uma evolução emocional: da tensão com a presença de motivos bélicos ao entrar pela sala à calma e cerimônia em direção ao trono do rei (Fig. 5).

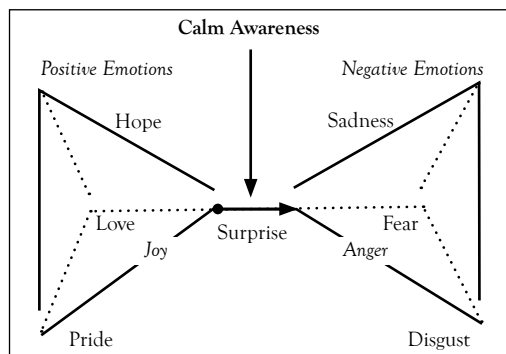


Fig. 5. Modelo tetraédrico de emoções (bipolares).
Fonte: Portuese (2019: 86, fig. 2.22).

Tal leitura parte das contribuições de estudos psicológicos que apontam para o impacto emocional e afetivo no contato com a arquitetura³¹. No caso dos relevos e monumentos assírios, estamos falando de uma

31 Veja nota 32.

sensibilidade à grandeza, que pode despertar tanto admiração, como medo. Portuese (2019: 68) fala sobre a opressão e intimidação da fachada da sala do trono, com seus relevos monumentais, para aqueles que adentrassem ao palácio. Nas palavras do autor,

Mesmo se a grandeza e vastidão física da sala possam ser consideradas como a causa primária de deslumbre, certas características imateriais podem ser também consideradas “grandes” e “vastas”, como a personalidade do rei assírio e suas conquistas físicas extraordinárias, ou a habilidade extraordinária escultural e arquitetônica empregada da sala – por exemplo, o uso de materiais que são notadamente difíceis de coletar ou que são muito laboriosos de trabalhar e processar (Portuese 2019: 68).

O autor também destaca (2019: 69) o potencial de geração de um vínculo horizontal entre aqueles que pudessem experimentar espaços e locais tamanhos, algo que já havia sido argumentado por Bachelot (1991), especialmente sobre os relevos palacianos. Tal relação horizontal também incentivaria a identidade, seja entre aqueles da comunidade interna palaciana, seja entre aqueles outros representados, como soldados e os próprios tributários, que adentrariam a sala do trono devido a missões diplomáticas.

Ambas leituras e interpretações são inovadoras e avançam na investigação de temas a partir de novas questões que se põem aos relevos. Nos termos de Nadali (2019a: 66), avança-se ao invés de perguntar o que os relevos representam, questionar como e onde representam. Contudo, há algumas limitações nas abordagens que certamente serão enfrentadas com a continuidade das investigações. Primeiramente, a abordagem das emoções manifestadas via relevos ainda depende de maior sistematização, tendo em vista o considerável aparato teórico-metodológico sobre emoções nas artes visuais tratado por Wagner-Durand (2017b). Oportunamente, isso pode se aliar com as contribuições das neurociências,

sobretudo a partir da noção de simulação incorporada (veja próximo subtópico). A própria Wagner-Durand (2017a) traçou paralelos entre as imagens dos relevos e as fontes escritas, uma prática que deve continuar mais abrangentemente.

Em segundo lugar, as considerações de Portuese (2019) são muito bem-vindas e se sustentam a partir das contribuições originais de Winter (1981), que foram um ponto de virada importante para o estudo dos relevos palacianos assírios. Entender o ambiente em que determinado conjunto ou programa de escultura se encontra possibilita novos questionamentos e interpretações, sobretudo englobando as funções e usos potenciais dos espaços palacianos.

Nos parece que, em muitos casos, a pesquisa sobre as emoções e a sensorialidade busca espaços de manifestação ampla e excessiva de fontes/objetos de informação sensorial e emocional, ou de ambientes que podem ser considerados totalmente preenchidos por estímulos e que envolvam mais público, ou de uma maior audiência experimentadora de um ambiente multissensorial estimulado. Esse é o caso das análises da sala do trono (p.ex. de Portuese 2019), como ambiente, por excelência, de manifestação de mensagens sensoriais e emocionais. Uma atenção à manifestação de sentidos corporais e emoções pode dar a impressão de amplitude, da necessidade de serem experimentados por várias pessoas, de serem evidentes, mas os sentidos e emoções podem ser concentrados e manifestados entre poucos. Por isso, é válido não perder de vista a existência de espaços menores, potencialmente para a realização de rituais e com usos cerimoniais, como locais de concentração de estimulação sensorial e emocional, mesmo que para grupos menores.

É interessante notar o efeito expansivo da atenção investigativa aos sentidos corporais e às emoções: quando se sensibiliza e se instrumentaliza que a temática e as fontes podem ser exploradas por esses interesses, a sensorialidade e as emoções entram no campo de atenção do pesquisador e tomam completamente o “espaço”, como uma expansão

sensorial e emocional no contexto documental (especialmente se arquitetônico e de cultura material). Esse é um risco da abertura à sensorialidade e às emoções: tudo se expande sensorial e emocionalmente, há sentidos e emoções por todos os lados. No entanto, é válido relembrar que todos os espaços são sensoriais – e muitos deles emocionais, mesmo que não de forma recorrente, como é o caso de espaços de memória –, pela capacidade de serem percebidos pelos corpos humanos que os ocupam, perpassam, interagem, interferem e dão sentido. Dessa forma, um princípio é considerar a possibilidade de abordar, por meio das fontes, um dos efeitos sensoriais e emocionais que esses espaços promovem e, eventualmente, são preparados intencionalmente para tal. Dessa forma, espaços maiores tendem a não ser mais emotivos, “sensorializados” ou mais multissensoriais que espaços menores. Com as fontes e o encaminhamento adequado, é possível abordar os sentidos e emoções e suas razões de existência perceptiva e intencional em diferentes ambientes.

Como mencionado anteriormente, tais noções não são uma novidade nos estudos sobre a história dos palácios e dos relevos assírios: por exemplo, uma das primeiras reconstruções e considerações sobre um programa decorativo orientado intencionalmente e que considere a posição das imagens em relação à posição de sujeitos pelo espaço palaciano, proposta por Winter (1981), foi justamente ponderada por Bachelot (1991) em termos de uma leitura que conta com uma psicologia das culturas de massa para a consideração dos relevos assírios³². Além disso, recentemente, as investidas pela análise dos efeitos sensoriais e afetivos, compartilhada pela arqueologia sensorial e cognitiva, também baseia-se em achados cognitivos de uma psicologia das massas, as quais, apesar de válidas em termos da fisiologia humana, perdem de vista uma consideração da experiência histórica

dos sujeitos antigos. Essa é a tônica que destaca o impacto perceptivo e, consequentemente afetivo, dos monumentos arquiteturais antigos, como é o caso de palácios de templos, pelo seu tamanho excepcional³³.

De algum modo, as noções de ideologia e propaganda que marcaram e marcam a historiografia dos relevos assírios³⁴ também impactam nessa consideração de “lugares grandes” como os promotores por excelência de estimulação sensorial e afetiva, ou, no limite, como as “únicas fontes possíveis”. Ou seja, parece que ideologia e propaganda, como meios de engrandecimento de mensagens e discursos, ainda influenciam de algum modo a maneira que são estudados os espaços palacianos assírios.

Sentir com a imagem: a proposta das neurociências para a apreciação visual de objetos de arte

Os relevos assírios já foram entendidos e realçados em seus aspectos representativos e afetivos. Os aspectos musculares não são somente representativos da força guerreira, mas da guerra em si; os músculos, que compõem um elemento iconográfico conhecido no Antigo Oriente Próximo, são as engrenagens da guerra e do guerreiro e, sobretudo, da vitória. Força não é um atributo reduzível ao físico, a uma capacidade corporal, mas a um atributo dado pelos deuses, juntamente com as armas e o poder de governar.

Até aqui as perspectivas das pesquisas revisadas destacam, numa vertente comunicacional e representacional, a musculatura como símbolo de força. Há ainda uma vertente científica, baseada na teoria da simulação incorporada, ou incorporação (*embodiment*), e na descoberta dos neurônios-espelho. Existe o aspecto sensorial do apelo

33 Tais considerações foram recentemente problematizadas por Buccellati *et al.* (2019), em volume intitulado evocativamente *Size Matters* (“O tamanho importa”).

34 O referencial já é longo e remeto aqui nossas obras (Ranieri 2018a: esp. 35-48 e nota 27, 2018b), com a bibliografia principal levantada, e os argumentos recentes de Nadali (2017, 2019b, 2019c).

32 Por exemplo, Portuese (2019: 67-69) propõe uma abordagem teórico-metodológica da psicologia (chamada *sensory exploitation theory*) para estudar o espaço monumental, especialmente da sala do trono do palácio noroeste de Kalhu.

aos corpos que combatem: quer-se mostrar sensorialmente a força. A hipertrofia muscular, ou apenas o realce e visibilidade do membro, objetiva o impacto visual.

Conforme Freedberg e Gallese (2007: 198), a simulação incorporada é a “capacidade de pré-racionalmente fazer sentido de ações, emoções e sensações de outros [...] nós ativamos nossas próprias representações internas de estados corporais que estão associados com esses estímulos sociais”. Essa capacidade está vinculada a um grupo de neurônios, chamados neurônios-espelho, que se relacionam a esse processo de espelhamento, de ativação de partes cerebrais específicas (ou seja, pré-racionalmente) no momento da exposição a um estímulo social, por exemplo, a visão de um movimento corporal. Essa ativação ocorre sobretudo quando se tem contato com uma ação orientada por um objetivo; a região cerebral responsável pela ação motora é ativada quando se é exposto à mesma ação (2007: 200), ou ao ambiente virtual em que ela ocorre. Ou seja, é uma habilidade de reconhecimento dos objetivos de uma ação quando se observam outros (Gallese & Guerra 2020: 204). Essa ativação também ocorre quando se tem contato com imagens estáticas de uma dada ação (Freedberg & Gallese 2007: 200). Outrossim, o mecanismo de espelhamento (ou ainda ressonância corporal) funciona, num ambiente intersubjetivo, para emoções e sensações (Gallese 2014). Desse modo, “o chamado sistema de neurônios-espelho [*mirror neuron system*, MNS] responde quando humanos observam ações realizadas por membros de sua própria espécie. Essa atividade é entendida como uma representação motora interna de um padrão de movimento observado” (Engel *et al.* 2008: 368).

Alguns campos do conhecimento científico têm se dedicado a investigar o papel da simulação incorporada (ou ainda incorporação) no processamento mental, como a neurociência, psicologia, computação e robótica etc. (Lux *et al.* 2021). Para além de ser um modelo teórico, a incorporação tem sido tratada como um conjunto de teorias com base empírica; em seu bojo, a constituição do conhecimento como um todo tem sido revisada, no sentido de não ser

restrita a um processo abstrato/conceitual, mas as representações conceituais, por sua vez, são fundamentadas em processos de incorporação, ancorados na motricidade e no sensorial (Pezzulo *et al.* 2011). Além disso, como comentado, o processamento de informações das relações sociais possui como patamar a incorporação, tanto quando uma pessoa interage no real com outra pessoa ou objeto como quando os representa mentalmente (Niedenthal *et al.* 2005).

Também baseada em Freedberg e Gallese (2007), McFerrin (2022) destaca o papel dos neurônios-espelho em sua análise dos relevos das escadarias de Apadana e do Palácio Central do Império Aquemênida. Conforme a autora,

Se estamos aptos a entender as ações motoras de outros, e se podemos compreender nossa capacidade de participar, similarmente, nessas ações, tendo feito ou não tais ações, nossa capacidade de compreensão e aprendizado está possivelmente enraizada nas atividades dos neurônios-espelho, que se ativam não somente quando realizamos movimentos, mas quando observamos outros os fazendo [...] (McFerrin 2022: 196).

Uma das ideias de McFerrin (2022: 197) é que a disposição corporal nos relevos (no caso da autora, dos relevos de Apadana, do Império Aquemênida) instrui o visitante, pelo processo de simulação incorporada e consequente espelhamento dos movimentos do corpo, a como se comportar num ambiente cerimonial como o palácio. Ou seja, ter contato com os relevos, sobretudo sujeitos de fora da corte palaciana, gera um tipo de “entendimento empático”³⁵ (2022: 197), que estimula o aprendizado e tem a ver com o tipo de “pedagogia” num contexto no qual a presença dos relevos colabora. Há uma “reciprocidade”

35 A noção de empatia na relação perceptiva entre um sujeito que observa e objetos imagéticos (e, portanto, visuais e plásticos) é bastante debatida, sobretudo teoricamente. Para uma primeira abordagem conceitual do termo, sugerimos Koss (2006), Freedberg e Gallese (2007), Nowak (2011) e Ranieri e Barreira (2012). Veja também Arrington (2018) com um estudo de caso focalizado na arte funerária grega.

entre o movimento observado e a ação (esperada) a ser realizada no espaço palaciano; como McFerrin afirma, há uma conversão da “observação em ação” (2022: 199)³⁶.

Acreditamos que as figuras com músculos realçados no palácio de Assurnasirpal tenham sido usadas, para além de seu significado representacional exposto acima, para impactar corporalmente quem as visse. Não é possível saber se os artifices assírios trabalhavam com tal meta em vista (obviamente não mobilizando a simulação incorporada como conceito científico), mas é possível que fizessem uso do corpo para afetar corporalmente. As imagens dos músculos seriam semelhantes ao impacto esperado das cenas de brutalidade³⁷ nos relevos (Bagg 2016; Nadali 2020b; Ranieri 2021): o uso da figura corporal visa uma ressonância corporal. Nesse caso, o corpo representado deve ser considerado na sua materialidade e, sendo um objeto material, pode suscitar e evocar sentidos e a percepção de volume e tamanho realçado, da mesma forma que monumentos, descritos e observados na realidade³⁸.

Essa perspectiva permeia um campo de Estudos Visuais (no qual David Freedberg é referência), mas Davide Nadali foi o primeiro (até onde sabemos) a trazer, ao menos teoricamente, tal perspectiva para pensar a arte e a arquitetura

36 O que estimula o aprendizado e, obviamente, vai além da noção de propaganda comumente atribuída à função dos relevos no espaço palaciano (Ranieri 2021). Cf. McFerrin (2022), o espaço convida o transeunte a participar do ambiente – e, consequentemente, da experiência imperial. Indo além das considerações sobre a simulação incorporada, e da ressonância corporal, McFerrin avança para considerações sobre a propriocepção (2022: 200-202; 207), capacidade corporal relevante para sua análise do engajamento sensorial nos relevos de Apadana, algo que podemos explorar num outro artigo, mas que já tratamos, de maneira preliminar e sem essa terminologia em Ranieri (2018a).

37 É válido lembrar que muitas cenas de guerra, batalhas e violência talvez tivessem outro valor em contexto não propagandístico, tendo em vista que muitas estão colocadas em salas no interior dos palácios, o que dificultaria suas condições de visibilidade (veja Bagg 2016).

38 Aqui, a perspectiva de Portuese (2019) e das contribuições organizadas por Buccellati et al. (2019) fazem mais sentido.

mesopotâmicas³⁹. Acreditamos, conforme apresentado na linha de Freedberg e Gallese (2007: 197), que haja uma sensação de ativação muscular ao ver os músculos representados numa imagem dos relevos assírios.

Considerações finais: mais que *šalmu*, corpo

O caso dos relevos palacianos do período de Assurnasirpal II com o realce de aspectos musculares é representativo tanto da noção de imagem mesopotâmica *šalmu*), como do modo que elementos iconográficos extrapolam a função das imagens como mensagens visuais – ícones e símbolos que representam a força, a dimensão guerreira e masculina – passando ao potencial de afetar corporalmente os observadores pelo próprio elemento iconográfico. Argumentamos que esse é um aspecto sensorial relevante de ser considerado quando se trata dessas imagens.

O programa sensório-motor (conforme noção da teoria da simulação incorporada) dos relevos está calcado num tipo de atividade, de ação de combate, em todas as suas etapas: partida, combate em si e finalização. As figuras destacam uma ação, não só garantida pela cena como um todo e pelo gestual corporal, mas também pela forma corporal em si. Além disso, a forma corporal, que em nosso caso é o realce muscular, também porta sentidos e afetos associados ao combate, como a força física e a ação guerreira.

Os corpos nus nas imagens de Assurnasirpal II oferecem uma oportunidade excepcional de entender o corpo: como corpos nus e em ação aparecem pouco nas imagens, aparecerem dessa forma – com musculatura realçada – nos faz entrever os aspectos e valores associados à atuação masculina e guerreira. São corpos perfeitos em atuação. Contudo, acreditamos que além de evocarem esses aspectos aos observadores, o próprio fato de serem músculos realçados possuem um apelo visual e uma ressonância corporal particular.

39 Veja também Nadali (2015). Mais recentemente, McFerrin (2022) abarcou a noção para analisar os aspectos sensoriais implicados nos relevos de Apadana.

RANIERI, L.P. Musculature, Power, and the Senses in Assurnasirpal II's Palace Reliefs (IX BCE). *R. Museu Arq. Etn.* 42: 13-30, 2024

Abstract: This study examines the representation of muscular figures in the parietal reliefs of Ashurnasirpal II's (883-859 BCE) palace in the light of recent research on the subject. We argue that the muscular traits tend to enhance the masculine and warrior aspects of the figures as a representation and extrapolate visibility to sensorially affect observers. Thus, the muscles work as representation, but the formal attribute of the message affects beyond the visual, or, using a neuroscience perspective, it configures a bodily resonance of an embodied simulation.

Keywords: Assyria; First millennium BCE; Palace reliefs; Body.

Referências bibliográficas

- The Assyrian dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago*. 1956-2010. The Oriental Institute. University of Chicago, Illinois. 21 volumes. Disponível em: <https://isac.uchicago.edu/research/publications/chicago-assyrian-dictionary>. Acesso em: 28/20/2024.
- Arrington, N.T. 2018. Touch and Remembrance in Greek Funerary Art. *The Art Bulletin* 100/3: 7-27.
- Bachelot, L. 1991. La fonction politique des reliefs néo-assyriens. In: Charpin, D.; Joannès, F. (Orgs.). *Marchands, diplomates et empereurs: Études sur la civilisation mésopotamienne offerts à Paul Garelli*. Éditions Recherche sur le Civilisations, Paris, 109-128.
- Bagg, A.M. 2016. Where is the public? A new look at the brutality scenes in Neo-Assyrian royal inscriptions and art. In: Battini, L. (Org.). *Making Pictures of War. Realia et Imaginaria in the Iconology of the Ancient Near East*. Archeopress, Oxford, 57-82.
- Bahrani, Z. 2001. *Women of Babylon: Gender and representation in Mesopotamia*. Routledge, London.
- Bahrani, Z. 2008. *Rituals of War: The Body and Violence in Mesopotamia*. Zone Books, New York.
- Bahrani, Z. 2014. *The infinite image: Art, time and the aesthetic dimension in antiquity*. Reaktion Books, London.
- Barnett, R.D. 1976. *Sculptures from the North Palace of Ashurbanipal at Nineveh (668-627 B.C.)*. British Museum, London.
- Barnett, R.D.; Bleibtreu, E.; Turner, G. 1998. *Sculptures from the Southwest Palace of Sennacherib at Nineveh*. British Museum, London.
- Barnett, R.D.; Falkner, M. 1962. *The sculptures of Aššur-nasir-apli II, 883-859 B.C. Tiglath-pileser III, 745-727 B.C. [and] Esarhaddon, 681-669 B.C., from the central and south-west palaces at Nimrud*. Trustees of the British Museum, London.
- Bennett, E. 2019. "I am a man": Masculinities in the Titulary of the Neo-Assyrian Kings in the Royal Inscriptions. *KASKAL – Rivista di storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico*, 16: 373-392.
- Buccellati, F. et al. (Eds.). 2019. *Size Matters – Understanding Monumentality Across Ancient Civilizations*. Transcript Verlag, Bielefeld.
- Cassin, E. 1968. *La splendeur divine. Introduction à l'étude de la mentalité mésopotamienne*. Mouton, Paris.

- Cifarelli, M. 1998. Gesture and Alterity in the Art of Ashurnasirpal II of Assyria. *The Art Bulletin* 80/2: 210-228.
- Czichon, R.M. 1992. *Die Gestaltungsprinzipien der neuassyrischen Flachbildkunst und ihre Entwicklung vom 9. zum 7. Jahrhundert v. Chr.* Profil-Verlag; München, Wien.
- Engel, A. et al. 2008. How moving objects become animated: the human mirror neuron system assimilates non-biological movement patterns. *Social Neuroscience* 3/3-4: 368-387.
- Fales, F.M. 2009. Art, Performativity, Mimesis, Narrative, Ideology, and Audience: Reflections on Assyrian Palace Reliefs in the light of recent studies. *KASKAL – Rivista di storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico* 6: 237-295.
- Freedberg, D.; Gallese, V. 2007. Motion, emotion and empathy in esthetic experience. *Trends in Cognitive Science* 11/5: 197-203.
- Gallese, V. 2014. Bodily selves in relation: embodied simulation as second-person perspective on intersubjectivity. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences* 369/1644: 1-10.
- Gallese, V.; Guerra, M. 2020. *The Empathic Screen: Cinema and Neuroscience*. Oxford University Press, Oxford.
- Gansell, A.R. 2016. Prioritized Presence: Rulers' Images in the Neo-Assyrian Palace as Devices of Elite Ideological Memory. In: Nadali, D. (Org.). *Envisioning the Past Through Memories: How Memory Shaped Ancient Near Eastern Societies*. Bloomsbury, London, 85-100.
- Gillmann, N. 2014. Quelques réflexions sur le statut ontologique des images à la lumière du cas assyrien. *Journal Asiatique* 302/2: 391-409.
- Kertai, D. 2021. The Banquet Scene: An Assyrian Queen Holding Court. *Anais do 67º Rencontre Assyriologique Internationale*, 2021, Turin.
- Kipfer, S. 2017. Visualizing Emotions in the Ancient Near East: An Introduction. In: Kipfer, S. (Ed.). *Visualizing Emotions in the Ancient Near East*. Academic Press, Fribourg; Vandenhoeck Ruprecht, Göttingen, 1-23.
- Koss, J. 2006. On the limits of empathy. *The Art Bulletin* 88: 139-157.
- Lux, V. et al. 2021. A Developmental Framework for Embodiment Research: The Next Step Toward Integrating Concepts and Methods. *Frontiers in Systems Neuroscience* 15: 672740. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnsys.2021.672740>. Acesso em: 24/10/2024.
- McFerrin, N. 2022. A sense of scale: proprioception, embodied subjectivities, and the space of kinship at Persepolis. Neumann, K.; Thomason, A. (Orgs.). *The Routledge Handbook of the Senses in the Ancient Near East*. Routledge, London, 189-209.
- Meuszyński, J. 1981. *Die Rekonstruktion der Reliefdarstellungen und ihrer Anordnung im Nordwestpalast von Kalhu (Nimrud): Räume: B, C, D, E, F, G, H, L, N, P.* (Baghdader forschungen 2). Philipp von Zabern, Mainz.
- Nadali, D. 2012. Interpretations and Translations, Performativity and Embodied Simulation. Reflections on Assyrian Images. In: Lanfranchi, G.B. et al. *Leggo!: Studies presented to Frederick Mario Fales on the occasion of his 65th birthday*. Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, 583-595.
- Nadali, D. 2015. The (Dis)Embodiment of Architecture: Reflections on the Mirroring Effects of Virtual Reality. In: Micale, M.G.; Nadali, D. (Orgs.). *How Do We Want the Past to Be? On Methods and Instruments of Visualizing Ancient Reality*. Gorgias, Piscataway, 89-105.
- Nadali, D. 2016. Community and Individuals: How Memory Affects Public and Private Life in the Ancient Near East. In: Nadali, D. (Org.). *Envisioning the Past Through Memories. How Memory Shaped Ancient Near Eastern Societies*. Bloomsbury, London, 37-52.

- Nadali, D. 2017. Warfare of History. How Warfare Shapes Ancient Mesopotamian Societies. In: Antela Bernárdez, B.; Vidal Palomino, J.; Sierra Martín, C. (Orgs.). *Memoria del conflicto en la Antigüedad*. Libros Pórtico, Zaragoza, 1-17.
- Nadali, D. 2019a. The Power of Narrative Pictures in Ancient Mesopotamia. In: Wagner-Durand, E.; Fath, B.; Heinemann, A. *Image – Narration – Context: Visual Narration in Cultures and Societies of the Old World*. Propylaeum, Heidelberg, 63-80.
- Nadali, D. 2019b. Images of Assyrian Sieges: What They Show, What We Know, What Can We Say. In: Armstrong, J.; Trundle, M. (Orgs.). *Brill's Companion to Sieges in the Ancient Mediterranean*. Brill, Leiden, 53-68.
- Nadali, D. 2019c. Bas-reliefs as a source for Neo-Assyrian history. In: Lanfranchi, G.B.; Mattila, R.; Rollinger, R. (Orgs.). *Writing Neo-Assyrian History: Sources, Problems, and Approaches*. Neo-Assyrian Text Corpus Project, Helsinki, 329-339.
- Nadali, D. (2020a). How Ancient and Modern Memory Shapes the Past. A Canon of Assyrian Memory. In: Gansell, A.R.; Shafer, A. (Orgs.). *Testing the Canon of Ancient Near Eastern Art and Archaeology*. Oxford University Press, Oxford, 217-231.
- Nadali, D. 2020b. Representations of Violence in Ancient Mesopotamia and Syria. In: Fagan, G. G. et al. (Orgs.). *The Cambridge World History of Violence: The Prehistoric and Ancient Worlds*. Cambridge University Press, Cambridge, Vol. 1, 629-653.
- Niedenthal, P.M. et al. 2005. Embodiment in attitudes, social perception, and emotion. *Personality and Social Psychology Review* 9/3: 184-211.
- Nowak, M. 2011. The Complicated History of Einführung. *Argument* 1/2: 301-326.
- Pezzulo, G. et al. 2011. The mechanics of embodiment: a dialog on embodiment and computational modeling. *Frontiers in Psychology* 2: 1-21.
- Ponchia, S. 2004. Mountain Routes in Assyrian Royal Inscriptions (Part I). *KASKAL – Rivista di storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico* 1: 139-177.
- Pongratz-Leisten, B.; Sonik, K. (2015). Between Cognition and Culture: Theorizing the Materiality of Divine Agency in Cross-Cultural Perspective. In: Pongratz-Leisten, B.; Sonik, K. (Orgs.). *The materiality of divine agency*. De Gruyter, Berlin, 3-69.
- Portuese, L. 2019. The Throne Room of Aššurnasirpal II: A Multisensory Experience. In: Rendu Loisel, A.-C.; Hawthorn, A. (Orgs.). *Distant impressions. The senses in the Ancient Near East*. Eisenbrauns, Pennsylvania, 63-92.
- Postgate, J.N. (1994). Text and figure in ancient Mesopotamia: Match and mismatch. In: Renfrew, C.; Zubrow, E.B.W. (Orgs.). *The Ancient Mind: Elements of Cognitive Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 176-184.
- Ranieri, L.P. 2018a. *Concepções de corpo na Assíria do primeiro milênio AEC: entre materialidade e textualidade*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ranieri, L.P. 2018b. Os relevos palacianos assírios em contexto. *Revista Tempos Históricos* 22/2: 370-401.
- Ranieri, L.P. 2021. Memória e cerimônia nos palácios assírios (I milênio A.E.C.): um estudo de uma sala do palácio sudoeste de Nínive. *Revista Caminhando* 26:1-25.
- Ranieri, L.P. 2022. “Fazer resplandecer sua grande divindade”: notas preliminares sobre as nuances de um verbo acadiano. *Classica* 35: 1-21.
- Ranieri, L.P.; Barreira, C.R.A. 2012. A empatia como vivência. *Memorandum* 23: 12-31.
- Russell, J.M. 1998. The program of the palace of Assurnasirpal II: issues in the research and presentation of Assyrian art. *American Journal of Archaeology* 102/4: 689-696.

- Sontag, S. 2003. *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Wagner-Durand, E. 2017a. Visualizing and Evoking the Emotion Fear in and through Neo-Assyrian Orthostat Reliefs. In: Horejs, B. et al. (Eds.). *Proceedings of the 10th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*. Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, Vol. I, 563-576.
- Wagner-Durand, E. 2017b. Visualization of Emotions – Potentials and Obstacles. A Response to Dominik Bonataz. In: Kipfer, S. (Ed.). *Visualizing Emotions in the Ancient Near East*. Academic Press, Vandenhoeck Ruprecht, Fribourg, Göttingen, 75-93.
- Wilkinson, R.H. 1991. The Representation of the Bow in the Art of Egypt and the Ancient Near East. *Journal of the Ancient Near Eastern Society* 20: 83-99.
- Winter, I.J. 1981. Royal Rhetoric and the Development of Historical Narrative in Neo Assyrian Reliefs. *Studies in visual communication* 7: 2-38.
- Winter, I.J. 1989. The body of the able ruler: toward an understanding of the statues of Gudea. In: Behrens, H.; Loding, D.; Roth, M.T. (Orgs.). *Dumu-Ê-dub-ba-a: studies in honor of A. W. Sjöberg*. The University Museum, Philadelphia, 573-583.
- Winter, I.J. 1996. Sex, Rhetoric and the Public Monument: The Alluring Body of the Male Ruler in Mesopotamia. In: Kampen, N.B.; Bergmann, B. (Orgs.). *Sexuality in Ancient Art: Near East, Egypt, Greece, and Italy*. Cambridge University Press, Cambridge; New York, 11-26.
- Winter, I.J. 1997. Art in Empire: The Royal Image and the Visual Dimensions of Assyrian Ideology. In: Parpola, S.; Whiting, R.M. (Orgs.). *Assyria 1995. Proceedings of the 10th Anniversary Symposium of the Neo-Assyrian Text Corpus Project*. Helsinki, September 7-11, 1995. Neo-Assyrian Text Corpus Project, Helsinki, 359-381.
- Winter, I.J. 2003. 'Surpassing Work': Mastery of Materials and the Value of Skilled Production in Ancient Sumer. In: Potts, T.; Roaf, M.; Stein, D. (Eds.). *Culture through Objects: Ancient Near Eastern Studies in Honor of P.R.S. Moorey*. Griffith Institute, Oxford, 403-421.
- Winter, I.J. 2008. Sennacherib's Expert Knowledge: Skill and Mastery as Components of Royal Display. In: Biggs, R.D.; Myers, J.; Roth, M.T. (Orgs.). *Proceedings of the 51st Rencontre Assyriologique Internationale Held at the Oriental Institute of the University of Chicago, July 18-22, 2005*. The University of Chicago Press, Chicago, 333-338.
- Zutterman, C. 2003. The Bow in the Ancient Near East: A re-evaluation of archery from the late 2nd millennium to the end of the Achaemenid period. *Iranica Antiqua* 38: 119-165.

Os Asnos no período paleoassírio: animais indispensáveis à vida do mercador e ao funcionamento do comércio (Mesopotâmia, Idade do Bronze Médio)*

Anita Fattori**

FATTORI, A. Os Asnos no período paleoassírio: animais indispensáveis à vida do mercador e ao funcionamento do comércio (Mesopotâmia, Idade do Bronze Médio). R. Museu Arq. Etn. 42: 31-50, 2024.

Resumo: No início do II milênio AEC, o chamado período paleoassírio, a cidade de Aššur, no norte da Mesopotâmia, destacou-se como uma potência dentro de uma extensa rede de comércio de longa distância. Centenas de mercadores assírios e membros de suas famílias aventuraram-se nas longínquas terras anatólias, sendo Kaneš o principal destino para comercializar estanho, tecido e, algumas vezes, cobre e lã, em troca de metais preciosos como ouro e prata. O sucesso dessa empreitada em muito se deve ao uso dos asnos como animais de carga que, organizados em caravanas, partiam da Mesopotâmia algumas vezes ao ano com destino a Anatólia central, onde posteriormente também se tornariam mercadorias. O objetivo deste artigo é apresentar, por um lado, a importância fundamental dos asnos na organização do comércio de longa distância e, por outro, todo o trabalho envolvido em torno da seleção e cuidado desse animal. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica a partir do debate com a literatura existente em cotejo com a documentação encontrada no arquivo de um mercador assírio de nome Elamma. O trabalho com a documentação cuneiforme desse arquivo nos serve como estudo de caso e permitirá dimensionar a extensão da presença desses animais na vida de um mercador.

Palavras-chave: Período Paleoassírio; Asnos; Comércio Inter-regional; Aššur; Kaneš

*Este artigo é uma adaptação da conferência apresentada no Séminaire d'Histoire et Archéologie des Mondes Orientaux (SHAMO), organizado por C. Michel no Laboratório ArScAn (UMR 7041, CNRS, Université Paris 1-Panthéons Sorbonne, Université Paris Nanterre et Ministère de la Culture), em março de 2023.

**Doutoranda em regime de duplo diploma entre a Universidade de São Paulo e a Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP (Processo n.º 2019/12945-6; BEPE Processo n.º 20/07395-4). E-mail: anitafattori@usp.br

Mais il était déjà trop tard quand la nouvelle parvint à la femme de mon oncle. Elle se précipita vers le sceau pour sauver de son cher orge ce qui pouvait encore l'être, mais elle le trouva parfaitement nettoyé, brillant dans la lumière du crépuscule, l'âne le reniflant encore à la recherche d'un grain oublié. Elle alla prendre un bâton dans l'écurie, revient vers l'animal vorace et, de désespoir, se mit à le rouer de coups. Coup de rage contre l'âne qui avait liquidé la réserve d'orge de la famille, de colère contre elle-même

qui s'était si généreusement empressée de le payer d'un travail qu'il n'avait pas encore accompli, [...] et le destin qui n'avait point de pitié, pour la misère, la coupe trop pleine, et surtout pour elle-même qui voulait cesser de frapper mais ne le pouvait pas.

Arabesques, Antoine Shammas

Animals can be treated simply as storage-eateries for summer slaughter, or intensively managed for breeding and sale as cash crop, depending on the economic climate; and when they need to be realized as capital, they can be moved with their own energy sent for sale on the hoof.

The Corrupting Sea, Horden & Purcell

Introdução

O cenário retratado acima por Shammas, em seu livro *Arabesques*, ilustra a complexa relação entre uma família e seu asno em um momento de escassez extrema. O animal, assim como seus donos, tem fome. A necessidade da fuga da família do vilarejo que habitavam fez com que o asno fosse o primeiro a receber alimentação, pois ele seria o responsável por conduzir os refugiados e carregar seus bens. Pouco depois de se alimentar com o restante precioso de grãos que a família possuía, a notícia de uma trégua faz com que sua dona corra até o pátio para tentar recuperar o alimento. O fato de o animal não precisar realizar o trabalho de transporte desperta a ira de sua dona. Apesar dos tempos áridos, a família não o sacrifica. O asno aqui se comporta como um símbolo vivente de estocagem, sendo por si só um indicativo de valor, energia e alimentação.

Andrew Sherrat (1981), em seu artigo sobre a revolução dos produtos secundários, discutiu amplamente a questão dos animais como símbolos viventes de estocagem. O autor explica (1981: 285) que, apesar da domesticação dos animais remontar ao Neolítico, com o aumento da urbanização durante a Idade do Cobre, podemos observar o início da intensa exploração dos produtos secundários, ou seja, o que se pode extrair de um animal ao longo de sua vida. O surgimento de novos modelos de exploração

socioeconômica derivou em modificações que impactaram a maneira de transportar os produtos e permitiram a domesticação de equídeos e sua utilização como animais de carga. Eles substituíram outros animais e deram abertura a diferentes maneiras de pensar o transporte e o deslocamento de coisas e pessoas por distâncias mais longas. Animais como asnos surgem na condição de estoques de força e de valor ou, nos termos de Horden & Purcell (2000: 199) para o Mediterrâneo pré-moderno, *a crash crop* que pode mover-se por si só. Eles podem transportar coisas e pessoas, serem usados como força de tração, servir de alimento e serem utilizados como matéria-prima.

No início do II milênio AEC, durante o chamado período paleoassírio, no norte da Mesopotâmia, o emprego dos asnos como animais de carga vai ser fundamental para o sucesso do comércio assírio, que vivia seu período áureo. Milhares de asnos partiam de Aššur e atravessavam anualmente a Mesopotâmia carregados de estanho e tecidos que seriam comercializados nas longínquas terras da Anatólia central¹. Parte do valor recebido por essas mercadorias era reenviado para Aššur, quando pequenos comboios com alguns desses animais voltavam para a cidade. O restante das centenas de asnos que chegavam na Anatólia a cada viagem de caravana era comercializado ali mesmo, sendo também uma importante mercadoria assíria.

Transportando junto as mercadorias uma quantidade considerável de tabletas de argila escritas em acadiano cuneiforme – como cartas e contratos –, os asnos também desempenharam um papel essencial na circulação de informações entre os membros das famílias que permaneciam em Aššur, aqueles que se estabeleceram em Kaneš, ou mesmo os que estavam em constante deslocamento dentro

1 Mesmo que o termo *Anatólia* seja posterior ao recorte cronológico deste trabalho, ele é largamente utilizado pela literatura assiriológica. Como apontam Steadman e McMahon (2011: 4), definir os limites territoriais do que entendemos por Anatólia não é tão simples e os argumentos variam, principalmente aqueles referentes ao recorte cronológico escolhido. Em relação ao nosso contexto, nos referimos a porção central da Turquia, região onde o comércio assírio foi atuante (Michel 2011: 314).

dessa rota. Não é surpreendente que a maior fonte para a história do período paleoassírio e para a compreensão do papel dos asnos como elementos integrante dessa rede de comércio de longa distância são os mais de 22.500 mil tabletas cuneiformes encontrados nas casas desses mercadores em Kaneš.

A análise das fontes disponíveis levou assiriólogos como Klaas Veenhof (1972), Cécile Michel (2003) e Jan Guerit Derksen (2004a) a apresentarem sínteses sobre os asnos nesse contexto. Veenhof (1972: 1-76) examinou o vocabulário disponível na época sobre os asnos, as cargas e os equipamentos utilizados nas caravanas. Michel (2003) procurou compreender, por meio da análise de fontes iconográficas, arqueológicas e textuais, o lugar dos híbridos – especificamente as mulas – entre os asnos e cavalos. Já Derksen (2004a: 255-285) dedicou-se a uma minuciosa discussão sobre o lugar dos asnos nas fontes textuais do período. Este artigo tem como objetivo revisitar essa literatura a fim de compreender o lugar dos asnos no cotidiano das famílias mercadoras assírias e sua importância na organização do comércio de longa distância. Para isso, iniciamos a discussão apresentando as fontes disponíveis para esse estudo. Propomos, em seguida, uma análise direcionada das fontes textuais a partir do arquivo da família de um mercador, o arquivo da família de Elamma. O cotejo entre o trabalho de revisão bibliográfica e a discussão deste estudo de caso permitirá compreender quais as esferas de organização do comércio assírio envolviam a seleção e o cuidado com os asnos, bem como os esforços mobilizados por um mercador para o sucesso de sua empreitada.

A domesticação dos asnos

Os asnos pertencem a família dos equídeos e recebem o nome científico de *equus asinus*². Em termos morfológicos eles se aproximam dos

cavalos, mas são menores, dotados de um corpo mais compacto, com orelhas grandes e a pelagem longa e mais espessa sob o dorso. Assim como é o caso de outros equídeos, a domesticação desses animais teve um grande impacto na mobilidade de pessoas e coisas. O processo de domesticação dos asnos, entretanto, foi pouco estudado em comparação à atenção dada aos cavalos, seja pela falta de prestígio em contextos modernos de mobilidade, seja pela dificuldade de acesso às evidências, principalmente arqueológicas (Wang *et al.* 2020: 2; Todd *et al.* 2022: 1).

Desses estudos, duas hipóteses sobre a origem da domesticação dos asnos tomaram forma. A primeira delas argumenta por dois centros distintos de domesticação, um na Ásia e outro na África³. A segunda hipótese defende que a domesticação teria acontecido entre 5500-4500 AEC na África, em contextos de pastoralismo, devido às dificuldades climáticas postas pelo Saara (Mitchell 2018: 39)

Pesquisas realizadas nos últimos anos corroboram com a hipótese de um único centro de domesticação, com destaque para a publicação do artigo *The genomic history and global expansion of domestic donkey* (Todd *et al.* 2022)⁴. Nesse trabalho, pesquisadores de 38 laboratórios realizaram a análise de material genético de 207 amostras de asnos modernos e de 31 amostras de asnos antigos, sendo a maior escala de contextos de análise já coberta sobre o assunto. A análise desse painel genômico levou os autores a afirmar que os asnos foram domesticados na África, aproximadamente em 5200 AEC, sendo a região do Chifre da África e do Quênia os lugares mais prováveis.

A partir desse único centro, os asnos se espalharam para outras regiões. A domesticação dos asnos teve um impacto profundo na Mesopotâmia, sendo considerados os animais mesopotâmicos por excelência. O material zooarqueológico disponível sugere sua

2 Para um panorama geral sobre a questão da domesticação dos cavalos e a contribuição dos estudos de DNA antigo para o estudo da domesticação dos animais, cf. Orlando (2021).

3 Por exemplo, Cattani; Bokonyi (2002) que argumentam pela domesticação dos asnos na Península Arábica, no atual Iêmen, no sítio de Ah Shuman.

4 Cf. Beja-Pereira *et al.* (2004); Kimura *et al.* (2011); Rossel *et al.* (2008); Wang *et al.* (2020).

domesticação em Uruk na segunda metade do IV milênio AEC, sendo largamente atestados nas fontes textuais a partir do final do IV milênio até o fim da cultura cuneiforme (Goulder 2021: 249; Lafonte 2000: 208)⁵.

As viagens de caravana entre Aššur e Kaneš: a vantagem dos asnos

O comércio de longa distância que se desenvolveu entre Mesopotâmia e Anatólia no início do II milênio pode ser caracterizado como um comércio de larga escala. Mercadores assírios conectavam diferentes geografias por meio da importação de tecidos e estanho, e sua posterior exportação para a Anatólia. Os tecidos fabricados pelas mulheres assírias não davam conta de suprir as demandas do mercado da Anatólia. Era necessária a importação de grandes quantidades de peças do Sul da Mesopotâmia (Babilônia), os chamados tecidos acadiano-*kušītam ša akkidiē*. No caso do estanho, sua entrada na Mesopotâmia parece ter ocorrido através da cidade de Susa, no

Irã, “along with tin, small quantities of luxury goods arrived, such as iron, lapis lazuli from Afghanistan, and carnelian from Pakistan” (Dercksen 2022: 80). O deslocamento de toneladas dessas mercadorias implicava uma logística imensurável.

O transporte das mercadorias durante o período paleoassírio era organizado em caravanas de asnos, comumente designadas nos textos pelo termo acadiano *ellatum*. As caravanas percorriam cerca de mil quilômetros partindo de Aššur, atual Qal’at Sherqat, dentro das fronteiras do Iraque moderno, até Anatólia. O destino principal das caravanas assírias era Kaneš, hoje correspondente ao sítio arqueológico de Kültepe, na Turquia (Fig. 1). De acordo como Altaweel e Squitieri (2018: 174), era alcançado um trajeto de 25 quilômetros por dia, em média três quilômetros por hora. Essa rota levava cerca de 42 dias para ser realizada e era transpassada por uma paisagem compostas por “[...] rocky mountains, intermountain valleys, deserts and plains” (Palmisano 2018: 32). Além da condição geográfica, fatores climáticos e a situação política da Anatólia definiam a organização das caravanas⁶.



Fig. 1. Localização geográfica atual de Aššur e Kaneš.

Fonte: SimpleMappr. Elaborado pela autora, 2023.

5 Um panorama geral sobre a presença dos asnos na Mesopotâmia pode ser encontrado em Lafont (2000). Sobre o quadro arqueológico, cf. Mitchell (2018). Em relação a domesticação desses animais na Mesopotâmia, cf. Zarins (1978, 2014).

6 Sobre a organização política da Anatólia nesse momento, cf. Barjamovic (2022).

As caravanas podiam partir de Aššur diversas vezes ao ano. A caravana de maior tamanho era organizada na primavera-*daš'ū*, que acontecia entre os meses de abril e junho (Dercksen 2022: 90; Veenhof & Eidem 2008: 240). Apesar de não termos uma estimativa exata da frequência do trânsito das caravanas, muitos autores buscaram compreender o volume do comércio paleoassírio. Por muito tempo, a maior referência dos assiriólogos para estimar o tamanho e volume do comércio paleoassírio foi uma carta dos arquivos de Mari que descreve uma caravana assíria com “300 assírio e 300 asnos” (ARM 26/2 432)⁷. A partir do estudo de documentos extensos que descrevem e apontam o valor declarado de uma caravana, os chamados *awītum*, Dercksen (2022: 89-90) atualiza o debate e conclui que o tamanho de uma caravana variava consideravelmente, podendo chegar a algumas centenas de animais⁸. No documento VS 26, 154, por exemplo, temos uma caravana sob a responsabilidade do mercador Aššur-nada, que foi organizada com 108 asnos. Em comparação, em VS 26, 155, sob a responsabilidade de Imd⁹-ilum, encontramos uma carga compatível a 348 animais. A comparação desses e de outros documentos permitiu ao autor apontar um trânsito anual de mil cargas de animais no auge do comércio paleoassírio entre Mesopotâmia e Anatólia (Dercksen 2022: 91). Embora tenhamos noção de uma quantidade enorme de asnos circulando nessa rede, não temos muitas pistas sobre a proveniência ou criação desses animais. Pouco sabemos também sobre seu destino na Anatólia. Uma hipótese seria que os asnos eram criados e treinados em instituições chamadas de *gigamlum*, que localizavam-se próximas a Aššur e Kaneš, onde eles também poderiam ser comprados (Dercksen 2004a: 259).

Os asnos apresentam muitas vantagens como animais de carga. Eles são dóceis e têm uma excelente capacidade de aprendizagem, o que permite serem treinado sem grandes esforços. Além disso, são robustos, resistentes e adaptáveis. Isso significa que eles conseguem transportar grandes cargas por longas distâncias, podem movimentar-se à noite e são animais com bom desempenho em condições geográficas desfavoráveis. Durante longos percursos não exigem manutenção constante, sobrevivendo por períodos mais extensos de seca e calor em comparação com outros equídeos. Por serem menos suscetíveis a doenças que bois e cavalos, sua alimentação não necessita ser de alta qualidade. (Goulder 2020: 37-41; Yilmaz 2012: 32-37; 58-72). Como animais de carga, a descrição textual das mercadorias carregadas pelas caravanas que atravessavam a Mesopotâmia até a Anatólia no início do II milênio AEC, nos permite afirmar que um asno poderia carregar até cerca de 75 quilos (Dercksen 2004a:260; 278; Michel 2008:376; Veenhof 1972:25-26)⁹.

Atualmente, um asno começa a ser usado como animal de carga entre seus 2 anos e meio e 3 anos e tem expectativa de vida de 30 anos. No contexto mesopotâmico, fontes do III milênio AEC informam que asnos começavam a servir como força de tração desde os dois anos de idade. (Goulder 2020:43). Mesmo que não tenhamos nenhuma informação sobre a idade dos asnos usados nas caravanas assírias, sua expectativa de vida certamente era inferior à dos dias atuais uma vez que, como veremos, não são raros os casos de animais que morrem em rota.

As fontes para o período paleoassírio: fontes arqueológicas, iconográficas e textuais

Atualmente, não dispomos de dados arqueozoológicos abundantes sobre os asnos no sítio arqueológico de Kültepe. Esse quadro se repete em todo o contexto arqueológico

7 ARM 26/2 432:3, 3 me lú-meš aššur-nu-ú ú 3 me anše^{h1a}.

8 Sobre o debate referente ao volume do comércio paleoassírio, cf. Berjamovic (2018), Decksen (2004a), Larsen (2015) e Stratford (2019).

9 Sobre a estrutura corporal dos asnos, que os permite a habilidade de transportar cargas pesadas, cf. Yousef, Dill & Freeland (1972).

mesopotâmico, uma vez que os esqueletos deles são muito difíceis de serem identificados. Como aponta Goulder (2020: 32-33), uma razão para essa escassez de dados está no fato de que esqueletos de asnos podem ser facilmente confundidos com o de outros animais híbridos, como onagros e mulas. Ademais, a autora aponta que a maior parte dos ossos de animais tem origem em contexto de consumo alimentar e, ao que tudo indica, os asnos eram pouco consumidos como alimentação no cotidiano dessa população.

O desprovimento de vestígios arqueológicos nos leva a ausência de conclusões mais precisas sobre os asnos que eram usados no contexto do comércio inter-regional entre Mesopotâmia e Anatólia. O único indício de algum aspecto físico desses animais está no emprego do adjetivo acadiano *ṣallāmum*, que se refere a cor: os asnos pretos. De acordo com Thavapalan (2020: 154-162), o adjetivo *ṣallāmum* origina-se da raiz acadiana *šlm*, que significa se tornar escuro, escurecer¹⁰. Esses parecem ter sido os animais preferidos pelos comerciantes assírios e talvez os mais comuns (Dercksen 2004a: 258). Os textos indicam que se tratava do melhor tipo de animal disponível para o transporte de mercadoria: mais fortes e resistentes, teriam melhores chances de sobrevivência durante o longo percurso.

Apesar da abundância de representações de equídeos em objetos de cultura material encontrados em Kültepe, assim como nas fontes arqueozoológicas a identificação de um asno ou de um híbrido no registro iconográfico não é uma tarefa simples. As representações iconográficas de equídeos podem ser encontradas em objetos do cotidiano como figuras (Fig. 2), vasos cerâmicos, moldes para produção de figuras e, sobretudo, nos desenhos cravados nos selos cilíndricos e suas impressões glípticas (Fig. 3).



Fig. 2. Figura de um equídeo.

Fonte: Kulakoğlu; Kangal, 2010: 270, figura 233. Kt m/k 228, 7,1cm X 4,4cm, ca. 1925-1840, cerâmica, Museu das Civilizações Anatólicas de Ancara, Turquia.



Fig. 3. Selo cilíndrico em hematita e sua impressão em argila com a representação de quatro cavalos.

Fonte: © The Trustees Of The British Museum. Selo cilíndrico do período paleoassírio e sua impressão. Museu Britânico em Londres, Inglaterra, número de registro BM 89774.

¹⁰ Sobre a aplicação do termo no contexto mesopotâmico como um todo, cf. Thavapalan, 2020: 154-162.

Os selos cilíndricos eram objetos importantes no cotidiano dos mercadores assírios e anatólios. Esses pequenos cilindros

feitos de argila, rochas e minerais rochosos tinham em média 1 a 2 centímetros de comprimento. Ao serem rolados na argila fresca, como mostra a **Fig. 3**, eles transferiam a impressão de uma imagem. O objetivo principal dessa ação era selar e conferir autenticidade aos envelopes, sobretudo, de cartas e contratos. Grosso modo, classificamos os selos paleoassírios em duas categorias distintas de acordo com tipologia da decoração: os selos de estilo anatólico e os selos de estilo mesopotâmico. Apesar do nome remeter a região de origem do estilo escolhido, o nome em nada designa a origem do portador do selo.

Entre as representações iconográficas conhecidas de equídeos, Michel (2003: 193-195) aponta que poucas foram interpretadas como sendo de asnos: as impressões de selos cilíndricos encontradas nos envelopes Kt c/k 1385¹¹ (**Fig. 4**) e KKS 26b selo 83 (**Fig. 5**), e o molde para figuras Kt k/k 63 (**Fig. 6**).



Fig. 4. Impressão de selo cilíndrico no envelope Kt c/k 1385.

Fonte: Özgüç, N., 1965, prancha I, imagem 1. Destaque nosso.

Começamos pelo envelope Kt c/k 1385 (**Fig. 4**). Esse documento foi encontrado em 1950, durante as escavações no sítio arqueológico de Kültepe. A foto e a interpretação da impressão do selo em questão foram publicadas pela primeira vez por Nimet Özgüç em 1953, no artigo *Vorbericht über die*

*Siegel und Siegelabdrücke*¹². Nesse selo, de estilo anatólico, podemos observar a representação de diversas divindades com destaque em vermelho para uma delas, que aparece em cima de um equídeo. Nessa primeira publicação, a autora identifica o animal como a representação de um cavalo. Uma década depois, no livro *The Anatolian Group of Cylinder Seal Impressions from Kültepe*, de 1965, Özgüç revisita sua interpretação anterior e a corrige para a representação de um asno. Para tal, a autora usa como comparação um molde para figuras feito de esteatite:

Em artigo anterior, conjecturáramos que o animal [...] devia ser considerado um cavalo, mas impressões [de outros selos cilíndricos] encontradas mais tarde e um molde descoberto no nível Ib convenceram-nos de que **este animal deve ser visto como um asno**. As orelhas compridas, a forma da cabeça, as pernas e o rabo não deixam dúvidas quanto a esta identificação (Özgüç 1965: 68, grifos nossos).

De fato, o corpo alongado, assim como a cabeça e as orelhas podem nos levar a cogitar tratar-se de um asno ou um híbrido. Se partirmos apenas das características físicas desse animal, um híbrido, especificamente uma mula, seria o candidato mais plausível nesse contexto. Em comparação com os asnos, as mulas eram animais mais robustos, mais ágeis e confortáveis para serem montados¹³. Esses animais, que podiam custar até quatro vezes o preço de um asno, tinham a venda controlada pelas autoridades da Anatólia. Eram símbolo de status e poder “*reserved to high officials and rich merchants for special occasions*” (Michel 2003: 197). Contudo, a posição do deus no dorso do animal segurando uma rédea de condução com a mão esquerda, que esta fixada

12 Özgüç, N. (1953, figura 34).

13 Nos textos do período paleoassírio, as mulas eram designadas pelo termo acadiano *perdum*, raramente utilizado no contexto mesopotâmico. Sobre as mulas no período paleoassírio, cf. Michel (2003).

11 De acordo com Nimet Özgüç (1965: 75), a mesma impressão desse selo pode ser encontrada no documento não publicado Kt j/k 528.

na narina do equídeo, coloca em dúvida se ele não seria, na verdade, um cavalo.



Fig. 5. Desenho da impressão do selo cilíndrico no envelope KKS 26b¹⁴.

Fonte: KKS Abb. 83. Destaque nosso.

A segunda impressão de um selo cilíndrico, encontrada no envelope KKS 26b selo 83 (Fig. 5), também de estilo anatólico, apresenta uma procissão em que temos uma figura montada em um equídeo¹⁵. O envelope contendo esse selo foi publicado por Lubor Matuš e Marie Matoušavá-Rajmová no volume KKS (115-116; 26b, selo 83), sendo interpretado pelos autores como um assírio montando um asno: “*Uten vor der thronenden Gottheit reitet auf einem Esel ein Syrer*” (KKS: 116, grifos nossos). Do mesmo modo que a impressão anterior, o animal montado tem as características físicas de um asno ou um híbrido. Todavia, não é possível identificar o status do personagem que monta o animal em questão.

Excluída as duas impressões analisadas anteriormente, nos resta discutir a representação iconográfica do molde feito de esteatite. Ele foi usado para a comparação de Özgüç – publicado no mesmo artigo da autora de 1965 (prancha XXXIII, figura 106) – e até hoje é considerado um paradigma associado a representações de asnos/híbridos no período paleoassírio. Esse molde (Fig. 6) apresenta um

deus montando um animal com suas orelhas e corpo alongados. As características são convincentes o bastante para afirmarmos não se tratar de um cavalo, entretanto o fato do animal estar sendo montado por um deus – um ser de alto status – coloca a grande possibilidade de representação de uma mula.



Fig. 6. Molde Kt k/k 63 com a representação de duas figuras e um asno.

Fonte: Kulakoğlu; Kangal, 2010: 273, figura 241. Molde para figuras feito de esteatite Kt c/k 63, 6,3cm X 5,5cm. Datado de fase Ib do *kānum* Kaneš (ca. 1840-1700), Museu das Civilizações Anatólicas de Ancara, Turquia.

Em relação as fontes textuais, a maior parte dos cerca de 23 mil tabletas conhecidos sobre o período paleoassírio foram encontrados durante as escavações arqueológicas nas casas de famílias mercadoras assírias em Kaneš, hoje sítio arqueológico de Kültepe. As informações encontradas nessa documentação dizem respeito, sobretudo, ao comércio de longa distância praticado pelos assírios na Anatólia, o que inclui uma rica literatura sobre o uso dos asnos como animais de carga nas caravanas assírias. Podemos classificar as informações fornecidas por esses textos em três categorias: dados quantitativos, dados terminológicos e dados sobre a organização das caravanas. Para uma melhor compreensão de como esses animais

14 A foto completa do envelope e de seu tablete podem ser consultadas no banco de dados da Cuneiform Digital Library Initiative (CDLI), número P359964.

15 O tablete e seu envelope encontram-se salvaguardados na Charles University, em Praga, sob o número Praga I 692. A impressão em questão corresponde ao selo C.

são retratados nessa documentação, propomos o exame da presença e da importância dos asnos no comércio de longa distância a partir dos dados encontrados no arquivo de um mercador assírio de nome Elamma.

A presença dos asnos na vida dos mercadores assírios: um estudo de caso a partir do arquivo de Elamma

Os documentos que nos servem aqui como estudo de caso pertenceram a família de um proeminente mercador assírio chamado Elamma, que atuou nas redes de comércio por pelo menos três décadas, entre os anos de 1906 e 1881 AEC (Barjamovic, Hertel & Larsen 2012: 58, 71). A escolha do arquivo se deu pela sua disponibilidade de acesso e integridade, ou seja, trata-se de um arquivo publicado e descoberto durante as escavações legais organizadas pelo governo turco, o que nos permite determinar seu contexto e tamanho¹⁶.

O arquivo de Elamma

O arquivo da família de Elamma, contendo 372 tabletas, foi encontrado em sua casa escavada no sítio de Kültepe (Fig. 7) durante as expedições turcas oficiais de 1991 (282 tabletas) e 1992 (90 tabletas), sob a direção do arqueólogo Tahsin Özgüç¹⁷. Entre os documentos encontrados no arquivo estão cartas, documentos legais, memorandos, listas e notas, que hoje estão salvaguardados no Museu das Civilizações da Anatólia, em Ancara, na Turquia. Mais de duas décadas depois das escavações, os documentos foram editados e publicados pelo assiriólogo holandês Klaas

Roelof Veenhof no volume Kültepe Tabletleri 8 (KT 8 2017a).



Fig. 7. Quadrante com destaque para a casa de Elamma (casa 56).

Fonte: adaptado de Michel, 2018:62. Destaque nosso.

Elamma morou em Kaneš até o fim de seus dias. Ele fazia parte de uma firma familiar que atuava no comércio a partir da venda de tecidos e estanho na Anatólia, eventualmente eles também negociavam diretamente cobre por prata¹⁸. Uma vez sabendo ser impossível o acesso total aos documentos produzidos em vida por um mercador e sua família, não podemos estimar o tamanho do comércio realizado por Elamma. Entretanto, como demonstra Veenhof (2021: 177-179), é viável quantificar os bens registrados nos documentos que sobreviveram até o presente, nos levando ao entendimento da amplitude das negociações praticadas. Os documentos que apresentam dados referentes as datas dos eventos informam que o mercador atuou por, pelo menos, 25 anos, entre os anos

16 Cabe pontuar que os arquivos dos mercadores assírios não contêm todos os documentos produzidos por um mercador e sua família ao longo de sua vida. Os arquivos são vivos, documentos podiam ser adicionados, descartados, ou até mesmo levados de volta para Assur, uma vez que alguns mercadores voltam para sua cidade mãe durante a velhice.

17 O resumo do relatório oficial das escavações pode ser encontrado em Mellink (1993) e Gates (1994).

18 Por meio da documentação do arquivo conhecemos o nome de sua esposa, Lamassutum, duas filhas mulheres (Umm-Isihara e Šalimma) e seis filhos homens (Aššur-ab, Ennam-Aššur, Pilah-Ištar, Šu-Balum, Ušur-p-Aššur e Abu-šalim). Além dos oito irmãos germanos, sabemos da existência de Ištar-lamassu, filha apenas de Elamma de um provável primeiro casamento. Todos eles estiveram envolvidos em atividades comerciais (Veenhof, 2017).

de 1906-1881 AEC (Veenhof 2017: 30-31; 2021: 175). Ele enviou ao menos cerca de 300 quilos de prata e 5 quilos de ouro para Aššur e cerca de 1400 quilos de estanho e 1350 unidades de tecidos para a Anatólia (Veenhof 2021: 177-178). Esse grande volume de mercadorias enviadas para Anatólia e de metais trazidos em retorno para Aššur, dependia do sucesso da circulação das caravanas de asnos nessa rota inter-regional.

Terminologia

No contexto paleoassírio os asnos aparecem no registro textual ou designados pelo termo acadiano *emārum* ou, de forma mais corrente, pelo logograma sumério *anše*¹⁹. Entre os 327 documentos que constituem o arquivo de Elamma, referências diretas aos asnos representam 12% do arquivo. Os termos usados para designar esses animais aparecem 74 vezes em 40 documentos diferentes²⁰. Desse total, a palavra acadiana *emārum* aparece uma única vez em KT 8 47²¹. Todas as outras ocorrências se dão por meio do emprego do sumerograma *anše*.

O sumerograma *anše* pode aparecer no singular ou no plural, sendo que a pluralização é produzida de três maneiras distintas. Ela pode acontecer por meio do acréscimo dos sumerogramas *hi-a*, que representam a marca de pluralização na língua suméria; pela adição de um numeral indicador de quantidade antecedendo o sumerograma; ou pela dupla pluralização, adicionando-se tanto o numeral quanto a marca de pluralização (Tabela 1). Para a designação de quantidades, o quadro mais comum é o aparecimento do numeral

seguido do termo que representa o animal. A adição da marca de pluralização *hi-a* ocorre usualmente para evidenciar a presença de um grupo de animais, i.e. “os asnos”, sendo a dupla pluralização pouco comum no dialeto paleoassírio.

ACADIANO		<i>emārum</i>
sumerograma		<i>anše</i>
numeral + sumerograma		2 <i>anše</i>
SUMÉRIO	sumerograma + marca de pluralização	<i>anše</i> ^{hi-a}
	numeral + sumerograma + marca de pluralização	2 <i>anše</i> ^{hi-a}

Tabela 1. Terminologia nos arquivos paleoassírios.
Fonte: elaborada pela autora, 2023.

A caracterização dos animais

Como vimos anteriormente, a maior parte das fontes textuais conhecidas nos dão pouca ou nenhuma informação sobre as características físicas desses animais. Grande parte dos asnos utilizados para o transporte de mercadorias era qualificado como asnos pretos-*anše* *šallānum*. Nos arquivos de Elamma, são 20 ocorrências em 17 documentos de asnos desse tipo. Uma segunda ocorrência de especificação física para o animal aparece na carta KT 8, 26: “O asno que porta um *uthārum* pertence a Hinnaya”²². De acordo com Dercksen (2004b: 8-9), a palavra *uthārum* nesse contexto tem o sentido de uma marca ou um sinal.

Embora nos documentos do arquivo de Elamma fiquemos restritos à essas duas informações, em arquivos de outros mercadores encontramos diversas ocorrências de vocabulários que indicam traços físicos (tamanho, força, idade) ou características relacionadas ao temperamento dos asnos. Todos

19 No contexto sul mesopotâmico do mesmo período, o chamado período paleobabilônico, os asnos são referidos na documentação pelo termo acadiano *imērum*.

20 No arquivo de Elamma, o termo *anše* também aparecer sete vezes para designar a forragem (*ukulti anše*) e quatro vezes para designar a atrelagem (*unūt anše*) desses animais. Essas ocorrências não foram incluídas nos dados acima.

21 KT 8 47:31, *e-ma-ra-am*.

22 KT 8, 26:10-12, *um-ma dumu ša-lá-mi-lim-ma a-na anše ša ut-ha-ra-am ša-ak-nu ša Hi-na-a*.

esses elementos eram levados em conta na hora da escolha do animal, uma vez que a seleção dos asnos era muito importante para o sucesso das viagens das caravanas.

O tablete VS 26 74, indica um possível critério para a escolha de um asno no que diz respeito a sua idade: seus dentes deveriam ser pequenos, ao contrário de seu tamanho (Dercksen 2004a: 260)²³. A escolha de um equídeo em função de sua arcada dentária, um indicador da saúde e idade do animal, é uma prática usada até os dias de hoje.

Indicadores mais gerais como a qualidade do animal aparecem com frequência. Não são raros os pedidos de asnos de boa qualidade, como no trecho de TCL 19, 43: “De acordo com a vossa demanda, nós adquirimos 9 asnos pretos de boa qualidade”²⁴. A boa qualidade do animal é indicada pelo adjetivo verbal “bom”, representado pela palavra acadiana *damqum* ou pelo sumerograma sig₅. Os asnos de boa qualidade também aparecem em oposição aos animais indisciplinados, designados pelo adjetivo verbal acadiano *wānium*²⁵. Esses animais deveriam ser evitados ou substituídos: “Se vós virdes que entre os asnos há um indisciplinado, vendei-o e trazei um ou dois siclos de prata²⁶ para além de seu preço e comprei um asno de boa qualidade” (TCL 14, 16)²⁷. Em alguns outros casos, os mercadores solicitam asnos que sejam fortes (em acadiano,

dannum) em oposição aos asnos frágeis (no acadiano, *raqqum*), que são indesejados: “Deixai os asnos fracos no pasto. Trazei aqui os asnos fortes” (CCT 3, 44b).²⁸ (Dercksen 2004a: 260, 264-265).

5.4 A preocupação com o bem-estar dos asnos

Dado o fato de que trajeto a ser percorrido era longo, a escolha dos animais era minuciosa. Eles eram preparados cuidadosamente antes da partida para a Anatólia e a viagem exigia uma complexa organização em termos de alimentação e lugares para o descanso, já que muitos homens e animais estavam implicados (Barjamovic 2022: 518). A documentação aponta para uma série de cuidados que eram dispensados aos animais relacionados, principalmente, à forragem e eventuais pausas durante o percurso. Nos arquivos da Elamma, esses dados são apresentados em seu aspecto quantitativo em documentos como cartas e memorandos, que descrevem os custos da caravana.

A forragem dos asnos aparece representada pelo termo acadiano *ukultum*, que também pode ser traduzida como provisão (Veenhof 2017: 85). Dercksen (2004a: 266) estima que no contexto paleoassírio a forragem custava em torno de ½ siclo de prata por animal. Na maior parte das ocorrências nesse arquivo, nós não sabemos a quantidade animais a que se refere ou a quantidade de prata destinada especificamente para a providência da forragem (Tabela 2), mas o preço parece variar consideravelmente.

23 VS 26 74 :28-30, anše^{h1a} *šī-nam : lu ša-hu-ru : la-na[m] ll[u] [e]-li-ú*. Essa fórmula aparece em outros documentos que tratam de mulas.

24 Cópia do tablete publicada por Julius Lewy (TCL 19, tablete 43). Edição do documento em Larsen (1967: 98-99); Michel (2010, 128). TCL 19, 43:16-18, 9 anše *ša-lá-mu a-na ma-la té-er-ti-kà dam-qú-tim ni-iš-a-am*.

25 O adjetivo verbal *wānium* deriva do verbo *wanā’um*, trapacear (GOA:537). Para Dercksen, ele indicaria um animal “[...] with a particular deficiency which made it necessary to replace it by another animal” (2004b:281).

26 Um siclo nesse contexto corresponde a 8,3 gramas.

27 Documento editado por Ichisar (1981:243-245) e Michel (2001:192-193). TCL 14, 16: 30-34, *šu-ma i-na anše^{h1a} : ta-da-ga-lá-ma [w]a-ni-um i-ba-ši dī-na-šu-ma a-šér-šī-mi-šu kù-babbar 2 gín 1 gín [r]a-a-dī-a-ma : anše sig₅ [...] Ša-a-ma*.

28 Cópia do tablete publicada por Sidney Smith (CCT 3, prancha 44, tablete b). Edições do documento em Lewy (1956:21-23) e Michel (2001:151-152). CCT 3, 44b: 17-21, *e-ma-ri : ra-qú-tim a-na na-áb-ri-tim i-dí-i : e-ma-ri da-nu-tim : a-ni-ša-am šér-ri-ba-am*.

DOCUMENTO	TRECHO	ESTIMATIVA POR ANIMAL
KT 8 19	“ $\frac{1}{3}$ mina ²⁹ $\frac{1}{2}$ siclos de prata para a forragem dos asnos de Hinnaya, nós os nutrimos com essa forragem” ³⁰	
KT 8 23	“A forragem custou [x] mina 5 siclos de prata (por asno)” ³¹	x mina 5 siclos por animal
KT 8 37	“5 asnos pretos [...] 1 asno ficou doente e nós trouxemos um outro [...] 14 siclos (de prata) de forragem para os asnos” ³²	cerca de 2 siclos cada
KT 8 39	“2 asnos pretos [...] 1 siclos, a forragem para os asnos” ³³	$\frac{1}{2}$ siclo para cada
KT 8 43	“ $3 \frac{2}{3}$ minas 5 siclos (de estanho), a forragem para dois asnos e um condutor de asnos e para sua estadia no curral” ³⁴	
KT 8 50	“2 minas, a forragem” ³⁵	
KT 8 150	“41 minas 15 siclos de estanho, incluindo as despesas com a forragem” ³⁶	
KT 8 151	“24 minas 10 siclos (de estanho), incluindo as despesas com a forragem” ³⁷	
KT 8 153	“ $1 \frac{2}{3}$ siclos de prata, a forragem para os asnos e a taxa de circulação até Wahšušana” ³⁸	

Tabela 2. Preço da forragem dos asnos no arquivo de Elamma.

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

29 Uma mina nesse contexto corresponde a cerca de 500 gramas.

30 KT 8 19: 30-32, $\frac{1}{3}$ ma-na $\frac{1}{2}$ gín kù-babbar a-na ú-ku-ul-ti anše^{h1a} ša Hi-na/a ú-ku-ul-ti nu-ša-ki-il5.

31 KT 8 23: 35, [x m]ana 5 gín-ta ú-ku-ul-tám [iš]ku-nam. Dado o contexto, o sinal faltante provavelmente se trate de $\frac{1}{2}$ mina.

32 KT 8 37: 27; 29-30; 37, 5 anše^{h1a} ša-lá-mu [...] 1 anše im-ra-aš-ma wa-at-ra-/am ni-iš-a-ma (...)14 gín ú-kúl-ti anše^{h1a}.

33 KT 8 39: 24; 32-33, 2 anše^{h1a} ša-lá-mu [...] 1 gín ú-kúl-ti anše^{h1a}.

34 KT 8 43: 16-18, $3 \frac{2}{3}$ ma-na 5 gín ú-kúl-ti 2 anše ú sá-ri-dim ù na-ab-ri-ta-šu-nu.

35 KT 8 50: 9-10, 2 ma-na ú-ku-ul-tum.

36 KT 8 150: 4-5, 41 ma-na 15 gín an-na qá-dì šá ú-ku-ul-tim.

37 KT 8 151: 3-4, 25 ma-na 10 gín qá-dum ú-ku-ul-tim.

38 KT 8 153: 20-23, $1 \frac{2}{3}$ gín kù-babbar ú-kúl-ti ù da-a-šu ša a-dí Wa-ah-šu-šana.

Em relação aos locais onde os animais ficavam guardados durante as pausas das caravanas ou enquanto não eram utilizados, representado pelo substantivo *nabrītum* e aqui traduzido por curral, a documentação nos informa sobre os custos. Adicionalmente a KT 8 43, reproduzido na tabela acima, em KT 8 145 encontramos o trecho: “[x] minas de cobre (foram gastas) quando (os asnos) foram colocados em um curral em Wahšušana”³⁹. Apesar de valores serem postos, nos faltam informações. Assim como observa Dercksen (2004b: 267-268) em documentos de outros arquivos sobre a estadia de animais em currais, nos faltam dados sobre a quantidade de diária e/ou a quantidade de animais para compreendermos esse custo. Provavelmente o valor dispensado incluía a alimentação dos animais e o pagamento de responsáveis pela guarda deles durante essas pausas em lugares que Dercksen definiu como “*comunal enclosed field for keeping donkeys*” (2004a: 267)⁴⁰.

A preocupação com o bem-estar dos animais durante as viagens das caravanas é retratada na documentação para além da alimentação e do descanso dos asnos durante o percurso. Em uma detalhada carta escrita por outro conhecido mercador assírio, Imd³⁹-ilum (TCL 14, 16), aos seus parceiros comerciais, ele demonstra uma grande preocupação em relação ao tamanho da carga que será carregada sobre seus asnos e como isso poderia afetá-los:

¹⁻³Assim (fala) Imd³⁹-ilum. Para Annal³⁹, Aššur-id³⁹ e Amur-il³⁹ diz: [...] ¹¹⁻²⁵Não carregue nenhum outro rolo (de tecido) sobre os asnos. 15 asnos pretos. [...] Porque eu não cesso de ouvir que vós adicionastes sobre os meus pacotes de carga superior 13 sacos contendo [vossos] rolos (de tecidos)? E, então, vós maltratais meus asnos e me deixais com raiva. É urgente, alimentai (os

asnos). Não economizeis na ração. E não adicione vossos rolos (de tecido) sobre os meus pacotes de carga (TCL 14, 16).

Imd³⁹-ilum acusa seus destinatários de forçar sua permissão para colocar mais cargas sobre os animais. A adição de mais mercadorias significaria a economia no transporte e nas taxas de circulação. Entretanto o ato seria muito perigoso para os animais e para o sucesso da caravana. Essa carta evidencia que os mercadores tinham plena consciência das quantidades que poderiam ser carregadas por esses animais. Não é à toa que o autor da carta repete por três vezes a ordem de que pesos extras não sejam acrescentados e que os animais sejam bem cuidados, reforçando que os responsáveis pela viagem devem nutri-los sem economia.

5.5 As surpresas pelo caminho

A preocupação dos mercadores com os asnos era justificável, uma vez que não são raras as ocorrências de doença ou morte de animais no meio do trajeto. Em casos extremos a documentação retrata a morte de 50% dos animais, como na carta BIN 6 79: “6 asnos pretos [...] (Na verdade) 3 estão mortos”⁴¹ (Dercksen 2004a: 263). No arquivo de Elamma, a morte dos animais é enunciada pelo emprego do verbo morrer-*muātum*, como em KT 8 23: “um asno morreu durante a viagem”⁴². Nos arquivos paleoassírios o verbo desaparecer-*halāqum* é usado para exprimir a morte de um animal ou animais que escaparam durante o percurso. No arquivo de Elamma, o verbo *halāqum* é frequentemente empregado para remeter a perda de tecidos, mas nenhuma ocorrência se relaciona a perda ou morte de asnos. Animais que foram

39 KT 8 145: 19-21, [x] *ma-na urudu i-na-āb-ri-tim [i-n]a Wa-ah-šu-ša-na [...] ga-me-er*.

40 Para outros exemplos da aplicação do termo na documentação paleoassíria, cf. Dercksen, 2004a:267-270.

41 Cópia do tablete publicada por Ferris Stephens (BIN 6, prancha XXXIII, tablete 79). Documento editado por Ichisar (1981:269-271), Larsen (1967:139; 157), Michel (2001:138), e Nashef (1987:15-16). BIN 6, 79: 5; 21', 6 *anše^{hi3} ṣa-lā-um [...] 3 anše me-ti*.

42 KT 8 23: 29-31, *anše i-ha-ra-nim i-mu-ut-ma*.

acometidos por doenças no percurso são referidos pelo verbo ficar doente-*marāšum*, como em KT 8 37: “1 asno ficou doente e nós compramos um asno suplementar”⁴³.

A substituição de asnos que morreram ou que ficaram doentes era essencial nesses casos, uma vez que as mercadorias dificilmente poderiam ser realocadas internamente nas caravanas e arriscava-se perdê-las na falta de transporte. A solução poderia acontecer por duas vias, a reposição do animal perdido por meio da compra – como vimos no parágrafo acima na carta KT 8 37 – por meio do emprego do verbo comprar-*ša’āmum*, ou por meio do aluguel de um novo animal. O arranjo do aluguel, representado pelo verbo contratar-*agārūm*, poderia ser feito pelo percurso total restante ou por porções da viagem, como em KT 8 151:

⁸⁻¹⁷Eu paguei 2 siclos de prata e 2 siclos de estanho pelo aluguel de um asno pelo trajeto entre Timilkiya e Hurama. Eu paguei 4 ½ siclos de prata e 4 ½ siclos de estanho pelo aluguel de um asno e de um condutor de ano pelo trajeto entre Hurama e Kaneš. (KT 8 151)⁴⁴.

Para além dos problemas com o próprio animal, um mercador era confrontado com diversos perigos ao longo do percurso da viagem (Michel 2008: 380-381), como surpresas geográficas, humanas, i.e. ladrões, ou mesmo climáticas, como vemos nos documentos de Elamma: “Como faz frio aqui, é impossível que ela se desloque” (KT 8 189), ou ainda “Se no momento da partida, o tempo estiver agradável [...] ele pode partir. Se fizer calor, ele não deve partir” (KT 8 18).

5.6 Organização das caravanas

Kaššārum era o nome dado ao responsável pelas caravanas. Essa era uma função desempenhada por pessoas de confiança que supervisionavam as viagens. Em alguns casos, conhecemos o nome de quem ocupava a função e o valor do pagamento realizado pelos seus serviços. O pagamento incluía duas partes: o capital de trabalho-*be’ūlāum* e a vestimenta-*lubuštum*. De maneira geral, no arquivo de Elamma o valor do pagamento do capital de trabalho oscilava entre 20 e 30 siclos de prata adicionados de 2 siclos de prata suplementar destinados a vestimenta⁴⁵, como em KT 8 36: “22 siclos de prata pelo capital de trabalho de Šalim-Aššur, o *kaššārum*, 2 siclos, sua vestimenta”⁴⁶.

Os asnos eram distribuídos em comboios compostos por dois ou três condutores-*sāridum*, cada condutor sendo responsável por até dois animais. A função de *sāridum* era desempenhada por pessoas especializadas que poderiam ser recrutadas para percorrer toda a viagem ou parte do percurso. Um terceiro personagem estratégico da organização das viagens era *rādiūm*, um guia contratado para situações específicas, principalmente para atravessar zonas mais complexas, como rios. (Barjamovic 2011: 16-18; Dercksen 2004a: 283).

As notas e memorandos que contabilizam os gastos com a organização das caravanas nos dão acesso ao preço dos asnos. Além de bons portadores de cargas, os asnos eram mercadorias da economia assíria, sendo um dos produtos mais exportados. Uma vez que as caravanas não voltavam carregadas para Aššur, a maior parte dos animais eram vendidos chegando na Anatólia e geravam lucro aos assírios. No quadro geral da documentação do período, em Aššur um animal custaria entre 16 e 17 siclos de prata mais 2 ou 3 siclos para a compra da atrelagem. Já na Anatólia, um asno poderia custar de 20 a 30 siclos de prata.

43 KT 8 37: 29-30, 1 anše *im-ra-aš-ma wa-at-ra/am ni-iš-a-ma*.

44 KT 8 151: 8-17, 2 gín kù-babbar ù 2 gín an-na ig-re anše *iš-tù Ti-mi-il5-ki-a : a-di Hu-ra-ma aš-qúl* 4 ½ gín kù-babbar ù 4 ½ gín an-na ig-re anše ù *sá-ri-di-im iš-tù Hu-ra-ma : a-di Kà-ni-iš : aš-qúl*.

45 Documentos KT 8 34, 35, 36, 37, 39 e 40.

46 KT 8 36: 16-20, 1/3 *ma-na* 2 gín *be-ú-la-at Ša-lim-Aš-ūr kà-sa-ri-im* 2 gín kù-babbar 1 *lu-bu-šul*.

Ao contrário do preço da atrelagem que se mantém entre 2 e 2,5 siclos de prata para cada animal (**Tabela 3**), nos arquivos de Elamma o preço de um asno se aproxima dos 20 siclos de prata. Em certos casos, o valor elevado poderia estar relacionado a soma da atrelagem e da forragem, que não foram descritos explicitamente. Em outros casos, como sugere

Veenhof (2017: 85-86) ao estudar o valor dos animais no arquivo, a variação extrema poderia estar conectada a questões de oferta e demanda. Por fim, observamos quatro casos com uma variação extrema de preços que se aproximam de 30 siclos – provavelmente asnos comprados na Anatólia – ou de 10 siclos – para os quais não encontramos explicação (**Tabela 4**).

DOCUMENTO	PREÇO	QUANTIDADE
KT 8 34	10 + x siclos de prata	4 asnos
KT 8 35	10 siclos de prata	4 asnos pretos
KT 8 36	4 ½ siclos de prata	2 asnos pretos
KT 8 37	9 siclos de prata	5 asnos pretos
KT 8 39	3 ½ siclos de prata	2 asnos pretos
KT 8 40	10 ⅓ siclos de prata	4 asnos pretos

Tabela 3. Preço da atrelagem-*unūtum* no arquivo de Elamma.

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

DOCUMENTO	PREÇO	QUANTIDADE	POR ANIMAL
KT 8 3	20 siclos de prata	1 asno	20 siclos
KT 8 34	78 siclos de prata	4 asnos	19 ½ siclos
KT 8 35	75 siclos de prata	4 asnos pretos	18 ¼siclos
KT 8 36	38 siclos de prata	2 asnos pretos	19 siclos
KT 8 37	77 siclos de prata	5 asnos pretos	15 siclos
KT 8 39	36 siclos de prata	2 asnos pretos	18 siclos
KT 8 40	73 siclos de prata	4 asnos pretos	18 siclos
KT 8 47	126 siclos de prata	6 asnos pretos	21 siclos
KT 8 85	27 siclos de prata	1 asno	27 siclos
KT 8 100	150 siclos de prata	5 asnos	30 siclos
KT 8 121	7 ½ siclos de prata	1 asno	7 ½ siclos
KT 8 337	23 siclos de prata	2 asnos	11 ½ siclos

Tabela 4. Preço dos Asnos no arquivo de Elamma.

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

As fontes paleoassírias nos informam sobre um amplo vocabulário relacionado às cargas e peças que compunham o equipamento dos asnos, que foi detalhadamente estudado por Dercksen (2004a: 272-282) e Veenhof (1972: 11-27). A forma mais comum de montagem da mercadoria nos animais parece ter sido dois meio-pacotes-*muttātum* arranjados um de cada lado do animal e uma carga-*elītum* sobre seu lombo. Dentro de um *muttātum* poderia ser colocado um pequeno saco de couro chamado de *naruqum* com cargas preciosas, como joias ou pequenas quantias de metais. Já a carga-*elītum* poderia ser representada por três a seis rolos de tecidos, chamados de *qulqulum*.

Em relação ao vasto vocabulário do período sobre o equipamento dos asnos, a carta KT 8 342 nos dá uma ideia do que podemos encontrar: “5 tapetes de sela-*ukāpum* de 4 asnos, sacos-*zurzu*, 4 pacotes-*matlišhu*⁴⁷, 3 chabraques-*masrādu*, tudo isso está com NP. Sacos-*zurzu*, 1 pacotes-*matlišhum*, 2 corda com uma cavilha-*eblē sikkatim*⁴⁸, 1 xairel-*masrādum* [...] tudo isso está com NP”⁴⁹.

A estimativa de que os asnos poderiam aguentar uma carga média de 75 quilos nos é de grande serventia para uma compreensão mais ampla da documentação, que frequentemente não informa os dados completos, os arranjos, as quantidades, ou mesmo a qualidade das cargas colocadas sobre os animais. Tomemos a carta KT 8 33 como exemplo: “18 tecidos do tipo *šūrum* e 10 tecidos do tipo *kutānum*, 2 talentos de estanho embalados (foram colocados em) 2 asnos pretos”⁵⁰.

Se considerarmos que um asno pode carregar uma carga menor que 75 quilos, esse documento descreveria dois animais portando uma carga total de cerca de 150 quilos

computando 60 quilos de estanho⁵¹, 10 tecidos do tipo *kutānum*⁵² e 18 tecidos do tipo *šūrum*⁵³. Sabemos que nesse contexto um tecido padrão, conhecido como *kutānum*, pesa, em média, 2,5 quilos. Desse modo, cada animal carregaria 30 quilos de estanho, 25 quilos de tecidos do tipo *kutānum* e 9 tecidos do tipo *šūrum*. Esse cálculo nos permite estimar que um tecido do tipo *šūrum* pesaria, em média, 2 quilos.

6. Conclusão

A domesticação dos asnos no contexto mesopotâmico foi um fator essencial para o desenvolvimento do comércio paleoassírio no início do II milênio AEC. Seu emprego como principal animal de carga possibilitou uma mudança quantitativa nas trocas, tornando-se indispensável para vida de um comerciante e para o funcionamento do comércio. Apesar da ausência de vestígios zooarqueológicos que corroborem com a presença intensa dos asnos no sítio arqueológico de Kültepe, uma rica quantidade de informações nos tablets cuneiformes encontrados nesse sítio nos permitem estimar o fluxo monumental de mercadorias, animais e pessoas envolvidas no comércio de longa distância entre Aššur e Kaneš.

Neste artigo, o trabalho de revisão bibliográfica em cotejo com a análise dos tablets que pertenceram a família do mercador assírio Elamma nos permitiu dimensionar a complexa organização das caravanas. Anualmente, mais de mil animais atravessavam a Mesopotâmia até chegar na região da Anatólia Central carregando toneladas de estanho e tecidos (Dercksen 2022: 91). As vantagens

47 Tipo de pacote específico para estanho e tecido.

48 A corda era provavelmente feita de couro. Esse objeto servia para fixar a carga ao animal. (Dercksen, 2004a:275-276).

49 KT 8 34:1-14, 5 *ukā-pu-ú ša* 4 *anše^{his} zu-ur-/zu* 4 *ma-at-li-ışhu* 3 *ma-as-ra-du mi-ma a-nim* PN *zu-u-zu* 1 *ma-at-li-ışhu<um>* 2 *eblē si-kā-tim* 1 *ma-as-ra-dum* (...) *mi-ma a-nim* PN.

50 KT 8 33:1-6, 18 *túg šu-ru-tim ú* 10 *túg ku-ta-ni* 2 *gú an.na li-wi-sú* (...) 2 *anše ša-la-me*.

51 Nesse contexto, cada talento pesa 30 quilos.

52 Provavelmente um tipo de tecido comum, encontrado em maior frequência na documentação paleoassíria. Era feito de lã e media cerca de 4,5m × 4,0m (Michel & Veenhof 2010:234-235).

53 Esse adjetivo só ocorre no contexto paleoassírio e parece indicar um tecido de cor escura e de boa qualidade, uma vez que tinha custo elevado e foi dado como presente para rainhas anatólias (Michel & Veenhof 2010:244).

do uso dos asnos superavam o carregamento de cargas, agindo como uma engrenagem fundamental no sistema de comunicação inter-regional, transportando milhares de tablets cuneiformes durante suas viagens.

Mesmo com uma grande quantidade de informações disponíveis nas fontes textuais, é importante termos em mente que apenas cerca de 25% da documentação do período paleoassírio encontra-se publicada. Isso significa dizer que esse é um campo profícuo de análise e que a publicação dos tablets exumados de Kültepe pode nos levar a novas descobertas como, por exemplo, em que termos se dava a criação desses animais nas terras assírias, ou até mesmo o significado de vocabulários específicos

desse contexto histórico que ainda nos fogem a uma compreensão mais ampla.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo nº 2019/12945-6 e BEPE Processo nº 20/07395-4) pelo financiamento de minha pesquisa doutoral. Aos meus orientadores, Prof^a Cécile Michel e Prof Marcelo Rede. Por fim, a leitura atenta e os preciosos comentários dos pareceristas.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

FATTORI, A. Donkeys in the Old Assyrian period: animals that were vital to merchants' life and the operation of trade (Mesopotamia, Middle Bronze Age). *R. Museu Arq. Etn.* 42: 31-50, 2024.

Abstract: At the beginning of the second millennium BCE, in the Old Assyrian period, the municipality of Aššur (in northern Mesopotamia) emerged as a prominent center in an extensive long-distance trade network. Hundreds of members of Assyrian merchant families ventured into the remote Anatolian lands, specially Kaneš, to trade tin and textiles and sometimes copper and wool in exchange for gold and silver. The success of this endeavor largely owns to the use of donkeys as pack-animals. Donkeys were organized in caravans, leaving Mesopotamia a couple of times a year to reach central Anatolia, in which they were also traded. This study aims to describe the fundamental importance of donkeys in the organization of long-distance trade as well as all the effort required to properly select and care for this animal along its life cycle. For this purpose, we intend to carry out a bibliographical review based on a discussion of available literature in dialogue with the Old Assyrian textual sources. The archive of an Assyrian merchant named Elamma provides us a case study that will enable us to examine in detail the presence of these animals in the life of merchants.

Keywords: Old Assyrian Period; Donkeys; Long Distance Trade, Aššur; Kaneš

Referências Bibliográficas

Abreviações

ARM 26/2 = Charpin, D. *Et al.* 1988. *Archives Royales de Mari* 26. Archives Épistolaires de Mari I/2. Éditions Recherche sur le Civilisations, Paris.

BIN 6 = Stephens, F.J. 1944. *Old Assyrian Letters and Business Documents*. Babylonian Inscriptions in the Collection of J. B. Nies. Yale University Press, New Haven.

- CCT 3 = Smith, S. 1915. *Cuneiform Texts from Cappadocian Tablets in the British Museum*. Oxford University Press, Londres.
- GOA = Kouwenberg, N.J.C. 2017. *A Grammar of Old Assyrian: Handbook of Oriental Studies*. Brill, Leiden.
- Kt c/k = tablets provenientes das escavações do *kārum* Kaneš no ano de 1950.
- Kt k/k = tablets provenientes das escavações do *kārum* Kaneš no ano de 1959.
- Kt m/k = tablets provenientes das escavações do *kārum* Kaneš no ano de 1961.
- KKS = Matouš, L.; Matoušová-Rajmová, M. 1984. *Kappadokische Keilschrifttafeln mit Siegeln: aus den Sammlungen der Karlsuniversität in Prag*. Karlsuniversität in Prag, Praga.
- KT 8 = Veenhof, K.R. 2017. *The Archive of Elamma, son of Iddin-Suen, and his Family* (Kt. 91/k 285-568 and Kt. 92/k 94-187). Kültepe Tabletleri VIII. Türk Tarih Kurumu, Ankara.
- Praga I = tablets salvaguardados na coleção da Charles University, Praga, República Tcheca.
- TCL 14 = Thureau-Dangin, F. 1928. *Tablettes Cappadociennes du Louvre II*. Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris.
- TCL 19 = Lewy, J. 1935. *Tablettes Cappadociennes du Louvre III.1*. Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris.
- VS 26 = Veenhof, K.; Klengel-Brandt, E. 1992. *Altassyrisch Tontafeln aus Kültepe. Text und Siegelabrollungen*. Vorderasiatische Schrift Denkmäler der (Königlichen) Museen zu Berlin.
- Barjamovic, G. 2011. *A Historical Geography of Anatolia in the Old Assyrian Colony Period*. Museum Tusculanum Press, Copenhagen.
- Barjamovic, G. 2018. Interlocking commercial networks and the infrastructure of trade in western Asia during the Bronze Age. In: Kristiansen, K., Lindkvist, T. & Myrdal, J. (Eds.) *Trade and Civilization in the Pre-Modern World*. Cambridge University Press, Cambridge, 133–167.
- Barjamovic, G. 2022. Before the Kingdom of the Hittites. Anatolia in the Middle Bronze Age. In: Radner, K., Moeller, N. & Potts, D. (Eds.). *The Oxford History of the Ancient Near East*. Oxford University Press, Oxford, 497-565.
- Barjamovic, G.; Hertel, T.; Larsen, M. 2012. *Ups and Downs at Kanesh. Chronology, History and Society in the Old Assyrian Period*. PIHANS 120. Nederlands Instituut voor Het Nabije Oosten, Leiden.
- Beja-Pereira, A. et al. 2004. African origins of the domestic donkey. *Science* 304: 1781.
- Cattani, M.; Bokonyi, S. 2002. Ash-Shumah. An early Holocene settlement of desert hunters and mangrove foragers in the Yemeni Tihama. In: Cleuziou, S., Tosi, M., Zarins, J. (Eds.). *Essays on the Late Prehistory of the Arabian Peninsula*. Serie Orientale Romana XCIII. Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente, Roma, 31-53.
- Dercksen, J.G. 2004a. *Old Assyrian Institutions*. MOS Studies 4. Pihans 98. Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, Leiden.
- Dercksen, J.G. 2004b. Old Assyrian *uthurum* “characteristic, mark” and *lū uthurum* “it surely was a sign”. *NABU*, 8-9.
- Dercksen, J.G. 2022. The Golden Interval of Old Assyrian Trade (2000-1700BC). In: Warburton, D. (Ed.). *The Earliest Economic Growth in World History. Proceedings to Berlin Workshop*. Peeters, Leuven, 75-104.

Bibliografia

Altaweel, M.; Squitieri, A. 2018. *Revolutionizing a World: From Small States to Universalism in the Pre-Islamic Near East*. UCL Press, Londres.

- Gates, M-H. 1994. Archeology in Turkey. *American Journal of Archaeology* 98, 2, 249-278.
- Goulder, J. 2020. *Working Donkeys in 4th-3rd Millennium BC Mesopotamia: Insights from Modern Development Studies*. Routledge, Londres.
- Goulder, J. 2021. Face to face with working donkeys in Mesopotamia: insights from modern development studies. In: Recht, L.; Tsouparopoulou, C. (Ed.). *Fierce lions, angry mice and fat-tailed sheep: Animas encounters in the Ancient Near East*. McDonald Institute for Archaeological Research, 249-262. DOI <https://doi.org/10.17863/CAM.76169>
- Horden, P.; Purcell, N. 2010. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Wiley-Blackwell, Nova Jersey.
- Kimura, B. et al. 2011. Ancient DNA from Nubian and Somali wild ass provides insights into donkey ancestry and domestication. *Proceedings of the Royal Biological Sciences* 278: 50-57.
- Kulakoğlu, F.; Kangal, S. 2010. *Anatolia's Prologue: Kültepe Kanesh Karum, Assyrians in Istanbul*. Kayseri Metropolitan Municipality Cultural, Istanbul.
- Lafont, B. 2000. Cheval, âne, onagre et mule dans la haute histoire mésopotamienne : quelques données nouvelles. In: Parayre, D. (Ed.), *Les animaux et les hommes dans le monde syro-mésopotamien aux époques historiques*, Topoi Orient-Occident, Supplément 2. Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, Lyon, 207-221.
- Larsen, M.T. 1967. *The Old Assyrian Caravan Procedure*. Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, Istanbul.
- Larsen, M.T. 2015. *Ancient Kanesh: A Merchant Colony in Bronze Age Anatolia*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Lewy, J. 1956. On Some Institutions of the Old Assyrian Empire. *Hebrew Union College Annual* 27: 1-79.
- Mellink, M.J. 1993. Archeology in Anatolia. *American Journal of Archaeology* 97, 1. 105-133.
- Michel, C. 2001. *Correspondance des marchands de Kaniš au début du IIe millénaire avant J.-C.* LAPO, 19. Les Éditions du CERF, Paris.
- Michel, C. 2003. The *perdum*-mule, a mount for distinguished persons in Mesopotamia during the first half of the second millennium BC. *PECUS. Man and animal in antiquity: Proceedings of the conference at the Swedish Institute in Rome, September 9-12, 2002*. Swedish Institute, Rome, 191-200.
- Michel, C. 2008. Les pérégrinations des marchands assyriens en haute Mésopotamie et en Asie Mineure. *Res Antiquae* 5: 371-388.
- Michel, C. 2011. The Kārum Period on the Plateau. In: Steadman, S.R.; McMahon, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Ancient Anatolia: (10,000-323 BCE)*. OUP, Oxford, 313-336.
- Michel, C. 2018. Constitution, Contents, Filing and Use of Private Archives. In: Kienitz, S.; Friedrich, M.; Brockmann, C. (Eds.). *Manuscripts and Archives: Comparative Views on Record-Keeping*. De Gruyter, 43-70.
- Michel, C.; Veenhof, K. 2010. The Textiles Traded by the Assyrians in Anatolia (19th-18th Centuries BC). In: Michel, C.; Nosch, M-L. (Eds.). *Textile Terminologies in the Ancient Near East and Mediterranean from the Third to the First Millennia BC*. Ancient Textile Series 8. Oxbow Books, Oxford, 210-271.
- Mitchell, P. 2018. *The Donkey in Human History: An Archaeological Perspective*. Oxford University Press, Oxford.
- Nashef, K. 1987. *Rekonstruktion der Reiserouten zur Zeit der altassyrischen Handelsniederlassungen*. Ludwig Reichert Verlag, Wiesbaden.
- Orlando, L. 2021. Au-delà de nous, nos animaux domestiques. In: Orlando, L. *L'ADN fossile, une*

- machine à remonter le temps: les tests ADN en archéologie*. Odiel Jacob, Paris, 137-150.
- Özgüç, N. 1953. Vorbericht über die Siegel und Siegelabdrücke. *Belleten Türk Tarih Kurumu* 17/65: 123-127.
- Özgüç, N. 1965. *The Anatolian Group of Cylinder Seal Impressions from Kültepe: Kültepe mühür baskılarında Anadolu grubu*. TTK, Ankara.
- Palmisano, A. 2018. *The Geography of Trade. Landscapes of competition and long-distance contacts in Mesopotamia and Anatolia in the Old Assyrian Colony Period*. Archaeopress, Oxford.
- Rossel, S. *et al.* 2008 Domestication of the donkey: Timing, processes, and indicators. *Proceedings of the National Academy Sciences* 105: 3715–3720.
- Shammas, A. 2009. *Arabesques*. Babel, Paris.
- Sherrat, A. 1981. Plough and pastoralism: aspects of the Secondary Products Revolution. In: Hodder, I.; Isaac, G.; Hammond, N. (Eds.). *Pattern of the Past: Studies in the Honour of David Clarke*. Cambridge University Press, Cambridge, 261-306.
- Steadman, S.R.; McMahon, G. (Eds.). 2011. *The Oxford Handbook of Ancient Anatolia: (10,000-323 BCE)*. OUP, Oxford, 313-336.
- Stratford, E. 2019. Markets and Marketplaces in Middle Bronze Age Anatolia particularly during the 'Colony' Period. In: Rahmstorf, L & Stratford, E. (Eds.). *Weights and Marketplaces from the Bronze Age to the Early Modern Period*. Weight and Value; Wachholtz Verlag Kiel, Hamburg, 219-236.
- Thavapalan, S. 2020. *The Meaning of Color in Ancient Mesopotamia: Culture and History of the Ancient Near East*. Volume: 104. Brill, Leiden.
- Todd, E. *et al.* 2022. The genomic history and global expansion of domestic donkeys. *Science* 377: 1172-1180.
- Veenhof, K.R. 1972. *Aspects of Old Assyrian Trade and its Terminology: Studia et Documenta ad Iura Orientis Antiqui Pertinentia* X. Brill, Leiden.
- Veenhof, K.R. 2017. *The Archive of Elamma, son of Iddin-Suen, and his Family (Kt. 91/k 285-568 and Kt. 92/k 94-187)*. Kültepe Tabletleri VIII. Türk Tarih Kurumu, Ankara.
- Veenhof, K.R. 2021. Chroniques Bibliographiques 24. Kültepe Texts: 1999-2010-2020 – Part 2. RA, 115, 175-202.
- Veenhof, K.; Eidem, J. 2008. *Mesopotamia: The Old Assyrian Period*. Academic Press Fribourg, Fribourg.
- Wang, C. *et al.* 2020. Donkey genomes provide new insights into domestication and selection for coat color. *Nature Communications* 11/6014. DOI <https://doi.org/10.1038/s41467-020-19813-7>
- Yilmaz, O. 2012. *Domesticated Donkey*. Veni Vidi Vici Publications, Ankara.
- Yousef, M.K.; Dill, D.B.; Freeland, D.V. 1972. Energetic cost of grade walking in man and burro, *Equus asinus*: Desert and mountain. *Journal of Applied Physiology* 33: 337-340.
- Zarins, J. 1978. The domesticated Equidae of third millennium B.C. Mesopotamia. *Journal of Cuneiform Studies* 30: 3-17.
- Zarins, J. 2014. *The Domestication of Equidae in Third-Millennium BCE Mesopotamia*. CDL Press, Bethesda.

Dança e Música na Índia antiga: uma abordagem performativa da materialidade por meio do Nāṭyaśāstra

Thaís Martins Coelho dos Santos*

SANTOS, T. M. C. dos. Dança e Música na Índia antiga: uma abordagem performativa da materialidade por meio do Nāṭyaśāstra. R. Museu Arq. Etn. 42: 51-68, 2024.

Resumo: No presente artigo investigamos a música e a dança na Índia antiga a partir da materialidade e do conhecimento fornecido pelo Nāṭyaśāstra. Temos como objetivo desenvolver uma abordagem que reflita sobre os aspectos performativos da materialidade, utilizando os conceitos das artes performáticas clássicas indianas para sua interpretação. Nos engajamos com a crítica decolonial para a construção de um método que provoque um deslocamento epistemológico e referencial na produção de conhecimento em arqueologia no contexto indiano. Nesse sentido, temos Mignolo (2008), Chen (2010) e de Freitas (2016) como referencial teórico. O método desenvolvido se estrutura em três etapas, sendo elas: análise das estruturas corporais da representação, análise referencial do Nāṭyaśāstra e interpretação. Nos utilizamos de três estudos de caso com cenários em que a dança e a música são tema da materialidade, são contexto da produção material e em que não há nenhuma conexão direta sua com a materialidade. Assim, como resultado, evidenciamos a efetividade do método proposto, expondo como a utilização do Nāṭyaśāstra para a análise e interpretação arqueológica e arqueomusicológica nos abre para interpretações ancoradas em um imaginário próprio da cultura indiana.

Palavras-chave: Nāṭyaśāstra; Índia; Dança; Música; Decolonial.

Introdução

A música, a dança e o teatro são manifestações artísticas culturais que despertam grande interesse em pesquisadores de todo o campo das Ciências Sociais. Na Arqueologia, a área da Arqueomusicologia, também chamada de Arqueologia da Música, se organiza como um espaço interdisciplinar de abordagens (como etno, experimental,

iconográfica, histórica etc.) e temáticas diversas (como musicologia, dança, teatro, gênero, identidade etc.), centrada no estudo da música no passado por meio da materialidade (Olsen 2007). Sua consolidação se deu, principalmente, a partir do surgimento de grupos de estudos em associações como a International Council for Traditional Music and Dance (ICTMD Study Group on Music Archaeology), o International Study Group on Music Archaeology (ISGMA) e a Archaeological Institute of America (AIA – Archaeomusicology Interest Group), que promovem encontros internacionais, eventos regionais, premiações de pesquisa nas temáticas e organizam publicações especializadas.

* Doutoranda do Programa de pós-graduação em Arqueologia (PPGARq)/Museu Nacional – UFRJ. E-mail: thaisamcs@yahoo.com.br

Na presente pesquisa, investigamos a música e a dança na Índia antiga a partir da materialidade e do conhecimento fornecido pelos textos clássicos indianos, em especial os śāstras. Os śāstras são manuais de instrução, tratados ou codex que registram a produção de conhecimento humano que se movem, de forma integrada, em diferentes níveis do saber. Eles documentam uma vasta gama de assuntos, desde cozinhar, economia, conduta social, reprodução de animais, justiça, artes performáticas e outros. Integram a tradição smṛti (lembrada) e seu papel é de um guia da educação formal e construção social indiana (Vatsyayan 1996; Coomaraswamy 2013). Propomos um método arqueológico para análise e interpretação de representações corporais e cênicas, no contexto indiano, estruturado no Nāṭyaśāstra. Dessa forma, investigamos na abordagem proposta o aspecto performativo da materialidade, utilizando os conceitos das artes performáticas clássicas indianas para sua interpretação.

Como argumento crítico fundamental desta pesquisa, temos a necessidade de uma postura ativa de deslocamento epistêmico, ao utilizarmos os śāstras como base para a produção de um método interpretativo arqueológico propomos um desvinculo dos conceitos da produção de conhecimento estritamente ocidentais, ou seja, “construídos nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais europeias (também chamadas de vernáculos)” (Mignolo 2008: 290), e que estão centradas em uma geopolítica do conhecimento ancorados na racionalidade colonial, e nos voltamos para estruturas intelectuais subalternizadas. Como Chen (2010: 211) aponta, “a produção de conhecimento é um dos principais locais onde o imperialismo opera e exerce seu poder”, defendemos que, ao abordarmos as materialidades indianas a partir da produção de conhecimento dos śāstras (nos seus termos, na sua língua e na sua visão de mundo documentada), demovemos estruturas de poder da produção de conhecimento já estabelecidas. Seguindo nessa trilha, de Freitas (2016) nos instiga a pensar o conceito de “Ásia como método”, proposto por Kuan-Hsing

Chen (2010), como uma tônica que deixa “de considerar a Ásia objeto de análise para torná-la meio de transformação da produção de conhecimento” (de Freitas 2016: 46). Assim, mais do que um recorte temático da pesquisa, a Índia é abordada aqui como origem de uma produção de conhecimento especializada ao longo dos séculos, que é utilizada como base para o desenvolvimento analítico e interpretativo de sua materialidade na perspectiva arqueológica. O que buscamos operar, seguindo Mignolo (2008), de Freitas (2016) e Chen (2010), é um deslocamento referencial que forneça novos horizontes e perspectivas alternativas para a produção de conhecimento. Além disso, acreditamos que esse movimento nos oportuniza o reconhecimento de novos pontos de ancoragem do imaginário, transformando subjetividades e ampliando os referenciais do conhecimento humano.

O Nāṭyaśāstra e representações de Dança e Música

Na Índia Antiga, música, dança e teatro são compreendidos como uma única expressão artística, o nāṭya. Numa tradução direta do dicionário, nāṭya significa arte dramática, dança e representação mimética, mas mais do que isso, podemos entender nāṭya como a prática integrada de dança, teatro e música, ou seja, artes performáticas integradas. Sua relevância é reconhecida por meio de registros dessas práticas em textos, estátuas e pinturas ao longo dos séculos. Tais registros evidenciam a pluralidade da prática artística no subcontinente ao longo do tempo e espaço. Durante o período da independência Indiana, no século XX, foi-se construindo, a partir de muitas disputas, a noção de uma estética clássica indiana e, no que tange à prática da música, dança e teatro, o Nāṭyaśāstra foi instituído como o principal manual. Sua influência se estende às artes e ofícios, sendo ele considerado um dos Śilpa Śāstras, um compêndio de textos relevantes para a arquitetura e escultura. Isso significa que as artes performáticas indianas se relacionam diretamente com sua produção arquitetônica,

seja em templos, estatutários, desenhos, pinturas etc. O *Nāṭyaśāstra* é um tratado que tem como objetivo documentar e guiar a prática performática. Defendemos que ele documenta uma escola de pensamento e linhagem artística, por meio da compilação de práticas e reflexões que anteriormente foram sistematizadas e passadas de forma oral seguindo o sistema de sucessão discipular (*guruśiṣyaparampara*). Então, mais do que registrar um tipo de dança, música ou teatro, ele compila uma práxis artística que serviu de base para a construção do fazer estético pan-indiano, como defendido por Vatsyayan (1996).

Devido a evidências linguísticas e de conteúdo da obra, a compilação do *Nāṭyaśāstra* é datada entre os séculos II AEC e II EC. Seu autor, Bharata Muni, é um ponto de amplo debate entre os pesquisadores, pois existem poucas evidências materiais de sua vida. Kavi e Sastri, na introdução da edição do *Nāṭyaśāstra* (Kavi 1956), argumentam que há apontamentos no texto que indicam que Bharata foi um sábio que viveu na região dos Himalaias. Aqueles que divergem especulam que, na realidade, o autor não seria um único indivíduo, mas sim um conjunto de intelectuais que utilizam o nome Bharata como um acrônimo de *Bhāva* (sentimentos), *Rāga* (harmonia) e *Tāla* (ritmo), elementos básicos de *nāṭya* (Das 2015; Vatsyayan 1996; Rangacharya 1966). Vatsyayan (1996) argumenta que a obra é tão coerente e concisa, o que evidenciaria tratar-se de um único autor. A pesquisadora defende que Bharata Muni foi um professor de uma longa linhagem de artistas e que tinha muitos discípulos, como nos é apresentado no primeiro capítulo da obra. Independente das discussões temporais e espaciais que envolvem a obra e sua autoria, a importância do texto para o estudo das artes performáticas indianas permanece.

Embora haja um amplo interesse na obra desde o século XIX, foi apenas no século XX que pesquisadores tiveram acesso a uma cópia completa do *Nāṭyaśāstra*. A construção e edição de uma versão integral da obra se deu a partir da localização de manuscritos em bom estado de conservação do comentarista Abhinavagupta, da região da Kashmira (Séc.

X-XI EC), porém, é importante destacar que existem partes do texto que apresentam lacunas, seja por motivos de má conservação, divergência entre os manuscritos ou confusão entre comentários e obra original (Vatsyayan 1996). A primeira tradução comentada para a língua inglesa se deu em 1951, feita pelo pesquisador Manomohan Ghosh, o que foi fundamental para ampliar os estudos no ocidente. Adya Rangacharya publicou, em 1984, uma edição comentada, também em inglês, mas estruturada em prosa. Uma tradução para a língua portuguesa do trabalho de Adya Rangacharya foi publicada em 2022 no Brasil.

Análise de Conteúdo da obra

Seguindo a metodologia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), identificamos cinco principais temas abordados na obra (Dança, Drama, Música, Produção e História), sendo que dois deles (Drama e Produção) apresentam subdivisões conforme explicitado na figura 1. A representatividade de cada tema é bem distribuída ao longo da obra, com exceção do tema que classificamos como História, que compreende o primeiro e último capítulo da obra. No capítulo I é explicado a origem divina das artes performáticas (*nāṭya*) e no último é exposto como as artes performáticas são passadas para os humanos na terra. As posições estratégicas de abertura e fechamento da obra são fundamentais para “costurar” e dar coerência ao discurso, como apontado por Vatsyayan (1996).

Os capítulos que apresentam conteúdos sobre música são divididos em seis, sendo eles do XXVIII ao XXXIII. Os capítulos que apresentam informações majoritariamente de dança são nove, sendo eles o IV e a sequência entre o VI e o XIII. Na Tabela 1, apresentamos o detalhamento do conteúdo identificado em cada capítulo. Podemos observar que em diversos capítulos são abordados mais de um tema, o que compreendemos como um marcador para as características holísticas da obra. Para base desse estudo foram utilizadas as traduções Ghosh (1951, 1956, 2002) e Rangacharya (1984, 2022).

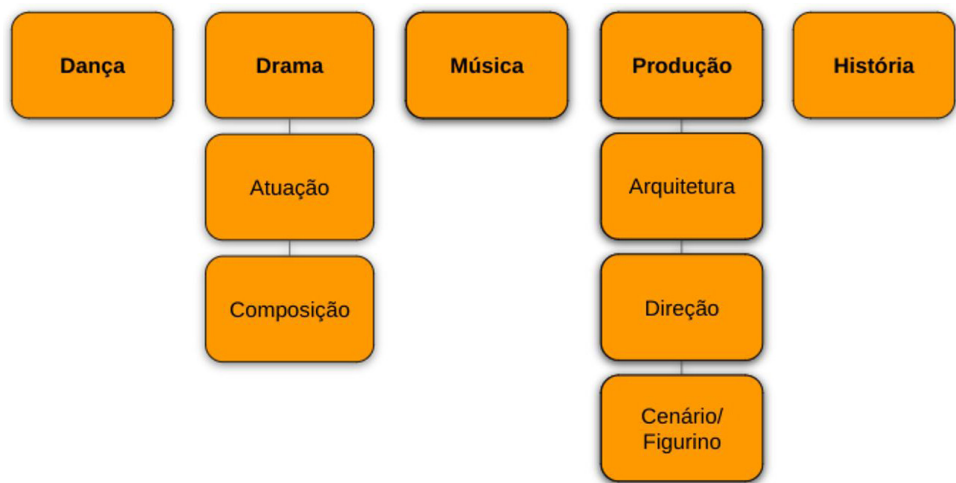


Fig. 1. Esquema de temas identificados na obra Nāṭyaśāstra utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (2010).

Fonte: Santos (2021: fig. 10).

A Música no Nāṭyaśāstra

Na obra, são apresentados quatro tipos de instrumentos que podem ser utilizados em uma composição de arte performática, sendo eles: instrumentos de corda (sânscrito: tata, por exemplo a Vina), instrumentos cobertos (sânscrito: avanaddha, por exemplo Mṛdaṅga), instrumentos sólidos (sânscrito: ghana, por exemplo címbalos) e instrumentos vazados (sânscrito: suṣira, por exemplo as flautas). Uma peça deve ser estruturada musicalmente de três maneiras: com preponderância de instrumentos de cordas, com preponderância de instrumentos cobertos (percussão) ou uma combinação dos quatro tipos de instrumentos. Para a produção de uma peça dramática a música, o drama e a dança devem ser pensados como um conjunto. Ao longo dos seis capítulos, Bharata Muni explica os detalhes de cada tipo de instrumento, os tipos de músicas com seus ornamentos e variações, seus diferentes tipos de andamentos e suas relações com a expressão de sentimentos (rasas), seguindo a teoria estética proposta nos capítulos VI e VII, o que constrói uma robusta teoria musical para a produção de arte performática.

Além dos instrumentos e seus elementos, são descritas em detalhes os principais tipos de composições musicais presentes em uma peça, as Dhruvās. Elas são organizadas em cinco tipos, sendo: canções para indicar a entrada de personagem (praveśa), canções para indicar acontecimentos inesperados ou interpostos (ākṣepa), canções para indicar a saída de personagens (niskrama), canções para indicar uma situação ou momento agradável (prāsādika), e canções intermediárias para preencher lacunas (āntara). Tais canções podem incorporar elementos regionais, como o idioma ou preferências rítmicas, apresentando variações de acordo com a localidade na qual a peça é performada. Outro elemento musical apresentado são as composições musicais do tipo Gāndharvas. Elas são assim chamadas por referência ao deleite que proporcionam aos deuses e aos seres celestiais. Sua estrutura é organizada em três tipos: notas (svara), rítmica (tāla) e palavras (pada) e sua execução é realizada por diferentes instrumentos. Ghosh (2002) aponta que canções Gāndharva seriam um tipo de música que combina a voz com instrumentos.

Capítulo	Título	Conteúdo
I	Origem de Nāṭya	História
II	O Nāṭyagrha (Descrição de um teatro-arquitetura)	Produção (Arquitetura)
III	Oferenda aos deuses no palco	Produção
IV	Tāṇḍava Nṛtya (Descrição da dança Tāṇḍava)	Dança
V	Pūrvaraṅga (Antecedentes de uma peça)	Produção
VI	Rasa	Dança / Drama
VII	Bhāva	Dança / Drama
VIII	Gestos das seis extremidades maiores (aṅga) – cabeça, mãos, peito, laterais, cintura e pés	Dança / Drama
IX	Gestos das seis extremidades menores (upaṅga) – olhos, sobrancelhas, nariz, lábio superior e bochechas.	Dança / Drama
X	Outros gestos das extremidades	Dança / Drama
XI	Movimentos Cārī (movimento conjunto com pés, canela e quadril)	Dança / Drama
XII	Maṇḍala (formações em grupo)	Dança / Drama
XIII	Caminhar no palco	Dança / Drama
XIV	Estilos regionais e a Natureza das peças	Produção (Direção) / Drama (Composição)
XV	Representação verbal e regras de prosódia	Drama (Composição)
XVI	Formas métricas	Drama (Composição)
XVII	Dicção e projeção vocal	Drama (Composição)
XVIII	Regras no uso da linguagem	Drama (Composição)
XIX	Os tipos de peça	Produção (Direção) / Drama (Composição)
XX	Dez espécies de peças	Produção (Direção) / Drama (Composição)
XXI	Plot	Drama (Composição)
XXII	Vṛtti (a base do drama)	Drama (Atuação) / Dança
XXIII	Āhārya Abhinaya (Figurinos, maquiagem e cenário)	Produção (Cenário e figurino)
XXIV	Sāmānya Abhinaya (Representações harmoniosas masc. e fem.)	Drama (Atuação) / Dança
XXV	Personagens secundários	Produção (Direção) / Drama / Dança
XXVI	Citrābhinaya (representação de ideias)	Drama (Atuação) / Dança
XXVII	Siddhi (Sucesso na produção)	Produção
XXVIII	Música instrumental	Música
XXIX	Instrumentos de corda	Música
XXX	Instrumentos de sopro	Música
XXXI	Regras do Tāla (Medida de Tempo)	Música
XXXII	Canções Dhruvā (Músicas para a performance)	Música
XXXIII	Instrumentos de percussão	Música
XXXIV	Tipos de personagens	Produção (Direção) / Drama / Dança
XXXV	Distribuição dos papéis	Produção (Direção)
XXXVI	Descida do teatro na terra	História

Tabela 1: Detalhamento de temas por capítulos identificados na obra Nāṭyaśāstra utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (2010).

Fonte: Santos (2021: quadro 2).

Tendo apenas o Nāṭyaśāstra como referência, as diferenças entre as músicas Dhruvās e as Gāndharvas são nebulosas. Em nossa interpretação inicial, entendemos que as canções Gāndharvas teriam como objetivo alegrar os deuses, enquanto as canções Dhruvās estariam voltadas para a construção dramática da peça. Na tradução de Ghosh (2002), no capítulo XXIX localizamos uma diferenciação técnica entre elas. Nos śloka 77 – 81 são apresentados quatro tipos de Gīti, que compreendem a um antigo sistema de classificação de ritmos que organiza formações especiais de sílabas e variação de velocidade da música. Bharata Muni explica que esses elementos são realizados apenas em canções Gāndharvas. Tarlekar (1991) explica que as diferenças são:

1. em relação a notas, rítmica e palavras: sendo as canções Gāndharvas mais rigorosamente estruturadas no sentido das notas e ritmos e as palavras são direcionadas proeminentemente ao louvor a Deus, seu significado é secundário. Ação diretamente conectada com as emoções que se busca produzir no drama. Promovendo uma flexibilização no que consiste na construção de notas e ritmo, podendo haver influências regionais e os significados das palavras são relevantes.
2. o resultado esperado: as canções Gāndharvas dependeriam apenas das pessoas que as executam, uma vez que seu objetivo é agradar aos deuses. Já as canções Dhruvās, para terem seus resultados alcançados, dependem de um duplo resultado, ou seja, a realização da equidade bem-sucedida dos personagens e o prazer dos espectadores.
3. referente às causas e efeitos: As canções Gāndharvas originam-se do Sāmaveda, um dos quatro textos que compreendem os textos sagrados Vedas, assim devem ser empregados nas etapas ritualísticas preliminares à peça para proteção e garantia de sucesso. As canções Dhruvās estão mergulhadas na totalidade da arte dramática, sua execução produz beleza para a peça.

Por fim, Tarlekar (1991: 698-699) nos aponta que “a mudança nos tipos de melodia estritos do Gāndharva para se adequar à Dhruvā permitiu a não observância da natureza fixa do Gāndharva. Isso acabou levando ao conceito posterior de Rāga, que encontrou ampla base na música popular”. Atualmente, os Rāgas tem como objetivo agradar tanto os Deuses, quanto à humanidade, ele é performado com ou sem acompanhamento de dança e drama. A total compreensão desses elementos exige um profundo conhecimento da teoria musical proposta na obra.

A Dança no Nāṭyaśāstra

Para refletirmos sobre a dança descrita no Nāṭyaśāstra precisamos observar os capítulos IV e VIII a XIII, em que são apresentados os elementos fundamentais do que estamos compreendendo como a teoria corporal proposta por Bharata Muni. Essa teoria corporal estrutura as partes do corpo em aṅgas – membros maiores (ou primários), pratyaṅgas – membros menores (ou secundários) e upaṅgas – partes do rosto; além das cārīs – que são deslocamentos no espaço criados a partir do estudo dos membros inferiores do corpo divididos entre terrestres (bhuīmīcārīs) e aéreos (ākāśikīcārīs); os hāstas – gestos de mão; e os sthānas – posições estáticas de pernas para homens e mulheres, conforme esquema da Figura 2. Tais elementos combinados produzem um Karaṇa, um complexo passo de dança.

No início do capítulo IV, Bharata nos conta como a dança (nr̥tya) foi incluída no repertório de nāṭya (arte cênica que compreende a música, dança e drama de forma integral). Assim que o deus Brahma terminou de compor a primeira peça intitulada Amṛta-manthana (A agitação do oceano), pediu que Bharata dirigisse uma apresentação para o deus Shiva e outros seres celestiais na região dos Himalaias. No final da noite, Shiva ficou muito satisfeito com tudo que viu e, lembrando-se de sua dança, pediu ao sábio Taṇḍu que a ensinasse para Bharata e que ele a incluísse no repertório de nāṭya. A partir daí,

o capítulo prossegue descrevendo os detalhes dessa dança. Assim, somos apresentados aos 108 Karaṇas, 32 Aṅgahāras (sequências coreográficas) e outros elementos relevantes para a prática e apresentação de dança. Os Karaṇas são definidos na obra como:

hastapādasamāyogo nṛtyasya Karaṇam bhavet | śl 31

Numa tradução nossa para o português a combinação dos movimentos das mãos e dos pés em uma dança é chamado Karaṇa. Então mais do que poses estáticas, os Karaṇas são movimentos de dança, ou seja, passos de

dança. Como aponta a pesquisadora Bindu S. Shankar (2004: 3) “um Karaṇa é a unidade fundamental de movimento e a fonte a partir da qual os artistas iniciam sequências de movimentos cada vez maiores. Devido à sua natureza fundamental, o Karaṇa é central para o vocabulário de dança e movimento”. No Nāṭyaśāstra, os Karaṇas são apresentados em forma de lista e são descritos utilizando o vocabulário técnico de sua teoria corporal, o que demanda que o interlocutor já esteja familiarizado com os conteúdos dos capítulos VIII a XIII.

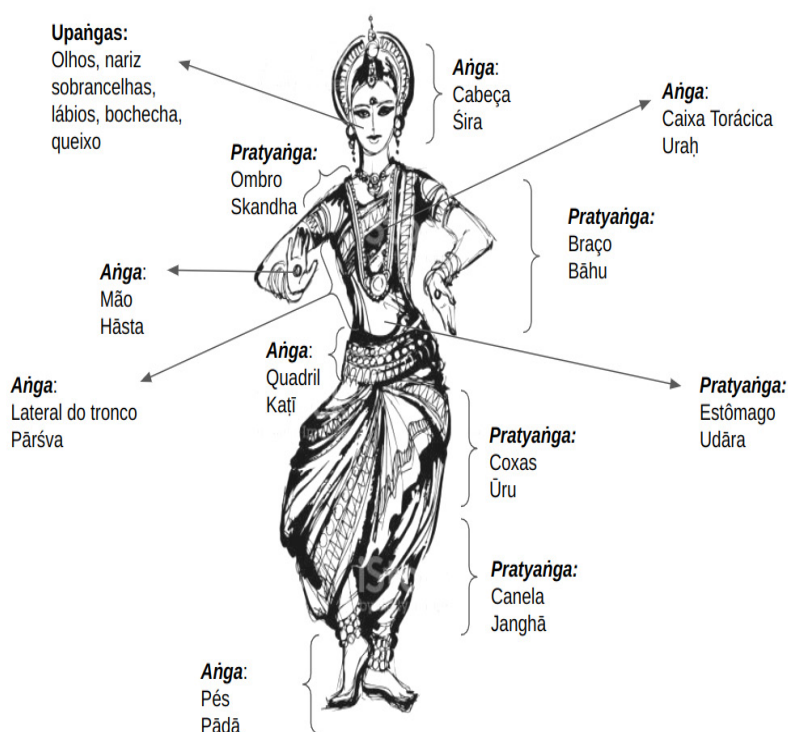


Fig. 2. Esquema do estudo corporal na perspectiva do Nāṭyaśāstra.

Fonte: Santos (2021: fig 12).

No final dos anos 1970, a pesquisadora indiana Dra. Padma Subrahmanyam (2003) desenvolveu uma extensa pesquisa buscando (re)construir os movimentos

dos Karaṇas descritos no Nāṭyaśāstra. Na pesquisa, foram utilizadas as representações dos passos presentes nos templos do sul da Índia, o Nāṭyaśāstra com comentários

de Abhinavagupta (Séc. X EC) e o seu conhecimento corporal oriundo da prática do Bharatanatyam (modalidade de dança indiana). Seguindo os ensinamentos do Nāṭyaśāstra, o estudo dos Karaṇas pode ser estruturado em quatro partes principais:

1. Investigação das articulações com os Aṅgas (membros principais) e Prathyaṅga (membros secundários),
2. Referencial estético de mãos e pernas utilizando os Nṛtta Hāstas (gestos de mão) e Sthānas (posições dos membros inferiores),
3. Movimento dos membros inferiores a partir das Cārīs e
4. Movimentos de dança completo dos Karaṇas.

Posteriormente, sua pesquisa foi reconhecida como uma nova modalidade de dança indiana chamada Bharatanrityam. O trabalho pioneiro de Padma Subrahmanyam nos auxilia a acessar a essa teoria corporal proposta por Bharata Muni.

Nāṭyaśāstra como método interpretativo arqueológico

Assumindo o Nāṭyaśāstra como um integrante dos Śilpa Śāstras que influenciou diretamente as artes e ofícios do período clássico indiano com sua estética corporal, propomos neste estudo agregar a teoria corporal e a teoria musical presente na obra à análise e interpretação arqueológica no contexto indiano. Desta forma, buscamos abordar as representações corporais como cenas, investigando a performatividade (composição, elementos coreográficos, elementos musicais, experiência estética proposta etc.) da materialidade. O nosso método analítico é estruturado em três fases:

1. Análise das estruturas corporais da representação: nos debruçamos nas representações e construímos pontos de referências ósseas das partes dos corpos e elementos identificados (como instrumentos e acessórios). O destaque da

marcação foi organizada em: 1) Membros inferiores – Laranja, 2) Coluna – Vermelho, 3) Membros superiores – Amarelo e 4) Acessórios/destaque – Verde.

2. Análise referencial do Nāṭyaśāstra: construímos uma série de matrizes analíticas em que identificamos os elementos da teoria corporal e musical do Nāṭyaśāstra em cada representação.
3. Interpretação: proposta interpretativa dos dados levantados. Indo além da narrativa, buscamos identificar elementos performativos como os Karaṇas, os Aṅgharhas e os Rasas que operam a cena.

A seguir, apresentaremos três estudos de caso em que aplicamos o método aqui proposto buscando evidenciar que, além de ser possível utilizar o Nāṭyaśāstra como base para a análise da materialidade no contexto indiano, ele enriquece a interpretação arqueológica. Como resultado da discussão, selecionamos cenários em que a dança e a música são tema da materialidade, são contexto da produção material e em que não há nenhuma conexão direta da dança e da música com a materialidade.

Estudos de caso

Cena de dança e música no templo Sri Malleegeshwarar

Nosso primeiro estudo de caso trata-se de uma cena de dança e música esculpida em pedra localizada no templo de Sri Malleegeshwarar (século VIII-XI E.C.), no centro de Mahabalipuram – Tamil Nadu. Mahabalipuram, também conhecida como Mamallapuram, foi uma relevante cidade do reino Pallava (III-IX E.C.) e é internacionalmente conhecida pelo Conjunto Monumental de Mahabalipuram protegido como World Heritage Site da UNESCO. Na cena, vemos duas dançarinas e dois músicos. As dançarinas performam um dueto, o primeiro músico toca címbalos e está com o corpo voltado para as dançarinas, interagindo com elas, e o segundo músico toca um

instrumento de percussão, que identificamos como um *Mṛdaṅga*, e seu corpo voltado para os interlocutores. Como resultado da primeira fase do método proposto, a análise das estruturas corporais da representação, temos a Figura 3.

Na segunda fase, a análise referencial do *Nāṭyaśāstra*, podemos identificar que as dançarinas performam o mesmo movimento, sendo que em posições opostas. A cabeça (*śira*) está flexionada lateralmente (*añcita*), a caixa torácica (*uras*) está alinhada (*sama*), sendo que a coluna vertebral se encontra em uma ampla flexão lateral

(*Sammunnata*) produzindo um *Dvibhaṅga*. Os braços (*bāhu*) estão cruzando o lado do corpo (*Svastika*), sendo que um cruza por cima da cabeça, numa abdução, e o outro pela parte da frente do tronco, numa adução. O quadril (*kaṭi*) apresenta uma elevação para o lado (*Udvāhita*). As articulações coxofemorais estão em rotação externas, ambos os joelhos estão flexionados (*nata*) e afastados (*maṇḍala sthāna*). Uma perna está abduzida até a altura do quadril. O pé (*pādā*) de apoio encontra-se totalmente repousado no solo (*sama*) e o pé (*pādā*) erguido encontra-se em flexão plantar (*kuñcita*), performando o *Cārī Ūrdhvajānu*.



Fig. 3. Cena de dança e música localizada na parede interna do templo Sri Malleegeshwarar (séc VIII-XI E.C.) em Mahabalipuram, Tamil Nadu.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

O músico 1, que toca o címbalo, encontra-se com o corpo todo rotacionado para a direita, a cabeça (śīra) faz uma extensão (Akampita), a caixa torácica (uras) está alinhada (sama) e o tronco faz uma flexão frontal voltando-se para as dançarinas à direita. Os braços (bāhu) estão flexionados (avidha) e seguram os címbalos. Os joelhos estão flexionados (nata) e a articulação coxofemoral da perna esquerda faz uma rotação interna (medial). Ambos os pés (pādā) estão totalmente apoiados no solo (sama). O músico 2 encontra-se com a cabeça (śīra) e a caixa torácica (uras) alinhados (sama), o tronco (pārśva) faz uma flexão lateral (nata) para a direita. O braço (bāhu) direito está abduzido (urdhvagata) e o esquerdo no prolongamento do corpo (adhomukha) tocando o instrumento. As articulações coxofemoral estão em rotação externas, ambos os joelhos estão flexionados (nata) e afastados (maṇḍala sthāna). Ambos os pés (pādā) estão totalmente apoiados no solo (sama).

Utilizando as categorias do Nāṭyaśāstra para a terceira fase, a interpretação, acreditamos que se trata da representação de uma performance em que há na composição

musical uma preponderância de instrumentos cobertos (avanaddha), destacando o músico tocando o Mṛdaṅga, uma vez que a principal função do címbalo (instrumento sólido) é a de acompanhamento para definição do ritmo (tāla). O ritmo (tāla) é de grande importância tanto para a dança, quanto para a música, a posição do músico com os címbalos em cena, entre as dançarinas e o músico que toca o Mṛdaṅga, nos evidencia essa conexão. Sua posição, com o corpo inclinado para as dançarinas, indica uma interação entre esses personagens. Levantamos a hipótese dessas dançarinas também assumirem o papel de cantoras. Em relação à análise corporal delas, não conseguimos associar as representações com nenhum Karaṇa específico. Assim, acreditamos que nessa cena, música instrumental (vādyā), canção (gāna) e drama (nāṭya) estão presentes de acordo com a proposta do capítulo XXVIII. Nesse estudo de caso, buscamos evidenciar a possibilidade de aplicação dos conhecimentos do Nāṭyaśāstra para materialidades que apresentam uma conexão com as artes performáticas por meio de seu tema, no caso uma cena de dança e música.

Elementos	Dançarina 1	Dançarina 2	Músico 1	Músico 2
Śīra (cabeça)	Añcita	Añcita	Akampita	Sama
Uras (caixa torácica)	Sama	Sama	Sama	Sama
Pārśva (lateral do tronco)	Sammunnata	Sammunnata	Não se aplica	Nata
Bāhu (braços)	Svastika	Svastika	Avidha	Urdhvagata (direito) e adhomukha (esquerdo)
Hāsta (mãos)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Kaṭi (quadril)	Udvāhita (esquerda)	Udvāhita (direita)	Não se aplica	Não se aplica
Ūru (coxas)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Jaṅgha (canelas)	Nata (centro)	Nata (centro)	Nata (direita)	Nata (centro)
Pādā (pés)	Sama (direito) e Kuñcita (esquerdo)	Sama (esquerdo) e Kuñcita (direito)	Sama	Sama
Cārī (combinação de movimento membros inferiores)	Ūrdhvajānu	Ūrdhvajānu	Não se aplica	Não se aplica
Sthāna (posição estática membros inferiores)	Maṇḍala	Maṇḍala	Não se aplica	Maṇḍala
Acessório	Não se aplica	Não se aplica	Címbalo	Mṛdaṅga

Tabela 2: Análise da teoria corporal do Nāṭyaśāstra figura 3 cena de dança e música

Sambandar: a criança santa

Sambandar foi uma criança santa que compôs diversos poemas devocionais shivaístas no século VIII E.C., na região de Tamil Nadu. Dehejia (1987) aponta que quando escultores visualizaram Sambandar dançando, utilizaram a iconografia já estabelecida do jovem Krishna dançarino, trocando apenas o gesto da mão direita para o dedo indicador apontando para o céu. O autor acredita que essa escolha foi intencional, numa busca de popularização do ícone shivaísta no período Chola. Em uma variação da representação de Sambandar, ele encontra-se segurando um címbalo na mão esquerda remetendo às suas canções devocionais à Shiva e Parvati. Para nosso estudo de caso, utilizaremos uma escultura de bronze datada do século XII E.C. (Chola), da região de Tamil Nadu, que se encontra no British Museum. Como resultado da primeira fase do método

proposto, a análise das estruturas corporais da representação, temos a Figura 4.

Na segunda fase, a análise referencial do Nāṭyaśāstra, podemos identificar que a cabeça (śira), caixa torácica (uras) e tronco (pārśva) encontram-se alinhados (sama). A mão direita realiza o Hāsta Recita mantendo o braço direito abduzido até o nível dos ombros, e a mão esquerda, com o Hāsta Suci, tem o braço (bāhu) em uma flexão (avidha) no cotovelo. O quadril (kaṭi) apresenta uma elevação do lado esquerdo (udvāhita), as articulações coxofemorais estão em rotação externas, a perna esquerda está abduzida até a altura do quadril e ambos os joelhos estão flexionados (nata). O pé (pādā) direito encontra-se totalmente repousado no solo e o pé (pādā) esquerdo encontra-se em flexão plantar (kuñcita). Na Tabela 3, apresentamos a matriz de análise dos elementos da teoria corporal do Nāṭyaśāstra que identificamos na Figura 4.



Fig. 4. Imagem de Sambandar dançando produzida em bronze na região de Tamil Nadu, século XII E.C.

Fonte: The British Museum (2001).

Por último, temos a terceira fase do método, a interpretação. Com base no material produzido nas fases anteriores podemos identificar que, na escultura da Figura 4, foi escolhido o hāsta Suci para representar a mão direita característica da iconografia de Sambandar, o que o conecta diretamente com a teoria corporal do Nāṭyaśāstra. Dehejia (1987) aponta que esse gesto da mão direita varia de escultura para escultura, podendo ser bem específico ou pouco detalhado. O detalhamento do hāsta (gesto de mão) nos evidencia que o escultor tinha os ensinamentos do Nāṭyaśāstra como referencial imagético. Observando os outros elementos, identificamos que a representação corporal remete ao Karaṇa Ūrdhvajānu, o vigésimo quinto Karaṇa descrito no capítulo IV do Nāṭyaśāstra como “o pé em Kuñcita levantado, o joelho e a mão elevados ao nível do peito” (Santos 2021: 138), no sânscrito:

kuñcitaṃ pādmutkṣipya jānu
hastam samaṃ nyaset / prayogavaśagau
hastāvūrdhvajānu prakīrtitam // 87

Partindo do trabalho de Santos (2021), em que encontramos detalhadas as 108 representações dos Karaṇas nos gopuras (portais) do complexo templário de Thillai Nataraja em Chidambaram – Tamil Nadu (século XI E.C.), podemos notar os mesmos elementos, conforme Tabela 4, com a observação de que há uma inversão de lados do movimento e o hāsta Suci foi substituído pelo Pataka, conforme Figura 5.

Assim, acreditamos que a teoria corporal do Nāṭyaśāstra estava presente no imagético dos escultores de ambas as materialidades. Seja por uma tradição de ofício, seja pela reprodução de outras materialidades ou pela própria dança que era performada na região de Tamil Nadu nesse período. Neste estudo de caso, buscamos evidenciar a possibilidade de aplicação dos conhecimentos do Nāṭyaśāstra para materialidades que apresentam uma conexão com as artes performáticas por meio de seu contexto, como é o caso de Sambandar.

Elementos	Sambandar
Śira (cabeça)	Sama
Uras (caixa torácica)	Sama
Pārśva (lateral do tronco)	Sama
Bāhu (braços)	Aviddha (esquerdo)
Hāsta (mãos)	Recita (direita) e Suci (esquerda)
Kaṭi (quadril)	Udvāhita (esquerda)
Ūru (coxas)	Não se aplica
Jaṅgha (canelas)	Nata (centro)
Pādā (pés)	Sama (direito) e Kuñcita (esquerdo)
Cārī (combinação de movimento membros inferiores)	Ūrdhvajānu
Sthāna (posição estática membros inferiores)	Não se aplica
Acessório	Não se aplica

Tabela 3: Análise da teoria corporal do Nāṭyaśāstra Figura 4 Sambandar

Bhūmī Devī: a deusa que é a terra

Seguindo para nosso último estudo de caso, apresentamos a representação da deidade Bhūmī Devī, também conhecida como Bhudevi, cujo nome significa

literalmente “a deusa que é a terra”. Uma importante característica da reverência pelo divino feminino, na tradição hindu, é o respeito pela sacralidade da própria terra e do subcontinente indiano como um todo. Sendo Bhūmī Devī a mãe terra, ela

representa o aspecto da deusa que protege aqueles que estão sendo oprimidos por governantes perversos. Ela está conectada com a mitologia e iconografia Vaisnava, sendo comum ver Viṣṇu flanqueado por Lakṣmī de um lado e Bhūmī Devī do outro (Kinsley 1988, Dallapiccola 2002). Para nossa análise,

utilizaremos uma escultura de bronze datada do início do século XII E.C. (Chola) da região de Tamil Nadu, que também se encontra no British Museum. Como resultado da primeira fase do método proposto, a análise das estruturas corporais da representação, temos a Figura 6.



Fig. 5. Representação do Karāṇa Ūrdhvajānu localizado no templo de Shiva Nataraja em Chidambaram – Tamil Nadu (séc. XI E.C.).

Fonte: Santos (2021: fig. 72).

Elementos	Karāṇa Ūrdhvajānu
Śīra (cabeça)	Sama
Uras (caixa torácica)	Sama
Pārśva (lateral do tronco)	Sama
Bāhu (braços)	Aviddha (direito)
Hāsta (mãos)	Recita (esquerdo) e Pataka (direito)
Kaṭi (quadril)	Udvāhita (direita)
Ūru (coxas)	Não se aplica
Jaṅgha (canelas)	Nata (centro)
Pādā (pés)	Sama (esquerdo) e Kuñcita (direito)
Cārī (combinação de movimento membros inferiores)	Ūrdhvajānu
Sthāna (posição estática membros inferiores)	Não se aplica
Acessório	Não se aplica

Tabela 4: Análise da teoria corporal do Nāṭyaśāstra figura 5 Karāṇa Ūrdhvajānu.

Na segunda fase, a análise referencial do Nāṭyaśāstra, podemos identificar que a cabeça (śīra) e caixa torácica (uras) estão alinhadas (sama), sendo que a região torácica da

coluna vertebral, ou o lado do tronco (pārśva), encontra-se deslizado para o lado esquerdo (prasārita). A mão direita encontra-se no hāsta Dola, com o braço sinuosamente estendido

no prolongamento do tronco, enquanto o braço (bāhu) esquerdo está flexionado no cotovelo (avidhha) e a mão direita faz um gesto de mão que remete ao hāsta Suci. O quadril (kaṭi) está deslizado para o lado direito (udvāhita), a perna direita está estendida (sama) e a esquerda encontra-se levemente flexionada (nata), ambos

os pés (pādā) estão totalmente em contato com o chão (sama), sendo que o pé esquerdo se encontra ligeiramente oblíquo (tryāśra), formando assim o sthāna feminino Āyata. Na Tabela 5, apresentamos a matriz de análise dos elementos da teoria corporal do Nāṭyaśāstra que identificamos na Figura 6.

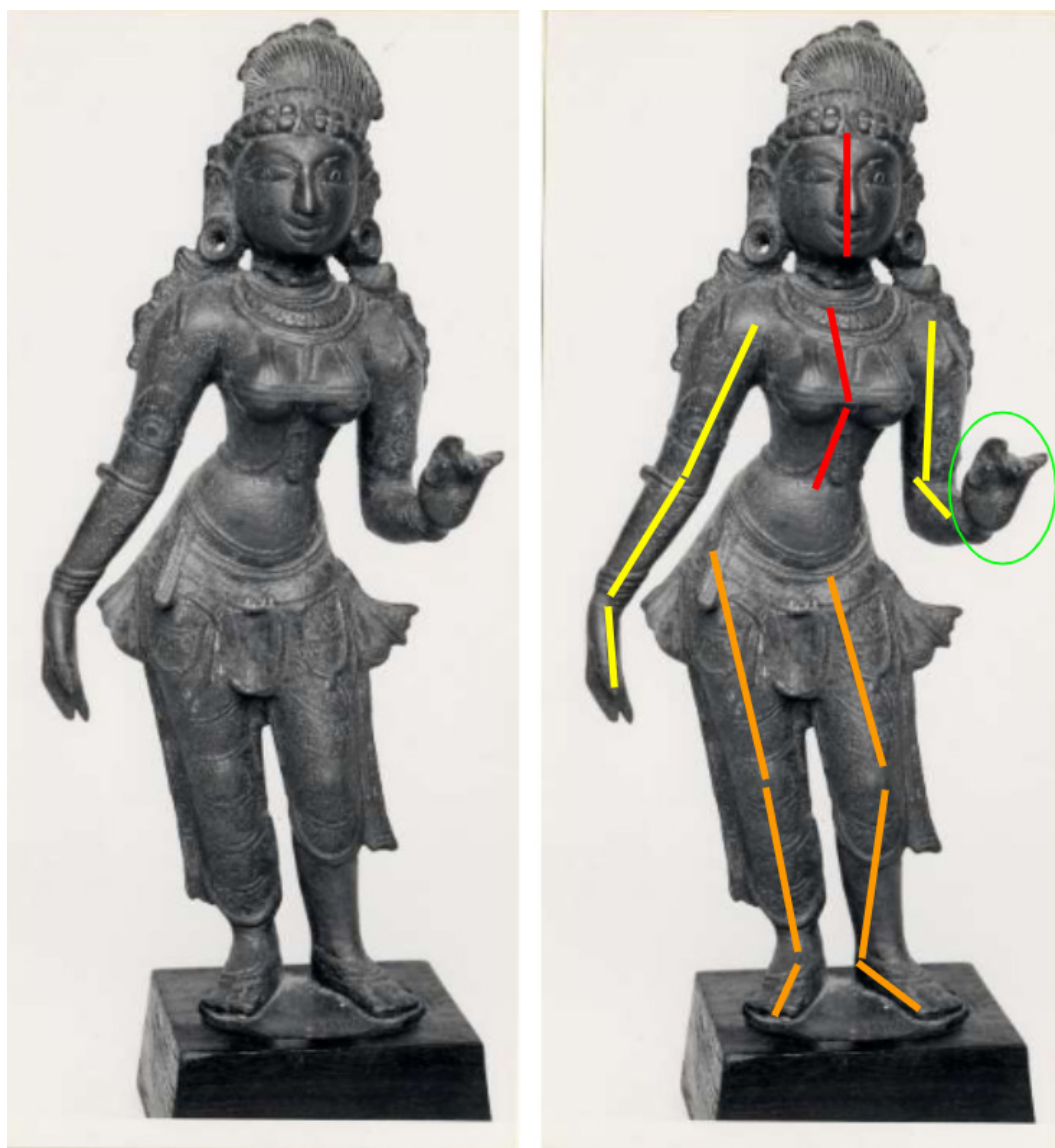


Fig. 6. Imagem deidade Bhūmī Devī produzido em bronze na região de Tamil Nadu, (início) século XII E.C.
Fonte: The Britsh Museum (1965).

Elementos	Bhūmī Devī
Śira (cabeça)	Sama
Uras (caixa torácica)	Sama
Pārśva (lateral do tronco)	Prasārita (esquerdo)
Bāhu (braços)	Avidha (esquerdo)
Hāsta (mãos)	Dola (direita) e Suci (esquerda)
Kaṭi (quadril)	Udvāhita (direita)
Ūru (coxas)	Não se aplica
Jaṅgha (canelas)	Sama (direito) e Nata (centro, esquerdo)
Pādā (pés)	Sama, sendo esquerdo em Tryāśra
Cārī (combinação de movimento membros inferiores)	Não se aplica
Sthāna (posição estática membros inferiores)	Āyata
Acessório	Não se aplica

Tabela 5: Análise da teoria corporal do Nāṭyaśāstra figura 6

Como resultado da terceira fase, a interpretação, podemos observar que a aplicação dos conhecimentos do Nāṭyaśāstra a materialidades que não apresentam nenhuma conexão com as artes performáticas em seu contexto é efetiva, uma vez que o Nāṭyaśāstra faz parte do conjunto de textos que orientam as artes e ofícios clássicos indianos, os Śilpa Śāstras. O Sthāna Āyata é uma postura feminina descrita no Nāṭyaśāstra no capítulo XIII, e é indicado na obra para “invocação, exoneração, observação, para pensamentos, dissimulação, na entrada, enquanto espalha flores, para raiva devido a ciúmes, para torcer ou esmagar o dedo indicador, proibição, arrogância, silêncio, capricho ou mal humor” (Rangacharya 2021: 176). Devido à face sorridente da escultura, nos conectamos com o sentimento (rasa) do amor (śṛṅgāra rasa) e acreditamos que a postura indicaria uma entrada ou uma observação, marcada pelo aspecto feminino que o sthāna remete. É interessante observar que não é apenas o sthāna que indica essa feminilidade, mas também a relação de quadril (kaṭi) e lateral do tronco (pārśva), que nos constrói o tribhanga e a graciosidade e sinuosidade do Dola hāsta. Assim, defendemos que todos os elementos do Nāṭyaśāstra selecionados pelo escultor têm o intuito de marcar a performatividade da feminilidade da deusa e tal marcação seria facilmente recebida por seus interlocutores.

Conclusão

No presente trabalho abordamos a música e a dança na Índia antiga a partir da materialidade e do conhecimento fornecido pelo Nāṭyaśāstra, um dos principais códex das artes performáticas indianas, com o objetivo de produzir um deslocamento referencial epistemológico na interpretação arqueológica desse contexto, a partir do desenvolvimento de uma abordagem metodológica que se baseia nos conceitos deste śāstra. Nesse sentido, nos engajamos nos conceitos de desobediência epistemológica de Mignolo (2008) e Ásia como método de Chen (2010) e de Freitas (2016). Defendemos que colocar os śāstras como base para o método nos oportuniza a uma mudança de visão de mundo e nos abre para esse diálogo. Dessa forma, argumentamos que é possível realizar uma alteração no olhar para essa materialidade a partir de uma perspectiva performática, produzindo interpretações ancoradas em um imaginário próprio da cultura indiana. Assim, mais do que estátuas paradas no tempo e espaço, as esculturas se transformam em cena.

O método desenvolvido se estrutura em três etapas, sendo elas: 1) Análise das estruturas corporais da representação, em que construímos pontos de referências ósseas das partes dos corpos e elementos identificados (como instrumentos e acessórios). Buscamos

identificar, com mais clareza, o posicionamento corporal proposto pelo escultor em cada elemento cênico; 2) Análise referencial do Nāṭyaśāstra, construímos uma série de matrizes analíticas em que identificamos os elementos da teoria corporal e musical do Nāṭyaśāstra em cada representação para traduzirmos os elementos cênicos em dados passíveis de comparação; 3) Interpretação, em que produzimos uma proposta interpretativa dos dados levantados.

Para o presente artigo, nos utilizamos de três estudos de caso com propostas cênicas em que: 1) Dança e música são tema diretos na materialidade, a representação do templo de Sri Malleegeshwarar (séc. VIII-XI E.C.) em Mahabalipuram, Tamil Nadu como referência; 2) Dança e música são contexto da produção material com uma estátua de bronze produzida na região de Tamil Nadu, século XII E.C. de Sambandar; e 3) Em que não há nenhuma conexão direta da dança e música com a materialidade com uma estátua de bronze produzida na região de Tamil Nadu, no início século XII E.C., da deidade Bhūmī Devī. Nosso objetivo com esses três exemplos foi demonstrar que o método aqui proposto não se limita à iconografia de dança e música, mas sim proporciona uma base para uma mudança referencial no trabalho interpretativo arqueológico no contexto indiano, bem como ratifica o status do Nāṭyaśāstra como um Śilpa Śāstras, ou seja, um códex que influenciou a

produção das artes e ofícios indiana ao longo dos séculos.

Nos três estudos de caso aqui propostos, pudemos observar que o movimento integra a construção cênica do estatutário, seja uma cena de dança ou não. Na representação do templo de Sri Malleegeshwarar, seguindo a hipótese de que as dançarinas também seriam compreendidas como cantoras, acreditamos que a proposta do capítulo XXVIII do Nāṭyaśāstra é apresentada, em que música instrumental (vādyā), canção (gāna) e drama (nāṭya) estão presentes cenicamente. No estudo de caso da estátua de Sambandar, fomos capazes de identificar a representação corporal que remete ao passo de dança (Karaṇa) Ūrdhvajānu, o vigésimo quinto Karaṇa descrito no capítulo IV do Nāṭyaśāstra, o que nos abre para o movimento cênico proposto pelo escultor. Por último, com a estátua de bronze de Bhūmī Devī, observamos como todos os elementos corporais associados constroem cenicamente aspectos da feminilidade neste contexto.

Como conclusão, apontamos para a importância do exercício de descolamento referencial na interpretação arqueológica. Acreditamos que pesquisadores voltados ao contexto indiano têm muito a desenvolver utilizando os śāstra como base epistemológica. Defendemos que esse é um caminho para o pensamento decolonial na produção de conhecimento arqueológico.

SANTOS, T. M. C. dos. Dance and Music in Ancient India: a performative approach to materiality via the Nāṭyaśāstra. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 51-68, 2024.

Abstract: This study investigates music and dance in ancient India based on the materiality and knowledge provided by the Nāṭyaśāstra. It aims to develop an approach that evaluates the performative aspects of materiality by using concepts from classical Indian performing arts for its interpretation. We engage with decolonial criticism to construct a method that epistemologically and referentially shifts the production of knowledge in archaeology in Indian. Mignolo (2008), Chen (2010), and de Freitas (2016) are used as theoretical references. The developed method is structured in three stages: analysis of representation body structures, referential analysis of the Nāṭyaśāstra, and Interpretation. This study uses three case studies with scenarios in which dance

and music configure the subject of materiality; dance and music, the context of material production; and no direct connection exists between dance and music and materiality. Thus, results highlight the effectiveness of the proposed method, showing how the use of Nāṭyaśāstra for archaeological and archaeomusicological analysis and interpretation opens us to interpretations anchored in an imaginary specific to Indian culture.

Keywords: Nāṭyaśāstra; India; Dance; Music; Decolonial.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. 2010. *Análise de conteúdo*. Edições 70, São Paulo.
- Coomaraswamy, A. 2013. *The dance of Shiva: Fourteen essays*. Rupa Publications, New Delhi.
- Chen, K.H. 2010. *Asia as method: Toward deimperialization*. Duke University Press, Durham.
- Dallapiccola, A.L. 2002. Dictionary of Hindu lore and legend. Thames & Hudson, London.
- Das, S. 2015. Ancient Indian dramaturgy: A historical overview of Bharata's natyashastra. *Research Scholar* 3: 133-140.
- de Freitas, R.P. 2016. Rumo a um novo ancoradouro: Ásia como método. *Arte & Ensaios* 2: 40-49.
- Dehejia, V. 1987. Sambandar: A Child-Saint of South India. *South Asian Studies*. Taylor & Francis 3: 53-61.
- Ghosh, M. 1951. *The Nāṭyaśāstra: A treatise on Hindu dramaturgy and histrionics ascribed to Bharata-Muni*. Asiatic Society of Bengal, Calcutta. v. i.
- Ghosh, M. 1956. *The Nāṭyaśāstra: A treatise on Hindu dramaturgy and histrionics ascribed to Bharata-Muni*. Asiatic Society of Bengal, Calcutta. v. ii.
- Ghosh, M. 2002. *The Nāṭyaśāstra: A treatise on Hindu dramaturgy and histrionics ascribed to Bharata-Muni*. Chaukhamba Sanskrit Series Office, Varanasi, 2 volumes.
- Kavi, M.R. (Ed.). 1956. *Nāṭyaśāstra of Bharatamuni with the commentary Abhinavabhārati by Abhinavaguptācārya*. 2. ed. Gaekwad's Oriental Series. Oriental Institute, Baroda.
- Kinsley, D. R. 1988. *Hindu goddesses: Vision of the Divine Feminine in the Hindu religious tradition*. University of California Press, Berkeley.
- Mignolo, W.D. 2008. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade* 34: 287-324.
- Olsen, D.A. 2007. The complementarity and interdisciplinarity of archaeomusicology: An introduction to the field and this volume. *The World of Music* 49:11-15.
- Rangacharya, A. 1966. *Introduction to Bharata's Natya-Sastra*. Popular Prakashan, Bombay.
- Rangacharya, A. 1984. *The Nāṭyaśāstra*. Munshiram Manoharlal Publishers, New Delhi.
- Rangacharya, A. 2022. *O Nāṭyaśāstra*. Desalinho, Rio de Janeiro.
- Santos, T.M.C. 2021. *Representações dos 108 Karaṇas: Construção de discursos do passado indiano a partir do corpo, da dança e da materialidade*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Subrahmanyam, P. 2003. *Karaṇas: common dance codes of India and Indonesia*. Nrithyodaya, Chennai. 2 volumes.
- Shankar, B.S. 2004. *Dance imagery in south indian temples: Study of the 108-Karaṇa sculptures*. Tese de doutorado em Filosofia. Ohio State University, Ohio.
- Tarlekar, G.H. 1991. The distinction between Gāndharva and Gāna. *Annals of the Bhandarkar Oriental Research Institute* 72/73: 689-699.
- The British Museum. 2001. *Image of the dancing child-saint Jnanasambandha (Sambandar)*. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_2001-1126-2>. Acesso em: 04/09/2023.
- The British Museum. 1965. *Figure. Bronze figure of Bhudevi*. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_1965-1017-1>. Acesso em: 04/09/2023.
- Vatsyayan, K. 1996. *Bharata: the Nāṭyashastra*. Sahitya Akademi, Delhi.

Fraud or Fiasco? Philo's Nine Books of *Φοινικικά* ('Phoenician Affairs') vis-à-vis Mediterranean archaeology and beyond: a reappraisal long overdue

Eleftheria Pappa*

PAPPA, E. Fraud or Fiasco? Philo's Nine Books of *Φοινικικά* ('Phoenician Affairs') vis-à-vis Mediterranean archaeology and beyond: a reappraisal long overdue. R. Museu Arq. Etn. 42: 69-142, 2024.

Abstract: Somewhat telling of the fortunes of Phoenician studies in European scholarship and academia (to this day) is the abandon of scepticism with which Herennius Philo's *Φοινικικά* ('Phoenician Affairs'/'Phoenician History') was met from the very beginning of its resurfacing in western Europe. The reserve over the historicity of Philo's extant passages continued for centuries until the resistance to its status as authentic was curbed only after the excavations at the site of Ugarit early in the previous century yielded epigraphic evidence corroborating information contained in Philo's *Phoenician History* and quoted in Eusebius of Caesarea's *Evangelical Preparation*, especially regarding the Canaanite pantheon. Although contemporary research has focused on the euhemeristic climate for the examination of Philo's passages, relegating them to the study of Hellenistic literary culture, its significance for Near Eastern and Biblical Studies, though invaluable, has been neglected since earlier decades. In the present instance, I seek to rehabilitate a manuscript containing the Nine Books of Philo's *Phoenician History*, published by Friedrich Wagenfeld almost two centuries, ago, in 1837. I argue through a range of data and arguments that the manuscript facsimile of the entire *Phoenician History* that he published was authentic, demonstrating both that the scepticism of the time was unwarranted and that excavations undertaken across the eastern and western Mediterranean since then corroborate much of information contained therein but not available to someone living in the 1830s. Works by Philo survived in at least three manuscripts reported by different individuals, none of which was studied. Curiously, this information was communicated in print in 1836 in an article by Philippe Le Bas that aimed to expose Wagenfeld's facsimile as fraudulent, albeit at the same time hedging on the matter of its authenticity, allowing for the possibility that an ancient manuscript had existed and was elaborated on by Wagenfeld. Despite that qualification, as of then, Wagenfeld was fully discredited as a forger by his peers on petty grounds. Yet the content of the manuscript published by Wagenfeld significantly adds to our knowledge of history, culture and literature of the Canaanite-Phoenician world and its neighbours in the eastern Mediterranean during the Late Bronze Age and beyond.

Keywords: Philo of Byblos; Friedrich Wagenfeld; Phoenician History; Academic fraud; Phoenician Studies.

* DPhil, Archaeology, University of Oxford (2010). She has worked as a lecturer and researcher at universities and research institutes in the UK, Netherlands, Germany, Brazil, Spain and the USA.

*To the legacy of Friedrich Wagenfeld (1810-1846) –
for his unjustly tainted reputation, if I am correct,
or, if I am wrong, for his ingeniousness in accurately
conjuring past worlds.*

1. Introduction

From the very beginning of its reception in the early modern period, Philo's *Φοινικικά* ('Phoenician Affairs'), conventionally translated by the not-so-apt title *Phoenician History*,¹ has been met with doleful predictions on its veridical authority, returning at best sceptical verdicts, at worst claiming outright mendacity regarding every figure involved: from the mythical figure Taauros, whose wisdom was supposedly handed down through the generations in sacred texts, to a certain Sanchuniathon of Beirut, assigned to remote antiquity, who compiled some of that store of wisdom into a treatise, to 1st-2nd c. CE Herennius Philo, a native of Byblos, who claimed that he translated that treatise into Greek, and even to the Church Father Eusebius of Caesarea quoting from it in his *Evangelical Preparation* some two centuries later – thereby implicating in its longspun deception even the scholars publishing those excerpts as of the 16th c. onwards.² In essence, rather than collecting his own information from other Hellenistic or Roman authors who wrote analogous works based on autopsy, witness reports and visits, such as *Ἰνδικά* ('Indika'), *Περσικά* ('Persika') or *Βαβυλωνιακά* ('Babyloniaka'),³ Philo purportedly translated

into Greek a compilation of various older texts, thus laying claim to a historical work of considerable antiquity.

While hardly uncommon, the complicated transmission history of the original sources, first by Sanchuniathon in Canaanite/Phoenician, who allegedly assembled into a treatise the writings of a certain (divine) Taauros (elsewhere in the work, this name is given with a variant spelling), equated (probably by Philo) with the Egyptian Thoth, then its translation by Philo into the Hellenistic Greek *koine* idiom of the 1st-2nd c. CE, and later its embeddedness into the Christian theological work authored by Eusebius (c. 260-340 BCE), perhaps via Porphyry's polemical *Against the Christians* (*Con. Crist.*) as an intermediary source, spurred waves of modern critics.⁴ Banned in antiquity and now largely lost, this late 3rd c. CE 16-volume work in Greek by the Neoplatonic philosopher from Tyre is often considered to be the main source for Eusebius' (*P.E.* 1.9; 1.10) passages of Philo's *Phoenician History*. This oft-repeated supposition is hard to credit, not merely because Eusebius' aims were directly at loggerheads with Porphyry's, but because the latter's work was banned by Constantine's imperial edict.⁵ Given the ambiguity created by the different agendas guiding authors in their selection of passages from this postulated ancient, multi-layered work, ranging from the postulated euhemeristic tendencies of Philo, Porphyrios' zealotic support of pagan religion, and the apologetic aims of Eusebius, the long transmission history has certainly infused modern scholarship with an overabundance of scepticism.⁶

Originally considered a late compilation of mythological tales, such trends in the reception of Philo's work were attenuated, but not fully kept in check, only after

1 Employing the neutral plural adjective of the title, *Φοινικικά*, the implied noun was something akin to 'matters' or 'affairs', not necessarily 'histories', hence the conventional translation of the work as 'Phoenician History' is erroneous.

2 Philo's extant fragments, mainly consisting in those quoted by Eusebius and a couple of meagre references in other authors can be consulted in FGtH 608a-856, with commentary in Baumgarten (1981).

3 Such as Megasthenes (350-290 BCE), for example, whose *Indika* (FGtH 715) followed several diplomatic missions of the author to India (Knippschild 2014: 458).

4 On a historical overview for scholars' incredulity at the historical existence of a Sanchuniathon, and the general scepticism surrounding Philo's work, initially considered a pastiche of late mythology, see Barr (1974: 17-21).

5 On the banning of this work, see Pearse (2001).

6 On the euhemeristic tendencies of Philo, see Delalande (2021: 46-66).

archaeological excavations corroborated some of the information surviving in the extant passages from Book 1 of the total 9 quoted in Eusebius' (*P.E.*). Following the archaeological discoveries of the 1930s in Ugarit (Ras Shamra) led by Claude Schaeffer that uncovered tablets with Ugaritic texts attesting to the names of gods contained in Philo's work, the *Phoenician History* was rehabilitated as containing some authentic Canaanite-Phoenician traditions of great antiquity. Despite having been treated as a *sui generis* Hellenistic-era compilation (and unfortunately the trend in scholarship shows a flawed reversal to this mode of thinking in this regard), Philo's *Phoenician History* did contain information on religion and mythology that is echoed in the Ugaritic tablets of myth and ritual from the ancient Canaanite kingdom, lending credence to the authenticity of the Phoenician work.⁷ At least one of the divine names, Dagon, mentioned in Philo's fragments, can be cross-referenced through the epigraphic records found at the site of Ugarit, where there stood a temple to this Canaanite deity whose name meant 'wheat'. It is extremely doubtful that any such name of a north Syrian/Canaanite god from Ugarit, a city-state the floruit of which can be placed between the 15th and the 12th c. BCE and the cult of which ended in the Late Bronze Age, would have been known to Hellenistic authors through oral transmission alone had some of them not actually been drawing on ancient literary sources, as Philo claimed, probably truthfully, to have done. Crucially, *Sanchuniathon*, whose name meant 'the sky has given', is epigraphically attested as a personal name in 3rd c BCE Hadrumentum, an old Phoenician colony in Tunisia.⁸ In essence, postulating that Philo assumed Sanchuniathon's identity, pseudonymously ascribing to a fabricated persona his work,

thus posing as a captivating voice from the distant past, was the other side of the 20th-century historical and philological scholarship in Europe refusing to accept the limits of its own knowledge until archaeology and epigraphy faced new generations of scholars with its inherent limitations.

Failing to grasp this objective challenge in the appreciation of the informational content of Philo's *Phoenician History* for the study of the Canaanite/Phoenician past,⁹ rather than merely for the euhemeristic literary circles of the Hellenistic scholarship, the reception of Philo's work in modern times has been unduly hostile in terms of its historical value, coupled with the fact that the entrenched disciplinary boundaries (and therefore professional competences) of 21st-century scholars often do not permit archaeologists of the Late Bronze Age to appreciate the contents of the extant work in the original language. Conversely, classicists who study the text as a product of euhemeristic rationalization of religion, or as a historical confabulation analogous to those of Ktesias of Knidos whose 'histories' of Persia are known through later authors (FGrH 688 F1), appear unaware of research on 2nd millennium BCE archaeologically documented interregional contacts, transposing narratives on distant lands to imaginary domains, as if by reflex. In this vein, despite the documented antiquity of at least part of the material contained in the *Phoenician History*, recent work has focused on the agendas of the historically-attested Philo and Eusebius, as evinced through the long transmission chain of the quoted passages, investigating the different accretion layers of the *Phoenician History* as a purely literary discourse whereby Philo refashions the currents of his own intellectual and philosophical milieu to achieve his aims of imbuing Phoenician culture with prestige in the multicultural and polyethnic environment of his time (Delalonde 2023).

7 On Ugaritic texts of myth and ritual, see e.g. Olmo Lete (1998).

8 Dixon (2013: 344) remarked on how the vocalization of the name would fit Septuagint-era translations, thus purportedly being of a later date due to the last long vowel. But not enough is known about personal names in the LBA Canaanite world, let alone the vocalization of their vowels.

9 The modern convention by which 'Canaanite' refers to the Late Bronze Age, and 'Phoenician' to the Iron Age is to an extent artificial, and will only be loosely followed herein, not least because Philo's Nine Books contain sources overlapping this chronological division.

Rather than seeking to invalidate this perspective on the study of this Greco-Roman work, through which different intellectual currents of the Greek-speaking Roman East are filtered, the present investigation affirms the historical value of Philo's compilation as a work containing material of a considerably earlier period. It publishes for the first time a reappraisal of the work of Philo's *Phoenician History* as it survives in its totality of Nine Books in a facsimile published by Friedrich Wagenfeld, the only publication of the reported four manuscripts by Philo in existence. Wagenfeld's publication in 1837 of the purported facsimile of a manuscript containing the entirety of Philo's *Phoenician History* in Greek, supplying along with it an accompanying translation in the Latin vernacular idiom of his day, has been called the most daring scientific fraud of the 19th c.¹⁰ Following a short-lived esteemed reception of the work by the leading scholars of the day on the basis of some preparatory study offering an abridged version, the first charge of forgery against Wagenfeld led to a barrage of negative pronouncements and dismissals that have continued to this day as if through peer pressure. With scholarship *almost* uniformly critical of his alleged mendacity, the published facsimile was deemed a forgery in 1836. What constitutes the main paradox in this event is that the discrediting of an ancient work published in ancient Greek occurred after discussions amounting to merely a matter of months, prior to the publication of the full text of the postulated manuscript in question, instigated by individuals who appear to have had limited facility in ancient Greek in the first place and no knowledge of Phoenician history.

Here, prior to looking at the content of the manuscript in a cursory way, I will sketch out the reasons for which the matter is in need of reconsideration from a philological and historical perspective, since new archaeological discoveries are giving credence to what was once deemed a motley of fanciful accounts. Questions of narrative plausibility became

central to literary criticism in this case of alleged fraud, yet the foundations of historical knowledge on which this plausibility rested have radically shifted since the 1830s. In the 21st c. there exist ample ways to test the authenticity of a text spanning over Nine Books, even if the actual manuscript is not available. After all, manuscripts continue to be found (and subsequently to get lost, from museums and other institutions, no less) to this very day.

Firstly, this examination will be concerned with the circumstances of the discovery and reception of the manuscript, which involve a monastery in Portugal, looted during a civil war pitting an ex-emperor of Brazil against his brother. That such a manuscript was found in a monastery in Portugal is anything but outlandish, and highly plausible in the conditions created by the war, as I demonstrate below. Secondly, the study will be concerned with providing documentation, if not proof, of the authenticity of the text, based on archaeological, historical, epigraphic and linguistic grounds, some of which constitutes evidence that has come to light in the intervening period of two centuries, tallying reasonably well with the information contained in the Nine Books – that is, information that a forger in the 1830s could not have been aware of.

Since this is the first time that the manuscript is examined in nearly 187 years, it is also a call for a renewed interest in this scholarly work for the study of the Late Bronze Age eastern Mediterranean and beyond, as well as for some professional retrospection as to how far scholars' conflict of priorities (a focus on professional competition and personal ambition rather than the promotion of knowledge) can wreak havoc in the objective pursuit of (historical) truth as well as in others' careers and by extension, lives. Limited archaeological and epigraphic knowledge of the time, academic competition within certain circles in France and Germany, and what is more, a glaring inability to evaluate the text as authentically Greek, resulted in its easy dismissal, based, with few exceptions, on people who could read

10 See for example Farrer's (1907, 194-200) grandiloquent indictment of Wagenfeld's alleged forgery.

only the Latin translation in the vulgate idiom still spoken at the time as a *lingua franca*.¹¹

Demonstrating the authenticity of the *manuscript facsimile* (henceforth, “MF”) does not impugn contemporary understandings of the Late Bronze Age eastern Mediterranean – rather, it fills the gaps and perhaps changes some of the long-established paradigms unquestionably inherited from earlier generations of scholars that continue to have an impact as modern researchers unconsciously confine themselves to artificial limits imposed through cognitive bias.¹² Secondly, it is a vindication of the memory of a young scholar whose life was cut short not least through diffused academic pompousness, paternalism and public defamation on thin grounds. Although the present study was not researched and composed as a defense speech for posthumous acquittal, inevitably there are repercussions in that direction too.¹³

Contrariwise, if future research eventually exposes the text as fraudulent, confirming earlier views, then the present study can function as a testament to the ingeniousness of someone able to picture a civilization dating to over 3000 years earlier, commandeering the voices of Phoenician sailors and scribal students of the late 2nd millennium BCE, on the basis of ancient Greco-Roman literary sources, thus anticipating 21st-century archaeological and epigraphic research on the ancient Mediterranean history. Even in such an eventuality, there is value

in this enterprise, as a call to turn again towards the much-discredited, within certain archaeological quarters in this century, literary sources as a source of historical knowledge, not just as reflections of the oft-repeated tropes of ‘constructions’, and ‘agendas’ of ancient historians and geographers.

The penultimate time that anyone examined the manuscript text purportedly containing Philo’s Nine Books of *Phoenician History* was a year before the MF was published in full, on the basis of a brochure that Wagenfeld issued, circulating an abridged version as a preparatory stage. The final judgement that sealed the verdict on the authenticity of the manuscript was peremptory and yet itself called for a revision of opinion should the full manuscript be published, but it proved a bulwark to any fruitful debate. The man to determine the fate of Philo’s work and fatefully, Wagenfeld’s own life, was no other than Philippe Les Bas, a Hellenist and tutor to Napoleon III (-1827), son of a prominent member of the 1789 French Revolution. After the full publication of the MF, a German translator of the text accepted the authenticity of the manuscript, but by then no one was to pay any attention to Wagenfeld or his MF. The tide had turned and it was to last centuries. Indeed, an appraisal, is long overdue.

2. History of discovery and the premature and facile verdict of forgery

In summary, the *alleged* circumstances of the discovery of the MF are contained in the exchange of letters informing of the discovery, and in newspaper articles that dealt with the affair, along with personal accounts of those involved (minus Wagenfeld, who does not appear to have publicly authored a defence, minus his reserved comments in the preface of his 1837 publication of the MF). According to these recounts and personal commentaries, the manuscript in question was found in a box, along with other manuscripts, at a convent, Santa Maria de Marinhão, situated between the Douro and Minho rivers in northern Portugal.

11 On Latin as a *lingua franca* to the late 18th c. Europe, see Tosi (2020: 168-188).

12 For the need to critically examine inherited flaws in our construction of models in Aegean Late Bronze Age (which was hardly ‘self-contained’ in the Aegean), see recently Kelder (2024); Waal (2022).

13 Regardless of the different principal aims of this study, the conclusions reached here provide a proof of Wagenfeld’s integrity, restoring his reputation as a scholar, while at the same time denouncing the presumptuous arrogance and grating narrow-mindedness of his era’s scholarship, and the easiness with which personality assassinations were summarily executed and publicly performed – sadly, features of academia that are not entirely absent nowadays.

A certain Portuguese man by the name João Pereira first sent a letter to Georg H. Pertz, seemingly posted from Oporto (Porto, Portugal) in 1835, informing him of the existence of the manuscript. Soon after, he sent another letter, this time addressing it to Friedrich Wagenfeld. In the correspondence on the affair which G.F. Grotefend published in 1836, Pereira's nephew turns out to be a man who had spent a stint in Bremen, where he made Wagenfeld's acquaintance in the latter's capacity as a tutor in Portuguese – hence his uncle's vote of confidence in him.¹⁴

Friedrich Wagenfeld, the culprit behind this alleged orchestration of a scientific fraud concerning the lost manuscript of Philo's work, was then a 26-year-old scholar who had studied philology (and likely, theology too) for four years at the renowned University of Göttingen. In 1836, a brochure (also referred to as 'epitome' in later publications) appeared under his authorial name, purportedly containing an abridged version of the alleged manuscript text in Greek that had been found in Portugal, with the following title: *Sanchuniathon's Urgeschichte der Phönizie in einem Auszuge aus der wieder aufgefundenen Handschrift von Philo's vollständige Überlieferung nebst Bemerkungen. Mit einer Borworte von Dr. G.F. Grotefend, Director des Lyceums des Lyceum zu Hannover*.¹⁵

This brochure was published by the editorial house Hahn in Hannover, it contained an abridged facsimile of the manuscript

text in Greek, and an 'avant-propos' by Georg Friedrich Grotefend, then director of a Lyceum in Hannover. Of some standing in philological circles, the author of this foreword conducted linguistic research on inscriptions from Persepolis and Lycia, and is now best known for his (later) contributions towards the decipherment of Persian cuneiform (Grotefend 1840). Initially generating enthusiasm, the announcement of the discovery of the manuscript was soon greeted with scorn, following the dismissal of the work as a forgery by Carl Ludwig Grotefend, Georg Friedrich son. This younger Grotefend had just begun making his name in the scholarly circles dedicated to antiquity studies, publishing around the same time his decipherment of the Karoshthi script inscribed on 'Indo-Greek' coins (Grotefend 1836; 1839). Taking it upon himself to demonstrate Wagenfeld's mendacity, he aired his opinions, aided by the published correspondence between his father, Georg Friedrich and the purported Portuguese contact that had informed Wagenfeld of the manuscript's existence, signed by the name João Pereira. Returning a verdict of forgery on the basis of the circumstances of its discovery as contained in the correspondence and the absence of a publicly available manuscript ready for inspection, Carl Ludwig Grotefend effectively muted through intimidation the enthusiastic initial impulse of its reception, with vehement critique on issues lateral to the actual content of the manuscript that was yet to be published by Wagenfeld.

C.L. Grotefend's criticism zeroed in on the following points. Allegedly the Portuguese convent where the manuscript had been found according to the correspondence Grotefend the senior had received and proceeded to publish in 1836 was called Santa Maria de Marinhão, said to be located between the river Minho and Douro – the very existence of which convent was summarily dismissed by Grotefend the younger. Several added reasons were listed by him on why the manuscript had never existed, and according to this view, neither had the sender of the letters who signed as 'João Pereira'. That a Portuguese man by the

14 The events of this affair, as presented here, are reconstructed through various publications that were contemporary to the events as well as later publications: Le Bas (1836); Wagenfeld (1837); Classen (1837); Farrer (1907), in addition to others tangentially treating the subject and cited below where appropriate.

15 I have maintained the original spelling, as reported in Classen (1837, vi). Although one would expect the original title of the abridged facsimile of 1836 to have been in Latin, Classen cites it in German, maintaining the Latin for the 1837 full publication, from which it may be inferred that he kept the source language in quoting the titles of the two publications in German and Latin respectively. In Le Bas (1836), the 1846 title is translated into French: *Analyse de l'histoire primitive des Phéniciens par Sanchuniathon, faite sur le manuscrit nouvellement retrouvé de la traduction complète de Philon; avec des observations de Fr. Wagenfeld*.

name João Pereira could have written letters in Latin to German scholars was deemed incredible because Portuguese ‘knights’ such as Pereira (in one contemporary version of the saga) or monks (in another) – a variance itself evident of how misinformation spread – Grotefend the younger argued, were not versed in Latin (!). Added to this criticism was that the first letter sent by Pereira informing of the manuscript spelled his name as the unattested Portuguese surname ‘Pereiro’, evidently not taking into account the possibility of misreading a signature in a hand-written letter. Furthermore, an additional reason to distrust the account of the discovery was that according to Grotefend, the epistolary paper Pereira (or someone hiding under this name) had used was made in Hannover, and therefore the letter had never actually been posted from Portugal, but was written and sent from within a German city. Thus, C.L. Grotefend concluded, this Pereira was Wagenfeld’s figment of imagination, part of his scheming.

These are incredulous factors on which to base a judgement on the authenticity of the manuscript. And yet the matter was considered settled within months of the appearance of the brochure containing a facsimile of the abridged manuscript in Greek, in essence some excerpts of it, in 1836. With suspicions stoked by C.L. Grotefend, the initial favourable reactions as to its authenticity by experts, including by Wilhelm Gesenius, who in 1837 published a corpus of Phoenician and Punic inscriptions, turned into divided opinions.¹⁶ Within at most nine months of the *epitome*’s publication, the brochure made available with the text in Greek, was discredited as a forgery in the press. This rebuttal of its authenticity was published by Le Bas (1836), who did not wait for the full publication of the MF in the following year before treating it as a forgery, publishing a letter by G.F. Grotefend addressed to him that excoriated the young scholar, in which the former was forthright about

wanting to ‘to drive him up the wall’ (“le mettre au pied du mur”) in order to get certitude over the matter of the manuscript’s authenticity.¹⁷ In particular, focusing his account on the initial acceptance of the manuscript’s existence by G.F. Grotefend who had penned the foreword of the brochure, a puzzled Le Bas’s (1836) reproduced the letter that he had received from him, who had retrospectively repudiated the authenticity of the manuscript. Yet already in his 1836 foreword, G.F. Grotefend’s embracing of the manuscript’s authenticity betrayed an oscillating stance. Befuddled at this mixed stance, to the point of considering an excerpt of G.F. Grotefend’s preface to Wagenfeld’s brochure, reproduced in the English-speaking press (*Athenaeum*, 25 July 1836), of spurious authorship, Le Bas (1836, 546) quoted his colleague’s desultory remarks from the newspaper article:¹⁸

je suis moralement convaincu que l'extrait de Sanchuniathon n'est qu'une ingénieuse fiction. Et je fais cette déclaration sans attendre aucune recherche, qui prendrait trop de temps; car, en supposant qu'en définitive le résultat démontrât que cette déclaration n'était pas fondée, elle suffit dès à présent pour engager M. Wagenfeld à défendre son honneur en donnant des preuves de sa probité.

With compelling clarity, in this simpering confession of sorts, one diagnoses a case of social coercion, pompousness void of facts but no academic authority. Enthusiastically embracing the manuscript in print, Grotefend backtracks out of fear of being proven wrong at the very same time, in his own preface to Wagenfeld’s 1836 abridged publication of the manuscript. While acknowledging he is now “morally convinced” that the manuscript is a “fiction”, the paradoxical claim follows that he makes this “declaration without waiting for any research,

16 See a summary in Le Bas (1836, 558), mentioning that an expert was also consulted on the narrative of Sri Lanka after the publication of Wagenfeld’s abridged brochure.

17 Letter, in French, of 18 August 1836, reproduced in Le Bas (1836, 547).

18 All translations from ancient and modern languages are by the present author unless otherwise stated.

which would take too much time" on the expectation that should the opposite obtain, Wagenfeld would rise to the challenge of "defending his honour" by giving "evidence of his integrity". Poor young Wagenfeld. No longer satisfied with evidence on the whereabouts of the manuscript or the chronological accuracy of its contents, the academic establishment of his time demanded of him to defend his honour, as if urging him to a duel. Histrionic displays of honour by scholars had taken centre-stage in the unfolding drama.

With more reason, Le Bas (1836, 546) appeared aware of that focus on character assassination and tried to delve, instead, into the facts of the purported manuscript text, translating long passages of the abridged publication, though dwelling on the point that the manuscript had not be shown to the interested public. Nonetheless, the French philologist treated Wagenfeld with kid's gloves, musing over the young scholar's scientific knowledge, his "deep sentiment for the ancient Semitic past" and his "so poetic and fecund imagination" that imbued an ingenious work, one which nevertheless was to destroy the young German man's future, offering the caveat that he himself may reconsider his views if and when the full MF were to appear.¹⁹ Laying out in this manner the events of the affair as he understood them at the time, the French Hellenist weighed in on the evidence, deeming Wagenfeld's abridged brochure of the manuscript a forgery, albeit one composed with feeling and imagination, adding at the very end of his otherwise scathing critique that the young German may have elaborated on an actual, existing manuscript (!).

The paradoxes among Wagenfeld's detractors did not end there. In the same rebuttal deeming the manuscript a fraud, Le Bas (1836: 545), supplied copious

references to other discovered manuscripts, or fragments thereof, of Philo's works, reported by different witnesses in different world regions. These comprised an unpublished fragment in the Biblioteca Medicea Laurenziana in Florence, reported by a certain Beck who mentioned this in a note on "the Greek library of Fabricius", adding that another manuscript fragment had been collected in the "Orient" by someone named Peiresc, who had taken it to Rome to a certain "Père Kircher", with the latter refusing to publish it, in addition to reporting the witness account of another individual, Léon Allatius, who himself had seen a manuscript of Philo of Byblos in a "monastery in the environs of Rome" (Le Bas 1836: 545). At least the first individual named "Beck" can be identified with Christian Daniel Beck, who had published two volumes of an edition of Pindar with Scholia in 1792-1795, and who, as an experienced classicist, must have been unlikely to misidentify a manuscript containing a lost treatise in Greek.²⁰ This is a total of three manuscripts or parts of manuscripts that to this day remain unpublished and unlocated, in addition to the one deemed a forgery. The four manuscripts reported to contain part or in its totality Philo's text in Florence, Rome and in the 'Orient' are way too many, with disjointed histories and different people reporting on their existence, for all to have been forgeries, fictions and delusions.

Despite all this international rebuttal of the authenticity of the manuscript based on the publication of an abridged version in 1836, and the paternalistic treatment Wagenfeld had received, the young scholar was not shocked enough to be deterred from the publication of the full MF. Although the final publication was not suppressed, the damage was fully done. By the time the full text of the entire manuscript was published in the following year (Wagenfeld 1837) supplemented with a Latin translation (*Sanchuniathonis historiarum Phoeniciae libros novem graece versos a Philone Byblio edidit latinaque*

19 "on ne pourra s'empêcher de regretter qu'avec tant de science, avec un sentiment si profond des antiquités sémitiques, une imagination si poétique et si féconde, il ait compromis son avenir littéraire en se rendant coupable d'une supercherie qui ne peut nuire en rien à ceux qu'il aurait trompés, mais qui porterait à jamais atteinte à son caractère et à son honneur" (Le Bas 1836: 564).

20 On the publications of Christian Daniel Beck on Pindar, see Bauer (2015: 434, note 35).

versione donavit F. Wagenfeld), the young German scholar had turned into an outcast. Yet the published volume of the full MF (Wagenfeld 1937) runs to over 100 pages of a text in ancient Greek with the attendant translation into Latin on the opposite page (Fig. 1). The only defence of himself that Wagenfeld mounted were a few lines in the Preface of this full publication of 1837. Holding his poise, but brittle, the young graduate dismissed Grotefend's remarks against him (as declared in the preface of the 1836 edition) as a redundant urge for him to speedily proceed with the publication of the full MF, and apologized for taking some time to do so, on account of arranging for the correct typographic fonts for the Greek text.

In April of the same year, thus with accelerated speed, of which modern scholarship should be envious, a German translation of the Nine Books of the MF was published by Johannes Classen (1837), by the title *Sanchuniathon's Phönizische Geschichte* ('Sanchuniathon's Phoenician History'), ostensibly so as to compensate for Wagenfeld's lack of translation of the MF into a modern language and purportedly, as a corrective to his many errors as a translator. In his own preface, Classen chafed at a litany of real or perceived shortcomings of the 1837 MF seeking to correct them,²¹ while also giving a full and lengthy run-down of the reception of the "unseen" manuscript affair up to that moment, thus reiterating the negative critique Wagenfeld had received, and even reproducing in German, as Les Bas did in French from an English translation, Grotefend's declamatory moralizing on Wagenfeld ("daß er sich durch eingezogene Erkundigungen moralisch überzeugt habe jener Auszug sei nur eine sehr ...gelugene Dictung" ["that I am, through collected inquiries, morally convinced that this excerpt is a very lying dictation"] (Classen 1837: viii). Yet surprisingly, this was not one more repudiation of the manuscript's existence.

21 Including typographic errors, but principally, according to Classen's opinion, grammatical errors and in addition, Wagenfeld's alleged deficiencies as a translator of the Greek language (Classen 1837: v).

Three pages before the ending of that Preface, Classen suddenly delves into an exclamatory espousal of the unadulterated authenticity of the manuscript, which finds its way into the dense critique of the previous pages, yet even that is paired with slighting Wagenfeld as a Greek philologist:

Nein, Herr Wagenfeld had sicher nicht diese Bücher der Geschichte des Sanchuniathon geschrieben, weil wir ihm, offen gesagt, nicht so viel Griechisch, neder das Gutes noch das Schlimme an der Sprache zutrauen.

"No, Mr Wagenfeld has certainly not written these Nine Books of the History of Sanchuniathon, because, we do not, openly said, trust him with so much Greek, neither the good nor the bad in the language."

In short, the case of the alleged manuscript fraud began with the initial denouncement coming from the son of the German scholar, C.L. Grotefend, whose father had first ambivalently embraced its authenticity along with Gesenius, who at the time was preparing a corpus of Phoenician inscriptions, published in 1837 (Gesenius 1837).²² Grounded not in the content of the manuscript, the full publication of which it anticipated, most of the criticism was levelled against the information concerning the discovery and the absence of a manuscript ready to be inspected by scholars located in German states. In 1836, the French rebuttal of its purported authenticity, replete with the period's Franco-German antagonism, written in the same year as the publication of an abridged version of the alleged manuscript text and prior to its full publication in 1837, appears to have turned into the tombstone of the published edition of a manuscript that was as yet to see the light of day.

Yet in 1836, Le Bas had left open the possibility that the manuscript was authentic at the very ending of his diatribe; some months later,

22 Gesenius' comments appeared in print in the *Athenaeum* of 25 July 1836.

Classen (1837) had proclaimed its authenticity, noting the idiomatic language use in Greek that could not have been of Wagenfeld's invention, albeit serving his defence of the manuscript with vehement remarks against the man who had speedily translated the manuscript into Latin and published it. Far from a redemptive manifesto, Classen's publication dealt a blow to the intellectual qualities of the young scholar, a match for his moral failings according to the grouchy Grotefend. By then nothing mollified the hostile reactions, casting doubt on the declamatorily supercilious pronouncements on Wagenfeld's alleged failing moral and scholar qualities.

Enough of hostility and public humiliation in German, French and English intellectual quarters had been brewed, leaving the young Wagenfeld without means to defend himself and his work. That scholars of a certain clout had publicly humiliated Wagenfeld may not have been unrelated to his early death 11 years later out of alcoholism at the age of 36, having confined his intellect to German folkloric studies. It is worth recalling that G.F. Grotefend had remarked in his private correspondence with Le Bas (1836) that his intention was to "drive him up a wall". In that he succeeded. Internationally discredited within scholar circles as a fraudster, humiliated and cast away, Wagenfeld was ultimately defeated by the arrogance, conservatism and inertia of those who should have proven intellectually curious and men of integrity. Such was his disgrace even posthumously that Gustav Freytag modeled his 1871 didactic novela *Die verlorene Handschrift* ('The Lost Manuscript') on Wagenfeld's affair with the Philonic manuscript. Even in death Wagenfeld remained under strict tutelage.

An ebullient climate appeared to have prevailed in the academy in the 1830s, and the ultimate judgement on the manuscript's authenticity may owe something to personal ambition and envy, in addition to Franco-German antagonism following the annexation of German territories by Napoleonic forces, events within living memory of the actors of the

manuscript affair.²³ Some French-German enmity evident in Le Bas (1836) critique, subtle in its expressions, may have coloured the conclusions drawn therein, not independent of the political and military conditions of the time. To make matters worse, Grotefend the younger's dismissal of Wagenfeld's publication as authentic came out the same year the former published his seminal deciphering of the Bactro-Indian coinage legends (Grotefend 1836; 1839) – perhaps he did not want the spotlights of glory directed elsewhere. Emerging nationalistic distortions of the ancient past may have also been a contributing factor. By 1840, in a nationalistic turn that did not leave antiquity unaffected, Angelo Mazzoldi discounted all Phoenician and Greek contributions to the ancient past of Italy and Sicily, considering instead the Mediterranean as born from Italians.²⁴ A fractious Europe following the 1848 revolutions that swept much of France, the Prussian and Habsburg empires, and the Italian kingdoms across the western, central and north-eastern regions of the continent, reaching the northern Balkans, was not propitious for revising old scholarly tenets. The university system itself was undergoing rapid reforms on discipline formation, often aiming at solidifying imperial power (as in the Austro-Hungarian empire), which would not have advanced a multi-disciplinary look at the discredited MF containing Philo's work. In essence, not only such an important matter was decided a long time ago with the means available at the time, but also in a political and academic context not conducive to establishing the facts of events. Even with its authenticity proclaimed, the matter was left to fall into oblivion. The barricades of the February 1848 Revolution and the June

23 As of 1810, when Napoleonic forces withdrew, Hannover pertained to the Kingdom of Hannover; while Bremen (annexed by Napoleon in 1811-1813) and Lübeck, Wagenfeld's and Classen's domiciles respectively, regained their former autonomy as members of the German Confederation only after 1813.

24 On Mazzoldi's impact on Phoenician studies, see Gras et al. (1989: 13-14).

Uprising of the same year in France put a stop to other kinds of flows from the past, recalibrating priorities.

Even allowing for prodigal interests and training into classical and biblical studies, Wagenfeld was a young university philology and theology graduate at the time and it is doubtful that he could have accomplished such a forgery of an ancient Greek text at a length spanning over 100 pages, and one which he could with some degree of persuasion claim to have been the translation of a compilation of treatises and autobiographies written by various Canaanite/Phoenician individuals, containing a plethora of Semitic names given in Greek, and recreating an ancient eastern Mediterranean world that is familiar from modern archaeological and historical research. Even leaving aside the motive for such a hypothesized stunt, composing a book in ancient Greek that fits the fragments quoted by Eusebius would constitute more than an aberrant feat, an inexplicable one. Texts in ancient Greek spanning *Nine Books* published in over 205 pages of parallel text in Greek and Latin, with a dense narrative content offering many events in great detail, describing Phoenician myth and travels stretching from Tartessos in Iberia to the Indian Ocean, steeped in the history of the late 2nd millennium BCE eastern Mediterranean world that only archaeological research two centuries later can corroborate in its broad outline, would have been a tall order with modern technology, let alone in the 1830s, for a young German scholar who had undertaken only few years of university studies. Of all these considerations, the most astounding fact is that the content of manuscript corresponds to the social and political history of Canaanite city-states that modern research since the 1830s has sketched out, and to archaeological finds that demonstrate interregional contacts between the Levantine coast and the Indian Ocean. In the 1830s, it was somehow easier to consider the manuscript discovery story a fraud because the letter of an alleged Portuguese contact was written on paper manufactured in Hannover

than to reject that a young scholar would write 205 pages in 2nd c. CE Greek and vernacular Latin – rather than assume, in fact, that for reasons of legality or financial gains pertaining to the acquisition of a rare manuscript, the account given on the circumstances of its discovery was partly fictive but the manuscript did in fact exist, and may have been sold off by then by whoever had looted it, or was destroyed following the hostile reception of Wagenfeld's publications.

Rather, the counter-argument of inauthenticity bears the burden of proof, as the vigorous but in places vacuous rebuttals of two centuries ago neither dispel the qualms of accepting the MF as a fraud, nor answer persuasively as to how a German graduate could reconstruct in such detail a past society now known to have operated along the lines described therein. In essence, arguing that composing in Hellenistic Greek a comprehensive, reasonable narrative centred on Canaanite/Phoenician culture by a German in 1830s is more outlandish than the discovery of a manuscript of an ancient treatise in a Portuguese convent. So many manuscripts, after all, containing ancient texts were transferred to Latin America from Spain and Portugal, forming the core of the collections of the large holdings of Jesuit libraries.²⁵

No actual scholarship on the 1837 publication in Greek and Latin has been produced since, and references to it consist only in grandiose statements on the supposed most 'daring hoax' by authors who evidently were not versed in the Greek language and could not philologically opine on the possibility that the text was authentic, that it reflected the linguistic idiom and tropes of Philo's era and region, and that it fits the picture sketched out by progress into Phoenician history since Wagenfeld's time. Although the affair continues to generate popular interest, the output consists in rehashing the old charade, even romantically claiming that Wagenfeld's books are lost,

25 On classical traditions in Latin America, and the role of manuscripts brought from Europe therein, see contributions in Laird & Miller (2018).

as if in the hazy mist of a fairytale themselves.²⁶ In the most recent publication on Philo's *Phoenician History*, reference to Wagenfeld and his use of this alleged manuscript is made in a footnote (Delalonde 2021: 31), with the clarification that the manuscript never existed, albeit without any discussion or arguments as to the reasons behind adhering to such a stance that takes it cue directly from scholars working with the tools available in 1836.²⁷ Thus, current aphorisms mindlessly follow on the 1836 dictum, having been propagated in the scholarship ever since,²⁸ without anyone actually having looked at the manuscript text in Greek!

It is the contention here that the MF, regardless of whether the original manuscript can ever be tracked down somewhere, requires serious scrutiny with the means available at present. Employing some of these means, the text of the (alleged) forgery requires urgent reexamination in light of this recent historical, archaeological, philological and biblical research and with this in mind, the present study contributes towards a reappraisal for determining its authenticity – and if fissiparous tendencies are detected in the present study's fields of interest, it is not so as to exhaust

the subject, or claim multi-expertise for its author, but so as to recruit all means possible in making a claim of authenticity.

3. A multi-parameter thesis of the authenticity of the manuscript on historical, philological, ancient historical and archaeological grounds

3.1 A thesis of its authenticity based on addressing the account of its discovery

If we are to credit Wagenfeld's account of events, C.L. Grotefend's charge of fraud on the basis of the German-manufactured epistolary paper of Pereira's letters may betoken nothing more than that the Portuguese contact had visited Hannover, or bought paper made in Hannover at some stage (or even borrowed the epistolary paper from his nephew who had spent a stint in Bremen!). At any rate, the exact conditions of the discovery of the manuscript are of lesser importance since secrecy over the possession of a rare manuscript may have been preferred for a number of reasons. A fiction over the circumstances of its discovery does not make the manuscript automatically fictitious.

The historical events of its discovery suggest that the manuscript may have been plundered during the military conflict that took place between 1828 and 1834 pitting the forces of Dom Pedro IV, ex-emperor of Brazil, against those of his brother, Dom Miguel, pretender to the Portuguese throne, who had usurped the crown of Portugal.²⁹

Furthermore, Grotefend's charge that there was no monastery of Santa Maria in Marinhão, turning the manuscript's locale of discovery into a fictive one, thereby adding to the suspicion with which Wagenfeld's discovery was met, may be due to a simple error in names. A convent

26 "[...] como el libro de Freytag, perdido hoy en los anaqueles de los germanistas, las falsificaciones de Wagenfeld casi desaparecieron.", see "Friedrich Wagenfeld" (2019): <https://perfilformosa.com/general/friedrich-wagenfeld-la-vida-breve-de-un-linguista-brillante-que-falsifico-la-primer-historia-de-todos-los-tiempos/>

27 "l'arnaque scientifique de Friedrich Wagenfeld qui, en 1836, publie son Sanchuniatons Urgeschichte der Phönizier, traduction allemande d'un prétendu nouveau manuscrit complet de l'Histoire Phénicienne découvert à Porto, qui n'a jamais existé." (Delalonde 2021, note 28).

28 See Barr (1974: 17): "The novice should beware the 'text' presented by F. Wagenfeld, which appears to offer the complete nine books but was a hoax on the scholarly world; see the amusing notice in Allgemeine Deutsche Biographie, xl (Leipzig, 1896), 476." Yet James Barr was a biblical scholar whose expertise in the Greek language amounted to a sole Master of Arts in Classics decades prior and who never appears to have published on Greek literature. It seems that the aura of scholarly authority in one field transferred to opinions voiced for other disciplines, leading to a chain of non-expert caustic irony on Wagenfeld amounting to nearly two centuries worth of scorn without a single investigation into the matter since the mid-1830s.

29 Known as the 'War of the Two Brothers', 'Civil War', 'Miguelite Wars' or 'War of the Portuguese Succession' (1828-1834) during which time Dom Pedro abdicated the Brazilian throne (1831) and faced off his brother in the Azores and in Portugal. For a contemporary to the period account, see the first-hand testimony of the British naval commander Charles Napier (2013), initially published in 1836, who led the fleet of Dom Pedro against Dom Miguel's forces in 1833.

dedicated to Santa Marinha da Costa is located in Guimarães, 18 km to the west of Marinhão. Could there have been a confusion via which the convent of Santa Marinha, immediately west of Marinhão, turned into Santa Maria de Marinhão in the letters concerning the manuscript? After all, the correspondence between Grotefend, Wagenfeld and the Portuguese contact was in hand-writing (one assumes!) and *Marinha* could easily be mistaken for *Maria* in writing and by scholars from different linguistic and national backgrounds at that. The hypothesis I put forward here is attractive for another reason. Marinhão is situated less than 70 km from the location of the first major battle of the 1828-1834 war that took place at Ponte Ferreira in 1832.³⁰ Conceivably, the monastery could have been looted and the manuscript stolen by marauding mercenary troops in Dom Miguel's service. But even if the name of the monastery had been indeed fictive, or had not existed at all, the circumstances of its discovery may explain a degree of mendacity on Wagenfeld's part or of his contact, if the manuscript had been plundered from the monastery during the period of military battles and political upheaval of the civil war, and had been whisked out of the country.

That a member of the military forces taking part in this war was from Portugal but had links with Hannover, or that he was from a German city and fought in Portugal, is conceivable given the multinational mercenary battalions deployed. The manuscript being carried off by a Hannoverian officer returning to Hannover or to another German city with a looted manuscript is not only possible but also explains the route via Oporto and the manufacture locale of Pereira's epistolary paper. The war had begun with a populous rebellion against the usurper Dom Miguel breaking out in Oporto, wherefrom Pereira allegedly had posted his letters. The fact that the conflict had only ended in 1834, and the manuscript

may have been looted out of the country in ways that were legally questionable, even in Bremen or elsewhere in the new German Confederation, may have been the main pivot determining the silence on the manuscript's whereabouts that followed the original publication of the brochure by Wagenfeld in 1836, and the fact that the manuscript could not be presented to the public, or that a partly fictive account of its discovery was given. In fact, that much concerning a possible plundering of a monastery was conceded by Le Bas (1836: 545-546) in his own rebuttal of the manuscript's authenticity (!), who writing two years after the end of the war was aware of the upheaval in Portugal. Despite his astute judgement and his admission that more manuscripts of Philo's *Phoenician History* had been reported elsewhere by different individuals, he still judged the entire affair a fraud, only leaving a small possibility as to the contrary.

In addition, G.F. Grotefend, in his correspondence with Pereira that was published in 1836, admits that he received another manuscript of a medieval text from Germany, purportedly found in the same box along with Philo's *Phoenician History* manuscript, at the same Portuguese convent (Le Bas 1836). Unless one expects Wagenfeld to have been a master forger of the content of ancient Greek manuscripts over 100 pages long, but also to be handcrafting forged medieval manuscripts with German tales, the accusations of forgery do not hold water. In conclusion, the circumstances of the discovery of the manuscript at a convent during a time of a multi-year war and its removal may have involved illegality and the possibility of disrepute or actual legal action against the culprit, which may explain why the manuscript was not available for examination - had there originally been plans for it to be examined, the accusations levelled against Wagenfeld and the public humiliation that he suffered within the same year would have aborted them. In conclusion, any of these factors may have led to a partly fictive account of the discovery of the manuscript causing its unavailability for inspection, which however does not affect its authenticity.

30 One of the major battles of the war, the battle Ponte Ferreira, Valongo, near the district of Porto, took place on 22-23 1832.

While universally rejected close to two centuries ago, there is no fundamental problem with the MF text in terms of linguistic or historical data or even, narrative form. Several of the evidence for Phoenician colonization in the eastern Mediterranean, which is implied in the text, would not have been a current academic idea in the 1830s. Even a background in Semitic philology and a fantastic knowledge of ancient Greek would require an enormous amount of investment for authoring nine books of an imaginative narrative spanning the regions from Iberia to Sri Lanka with the means available in the 1830s. It seems more likely that the precocious publication by a young scholar lacking the means to defend the authenticity of the manuscript and dying humiliated less than a decade after its publication, resulted in a considerable loss for scholarship, in addition to the loss of his life. It is up to modern and future investigations to examine in depth the text of the purported and probably real manuscript – if this interpretation defending the veracity of Wagenfeld's manuscript publication is correct.

3.2 A thesis for its authenticity based on examination of the knowledge of Phoenician antiquity available in the 1830s

What information could have Wagenfeld consulted to make his forged manuscript appear authentic? The counter-factual pertaining to the claim of forgery requires an assessment of the stage of research and the diffusion of knowledge concerning the Phoenicians by the 1830s. Several aspects of Phoenician colonization, such as its territorial extent, had been published and analyzed at length by that time, even if archaeological excavations were yet to take place. By the mid-19th c., the knowledge concerning Phoenicia – which an interested forger may have absorbed – derived from the Bible and the Greco-Roman literature on Phoenician colonies: principally the works of Diodorus of Sicily and Strabo, as well as ongoing attempts at epigraphic decipherment of Phoenician inscriptions (Fales 2017: 181-182).

Knowledge of the Bible would have facilitated Wagenfeld in coining names and toponyms with a biblical ring to them had he decided to contrive a pseudonymous content of an ancient work on the Phoenicians.

Wagenfeld's interest in Philo's *Phoenician History* did not surface out of a Philonic-like primeval void. Fragments pertaining to this work had been published over a century prior to Wagenfeld's forays into Philo in the 1830s, but attention had begun already in the 16th c. In western scholarship, the text appears to have been accessed in print at least by the year 1544, with the edition of extant passages in Eusebius' *PE* by the active printing firm of Robertus Stephanus in Paris,³¹ which early print was still a point of reference two centuries later, as demonstrated by the commentary in a mid-18th-century dissertation on Sanchuniathon (Hök 1745). In his work on universal chronology combining philological sources and astronomical and calendrical data so as to build a systematic world chronology, the humanist Joseph Juste Scaliger regarded with distaste the seemingly incoherent work of Philo (1583: 432), a view not shared by Giambattista Vico (1668-1744), who in his *Scienza Nuova* (1725) buttressed with several arguments the historicity of Sanchuniathon (Grafton 1975). A translation of the work in English by Richard Cumberland (1720) credited the antiquity of Philo's work and the existence of Sanchuniathon.³² The latter's historicity was also defended by Samuel Hök (1745) in his short graduate dissertation written in Latin, on the basis of Philo's fragments, offering a critique of what he regarded as the unreasonable critical reception of the historicity of Philo's texts. Another English translation, aspiring to be closer to Eusebius' original, appeared by Isaac Preston Cory (1828) over a century later. Yet soon after, Franz Karl Movers (1836) published a critical study on the strategy of oral transmission in Philo's fragments,

31 See the catalogue issued by this press (Robert 1546), listing the publication of Eusebius' *P.E.* in 1544.

32 On Scalliger and Vico vis-à-vis Philo's *Phoenician History*, see Delalonde (2021: 30-31).

setting the tone for the hostility of much of 18th-century scholarship.

More broadly, discussions over the Phoenician civilization had timidly made a start several centuries prior to Wagenfeld's lifetime. Historical evaluations of the emergence of Phoenician studies (e.g. Gras et al. 1989) single out Samuel Bochart (1599-1667) as a pioneer who systematized research on the Phoenician language and script, as well as on the history of the Phoenician colonies, followed by Simon's (1682) contribution to biblical exegesis. By the 18th c. the Phoenician presence in the Mediterranean was being discussed widely in historical circles, assisted through archaeological finds and forays into Phoenician epigraphy. In 1758, Abbé Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795) gave a seminal lecture on Phoenician monuments and the alphabets. His study of the Phoenician alphabet concerned inscriptions and numismatic evidence, including from Cyprus and Malta, thus giving an extent of the geographical ambit of the Phoenician civilization.³³

Transcribing Phoenician inscriptions from Kition and Malta, of which the first had been found *in situ* and reported in print by Pococke (1745, vol II: 213), who had described the foundations of what in his view was a Phoenician colony, Barthélemy (1764) discussed the deciphering in dialogue with passages from Eusebius' oeuvre. That Kition was a Phoenician colony would have been known from Greek literature, for example from the biography of Zeno, the Stoic philosopher, a Phoenician native of the city. The famous Assyrian Sargon stele was discovered in Larnaca only in 1845 and important excavations did not occur until late in the following century.

In the same year of Barthélemy's seminal study, Michele Vargas-Machuca (1764) first claimed that the Campanian coast, from Ischia and the entire region of the Bay of Naples to Capri, was first colonized by the Phoenicians and at a later stage, by Chalcidian Euboeans. By the late 18th c. the ambit of Phoenicians, initially on the authority of Diodorus of

Sicily (*Bib. Hist.*) and Josephus (*Ant. Jud.*), had even reached the shores of the British Isles. The Phoenician legacy was seen not only in Phoenician commercial enterprises of tin acquisition in Cornwall, but in the antiquity of the Irish language itself, as argued by Charles Vallancey (1772) in his *An essay on the antiquity of the Irish language; being a collation of the Irish with the Punic language*, in which he claimed that the Irish language bore traces of Phoenician heritage. Almost becoming a household name, the Phoenicians had left the ambit of scholarly circles, invading other social and professional realms. Indicative of that is the following episode taking place in central America. In May 1786, under the orders of José Estachería, President of the Royal Audiencia of Guatemala, a reconnaissance of abandoned Maya cities was undertaken by Antonio del Río, Captain of Artillery in the Spanish army, and Ricardo Almendáriz, professional artist, with the former, upon encountering Mesoamerican ruins, declaring the following about those who had built Palenque, Chichén Itza and Uxmal: "the conclusion... must be that the ancient inhabitants of these structures lived in extreme darkness, for, in their fabulous superstitions, we seem to view the ideology of the Phoenicians, the Greeks, the Romans and other primitive nations most strongly portrayed". Antonio del Río then goes on to suggest that "[...] some one of these nations pursued their conquests even to this country [...]"³⁴ One gathers that if Phoenician antiquity was commonplace or a familiar encyclopedic knowledge among the military personnel sent to entrench Spanish colonial rule in Mexico in the 1780s, with military commanders so well-versed in Phoenician history as to espouse a possible Phoenician ancestry for Maya cities, then a philologist in Germany a century later could have come up with the idea of writing a fabulous account of Philo's text. On that, he would have had a state-of-the-art historical grounding, arriving in the following decade.

33 On the seminal steps into Phoenician history, see Gras et al. (1989: 11-12).

34 del Río (1822: 19), cited in Drew (1994: 42-43).

In 1793, the first volume of Arnold Hereen's (1793-1815) historical work on "the politics, intercourse, and trade of the principal nations of antiquity"³⁵ developed the historical outline, political and commercial structures of Asiatic people, devoting at least a third of the book to the Phoenicians, along with presenting historical narratives on the Babylonians and Persians. Stressing their role in the development of the Mediterranean, going into detail in the organization of commerce across the Mediterranean, the Red Sea and the Arabian Peninsula, Hereen discussed various themes utilizing Greco-Roman authors: the exploitation of argentiferous ores in Andalusia (Strab. *Geog.* 3), spice trade with Arabia in the Red Sea and beyond through the coastal seaways and overland caravan routes, as well as early trade with Egypt, involving Greeks and Phoenicians (e.g. on cinnamon: Hdt. *Hist.* 3.111), informed through a critical examination of the Bible and other sources. A detour on Tyrian Herakles put emphasis on Mediterranean trade with Egypt. Several of the German historian's insights on Greek myth and Phoenician commerce, as well as the organization of commercial structures and the commodities traded, while relying on ancient Greek sources for the most part, on occasion picked through a curious elective affinity, such as Hellenistic-era Theophrastus' bucolic poetry, would not have been out of place in contemporary accounts of the Phoenicians, with the caveat that the latter almost exclusively privilege archaeology over literary sources. By the 1830s, discussion on the mineral wealth of southern Iberia was gaining attention.³⁶ In the year Wagenfeld's MF appeared in print, Gesenius' (1837)

Scripturae Linguaeque Phoeniciae, a milestone on Phoenician epigraphy in three volumes, was also to be published, yet too late for Wagenfeld to have consulted it while weaving a forged narrative on Phoenicians. Another multi-volume work dedicated exclusively to the Phoenicians, authored by Franz Karl Movers, appeared in four volumes between 1841 and 1856. The first volume, dedicated to the religion and gods of the Phoenicians (Movers 1841), came out five years after Wagenfeld's published manuscript. Phoenician archaeology began with Ernest Renan's exploration mission of Lebanon, tasked by Napoleon III in 1860 and published as *Mission de Phénicie* (Renan 1864).

By the late 18th and early 19th centuries, exciting discoveries and research into the Phoenician past, from historical, archaeological and epigraphic perspective, could have motivated a 'scientific' fraud. In a climate charged with a *Phoenicomania*, from a private obsession to a public climate shaping tastes on the reception of antiquity, Phoenicians had become a household name, had been claimed as ancestors to the Irish and were being sharpened as notional, if not real, ancestors to the commercially-focused, British empire-building.

Had Wagenfeld intended to recreate a lost Phoenician world, Hereen's volumes, published in Wagenfeld's native tongue, would have provided a backbone as to the kind of society and political structure his text was to envision, in addition to being able to directly consult ancient sources, such as Strabo (*Geog.* 3) on the Phoenician settlement and the exploitation of the mineral wealth of Iberia. From this source of information alone, Wagenfeld could have weaved into his allegedly fictional account an episode of Melqart set in Kition, naming his main character Melikarthos, a name mentioned by Bartélemy (1764).

In the MF, Crete is referred to as a place with once a formidable navy, the population of which was later concentrated on the mountains, while on the coasts there were located substantial Phoenician colonies of various cities. Excavations revealing the now-termed Minoan and Mycenaean past of

35 This was the English title of the translated work (Hereen 1846); the original publication of this multi-volume work in German spanned a long period of time, see Hereen (1793-1815).

36 Specifically on Augustan-era mines in southern Iberia, see volume 11 of the *Mémoires des Instituts Royale de France, Académie des Belles Lettres* (1835), which referred the reader to earlier volumes.

Greece were yet to take place, so there was little to go by on the Canaanite settlement in Crete described in the MF. Heinrich Schliemann's excavations at Mycenae would not begin before 1878, almost half a century after Wagenfeld's publication. The maritime character of what is termed the Minoan civilization, and concepts of thalassocracy, to which the MF clearly alludes, had no archaeological corroboration until the discovery of Knossos in the early 20th c. Thus, on the importance of Cretans as a significant seafaring nation in the 2nd millennium BCE, Wagenfeld would not have had access to the archaeological discoveries of the Minoan civilization, which were yet to take place. Other than drawing inspiration in poetic reminiscence over the divine Minos as a watcher and guardian of Crete (Hom. *Il.* 13.450), and delving into Thucydides' (*Hist.* 1.4) references to Minos as the first to construct a fleet, evict Carians from the Cyclades and install his progeny as governors, Wagenfeld would have had access to Strabo's (Geog. 10.4.8-10.4.9) summarizing of historical knowledge of Minos as an important lawgiver who was the first to rule over the seas (*ιστόρηται δ' ὁ Μίνως νομοθέτης γενέσθαι σπουδαῖος θαλαττοκρατῆσαι τε πρώτος*). While Wagenfeld could have glimpsed information on Bronze Age Cretan thalassocracy from such ancient sources, anticipating archaeological discoveries over the maritime character of Cretan Bronze Age through scattered references to Minos' thalassocracy, and granted that he could have had an inkling over the extent of Canaanite travels westwards through the extent of the Phoenician inscriptions that were being studied and published in the 1830s, there is no way he would have been aware of these intricate relations of Canaanites in Crete. As regarding specifically Canaanite/Phoenician settlement on Crete, it is doubtful Wagenfeld could have had any knowledge of such presence on the island.

On present archaeological evidence, early Phoenician presence is unambiguously attested for the Early Iron Age at the sites of Itanos and Kommos on Crete.

Given the lengths into which Hereen went in the 1790s so as to describe Phoenician presence in Cyprus, Asia Minor and Sicily, one may suppose that Wagenfeld could have framed his account in that existing historical narrative. In Chapter 2 of Hereen's first volume, the utilization of Crete by Phoenician mariners as a by-way station actually relied on interpreting Herakles' enmity against Geryon, set in Iberia and pertaining to Herakles' 10th labour in the myth, as revealing a kernel of truth. Accordingly, the hero's deadly fight against Geryon, the son of Chrysaor (*χρυσάωρ*, cognate with *χρυσός*, 'gold') condenses adversarial encounters between Tyrians and a local, Iberian kingdom. Note that in Hereen's interpretation, Herakles is explicitly equated with Melqart, as a metonymy for Phoenician commercial expansion.

Another problem that attends the evaluation of the authenticity of the manuscript concerns the snippets of information on Phoenician presence on Crete available to Wagenfeld through Stephanos of Byzantium's (Ethn. S.v. *Ἰτανός*) reference to Itanos, mentioned in this Byzantine work as a port and colony on the edge of Crete, founded by the homonymous son of Phoenix or one of the mixed-origin mythical men known as Kouretes (Strab. Geog. 10.3). The assumption that Wagenfeld may have been inspired to build a narrative on Canaanite colonies in Crete having come across this two-line reference to Itanos in Stephanos' dictionary,³⁷ is weakened by the fact that Meineke's publication of it,

37 The word *Ethnika* had a numinous significance by Stephanus' era in the 6th c., written at a time when *ἔθνικος* had acquired the meaning of a follower of idolatrous religions (rather than referring to particular ethnic groups), and for this reason, the translated title of his work is sometimes given as 'Pagan Affairs' or 'On Pagans'; yet in the sense of *Ethnika* being a geographical-cultural dictionary of monumental proportions dedicated to a lexicon pertaining to different nations and civilizations, written by a grammarian with the aim of offering the standard reference for the correct grammatical formation of ethnic adjectives (on this last view, see Browning 2003), such translations of the title must be incorrect. Nonetheless, since this work, originally spanning 60 volumes, is known in an abridged version redacted by Hermolaüs, there are limitations as to the conclusions that can be drawn on Stephanus' intention.

the first modern publication, took place in 1849, with the main text ending on page 713.³⁸ Even if Wagenfeld had access to the Aldus Pius Manutius' (1502) version of Stephanos' text he must have studied it thoroughly in order to gain inspiration from it on Phoenician colonies in Crete. Although the Aldine Press of the Italian humanist and printer had innovated by introducing the portable book format at a time that incunabula were going out of fashion,³⁹ it is dubious that Wagenfeld would have had access to a copy and that he would have encountered the brief reference to Itanos on Crete, the Phoenician origins of which are merely alluded to in Stephanos' works. A list of ancient Cretan cities in a manuscript held in the Biblioteca Marciana in Venice features Itanos, albeit it was not published until the middle of the previous century, making it improbable that Wagenfeld was aware of it.⁴⁰ Since then, archaeological research has identified Itanos with the abandoned town Erimoupolis ('deserted city') in the Siteia municipality, in north-eastern Lasithion, but the earliest archaeological identification of the site by Federico Halbherr (1891) well postdates Wagenfeld's publication. The only source on Itanos that Wagenfeld may have had access to must be limited to Herodotos' (*Hist.* 4.151.2) remark that prospective Theran colonists, following the oracle of Delphi to found a colony in Libya, arrived in Crete seeking men to guide them in their colonial forays in Libya, chancing upon Korobios, a man from Itanos, who eventually led them to Libya to found Cyrene; yet the episode is not placed in the Late Bronze Age and makes no reference to Phoenician connections for Itanos – albeit, to the sharp-eyed reader of Herodotos' *Histories* it was probably clear that Korobios hailed

from a Phoenician colony, for he is singled out as *ἀνδρὶ πορφυρέϊ*, a "prophyran man", i.e. a man fishing for murex shell or otherwise associated with it.

Neo-Babylonian cuneiform sources attest to a Phoenician man named *Yatūnu* (¹ *ia-a-tu-nu*) who held a high royal office as a resident (*qīpu*) of a Babylonian temple ca 750-560 BCE, whose Phoenician name, *ytū* translates as "He has given" (Zadok 2024: 168, 174). This is an independent source for the Phoenician origin of Itanos as a name, with a Hellenized masculine ending in -os. Yet all of that would not have been known in the 1830s. One may retort that the discoveries of Phoenician inscriptions in Wagenfeld's era, from across the Mediterranean, naturally led to an understanding of the reach of Phoenician expansion even if its dates and exact places were shaky. Regarding Phoenician colonies on Crete, Wagenfeld could have conjured up the notion from the plentiful Phoenician inscriptions that had been unearthed across various Mediterranean spots prior to the 1830s, some of which had been published. Similar suspicions could arise on the basis of classical Greek texts that could have added to the general knowledge of Phoenicians and from which Wagenfeld may have gleaned information on Phoenician maritime activities, using them as a source of inspiration.

Book 8 of the MF is a maritime exploration voyage given in the form of a round-sailing trip (*Periplous*) of uncharted territory into the Indian Ocean. Le Bas (1836) painted with aghast incredulity the reception of this account as published in Wagenfeld's (1836) abridged form of the manuscript, charging Wagenfeld with drawing inspiration from the 6th-century BCE *Periplous* by pseudo-Skylax, a text purporting to be a sailing manual across the Mediterranean, surviving in a 13th-century manuscript and first appearing in print by David Hesl in 1600, providing a possible prototype for the alleged forger. But this is not the only possible source. The *Periplous of Hanno*, narrating a Carthaginian expedition across the coast of Africa and supposedly the Greek translation

38 For the *lemma* Itanos, see Steph. Byz. *Ethn.* S.v. *Ἰτανός*, edited by Meineke (1849: 341).

39 On the humanist Manutius and his innovations in printing, see Margolis (2023).

40 Codex 918 Marciane Biblioteca (Mss. Italiani, Cl. 7, No 918/8392), see the list by Spanakis (1957).

of the original Phoenician text of the 5th c. BCE, survived in the 9th-10th century *Codex Heidelbergensis* 398 and was first edited for publication in print by Sigismund Gelenius in Basel in 1533. This first edition in print by Gelenius (1933) included three other works, including Arrianos' (*Anab.*), which in his description of Alexander's III Indian military campaigns (8) supplies an independent testimony for Hanno's circumnavigation of Africa. The expansive cartographic view offered by these ancient accounts shaped early modern understandings of geographical information at the time of European 'discoveries' of the so-called New World. In this context of expanding maritime navigation, commerce and the emerging extra-territoriality of political authority, classical texts such as the *Periplus of Hanno* received attention and influenced the early modern shaping of conceptualizing the world (Kroupa 2019). From this point of view, an enraptured European readership spread knowledge of Hanno' Periplus among certain circles of classical learning far and beyond. Hanno's Periplus may have inspired some of the tales in the description of the sea voyage to the Indian Ocean in Wagenfeld's MF. Conceivably, in his wonder with the Phoenician past, the young scholar could have hunted for rare folios. In both the Periplus undertaken by the Carthaginian Hanno and the one described in Wagenfeld's publication, the sea voyage account has to be written down and deposited at a temple (in the case of Wagenfeld on the columns of the temple, in the case of Hanno, on tablets deposited at the temple). Yet this earlier publication of a Greek translation of a text written in Phoenician and deposited at a temple constitutes in itself no exposé that can dish out Wagenfeld as a forger. In describing a maritime expedition force along the coast of Africa by the Carthaginian naval commander Hanno, which was translated into Greek already in antiquity, there is a precedent for this other Phoenician voyage, the recounting of the expedition in writing and its deposition in a temple. After all, topographical lists following expeditions are known to have been

inscribed on temple columns in Egypt too (Kilani 2020b: 140-141). One may choose to view the ancient Periplus genre as a *comparandum* for Wagenfeld's discovered manuscript, rather than, as Le Bas (1836) claimed, a source of inspiration for a subversive forgery which sought a gloss of legitimacy in a much-disseminated ancient work.

3.3. A thesis for its authenticity on historical grounds of textual transmission of antique literature in Iberia

Further, the examination of the other two factors, history and archaeology of the Phoenician past into Portugal, also suggests authenticity. Although considered forgery and discredited, the postulated discovery of such a manuscript in Portugal is plausible since Phoenician myths survived in Iberia through to the medieval Arab lore. After all, it is now known that the southern and central Portuguese coast was densely inhabited with populations influenced by the Phoenician culture, with Phoenician communities archaeologically detected in the deltas of almost all major river systems of Portugal. Archaeological research has identified Phoenician colonies and Orientalizing settlements on the river plains and estuaries of the Guadiana, the Gilão, the Sado, the Tagus and the Mondego, showing the extent of Phoenician penetration in Iberia. Apart from the cultivation of the domesticated olive and viticulture that continue to this day, other economic practices established by the Phoenician colonial system in the early 1st millennium BCE, such as salt pans and fish preservation, survived well into the medieval period (Pappa 2017: 297-299). It is unclear how late into the Roman period the Phoenician language was spoken in Atlantic Iberia. But it is possible that pockets of Phoenician populations maintained their identity into late antiquity, as in other regions. In Libya, populations self-identifying as Tyrian are epigraphically attested in the Punic language as late as the 5th c. CE (Krahmalkov 1994).

In such a situation, where the ancient Phoenician past was valorized, it is no wonder

that a treatise on Phoenicians written in Greek would have been preserved in a monastery through the Roman period, and the period of the Arab conquests. It could have survived for centuries in a Christian convent even during the Al-Andalus rule given the latitude Islamic rule showed towards Christian monastic life in the early centuries of conquest.⁴¹

In addition, it is rather significant for the evaluation of the authenticity of the manuscript that the image of Herakles, as a syncretized Melqart, the titular god of western Phoenicians, continued to play a significant role in popular and elite culture of Iberian societies, not only up to the Roman period, but through to the medieval and beyond. Despite manifold cultural interactions emanating from the Roman conquest of Iberia, this Phoenician god continued to have a bearing in Iberia, leaving his legacy on the independent Spanish and Portuguese kingdoms that evolved out of the disintegration of the Roman empire and the invasions that followed it. Drawing on Roman propaganda for imperial self-representation, the Habsburgs were recasting the legacy of the past as the legitimacy of the present. In the Habsburg empire of Carlos V, with its territorial grasp extending from Spain and the Netherlands to Peru and the Caribbean, the motto of royal propaganda was the that "the sun never set". Yet that was only a repurposing, to the same end, of Roman imperial propaganda. As Dionysius of Halicarnassus (Dion. *Ant. Rom.* 1.3.3) noted, the Romans were the first empire-builders to be remembered for making the sunrise and sunset the boundaries of their empire. Not confined to the expansive

view of the empire, royal self-representation in Portugal and Spain drew on the local cults of Melqart that had pre-existed in Iberia, as manifested in the art and culture of the period. A historical examination of the continuing importance of Melqart/Herakles/Hercules in early modern Iberian culture encompasses royal self-representations and the various staged comedy plays that featured Hercules or the emasculation of Hercules (deriving from episodes in his Greek mythology) penned by playwright Pedro Calderón de la Barca.⁴² In discussing the importance of Hercules in early modern Iberia, Fox (2019) treats the evidence as a royal propaganda and performance of masculinity in that era, albeit noting that it has relevance for the population which maintained legends and artefacts connected to Hercules.⁴³ For Fox (2019), Herakles, in his Roman guise as Hercules, becomes a hero of "Hispanic foundational fictions", adopted by the Hapsburg monarchy, which claimed direct descent from Hercules, which King of Portugal Sebastian sought to emulate (1554-1578) (Fox 2019). If an imperial royal house as powerful as the Habsburgs needed a legitimating figure, would they really have resorted to a secondary hero from Rome if this tale had no local traction and relevance at the time? A merely literary analysis of this historical representation of the royal elite fails to trace the gravitas of the myths in Iberia; for far from being a Hispanic fiction of the time of Calderón, these were myths with a presence of over two millennia by then. Down to the 16th c. BCE, tales related to Hercules, entrenched in local memory, were still

41 On the subject of Christian monastic life as a resilient institution in early Islam, from the point of view of fluid or elastic social, religious, but also legal and political interactions between Christians and the ruling Islamic authorities, especially between the 7th and 9th c., see Bowman (2023). Visits of Muslims to monasteries continued and shaped Islamic culture. In Umayyad-ruled Middle East, monasteries became sites of courtly indulgence. Later texts by Muslim authors on monasteries absorbed perceptions of Christianity, generating a wide-ranging Muslim literary tradition that betrayed varied forms of cultural interactions at these Christian institutions (Campbell 2009).

42 *Los tres mayores prodigios* (The Three Greatest Prodigies) (1636); *El pintor de su deshonra* (The Painter of His Dishonor) (1650); *Las manos blancas no ofenden* (White Hands are No Offense) (ca. 1640); and *Fieras afemina Amor* (Love Feminizes Beasts) (1670 or 1672).

43 Fox (2019) argued, as Muñoz (2022) observes, that the motif of the emasculation of Hercules played on the era's legalistic obsessions with maintaining the purity and legitimacy of the bloodline in a family. Such obsession with lineage derived from real-life constraints, such as the award of honours on the condition of fulfilling requirements of a 'pure' familial lineage

in circulation. Such tenacity of mythological figures from the Phoenician past into early modern Spain, through the inherited Roman cultural repackaging, makes it plausible both that manuscripts with Greco-Roman works were circulating, and that a copy of Philo's *Phoenician History* would have been treasured enough to survive. Roman culture, having absorbed the ideas of Hellenistic period, had been integrated into popular ideas and ways of seeing the world, crystallized in the language itself. When Pindar describes that Artemis Lochia ('of pregnancy') and Eilytheia, minor deity of birth labour, are shown in Greek art holding torches, in Pausanias' interpretation the imagery is explained as a symbol of bringing children to light through the act of birth (Parisinou 2000, 162-163). Birth as a way of giving light to children has been transmuted into the common phrase that denotes 'to give birth' in Portuguese: *dar luz* ('to give light').⁴⁴ Whether Pausanias was influenced by Roman culture that passed on to Iberia in his interpretation of Greek poetry and art, or whether Roman culture had adopted a Greek way of understanding giving birth as illumination, is a moot point for the survival of ancient motifs in early modern and modern Iberian culture.

Intimations that Phoenician myths contained in Philo's *Phoenician History* circulated for centuries after the Roman conquest, through transmutations, preserved in medieval texts show the continuing importance of a Phoenician myths in the intellectual but mainly popular culture domain. In the geographic book 'The Book of Roger'⁴⁵ composed mainly through witness accounts and supplemented by ancient historical and geographic works where the former was not possible, the geographer Muhammad al-Hammudi, known as al-Idrisi, born in the last decades of

the 11th c. CE in Ceuta, Spain (under Muslim rule) transmitted a local tale circulating in Lisbon deriving from the myth of the *kabirim*, a variant of the one surviving in Philo's *Phoenician History*. In particular,

Matesanz Gascón (2002) argued persuasively that this medieval tale, set in a distant, timeless world, reflects a Phoenician myth on the eight brothers *kabirim*, described in Philo's work as sailors who built a ship, were shipwrecked near Mount Casius, the Phoenician Mount Saphon, the seat of Canaanite storm gods. When al-Idrisi visited the still-Muslim Lisbon, he was informed that a road close to the 'thermal baths' was called 'the street of the Adventurers' (*al-mugarrarun*). Al-Idrisi's visit to Lisbon dates to before 1115 and this is when he must have received this account. A vernacular story linked to this street name told of a bizarre account where the first primordial brothers, eight in number, built a ship, and out of yearning for adventures, sought to explore the ocean. Landing upon an island with a sycamore tree and rams whose flesh could not be eaten, they sailed off again, but were shipwrecked on a foreign land. Captured by the men of that kingdom, they were kept in prison and then transferred to another place, abandoned while still bound. That place was named 'Asafi'. In his analysis, Matesanz Gascón identified the toponym 'Asafi' in the story, said to be populated with Berbers, with the region of Safi, on the Atlantic coast of Morocco.

But if we look for archaeological support to this medieval topographic description, and Matesanz Gascón's interpretation of a concealed Phoenician myth underlying this medieval lore, there may be some other locality closer at hand. Al-Idrisi's description of 'the street of the Adventurers' being close to the "thermal baths" can be mapped onto the archaeological topography of the city. Medieval Lisbon was known for its thermal springs (Ramalho et al. 2020). The central district, Alfama derives from the Arabic *al-hamma* (thermal, or hot water). Roman baths have been excavated in the foundations of the Palácio Penafiel, located at an area surrounding the intersection of the Rua de São Mamede and

44 Added legacies to the present day in the Lusophone world is the persistence of ancient Greek names, see Pappa (2020a: 374-375)

45 *Nuzhat almustaq fi-jitinaq alafaq*. For the manuscript history and publication, see Matesanz Gascón (2002: 95, note 61).

Rua das Pedras Negras ('street of black stones'), in the vicinity of the remains of a temple of Kybele.⁴⁶ A 4th c. CE inscription identified the baths as the *Thermae Cassiorum*, the name linked in scholarship to the Roman *gens* Cassia. Even disregarding the assonance between 'Asafi' and 'Saphon', and 'Casius' and 'Cassiorum', al-Idrisi's topographic detailing appears to place the 'Street of the Adventurers' near the Roman-era baths, close to the summit of central Lisbon, close to the modern Cathedral, and near the bank of the Tagus – an ideal location for the transposition of the toponym Mount Casius/Saphon, as the seat of storm gods, translocated from the mouth of the River Orontes in Syria to that of the River Tagus in Atlantic Iberia. Rather than an anomaly, this would reflect a common pattern of transferring sacred toponyms, stamping the new colonial realms with familiar place names as also attested in the 4th c. CE geographical poem *Ora Maritima* by Avienius, which locates a Mount Cassius (*Cassius inde mons tumet*) on the Iberia coast (*Or. Mar* 255),⁴⁷ not necessarily the same sacred mountain by that name in Iberia. If so, the summit could have been a cultic locus of the Phoenicians, linked to their mythology of expanding maritime frontiers as betokened by the myth of the kabirim. In that case, a myth from the Phoenician past would have been anchored into the landscape of Lisbon, ancient *Olisipo*, and the memory of the landscape, even when the locale turned into Roman baths and later fell under Islamic rule. All this vindicates Matesanz Gascón's argument of a distant memory of Phoenician myths in medieval lores. The survival of a Phoenician myth in a medieval geographical work which as its primary source used witness accounts of its time finds a parallel in Arab literature of the High Middle Ages where the religious elements are hard to distinguish from

the profane in Islamic narrative literature that contained biblical Greek and Jewish stories that by then had taken the colour of fantastic folk tales (e.g the biblical, Book of Daniel 13, story of Susana (Pennachietti 2006)).

What all this shows is the circulation of remnants of old Phoenician myths in medieval Portugal, making the preservation of a manuscript with an ancient translation of a Phoenician text at a monastery in Portugal plausible. To investigate with such fastidiousness all possible sources for the narratives contained in MC, as attempted here, and the possible sources of transmission of ancient knowledge through the medieval period, is to shoehorn the unnecessary conceit of disproving the forgery claim, which proves futile, evaporating on philological and historical grounds that inhere in the manuscript text and corroborate its authenticity.

4. A thesis for its authenticity on philological, ancient historical and archaeological grounds

Independently of other factors external to the manuscript, the matter of its authenticity can be determined based on several parameters inherent in the manuscript as a historical document: the philological examination of the text, the historical and the archaeological. The first cannot be undertaken here in detail, but a few remarks will be made.⁴⁸

4.1 Philological remarks on the authenticity of the MF

Concordance with the accepted fragments of Philo's Phoenician History

Passages of Book 1 of the MF concord with the 'accepted' Philonic passages contained

46 The street name *Rua das Pedras Negras* is interesting given that in his work al-Idrisi provided the witness account that during the winter months the people of Lisbon searched for mineral stones in the estuary of the Tagus (Matesanz Gascón 2002, 99).

47 For a recent translation, see Shipley (2024).

48 The numbers in brackets separated by full-stop in bold correspond to Book and Section in Roman numerals in Wagenfeld's edition (1937).

in Eusebius' work.⁴⁹ To this observation, there are the following potential exceptions. A short quotation or paraphrase (John, *De Mens* 4,154=Baumagarten fr. 5) attributed to Philo's *Phoenician History*, Book 2 does not appear in Wagenfeld's text. Two other quotes from Philo's work, also not contained in Wagenfeld's text, cannot be ascribed with any certainty to the *Phoenician History* and therefore do not constitute proof of forgery, nor even an anomaly.

A passage on serpents in Eusebius' selection of Philo's excerpts seems out of place in the Church Father's passages. In an effort to explain the seeming discrepancy, Barr (1974: 30-31) questioned if it indeed pertained to the *Phoenician History* and was not a later interpolation (e.g. by Porphyry). In the MF, the passage (2.9-2.10) fits seamlessly into the narrative, providing a brief digression into the divine nature of serpents in association with the description of Leiathane, a serpent-legged woman whom Melqart (named Μελίκαρθος) encounters in Tartessos.

Genres and Style of Composition

In the MF, the nine books constitute (the alleged) translations of different source material compiled by Sanchuniathon, lightly edited by Philo that supplied in the beginning of each book a synopsis of the key points of the preceding one. If in the passages quoted by Eusebius, Philo decenters the cultural authority of the Greeks (most notably in comments charging the Greeks with falsifying embellishment of the divine wisdom that obfuscates the truth handed down by Taautos, a tutor to humankind assigned to distant antiquity), he does so directly in his editorial interventions in the treatise he was translating, showcasing his cultural and intellectual environment; yet this does not detract from the fact that the accounts are in their

majority a compilation of sources, not conjured from a Hellenistic author's imagination.⁵⁰

That paragraphs in several Books of MF show overlap of narratives, from different angles at synchronous times or focusing on singular events in a book that is described in a summary form elsewhere, is consistent with Sanchuniathon's programmatic assertion of a compilation of different city archival resources, doubled down in the introduction by Philo.

If the fidelity to traditions is doubtful on Philo's part, passing his *Phoenician History* as a vehicle for a less heterodox order of culturally-inflected truth, it is not so on Sanchuniathon's part. The overlapping narratives and the disjuncture of genres, constitute more than a gregarious dalliance with ancient historiography in a 19th century artful way – stylistically they concord with those quoted by Eusebius. Just as the opening remarks by Philo (in both the passages quoted by Eusebius and in the MF) suggest that Sanchuniathon had compiled sources from different city and sanctuary archives, so the overlapping stories and disjuncture in the fragments of Book 1 has led modern scholars to postulate the use of multiple sources⁵¹ *Prima facie* any effort to identify the precursors of genres contained in the Nine Books of the MF is bound to fail for lack of immediate

50 Philo's stance in this work is often interpreted as 'secular' in current scholarship, in line with the so-called euhemeristic tradition, which is a modern construct. To this assumption contributes the exegesis of the text in translation, which does not permit the nuance of Philo's specific choice of vocabulary to come into full effect. In fact, Philo may have been a Christian himself when translating this Canaanite study, as not only his critical stance towards mythology and paganism betrays, bluntly stating that in Phoenician religion every inventor was accorded some divine status and every natural phenomenon some "kinship" (with the gods), but also given his striking use of theologically-charged, Christian vocabulary (e.g. *νῖος μονογενής*). That Philo then may have been Christian on the basis of his criticism of paganism and adoption of terms familiar from Christian theology is plausible, though it remains plausible too that he was a follower of an atheistically-inclined philosophical movement.

51 Barr (1974: 44-46) noted that the discrepancies in the extant narratives relate not only to Eusebius' apologetic aims, but also to the different archives, with overlapping subjects, consulted for the compilation of sources by Sanchuniathon.

49 See Classen's (1837) comments in his preface on the positioning of the passages in the MF vis-à-vis Eusebius' (P.E) quoted passages.

comparanda of Phoenician literature. For example, some of the laments, in a dirge form, weaved into what otherwise seems an austere chronicle, are either interpolations made by Sanchuniathon when composing his treatise, from different sources (books of laments) or they inhered in the chronicles. In Book 6.4, a taste of that is given:

Θρηνήσετε ὦ ἄνδρες Σιδόνιοι τὸν
 ἀριστεύσαντα· τύψεσθε τὸν ὡραῖον
 ὃ παρθένου

"Mourn o Sidonian men the excellent
 man; beat your breasts [in mourning]
 for the beautiful man o maidens"

Apart from snippets of mourning songs which find parallels in songs of laments from other culturally adjacent textual corpora, specific narratives contained in the MF represent genres of historical works, in the form of chronicles based on the succession of kings known from Mesopotamia and the Near East, but approximating more the form known from later, Hellenistic-era compilations, wherein the name of the king and regnal years are accompanied by epigrammatic descriptions of the main events or ongoing and in later examples, by brief reports on the actions of said kings. But the MF contains also a narrative of a different register altogether, purportedly an autobiographical novella, but in reality a squib in the form of autofiction, perhaps intended for language instruction. A range of literary motifs known from the earlier Mesopotamian literary traditions reappear in this tale, which are however not easily ascribed to a particular eastern culture, not least because the source language is gone, and due to Philo's editorial manipulation of the material.

Scholarship on cuneiform texts or their Hellenistic-era translations into Greek indirectly but decidedly imputes valency to the authenticity of the allegedly fraudulent manuscript. For example, Berossos, whose Hellenized name probably renders the personal name *Bel-re'ushu* ('Bel is my shepherd'), lived under Seleucid rule in Babylonia and is known

for composing his *Babyloniaka* in Greek: a historiography on Babylonia commissioned by Antiochos I Soter.⁵² Although it survives via a long chain of transmission, what is known of this work suggests that it began with a book on geography, cosmogony and anthropogony (loosely, the format of Philo's *Phoenician History*), followed by a list of kings, and their deeds. While reflecting the historiographical traditions of western Asia going back millennia (Knippschild 2014: 456-457), *Babyloniaka* serves also as a Mesopotamian mirror for Philo's *Phoenician History*. In a striking parallel, Berossos' focus on Oannes, a sage who held the form of a mar-man and taught humankind the basis of its civilization, from building and agriculture to crafts and scripts, is a counterpart to Sanchuniathon's Tautos. Whether a parallel for this figure existed in ancient Mesopotamian literature eludes us, but is implied by the similar role Tautos plays in Philo's *Phoenician History*, suggesting that a sage-figure teaching men the arts of civilization may not have been confined to the Babylonian milieu.

The language of the text

Lacking the sophistication of atticizing language affected by philosophers or scholars (and derided for example by Lucian of Samosata), Philo's language is composed in an unassuming, dry Hellenistic Greek idiom, which could have been spoken and written by a Hellenized Phoenician and fits seamlessly into the language of the passages quoted by Eusebius.⁵³ Although its

52 Verbrugge and Wickersham (2001: 43-68) on the surviving fragments and the chain of transmission.

53 Note that purposefully here the transliteration of Phoenician and other Semitic names is based on Philo's Greek text since the original does not survive, therefore in Latin characters it follows a transliteration from the attested Greek, which may not always coincide with the transcription of these names into Latin characters directly from a Semitic language in modern studies (e.g. Sydyk versus Suduk). When attested *comparanda* from epigraphic or literary studies in Phoenician, Aramaic etc are brought forth, the transcription follows the rules of the source languages, but the reader should note that there do not always exist standardized conventions of transcription from one source script and language into another.

plainness was used to criticize its authenticity (Le Bas 1936), it is important to remember the date and region of its composition. Attic Greek was not habitually spoken in the Roman East and was already a literary and rhetoric language register by then. Despite its plain idiom, the language of the MF reflects the language of Philo's time, it is concise, coherent, has no evident or glaring grammatical or syntactic mistakes,⁵⁴ contains a reasonably rich vocabulary, and spans over 100 pages, accompanied by a parallel text in Latin. In terms of its grammatical and syntactic texture, its richness is such that its forged nature over 100 pages of length is almost impossible to conceive. By no means does it have the flavour of an artificially constructed language by a German speaker writing 1600 years later.

Of significance too is that Philo was not merely composing a text in a language that was not his mother tongue. He was translating, and not just any text from his mother tongue, but texts that were likely compilations of over a millennium-old treatises by then, written in an abjad. Vocalizing names from a script that was by Philo's time several centuries old must have been a great challenge to him, not only because of the shifts in the phonology of the Phoenician language in the intervening period, but due to unfamiliarity with some of the names and vocabulary. The Byblian dialect, after all, was already distinct in the Iron Age from the Sidonian-Tyrian dialect, to the extent that Krahmalkov (2001) classifies them as separate languages. If Sanchuniathon had used archives other than those of Beirut, the Phoenician idiom of which may have been closer to that of the Tyro-Sidonian idiom, his final composition may have included a mosaic of different Phoenician dialects, which a millennium later Philo would not have found easy to translate. His knowledge of the Hebrew Bible is thin, for example, and in many places he struggles to make sense of Sanchuniathon's terms.

54 And what few are mentioned in Classen's (1837) volume could be simply down to typographic errors with the Greek fonts used by the press that published the MF; Wagenfeld (1837) did not in his preface the challenges in finding the correct fonts.

This has been remarked upon already on the basis of the passages quoted by Eusebius. One of Philo's excerpts (FGrH 790F2.10.13=Eus. *P.E.* 1.10.36a1-2) reads:

*Ἀπὸ τούτων γενέσθαι Μισὸρ καὶ
Συδύκ, τουτέστιν εὐλύτον καὶ δίκαιον.*

“From them were born Misor and
Sydyk, that is, ‘easily dissolved/ easy to
loose/ yielding’ and ‘just’ ”.

So, in Philo's translation, one person's name was ‘Easily Dissolved’; this would be a strange personal name even for the first theogonic beings. Barr (1974: 43) noted that this divine pair, Misor and Suduk, attested in Philo's *Phoenician History*, is cognate with a pair known from the Ugaritic textual corpus (*sdq* and *msr*), with comparable Mesopotamian antecedents (*kittu u mesary*). Misor, from this linguistic perspective, cognate with Hebrew *rmsor*, *mesarim* denotes “uprightness, equity”.⁵⁵ The name Sydyk, finds correspondence in *Sdq*, a personal name attested on late 2nd millennium BCE arrowheads from Phoenicia – interestingly, a name absent from Iron Age II onomastics (Golub 2021: 24), which constitutes indirect evidence for the antiquity of sources used to compile the *Phoenician History*. The strange translation of Philo, as ‘easily dissolved’ does not detract from the authenticity of his source, but underlines Philo's own difficulties with names, terms, and scripts recording a language spoken a millennium earlier, and probably in a Phoenician dialect lost by then.

Other tendencies in the MF find their counterpart in the fragments quoted by Eusebius. Personal names are either transcribed or translated. King Solomon's name is given as ‘Eirenios’ (Philo's effort at translating the Hebrew name into Greek) and a Byblian King is rendered in Greek with *Λεοντοῦργος*, a *hapax*,

55 But note Jacobson's (2002) proposal who restores Philo's skills as a translator, reading *εὐθυον* instead of *εὐλύτον*, a word that in both Greek and Hebrew derives for the root for ‘straight’ - by implication attributing the error to Eusebius or to the scribe that had produced a copy of Philo's work.

but with a clear Greek root (along with a host of names simply transcribed in Greek letters). It appears that for cognate words with which Philo was familiar, including personal names with etymological roots in common vocabulary terms such as 'peace' and 'lion', he preferred giving their Greek translation.

Augmenting the probability of the MF being authentic is the enumeration of several names, place and personal names that can be reconstructed as genuinely Semitic. Several of them are known only due to recent research in epigraphy. This allows for cross-checking information with names, toponyms and other details that can be considered plausible now but would have been inconceivable two centuries ago had they been the figment of someone's imagination. Here only few examples will be given that point towards the authenticity not only of the manuscript but also of Sanchuniathon drawing on Canaanite records. Another indication of authenticity is that some of the Greek vocabulary in the MF is exceedingly rare, which obviates the possibility that Wagenfeld was aware of it, albeit the practice of using excessively refined or arcane vocabulary is compatible with scholastic tendencies from the Hellenistic periods onwards where rare lexicon was preferred. The above make it exceedingly implausible that Wagenfeld forged the document.

Rare Greek vocabulary and a counter-factual on the authenticity claim

Noticeably, the MF is in places replete with words that are rare in Greek literature (with less than 50 appearances in the whole extant corpus), rendering extremely unlikely their calculated use by a forger in the 1830s. While this is not the place to exhaust their appearance in the MF, some examples will be presented. To this category of a rare vocabulary belongs the inflected forms of *ἀετιδεύς* (3.4), *μεγαλανχῆς* (6.3), *γῆμας* (6.9) or the hapax attested in Greek literature, such as *θηρόβρωτος* (4.5),

and *ἐπιζόμενοι* (8.7).⁵⁶ Of note is also another composite adjective, *λεοντοδάμας*, 'lion-master', attested once by Lucian who quotes an anonymous poet.⁵⁷ Imagery, artistic and mental, of gods and kings described as 'lion-masters' has a long ancestry in Mesopotamia and the Levant (Ulanowski 2015). In the MF (6.4.), this compound adjective is reserved as an epithet for Nasoukos, once an exiled man of Sidon, but later its elected leader (*ἡγεμόνα*) and commander of all its army (*τῆς στρατιᾶς ἄρχοντος*)⁵⁸ after the city came into great distresses from external forces and internal disintegration (6.4). The name of this king appears authentic, probably cognate with Aramaic *nsk*, denoting the person who copies manuscripts or a well-educated member of the priestly class.⁵⁹ Succeeding in the conquest of the Tyrians and the Beirutians, Nasoukos' violent ending in battle is described in the form of a lament. In a source that may have been composed as a dirge, on which Sanchuniathon drew, the king enters a lair of lions, a metaphor for his adversaries in battle, the Ashkelonite Philistines (*Ἀσκαλωνίτας*), facing whom he met his death:

ἐν δὲ τῶν λεόντων κευθμῶνι,
καθηῦδεν ὁ Νάσουκος· ἄλλ' ὁ τὴν μάχην
νικήσας λίθου ἀπὸ τείχους βολῇ ἀπέθανε
καὶ παῖς ἀπέκτειν τὸν λαόδαμαντα

"Nasoukos descended into the hiding place of the lions, but the victor of the battle, hit from the fortification by a stone's throw, died and the young man killed the lion-master."

56 Strabo (Geog.6.263), consult also:
<https://logeion.uchicago.edu/θηρόβρωτος>

57 Lucian (*Pro Im.* 19); the attribution is to Pindar, though there is no consensus.

58 Compare the formulation Rb *mḥnt* ('commander of the army' in a Neo-Punic inscription (KAI 118.2).

59 See the lemma *nsk* in the *The Comprehensive Aramaic Lexicon*: <https://cal.huc.edu/>.

Some, however, scepticism as to the authenticity of the text regarding the vocabulary can be outlined with reference to philological publications on the semantics of Greek words that Wagenfeld may have encountered. If the manuscript were a forgery, Wagenfeld's ingenuity in adapting Hellenic forms would have its most arresting expression in a gamut of rare vocabulary, acquired through keeping up-to-date with the philological and epigraphic research of his time. Exploring this as a counterfactual to the claim of the authenticity yields some interesting results. An example will be presented here. To a discriminate reader, the use of ἥριον in the MF (6.4) raises suspicions. The word appears to have denoted a tomb or part of a tomb, but modern dictionaries offer as a definition 'sepulchral mound'. While ever so rarely used in Greek, appearing less than 50 times in the extant Greek literature, it was nevertheless embedded in the famous Homeric passage on the burial of Patroklos (Il. 23.126).⁶⁰ Much as the burial of Patroklos must have been one of the most widely-read verses of this epic, it is still curious that Wagenfeld would have chosen to use it for what was meant to be the Greek language of Philo's time after all. If Wagenfeld had been composing a fictional narrative in Hellenistic Greek, why not use the far more common word with a semantic affinity, τύμβος;

Rare as it was, the term had survived in the Greek language through Philo's time. Already in 1860 (Rauchenstein 1860), attention was drawn to a passage of Athenaeus in relation to Lyssandros' use of ἥριον. It also turns up in a 5th c. BCE Orphic tablet from Hipponium in Italy (Giannobile & Jordan 2008), while a close cognate is found on the epigram of an early Christian tomb from Constantinople (Gottwald 1904). The choice of a seemingly rare word may be explained by the fact that as Philo was translating into Greek a Canaanite text of a millennium earlier, so an obsolete by his time Greek word would have appeared more

appropriate for a Canaanite term that he may have been unfamiliar himself. Or, conversely, this very syllogism underpinned Wagenfeld's strategy to contrive an authentically-looking manuscript text by subtly interpolating unusual words into his manuscript-style confabulations. In fact, Wagenfeld may have been aware of the word's post-Homeric usage in choosing it. Although his unfamiliarity with it as a rare word would support the authenticity of Philo's contested Nine Books, this observation may be *prima facie* invalidated by the fact that despite its rarities, a lemma on ἥριον makes two brief appearances in the series of *Mémoires de l'Institut de France*, close enough for the German scholar to have taken notice. Appearing in print in 1839, the gigantic 11th volume of the *Mémoires de l'Institut de France, Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, featuring an alphabetic index of the subjects treated in the previous ten volumes, contains an Index-style *Table des Matières*, where the ἥριον is listed.⁶¹ Grouped with words written in Latin characters and beginning with 'H', this particular lemma refers to the reader to Vol. 2 of the same series, laconically only adding the page number. In that referred to volume, one can find an analysis of discussion of the meaning of the word from Euripides to Lucian and other sources, determining its definition as the part of the tomb that is not raised above the ground, synonymous with ὑπόγειον (*hypogaeon*), an underground tomb (De Sainte-Croix 1815, 592).⁶² Interestingly, that volume began with an article that digressed into a discussion of Greco-Roman sources on the Phoenicians (Petit-Radel 1815), and included another contribution on Arabic inscriptions in Portuguese literature (De Sacy 1815). Could all these three articles in this volume have synergistically led to the inspiration of a tale involving a lost manuscript found in Portugal containing ancient

61 *Mémoires des Institutes Royale de France. Academie des Belles Lettres*, Vol. 11, p. 136.

62 *Histoire et Mémoires de L' Institut Royal de Franc, Classe d'Histoire et de Littérature Ancienne. Tome Seconde*. The volume was published in 1815. From Vol. 5 onwards, the series title changed into: *Mémoire des Institutes Royale de France. Academie des Belles Lettres*.

60 "φράσσατο Πατρόκλω μέγα ἥριον ἥδ' οἱ αὐτῷ"; consult also the relevant lemma in <https://logeion.uchicago.edu/ἥριον>

Phoenician histories, embellished with words known from Greek literature?

If Wagenfeld had been scouring the *Mémoires* on sources for the Phoenician past, then he may have come across De Sainte-Croix' discussion of *ἥριον* in Greek literature and decided to embellish with it his forged text. From this example, one may infer a method on how the German scholar could have arrived at utilizing a rare ancient Greek vocabulary, adding notes of authenticity to his forged text. But this argumentation relies on a ladder of inferences of chance events of miniscule probability. The associations borne out by the inclusion of *ἥριον* in a text of over 100 Greek pages and its listing in a French publication of two decades earlier than the publication of the MF are by no means proof of forgery. Despite the suspicions it raises, the existence of an unfamiliar word in the manuscript may well have been the outcome of happenstance. If anything, it is more probable after all that the text Wagenfeld published was authentic, precisely as shown by the inclusion of unusual words.

Greek onomastics

The Greek names given by Philo can be assumed to be translations of their Semitic equivalents (as is done in the accepted excerpts of Philo in Eusebius' passages, e.g. naming an individual 'Autochthon', meaning 'indigenous'), and less likely that they are the product of a multi-glottal environment where Canaanite kings bore Greek names (as was actually historically attested for archaic-classical Cyprus). In most cases it appears that Philo, when coming across some specific Canaanite personal onomastics, translated them when he identified a word stem with a clear meaning to him. This is consistent with the practice of onomastics in the extant books of Philo's *Phoenician history* in Eusebius' work, where some personal names are transcribed/transliterated and others are translated.

Several king names appear. The list begins with the *ἡραx Λεοντοῦργος* (3.1).

This Leontourgos, named as the first king of Byblos reigned for 50 years. Although with no previous attestation, the name is a composite of 'lion' with the Greek ending *-ουργος*, following a typical ending derivative of *ἔργον* ('deed', 'action'), e.g. *κακοῦργος*. Here Philo evidently translates a Semitic name referencing 'lion-ess'. Such a name is attested among the personal onomastics of Canaanite individuals of the late 2nd millennium BCE. A personal name referencing 'lioness', *Lb't* (lioness), is attested among the Canaanite names inscribed in abjad on the 63 bronze arrowheads dating to the 11th c. BCE (Iron Age I to Iron Age II) and found in Phoenicia (Golub, 2021: 24), and its cognates, both for women and men, are attested in the later Phoenician onomasticon (Krahmalkov 2000, s.v. lb'i). Also attested as a composite name with the 'lion' component is a Phoenician name surviving in Babylonian sources in cuneiform tablets, *Ašid-rummu* (I a-šid-ru-um-mu) meaning 'Aš(a)d is exalted', containing the component *šd* 'lion' (Zadok 2024, 172). Similar naming proclivities are observed among Lydian rulers in the Iron Age, such as Alyattes' Lydian name **Walweteš*, referencing 'lion-ness' (Dale 2015). Given the heavy symbolism of the lion, as an emblem of both divine and royal authority in the Near East, signalling kingship in myth, imagery and metaphor (Ulanowski 2015), it is no surprise that it became emblazoned in personal royal onomastics.

Ethnonyms and toponyms in translation (?)

As a preamble to the discussion of onomastics and toponyms pertaining to a Semitic language family, the lack of clarity should be noted as to whether Philo translated into Greek from documents written in the Canaanite or Phoenician abjad or even from a transliterated Canaanite text into Greek. The scribal practice of copying documents in Sumerian or Akkadian cuneiform script with the text appearing on the reverse transliterated in Greek alphabetic characters began in the 2nd c. BCE Babylon and may have been more

customary in the Levant too, albeit given the widespread use of leather and other perishable materials, the survival of such documents is rare.⁶³ If the texts that Philo was translating was written in an abjad, then for transcribing the Canaanite names into Greek, the Roman-era scholar would have to resort to a phonological inference based on the Canaanite or Phoenician orthography, depending on the dates of the various source texts, and its assumed vocalization of a millennium earlier, some of which may have been out of use by then, permitting some leeway on the phonology of the actual name or toponym.⁶⁴ For example, a recurrent toponym is the island of a peoples named *Κέρατοι*, Keratoi (3.4). If Philo was translating from an abjad, Keratoi could have stood for the original *qrt* of Sanchuniathon's text in an abjad. It is assumed that since the locale is described as an island of barbarians with Canaanite colonies, the toponym concerned is *Crete* (*Krete*), which in an abjad would be written as *krt*, as an allophone.⁶⁵ Remarkably, Strabo (*Geog.* 10.4.8) preserves a variant of this name, written as *Καίρατος* (Kairatos), which designated Knossos after an adjacent river:

*ἐκαλεῖτο δ' ἡ Κνωσσὸς Καίρατος
πρότερον ὁμώνυμος τῷ παραρρέοντι ποταμῷ.*

If Kairatos became *qrt* in an abjad, it left Philo with a choice of vocalization, turning its residents into Keratoi. This also fits with a host of Crete-themed names and figures that would have been spelled as *Krt*, such as the *Kouretes* (*Κουρήτες*) of Greek mythology, attesting to an originally common source for *Κουρήτες* and *Κέρατοι* in the name of Crete. An objection to this reconstruction of Philo's transcription of a

toponym written in an abjad is raised by the fact that *Κέρατοι* is not a meaningless vocalization in Greek, but designates someone or something with a 'horn', cognate with *κέρας* and *κεράτιον*. Was Philo translating a Canaanite word rather than simply providing a vocalization of it into Greek? In his treatise, he may have simply crystallized a broader practice of transliterating Phoenician toponyms into the Greek language. From several examples one may infer that there was a broader tendency among Greek speakers to not merely adapt a toponym into Greek by adding a case ending for a foreign word, but actually to select an approximate homophone with semantic equivalence in the Greek language.⁶⁶ For example, the town name Amrit (*Mrt*) (Syria) turned into *Μάραθος* (Marathos in Greek), albeit *μάραθος* is the word for 'fennel', not merely a Hellenization of a toponym in a north-west Semitic language. Another example, where the Greek toponym is both phonetically and semantically close to the original in the Phoenician language, is the toponym *Κέρνη* (Kerne) denoting the island on the Atlantic where Phoenicians traded with 'Ethiopians' in the Greek translation of the *The Periplus of Hanno*. By the 1st-2nd c. CE, Ptolemy (*Geog.* 4.7-8) listed the name for a caravan station on the route between the Sous Valley and Volubilis as *Βουκάνων Ἡμαιροσκόπειον* (Boccanon Hemairoskopeion), meaning the "day watch-tower of horns", a locality archaeologically identified with the isle of Mogador (Essaouira, Morocco).⁶⁷ If the *βούκανα* ('horns') of the toponym translated the Semitic root *qm* ('horn') of the original Phoenician toponym, then the latter may be reconstructed as **Mgdl qnm*, vocally approximating the attested medieval name of Mogador, *Amogdul*.⁶⁸ While modern scholarship

63 For such bi-facial documents, see Knippschild (2014: 449).

64 On reconstructing the phonology of vowels in ancient Semitic languages, see Lipiński (2001: 105-106).

65 *Qrt* probably could not be used as an allophone as it stood for Carthage; Cirta in Algeria was spelled *KRTN* (Krahmalkov 2000: s.v. *qrt*; *krtfn*).

66 This may not obtain if these Greek words were loans into Greek, which current bibliography does not suggest.

67 For the identification with Mogador, see Lipiński (2004: 434-476).

68 For the archaeological and historical evidence: López Pardo et al. (2003: 398-399); López Pardo (2008: 52-53).

suggests that the Kerne of the Periplous derived from Phoenician *qm* ('horn')⁶⁹ – etymologically related to the medieval name for Mogador in Morocco – Kerne has clear assonance and semantic proximity with the Greek word for *κέρας* (*keras*), 'horn' (Pappa 2015a, 74). If so, this suggests a predilection of the Phoenicians into naming places after the word for 'horns', in which case they may have named Crete after a cognate word. That the 'brand symbol' of Minoan Crete were the bull's consecration horns, identified at Bronze Age palaces and emblazoned on its glyptic art, may have played a role. As with Kerne, Keratoi may have been the Greek attempt to offer not merely the transcription of a Canaanite toponym and its associated ethnonym, but the translation of a Semitic toponym, which is conceivable in multi-ethnic Bronze Age Crete.

Canaanite, other Semitic and few Egyptian personal names and toponyms

Personal names recorded in the MF can be compared to the Aramaic and Canaanite onomasticon of the epigraphic and textual record as reconstructed from epigraphic documents in the Canaanite and Phoenician abjad, as well as in other languages and scripts, such as such cuneiform Babylonian texts, as well as through the study of Egyptian archival sources. In particular, a corpus of Canaanite/Phoenician names has been built using diverse sources spanning a broad period of time, such as personal names inscribed on arrowheads found in Phoenicia dating to the late 2nd millennium BCE and others known from 1st millennium BCE Phoenician votive and other inscriptions from the Mediterranean, as well as from Neo-Babylonian records concerning Phoenician and Aramaean individuals, and other Levantines (Moabites etc). Although personal Phoenician names are known from Phoenician and Punic inscriptions (Benz 1972), for the onomasticon closer to the time of Philo's source documents, the names

attested on arrowheads found in tombs across Phoenicia are more relevant. Research into the onomastics of Iron Age I, based mainly on inscribed arrowheads, has resulted in a total of 110 Phoenician/Canaanite names c. 1100 BCE (Golub 2021; Röhlig 1995). These have been divided into three subcategories: theophoric, hypocoristic theophoric and 'other' names. Personal names dated to the Iron Age II, from the 10th to the 4th c. BCE, albeit unevenly distributed within this time span, are known from a study of household religion and family in Israel and the Levant, which has yielded a list of 258 names out of a sample of 581 names (Albertz 2012). Additionally, Aramaic names, which are mentioned in the MF in relation to Syria and its nomadic populations, are known from Syro-Mesopotamian texts and inscriptions (Simonson 2019). Ongoing research has resulted in a corpus of Aramaic, Phoenician and other Canaanite (Edomite and Moabite names) from the Mesopotamian epigraphic record of 8th-1st c. BCE, some of which were already in use in the previous millennium. The corpus is small and concerns mostly deportees into Babylonia and their descendants from Aramaic-speaking regions (Sonnevelt 2024) as well as Canaanites, that is a mostly Phoenician population, but also Moabites and Edomites (Zadok 2024).

Some of the most frequent personal names in the MF pertain to theophoric names containing the component Baal. Interestingly, compound names with Baal are among the most common in the Canaanite/Phoenician names preserved on the arrowheads from Phoenician sites. In addition, the common root *bd* ('servant'), attested in compound names known from the arrowheads, appears frequently in the onomastics of the MF. Based on the above, several names contained in the MF can be reconstructed as names that are attested among Canaanites and Phoenicians. Here I will focus on a selection of examples:

- *Ὀβίβακρος* (<Ὀβίβακρον), Obibakros (2.11): The name appears as that of a cattle-owner set on an island in the narrative on Melqart's voyage to the West. It may be etymologically connected to the root *brk* ('to bless'), with comparanda in the Aramaic

69 On *qm*, horn, Krahmalkov (2000: 423, s.v. *qm*).

onomasticon of the Neo-Babylonian period (Sonneveld 2024, Table 8.1).

- *Βαράδωδος* (<Βαράδωδον),

Varadodos (4.2): Son of the king of Sidon who installed him as king of Beirut, Varadod(-os) with the nominative masculine ending in Greek removed gives Var-adod, that is, Bīr-Hadad/Bur-Hadad. This was a popular name among the Arameans. It is attested in the Aramaic inscription of the stele depicting Melqart, erected by the royal house of Gūš, formed out of the Yahan tribe in the 9th c. BCE.⁷⁰ In Neo-Assyrian annals, the dynasty of Bīr-Agūsi, ruling over the *Iahānu*, was one of several, independent, West Semitic-speaking polities in the northern Levant, which the Assyrians referred to synthetically as Amurrū. This masculine name is attested among the Aramaic onomasticon of cuneiform texts (e.g. the corpora of *Yāhūdu* and *Našar*), whereby the component *Būr* comprises a main theophoric element in father-son couplings, i.e. *Būr-Adad* or *Adad-Būr* (Sonneveld 2024, 129-130). It stems from a compound name referencing the Mesopotamian divine father-son pairing *Bur* and *Hadad*.

- *Βεθόβαλος*, Bethobalos (3.6-3.10, 3.12):

The name appears theophoric (< Beth-baal), denoting the house of Baal.

- *Ὀβαδῖλος*, Obadilos (3.6): The name is compound with *bd* ('servant'), in the common form of 'servant of X god'. The proposal here is that this was vocalized 'bd 'l ('servant of El').

- *Βαλμαχάνης*, Balmachanes (3.11):

Attributed to a king who ruled over Syria and fought against the 'Giants' (Philistines), the name Balmachanes is a compound theophoric name, probably from Baal and Magon. The masculine name Magon is an epigraphically attested Phoenician name in the western Phoenician world, e.g. from a 7th c. BCE tomb at the necropolis of the colony *Seks* (Almuñécar, Granada),

belonging to "Magon, son of Arish, son of Hilles" (Pappa 2015b). Another possible reconstruction of the name is with the attested Phoenician deity name Baal Malage, invoked in a 7th c. BCE treaty between Assyria and Tyre.⁷¹

- *Μελκάρινος*, Melkarinos (3.11):

The name of a Sidonian man, which may be analyzed into the components *ml* and *qm* ('horn').

- *Ἀδραμοῦσα*, Adramousa (3.12):

The maiden Adramousa, whose ruse leads to the elimination of the rascal Egyptian fugitives, *Σέμφος*, Semphos and *Πασοῦργος*, Pasourgos, plundering Phoenician lands, bears a name that may be cognate with the toponym Hardumetum, a colony in Tunisia. Attested in Roman sources is Hadramaut, province of Arabia Felix, rich in gold (Hereen 1846, 348, original publication of 1793), which may have inspired Wagenfeld. The name Pasourgos could derive from an authentic Egyptian one, compare for example, the Persian-Era 'Pasou' attested in Elephantine (Porten *et al.* 2016: Table 7b).

- *Βεθατάβα* (<Βεθατάβα), Bethataba (3.8, 4.1): mentioned in different accounts.

Its foundation is attributed to two brothers who delimited with wall the "Hebrew Mountain" and inhabited the region.

The meaning of an aetiological origin as to its name is challenging to understand, but appears to imply that the name is a paraphrase of a jeering ("oh wonderful city of Barca") in a local language (Hebrew?), which the local inhabitants exclaimed in scorn at that new foundation by a certain Barcas (probably one of the brothers?), essentially at the pair of Canaanite intruders (and one may imagine, their contingent); compare with Bethesba (Israel), where Phoenician elements are archaeologically attested by the 9th c. BCE. In a later account, Bethataba is again associated with Barcas and mentioned as the site of a big battle between the Byblians

70 For a new reading of the Melqart stele, see Hackett & Wilson-Wright (2022).

71 IAKA, 69; Katzenstein 1991.

and the 'Islanders' who were raiding Phoenician cities.

- *Βίμαλος*, Bimalos (4.2): Referring to a Sidonian king, the Canaanite original name was most likely Abi-Maal. The proposition here is that the first component of this name is Phoenician ʔb, attested as a component of Aramaic names in cuneiform Neo-Babylonian texts, where the Babylonian-rendered *ʔab/Phoenician ʔb stands for 'father' (Sonnevet 2024, Table 8.3); also compare with Abi-Milku (a correspondent from Tyre) of the Amarna correspondence (Kilani 2020a: Table 1).

- *Βελίρος*, Beliros (4.10): A king of Sidon, with a theophoric name pertaining to Bēl, a Babylonian god from which there derived theophoric names in great numbers in the Aramaic onomasticon from the cuneiform records of Nippur, along with those from other deities such as Tammeš, Nanāya and Nabû (Sonnevelt 2024: 133).

- *Ὀβοδόβαλτις*, Obdovaltis (Obd-Baalat) or *Ὀβδαστάρτης*, Obdastartis (4.9): Both are both theophoric names, compounds of *bd*, 'servant', followed by the name of a deity, Baalat and Astarte respectively. Compound names whereby the name-bearers are designated as 'servants' or 'subordinates' of a deity are attested in Akkadian records of the Aramaic onomasticon from Mesopotamia, e.g. *Abdi-Iššar* (Servant of Iššar), vocalized as *ab-du^d. Iššar* (Sonnevelt 2014: 132). This vocalization gives a sense of how *Ὀβοδόβαλτ(ις)* stands for 'Servant of Baalat' and *Ὀβδαστάρτ(ις)* for 'Servant of Astarte'. Philo in transliterating the names has preserved their foreign origin by giving them a masculine ending in *(ις)* that is inconsistent with Greek orthography.

- *Μελκάρμιος* (from the genitive <Μελκαρίμου>), Melkarimos (4.4): The name is theophoric. It may be related to the Ammonite name Milkom, attested in the neo-Babylonian records (Zadok 2024: 167).

- *Γαδύλκαρος*, Gadylkaros (6.10, 7.1): The name of a Sidonian king, it probably stood for *Gdlq* in the original source language, a compound name with the component *gd*

('fortune', good luck) as the first element, common in Punic names (Krahmalkov 2000, 136, s.v.). In addition, a cognate form is attested in the Aramaic and Phoenician onomasticon from Neo-Babylonian records as Giddā, "a hypocorism of *gadd (variants: *gedd, *gidd), meaning 'fortune, good fortune' (Zadok 2024, 178; Sonnevelt 2024, Table 8.2). The possible evaluation of the name as a whole should take into account various possibilities. Following the component *gd* is *l qr*. *Qr* has multiple meanings in Phoenician, ranging from 'wall' and 'money', while *qr* meant 'to read', and also had the meaning of the nouns 'crier/lector', perhaps as a function of a priest, but could also refer to the invocation of gods, i.e. the 'call [to a god]' (Krahmalkov 2000: s.v. *qr*). In Moabite, one of the attested meanings of *qr* is 'city' on evidence from an altar inscription at a Moabite sanctuary attesting to *gdl* (Bean et al. 2018; Chang-Ho Ji 2018). Yet there is also the possibility that the name derives from the root *gdl* (to grow), a highly productive root in Hebrew, in which case it may be a personal name that grammatically is of the verbal predicate type. At any rate the Semitic etymology is indisputable.

Non-Semitic onomastics

When the narrative of the MF moves to Melqart's arrival in Tartessos, the story involves a man with renowned riches, by the name *Μασισάβας*, Masisabas (his name is found inflected in various cases as a masculine noun) (2.13). Accounting for a plausible Greek ending in *-ς*, this name rings somewhat like a Numidian name, be that of the 3rd -2nd c. BCE king Masinissa, or of the ethnonym Masaeslyan, a sub-group of Numidians, which names pertained to a Libyco-Berber language.⁷² If the MF is authentic, it should pertain to the onomastics of the indigenous peoples of the south-west Iberia who

72 On Masinissa, see Lazenby (2016).

spoke a Celtic language or of a person from the opposite coast of Africa that had settled in the region.

Comparison can only be attempted on meagre evidence provided by ongoing epigraphic and linguistic research. The main sources comprise a grave marker bearing local names in the Phoenician alphabet, monumental inscriptions in the South-Western script on stelae mentioning individuals, both dating to the first half of the 1st millennium BCE and for the period closer to the Roman annexation of Iberia, numismatics. This later source of names for possible comparison purposes is provided by coins issued by cities in Iberia bearing the names of local magistrates. For example, on the earliest coins issued by Bevipo (Beuipo), ancient Salasia (Alcácer do Sal), the legends on coins include various names of city magistrates, prior to the Roman annexation of the city (between 139 BCE, *i.e.* the date of the Lusitanian war, and 45/44 BCE, when the region was annexed by the Roman empire). While the earliest issues in the indigenous language (218-139 BCE) did not include the city magistrates, those appear in Latin characters in phase 2 of the city mint when the personal name is accompanied by the *aedilis* (magistrate) or the letter F, denoting Filius (son), among which *Odacis* (Correia 2004). But this evidence is few and quite removed in time from the period under discussion. Thus, the most productive avenue is the limited set of inscriptional evidence.

Written in the Phoenician alphabet, the two masculine personal names *Wadbar* and *Ibadar*, reflecting people living in the Tagus region in the 8th-7th c. BCE are known from a grave stele following Phoenician traditions of burial (Neto et al. 2016).⁷³ Without a consensus on the deciphering, many more indigenous names are attested on stelae erected by the local inhabitants of south-west Iberia. In comparison with the reconstructed onomastics of individuals alive in the period (ranging from the 8th c. BCE to the 6th c. BCE and perhaps later),

elaborated on the working hypothesis that the language of the South-Western stelae is Celtic and that these monuments were grave markers that record epitaphs, Masisabas phonetically and grammatically somewhat approximates these names. According to the deciphering of the South-West inscriptions by Koch (2013; 2009), the translations of the epigrams resulted in several personal names, among which the following: *Ta* [χ]seovonos (stele J.1.1.), -(s)-ekvos, Tegos (J.1.4), Mutura (J.1.5.), Aiburis (J.3.1), Samos (or Sabos (J.5.1), Boduo- (or Bōdo-) (J.7.2), Argos and Iouba (J.7.6) [ʔSe]keuuos (J.7.8.), *Ariaris* (J.10.1), Kēlavā, wife of Oīśas (J.11.1), Sovlir(os) (J.11.3), Alkos (or Valkos) (J.12.1), Ultina (?) (J.12.3), Salsalos (J.12.4), Turekvos (J.14.1), Aitura, Meleša, Melešos (J.15.1), Uursaos (J.16.1), Ioba (J.16.2), Kuika*sa: (J.17.1), Kuiairairī (J.17.2), Bōdiana (J. 18.1), Oor'oir (Vorviros) (J.19.1), Urnī (J.20.1), *Saruna (J.22.1), Oar[ʔboiir (J.22.2), Betisa (J.23.1), Albuos (?) (J.24.1), Tarnos (J.26.1) Korbos (J.53.1), Darivelnos (J.55.1), [Kē]lova (J.57.1).⁷⁴ From the extant personal masculine name in -as (Oīśas), it may be inferred that Philo may not have needed to 'hellenize' a name such as Masisabas by giving it a masculine ending as he did with Semitic personal names.

The language of the south-west and western part of Iberia is now considered a proto-Celtic form of language, but would that have been known in the 1830s, with a forger coming up with such a coined name?

4.2 A thesis on the authenticity of the MF based on historical and archaeological grounds

Historical Investigation into the Narratives of Philo's Phoenician History in Nine Books

With few exceptions, Philo's Nine Books do not make for enthralling fiction and neither can they be considered a historiography that

73 Reused as building material in the Alfama district of Lisbon.

74 Numbers in brackets refer to the stela in the inventory, see Koch (2009), with corrections in Koch (2013). There is no consensus on this deciphering.

fleshes out historical figures in the manner of Herodotus. They follow the pattern of king lists and episodic narrative, consistent with Near Eastern historical records. Still the prose holds plenty of allure across the many genres reflected in it. In terms of content alone, the MF appears to be anything but a forgery. It describes a world of competing Phoenician city-states, often under a *primus inter pares* model of kingship, where kingship is not always hereditary and at any rate requires a process of election, which is not at odds with contemporary historical and archaeological research on the model of governance of the Phoenician city-states; in fact, such a political system has been envisaged for the Phoenician poleis of the early 1st millennium BCE (Kormikiari 2021). Corroborating an impression that is much alive through the study of archaeological and historical sources, the MF affords in more detailed form what is already known of the Canaanite-Phoenician world. The colonization of the western Mediterranean, the successive migration waves, the political role of the colonies vis-à-vis Tyre and other mother colonies are all aspects that reflect modern archaeological research. While Phoenician migration and colonization had been the subject of historical investigation in the 18th c. based on the writings of Greco-Roman scholars, with Hereen (1793), for example, developing his idea on the successive migration waves that affected Iberia and the mixed populations of the Phoenician colonies,⁷⁵ the MF contained information not yet available regarding Phoenician expansion in the Mediterranean, as well as describing the political situation of Late Bronze Age/Iron Age I Levant.

The MF is dominated by stories on Byblos, Tyre, Sidon, and less so Beirut and Arad, with references to Ashkelon as an enemy, with a large clash between a Syrian pastoralist land and Byblos, with 'islanders' having a foothold in Gaza, and with Cretans being among the preeminent adversaries in the Levant or in strongholds near Phoenician cities. The rich, recurring references to peoples from

the 'islands' and especially from Crete, described as once very strong in their maritime character, with islanders and Cretans conducting raids on the Levantine coast and Gaza, and with the 'Giants' (i.e. probably Mycenaean Greeks) invading Crete, Ashkelon and Gaza, is a striking feature of the narrative.

The contemporary historical reconstruction of Phoenicia that has been painstakingly pieced together through the study of cuneiform corpora of adjacent states, of Egyptian texts and of archaeology corroborates the importance of Byblos, Beirut, Sidon and Tyre as the four most powerful Canaanite kingdoms during the Late Bronze Age (Pfälzner 2012), with warring Amūrru encroaching on Byblos (Xella 1995), just as the MF describes. In the Papyrus of Hori, dated to before the 21st year of Ramesses III (1186-1155 BCE), Tyre and Byblos emerge as the most important cities in Phoenicia (Kilani 2020b: 177-179). In addition, only in the past few decades has it become clear that the Pentapolis in Philistia, at one point formed by Gaza, Ashkelon, Asdod, Ekron, Gath and Jaffa, was largely the result of settlement by Mycenaean Greeks who first settled in Ashkelon in the 12th c BCE.⁷⁶ These appear to be the 'Giants' of the MF. Cretans had been already involved in the southern Levant, where a sizeable production of Cretan artefacts had been arriving already by the Middle Bronze Age, presently attributed to a Minoan/Cretan palatial centre in the region later known as Philistia (Banyai 2022) and specifically with Gaza as an important centre in the south where 'islanders' (i.e. Aegeans) held a foothold (Dothan 2003). In the MF, they are the marauding Keratoi, with extensive maritime prowess.

Excerpt for the biblical references to Cretans in the Bible (Banyai 2022), Wagenfeld would not have been aware of any of this Cretan involvement in southern Levant. The attendant matter as to whether he could have utilized ancient historical books in order to conjure up a convincing account of the Phoenicians is further obviated by the emphasis

75 In the translated edition, see e.g. Hereen (1846: 318-319).

76 For an overview, see Wylie & Master (2020).

on Byblos in the MF. Phoenician archaeology had not yet begun so the primacy of Byblos among the Phoenician cities was unknown. Nothing much was known about Phoenicia at the time, and even Classen (1837), who thought the manuscript published by Wagenfeld was authentic, placed Sanchuniathon's life to the 6th c. BCE. Yet Byblos comes out as a main player of the day in the MF. Had a forger wanted to confect a narrative with a plausible claim to authenticity why not choose Beirut for this role of pre-eminence? In the fragments of *Phoenician History* quoted by Eusebius, not only is Sanchuniathon a native of Beirut but also presents his treatise to Abibalos (Abi-Baal), king of Beirut. Yet the MF is largely concerned with the history of Byblos, whose historical primacy is now undeniable. Archaeological and historical information shows that Byblos was a main centre of power, a hub of interregional trade, in contact with Egypt since Early Dynastic times and certainly affluent during the Late Bronze Age (Kilani 2020b).

Another parameter to be considered is the large-scale maritime voyages narrated in the text, reaching to the Atlantic coast of Iberia. Plenty of evidence point to the Atlantic connections of Iberia with Cyprus at the turn of the 2nd millennium BCE, as indicated by a plethora of material evidence documenting eastern Mediterranean trips to the Atlantic shores of Iberia at the end of the 2nd millennium BCE (Pappa 2020b), which are so vividly described in Wagenfeld's text.

The intention here is not to reconstruct a Late Bronze Age history of the eastern Mediterranean, or even the historiography of Canaanite cities in that era, but to read the text against the grain so as to show multiple ways of understanding historical events that reflect a kernel of historical truth and not the imaginations of a German scholar in the 1830s.

Use of the term 'Phoenician' as an emic gentilicon

A counter-argument to its authenticity could be provided by the appearance of the term Phoenician as an ethnonym used in

an ancient Phoenician text. Was the term inserted by Philo for a different ethnonym, given that allegedly it only arose within a Greek milieu in the early 1st millennium BCE? Supposedly no such ethnonym existed in the Phoenician language itself.⁷⁷ Despite avid reflection on the etic nature of the term 'Phoenician' lasting for several decades that determined 'Phoenician' as of a purely Greek etymology,⁷⁸ contributions from Egyptology suggest otherwise. Independent evidence for the use of this ethnonym is supplied by the term *fnhw*, vocalized *Fenchou*, surviving in Egyptian hieroglyphics, denoting a group of foreign people associated with a region in Syria although originally the term signified 'carpenter' and 'shipbuilder'. Its earliest attestation is found during the 5th Dynasty (c. 2400 BCE), whence it appears sporadically until the 18th Dynasty (c. 1550-1292 BCE).⁷⁹ If this etymological connection between the Egyptian term with 'Phoenicians' is correct,⁸⁰ and plenty of evidence suggesting close contacts between Egypt and Byblos since pre-dynastic times does not contradict it, 'Phoenician' is an Egyptian exonym, not used by Phoenicians themselves, which explains why Assyrian sources never make use of the term – the Greeks picked it up from the Egyptians, it would appear, while Mycenaean trade in Egypt was still strong. If this reconstruction is correct, there were no semantic or etymological affinities between the word, *φoῖνιξ*, as an ethnonym and the identical Greek word denoting a bird reborn from its ashes – just the influence that Egypt exerted over Greek cultures, since the former was a loan

77 For the Assyrian stance on the matter, see recently Fales (2017).

78 More recently Ercolani (2023), who does not depart from these scholarly tendencies.

79 'Story of Sinuhe' (B 219-21), 20th Dynasty; and 'Urk 4.25.12', 18th Dynasty, mentioned by Regev (2021: 8).

80 It was discussed in Muhly (1970: 31-32), but Regev (2021: 8-9) who brought up this old, forgotten theory takes this identification for granted, based on the Tale of Sinuhe (B 94-95) as a source for Phoenician ethnonym; on the latter, see Kilani (2020b: 223).

word and the latter a local reworking of the divine in Egyptian religion bird-formed deity of creation, the bennu.

Cartography of Canaan

In the wider environs of Tyre, the principal villages are listed in the MF as follows: Hysora, Maine, Silyphe, Ramase. As already remarked, the mock toponym 'Bethataba' (3.8, 4.1), a name understood as deriving from the locals jeering 'oh wonderful city of Barcas' is described as a town established by two Tyrian brothers (in the years of the reign of Bethobalos in Byblos who had come into an alliance with Obadilos, a man ruling in the 'islands'), who delimited the "Hebrew Mountain" in a land inhabited by Hebrew-speaking people (3.8). In a following passage, Barcas is called the man "who established Bethataba" (4.1). It is a time of utmost turmoil, with the Egyptians having withdrawn in Phoenician and Arabia, and the islanders laying siege and taking cities on the coast. Barcas with a large alliance of 10 kings entered the battle against the marauders but they were all slain. The battle took place in Bethataba where the royal tomb was located.

Ἡ δὲ μάχη ἐν τῷ παρὰ Βεθατάβα
 ἐγένετο πεδίῳ, ἔνθα καὶ νῦν τῶν βασιλέων
 τάφον ἰδεῖν ἔστιν .

"The battle took place on the plain close to Bethataba, where now the tomb of the kings can be seen".

The above suggests that Bethataba was located close to Hebrew-speaking population and was, if not coastal, then accessible by sea. As a toponym, it can be compared with *Beth-tappuah*, a town allotted to the tribe of Juda after the conquest of Canaan (*Joshua* 15:35). A similar toponym is listed in the topographic list of Canaanite and other place names encountered along the route of an Egyptian expedition into southern Levant, commissioned by Pharaoh Shishak/Shesongq I, whose reign inaugurated the Libyan, 21st Dynasty.

Preserved on the southern side of the Bubastite portal of the central temple of Amun at Karnak, Shesongq's I list of originally up to 187 toponyms (of which 150 survive) pertains to an Egyptian military campaign into the Levant mentioned also in the Bible (1 *Kings* 14: 25-28; 2 *Chronicles* 12: 1-12), dated to 925 BCE. The axis of the expedition followed a route into southern Levant, through the Negev, west of Jerusalem, central Palestine, the Jezreel Valley and east of the Jordan River, though the exact route is debated (Junkkaala 2006: 80-82, 173). The toponym no. 39, in row 3 of this list, is spelled b-ṯ t-p-w-[h?], read as *Beth-Tappuah*, which due to the region where the first 65 places of this list fall, must be situated to the west of Jerusalem and towards Northern Israel (Junkkaala 2006, 175, 219-221, drawing on Simons 1937, 181).⁸¹ Though there is no consensus in which order to read the toponyms of the inscription or whether it followed a geographical order or one of the expedition, according to one view the place names on the topographic list from no. 27 to no. 39 form a continuous line southwards from Megiddo to *Beth-tappuah* along the 'Via Maris' (Junkkaala 2006, 210-221). In that case, the town would be located on this trajectory of the Pharaoh's expedition along the coast.

Around Sidon, village-size settlements are referred to as: Monychos, Jauphe, Moyra, Dibon, Nebra, Soate. The towns named close to Byblos are listed as: Asmania, Jasude, Nebite and Nebra. Around Arados, settled communities are named as: Arboze, Kasauron, Hynna, Delibas, Asypotia, Misybata. This last place is mentioned as a locale where prophetic stones were set by the god Ouranos ('sky'). The towns around Beirut are named as: Arbe, Isbas, Sydrobal, Beth-Astaroth.

Close to the road that leads to Byblos from Beirut there were the ruins of an Egyptian fortress where Egyptian forces under a certain *Pasurgos* were vanquished through a ruse of the maiden named Adramousa. On the mountains, there are named the villages

81 For the source of this reading and other variations, as well as possible geographic locations, see summary in Junkkaala 2006: 219-221.

Gabara and Oryx, the former ostensibly the location of the betyls set up by Ouranos. A Mount Zetunos and the opposite Mountain Momigura are mentioned, and then the Phoenician possessions on the islands. It should be mentioned here that in Philo's Book 1 as quoted by Eusebius, Ouranos enlists betyls in his fight against Kronos.

Anatolia, Syria, Cyprus and other neighbouring peoples

Throughout the Books the most tenacious adversary of the Byblians appears to be the people referred to as Γίγαντες (Gigantes). While this word stands for 'Giants' in Greek, the clear ethnonymic use of the term in the work of Philo is indisputable. In several books of the MF, these populations appear present in Crete, but as intruders, in Philistia, and again as intruders, in south-western Anatolia as being settled in a patch of land facing Cyprus, on the mountainous land of Syria, and in Cyprus itself. One of the most interesting aspects is that on the coast opposite north Cyprus, these Giants compete for land with colonization attempts by colonists from Tyre and other Phoenician cities. Book 5 describes the foundation of Phoenician colonies by Byblos, some populated by Tartessians (colonists from Tyre) on the mainland opposite Kition (e.g. southwestern Anatolia). There are references to significant disruption and abandonment due to attacks by Giants and other foreign peoples.

This picture sketched out in the MF may not find exact corroboration in current understandings of the region, which are not uniform depending on the exact era and source of documentation. Yet in all its detailing of consecutive episodes, broken in time, collected from different archives, the broad patterns of settlements, colonies, raids, alliances and adversaries stands in line with current archaeological, epigraphic and linguistic research, which shows an Achaean presence in south-western Anatolia in the Late Bronze Age, which is at least linguistically and culturally, if not demographically, supplanted in the 10th-8th c. BCE by a state that appears

to be bilingual, formed by a Luwian and Phoenician speaking elite (and/or population) that maintains some Greek names.

Several hypotheses have been put forward to explain this linguistic shift in that region as attested by the bilingual Phoenician-Luwian stelae discovered in southern Turkey (e.g. Fales 2017), none of which is satisfactory.

In particular, recent understandings of western Anatolia in the Late Bronze Age on the basis of Hittite, Luwian and Akkadian texts, supported by archaeological evidence, document substantial Mycenaean Greek colonization on the Asia Minor shores. Linguistic research into epigraphic data suggest Greek colonization of western and south-western Anatolia ca 1400 BCE, as also indicated by contemporary eastern archival sources. The *Ahhiyawa* (Achaean) of the Hittite records, the *Hiyawa* of the Luwian (and Akkadian) sources, were described as active around the (later-named) Miletus, but were also to be found further south in Anatolia, where they had formed a state.

In the famous bilingual inscription from Karatepe, dated to the early 1st millennium BCE, the Luwian ethnonym *Hiyawa* turns into 'mq 'dn in Phoenician in a bilingual inscription, denoting the people that had settled in south-west Anatolia, having set up a polity that modern research equates with the kingdom of Q(u)we mentioned in the biblical (1 Kings 10:28) and in Neo-Assyrian sources.⁸² Evidently these are emic ethnonyms, referencing the well-attested Ἀχαιοί as *Hiyawa* ('Achaean') and the Δαναοί ('Danaans') of the Homeric epics as 'dn.⁸³ The latter's

82 For a reconstruction of Late Bronze western Anatolia on the basis of literary sources (Hittite and Luwian records), see Gander (2010); Forlanini (2012); Woudhuizen and Zangger (2021: 73-104); Hajnal et al. (2022).

83 Assuming contacts with Egypt is not to redress the 'Indo-European' origin. Linguistic studies into the pronunciation of attested Greek names, including *Moq^uso*, is consistent with Greek vocalization in the 2nd millennium BCE, referring to 'proto-Greeks' arriving from the Pontic-Caspian steppe in the Early Helladic IIIB, archaeologically identified by the arrival of the combined corded ware, mace heads, cists graves and tumuli in relation to the myth, see Sakellariou (1986: 134).

presence has crystallized in the present-day toponym Adana of the Turkish south-western province. Interestingly in Greek myth, Danaos, king of Libya, who goes on to marry Elephantis, descends from a genealogy connected to Egypt and the Near East: his brother is Aigyptos and his father Belos, the King of Egypt, a Hellenized version of Baal or the Babylonian god Bel (Apol. *Bibl.* 2.1.4).

The modern archaeological and historical understanding of the human geography of the region, settled by Mycenaean Greeks in the Late Bronze Age but culturally merging into the Luwian substratum and the expanding Phoenician element of the early 1st millennium BCE is in line not only with the later Archaic and Classical-era historical attestations of the large-scale colonization of western Anatolia by Greeks from the mainland after the end of the Trojan War, but also with the genealogies of mixed Lydian royal houses as narrated by Herodotus, himself a man of mixed ancestry, his mother being Carian. Thus, known as both Achaeans and Danaoi in external sources, the Greek presence that is linguistically and epigraphically attested for south-western Anatolia confirms the later Greek historians and myths. In addition to this epigraphic attestation of Achaean Greeks in the region corroborating Greek mythologies on the settlement of Greeks and the genealogy of Mopsos as given in Herodotus (*Hist.* 7.9) who described the Hypachaeans ('sub-Achaeans') of the region, there is also the additional parameter of Arcado-Cyprian elements in the later Pamphylian language, suggesting an earlier linguistic substratum of Mycenaean origin (Kopanias 2020).

The hypothesis proposed here is that in **Book 5** of the MF and elsewhere, Philo describes the early stages of the events when Achaean presence was disrupted by Phoenician attempts at settling for commercial purposes in south-western Anatolia. I go one step further by tracing the origin of this peculiar ethnonym, *Γίγαντες*, to the transliteration by Philo of the term Hiyawa, and perhaps the biblical influence exerted on him through references to the Philistines

as 'Giants' (with Philo having probably identified the two as of an Aegean origin, and correctly so). What I infer is that Philo vocalized the word Hiyawa written in an abjad as *Γίγαντες*, following his pattern of transliterating names in a way that maintained assonances but also gave a meaning in Greek. My hypothesis is grounded in the fact that the use of a gentilicon that is cognate and co-terminous with Hiyawa is attested in Canaanite-speaking Ugarit through the deciphering of the Akkadian letters found at the site, dating to just before Ugarit was destroyed c. 1185 BCE, i.e. to the late 13th and early 12th c. BCE.⁸⁴ The men known as *Hiya-wa*, with gentilicon Hiyau(wi) could be vocalized as a word that in Greek sounds similar. In particular, *Hiya* with the suffix *-wa*, has a considerable assonance to masculine nominative singular *Γίγα* with ending *-ς*. Perhaps Philo was not exactly translating from Canaanite, but transliterating and at the same time using a Greek word that came close to the transliterated version, as in the case of describing Cretans as the Keratoi ("of/with horns").

Regarding the biblical Giants, according to the Book of Judges, the Giant Philistines came from the island of Caphtor. This place name is also known from cuneiform corpora, such as those from the kingdom of Mari and Assur (kaptara/kptr) and an Old Babylonian text that mentions "kap-ta-ra", locating it "beyond the Upper Sea", while it is attested as Kapturi/KPTR in Ugaritic records; modern research places the source of this people in the Aegean area, while the term appears to refer at times "to the region encompassing the Aegean Sea, parts of the Greek mainland, the western coast of Anatolia, and the island of Crete" (Caesar 2016). Archaeological studies of ceramic typology, with new intrusive types, and archaeogenetic research, also place the origins of this population of the southern Levant in the Aegean (Gilboa 2013; Dothan 2003). For example, the so-called Philistine

84 Letter RS 94.2523: *Hiia-aú-wi-i*; Letter RS94.2530: *Hiia-aú*, see Cline (2009: 178); Lackenbacher & Malbran-Labat (2005).

Monochrome pottery, comparable to the typology of Late Bronze Age IIIC pottery of the Greek mainland (but also Cyprus) appears in southern Levant, produced locally, in the Late Bronze Age/Iron Age horizon, C. 1200-1150 -1900/980 BCE (Gilboa 2013; Dothan 2003). This all suggests that some of those new populations settled in Philistia were Mycenaean Greeks, while in biblical texts, their Aegean origin allows that they concerned Cretans.

Regarding Cyprus, the MF also offers a multi-cultural and ethnic population. On the *mesogaia* of Cyprus there live a folk that speak a language which is identified with that spoken by “the Giants of Mount Lebanon”. These people called Giants, appear to have settled Ashkelon and Gaza and to speak a language that was spoken on the land of the Giants. One of their leaders is described as 8 cubits tall and leads an army of Amathia. When the narrative moves on to Syria (3.10), whereby a certain Mathaibalos whose flocks grazed near the ‘Syrian river’ came into conflict with some men that passed through Syria appropriating pastures, these shepherds come into conflict with Mathaibalos during the reign of Bethobalos, taking over of the town of Amathia. The name of a colony of Amathia (Amathus in Cyprus?) located in Koile Syria (ie. the Beqaa alley) is said to signify ‘acropolis’ in the Phoenician language. Is this a colony of or counterpart to Amathus, one of the Cypriot kingdoms with the earliest evidence for Hathoric cults? Syria, which at the time was known as Amurru, is described in the MF in terms that evoke pastoralism, with shepherds and flocks. On the other hand, archaeological studies on Amathus in Cyprus document a pronounced Egyptian character in the material culture of Amathus down to the Iron Age. Satraki (2012) has sketched out the self-representation of the Cypriot kingdom of Amathus as distinct, using the local Cypriot language very late into the 1st millennium BCE, adopting royal Egyptian propaganda for the self-representation of the elite, including the Egyptian gods such as Hathor. In contemporary scholarship, the argument is that Amathus was a native

kingdom influenced by its neighbours to the south and to the east. Another view is given by Philo’s text, suggesting Bronze Age Canaanite presence, with a similarly-named town on the opposite coast of Cyprus.

Cyprus may also be implicated in a group of recurrently appearing peoples in the MF named *Ὀνακύνες*. From the narratives of the MF, it is hard to place the origin of these Onakynes, but the name has a striking semblance to the personal names of several Cypriot kings. There is a parallel here with the names of Cypriot royal names Onasagoras of Ledra, Onasi-, Onasiharis, who were kings of Paphos, as well as Onessilos, king of Salamina.⁸⁵ Ledra is known as the kingdom of Onasagoras in Assyrian records as late Ashurbanipal’s reign and from one votive attestation from Paphos, suggesting that the kingdom was absorbed by Salamis later on (Satraki 2015, 234-235). The region that concerns these Onakynes must then be delimited by the core power of the kingdoms of Salamis and Paphos in the Archaic period, largely the coastal region facing Lebanon and Syria from the south of the island to the north.

Finally, several other nations are named in the MF (8.16) as living “around the Tyrians”, among which “the Cretans, the Jews, the Egyptians, the Arabs and the Damascenians and the Amathians, allies of Ierbas”. After remarks on the Nile and the Ethiopians to the south of the country, there are references to the people living in the north, namely Armenians, Phrygians and Lydians, and towards the northernmost regions, the Gambroi, the Amydonoi and the Titanes. The latter are semi-naked, huge in bodily size and ride white horses obtained by the Medes, which they consider gods. The Titanes and the Medes live around a lake, with a distance of 20 days travel separating them. Towards the east, the regions are inhabited by the Babylonians, the Medes, and the Ethiopians.

Could the Gambroi, Amydonoi be a reference to Hurrians or their descendants, a warrior class known for horsemanship whose

85 For these kings, see Satraki (2012: 215, 223-224, 225, 229, 246-247, 365).

heartland lay between the Black Sea and the Caspian Sea? While Hurrians had created the Mitanni kingdom in northern Mesopotamia c. 1500-1300 BCE, the tribes that in the early 1st millennium BCE would give rise to the kingdom of Urartu in the Armenian highlands and around Lake Van, during the 13th-11th c. BCE were still loosely organized as a conglomerate of tribes. Those that can be invoked by a name such as 'Titanes' who ride on horses probably refer to semi-nomadic populations that were not incorporated into the state of Ugarit. Evidently these ethnonyms in the MF refer to the early 1st millennium BCE, not to the Late Bronze Age. As will be seen in the following section, this description is from a historical narrative that can only be placed to the 10th c. BCE and later, and not earlier. DOWNDATING SANCHUNIATHON (though not the entirety of his sources) from the Late Bronze Age to the turn of the millennium presents no problems as there is no independent evidence as to the time he lived. Such a postulation also eases a lot of envisaged difficulties with the transmission of an ancient Phoenician text to the Roman period.

Cartography of the Mediterranean

The cartography of the Mediterranean as envisioned in the MF mainly comes from **Book 8** that details the content of a census-style, cartographic account commissioned by a royal decree, but is also pieced together in disparate comments and accounts throughout the MF that do not serve as an atlas or maritime itinerary, but are scattered in historical narratives of battles, raids, colonial trips and the narrative on a voyage gone horribly wrong. There is an extensive list of toponyms connected to settlements in the Aegean, primarily Crete, that appear to be settlements of people from Tyre, Byblos, or Tartessos but also to other Levantine cities. Sailing west (possibly from Crete, as 8.12 describes that island) for four days, one encounters the island of *Mazaurisa*, where Tyrians and Sidonians lived in six towns: the town of Nasbon

(or Nasbos)⁸⁶ of Melikarthos, then Iamneia, Iatron, Malkouba, Ophala and Moraba (8.13). The penultimate of those toponyms may find a counterpart in the personal name Ophelta (?) inscribed in Cypro-syllabic script onto a bronze spit from a Cypro-Geometric I warrior tomb at Palaipaphos, Cyprus (tomb 49,4) (Vonhoff 2011: 136).⁸⁷ While the five-sign inscription has been read as a Greek name in the genitive case (rather than nominative 'Opheltas'), this appears to be an assumption. What if the word determined origin? From Moraba one arrives at *Melite*, a reference to Malta, which had no towns but only villages and an altar to Astarte Melite. Melite was a Phoenician colony in Malta, mentioned in ancient works (Ptol. *Geog.* 4.3). Sailing from there, one arrives at *Maphile*, a colony of Arados, Byblos and others that had united in a region named Tenga, which was vast, and was deserted due to shortages in water supply and the intense heat, graphically described ('burnt by the sun'). By assonance and the comment on aridity, Tenge could be identified with Tingis/Tangier, mentioned in pseudo-Skylax' *Periplus* and with archaeological evidence for a Phoenician presence (Pappa 2009), although this moves the cartographic route far too west. Sailing north to Mazaurisa, one arrives at *Ersephone*, where four colonies were set up, aided by Sidonian reinforcements during a war against the Tartessians (colonists whose mother-city was Tyre). The indigenous people are stated to be few and peaceful. There is a mountain called Mount Libnas, consecrated to Melikarthos. The two islands close to Eresphone (Sicily? Sardinia?) are named as Kition and Gadyla, and were said to be a ten-day sail from Tartessos, past the deserted isle of Leiathane and Obibakros.

If some of these toponyms refer to Sicily, then the historical attestation for the Phoenician

86 In Greek, the accusative as given here could determine a nominative as *Nasbos* (masculine/feminine noun) or *Nasbon* (neutral).

87 On the contexts of spits in Cyprus as an implement for feasting and its Atlantic paraphernalia, see Vonhoff (2011: 136).

colonization of the island prior to that of the Greeks fits Thucydides' (*Hist.* 6.2) well-known remark that the Phoenicians lived all over Sicily prior to the first Greek colonists. The above alone however does not suffice to claim forgery. Based on geographical considerations, and excluding Gozo in the Maltese archipelago whose ancient name was Gaulos, and given the well-attested Phoenician presence there in the 1st millennium BCE, Gadyla and Kition probably refer to the modern Pelagic islands of Italy. Effectively, Gadyla, may refer to Pantelleria (presently, there is a Gadir, meaning 'fortress' in Phoenician, situated on the north-east coast of Pantelleria, a toponym sharing the same Semitic root *gdl* with Gadyla). Lampesuda, whose name is Greek (Lampaia: *Ptol. Geog.* 2.9), derives from *λάμπειν* ('to shine brightly'), and may have been known as Kition to the Phoenicians, who used it as a landing spot.

Phoenician presence in the Aegean, of some semi-permanent form, was reported by Herodotus (*Hist.* 2.44; 6.47), explicitly referring to the colonization of Thasos in the north-east Aegean. A colony on the Cycladic island of Melos is the sole colony in the Aegean attributed to Byblos in extant historiography, named Byalos (*Βύαλος*), though it was also known as Zephyria (*Ζεφυρία*) (*St.Byz. De Urb. Μῆλος*; Kilani 2020b: 2, n. 2). In continuing collective memory, on another Cycladic island, Syros, the port Phoenix (*Φοίνικας*) on the south-western coast, is thought to have been established by Phoenicians from Tyre, after which Syros was named. In another reported tradition (*Str. Geog.* 10.5.1), the settlement on Anaphe was founded by Membliaros, a companion of Phoenician Kadmos, later king of Thebes (Forsyth 2020, 302). Wagenfeld could have used ancient atlases with cartographic information to invent plausible names and Phoenician maritime itineraries. The above, however, does not constitute proof of forgery.

Crete

Early in the list of successive kings and their deeds, we are informed that following

the death of the king of Byblos, Garousaos, there was no king for a long time (3.5). What is implied is a protracted period of upheaval lasting for 25 years. Byblos suffered invasions by the 'island people', whose king was Obadilos, who had assumed the kingship over the Keratoi after a war on the islands. Hence Obadilos was a king of Cretans albeit bearing a Canaanite name. The island people (either the enemies of Obadilos, other islanders, or Obadilos and his troops – the phrasing is ambiguous) had marched against Byblos after their city in Gaza had been attacked. The Keratoi arrive by the sea and plunder the region (3.4).

*Οἱ δε Κέρατοι, ἀπὸ τῶν νήσων
ἄνδρες, πολλὰ ἔχοντες πλοῖα περιπλέοντες
καὶ ἀποβαίνοντες παρεγένοντο ἄγοντες
πάντα καὶ φέροντες*

"The Keratoi, on the other hand, men from the islands, having many ships sailing around and disembarking came to ravage the country."

Elsewhere in a different book, Crete (8.7) is described as "the large island of the Keratoi" (*Μεγάλη δὲ καὶ τῶν Κεράτων νῆσος*). Founded by the Sidonians, Mapiza was a port town boasting 3000 hoplites and 100 archers, and fifteen ships while, Mapristor ("the Tyrian port"), a colony of Tyrians, had 1500 hoplites and six ships. The foundation story of Mapristor, also known as the Ashkelon of Crete, is detailed at the end of 8.7. Gadeira is named as a populous and rich colony of Mapiza with a walled temple of Astarte, from which the city was named, "since Gadeira means 'wall'" (8.12). Indeed, Gadeira derives from the common root *gdr*, denoting 'fortress' or 'wall' in Phoenician. On the opposite land there are many villages and towers inhabited by the people of Gadeira. The city has a population of 7000 adults (perhaps only counting here the male adult population that served in the infantry army), 2000 archers and 300 triremes. It is unclear whether the reference is to an otherwise unattested Gadeira in Crete or to the

famous Gadeira in Spain, known as a Tyrian colony in a multitude of Greco-Roman sources:

*Τῶν δὲ Μαπιζαίων ἀποικία τὰ
 Γάδαιρα γίνεται πολὺν ἀνθρώπων καὶ
 εὐδαιμόνων· ναὸν δ' αὐτόθι ἀφιέρωσαν
 τῇ Ἀσάρτῃ περιτετελισμένον, δι' ὃ καὶ
 τὸ ὄνομα τῇ πόλει· (Γάδειραν γὰρ τεῖχος
 λέγουσιν·) Ἐν δὲ χωρίῳ τῷ ἀντικειμένῳ
 πολλὰς κατοικοῦσι Γαδειραῖοι κόμας τε
 καὶ πύργους. Τῷ δὲ πόλει ἑπτακισχίλιοι
 εἰσὶν ἡλικίαν ἔχοντες, τοξόται διςχίλιοι,
 τριήρεις τριάκοντα.*

"Gadeira the colony of the Mapizans is populous and happy; there they dedicated a walled temple of Ashtarte from which the city was named (since the fortification wall is called 'Gadeira'). On the opposite land there are inhabited many towns and fortresses of the Gadeirans. The city having 7000 people, 2000 archers and and 30 triremes."

Of note is the remark that the Keratoi (Cretans), now subdued, inhabit the mountain lands whereas in the past they were rulers of the sea and had founded colonies to the south (8.12).

*Ἐν τῇ ὄρεινῇ κατοικοῦσιν οἱ Κέρατοι,
 νῦν μὲν ὑποτεταγμένοι, πάλαι δὲ τῆς
 θαλάττης κρατήσαντες ἀποικίας ἐποιήσαντο
 εἰς τὰ πρὸς μεσημβρίαν. Τούτους μὲν γὰρ
 Αὐτόχθονας Γίγαντας τῆς πατρίδος
 ἐκβαλόντες, οἱ μὲν, τὰς πόλεις κεκτημένοι
 τῶν Γαζαίων καὶ τῶν Ασκαλωνιτῶν,
 πᾶσαν τὴν μέχρι Αἰγύπτου κατεστρέψαντο
 χώραν· τούτων δ' ἀποτελετησάντων,
 τῶν Αὐτοχθόνων ἐπιζόμενοι καὶ τὴν
 διάλεκτον καὶ τὸν βίον, οἱ ἀπολειφθέντες
 ὅλως καταλελοίπασιν τῶν πατέρων
 ὁμότητα, ὥστε τῶν νησιωτῶν μηδὲ
 ἐπίστασθαι τὴν γλῶτταν.*

"In the mountainous area there live the Keratoi, now subdued, but once rulers of the sea founding colonies to the south. Throwing out the Autochthonous Giants from the homeland, they on the

one hand, acquired the cities of the cities of the Gazans and of the Ashkelonites, they destroyed all the land as far as Egypt; with these (deeds) completed, taking on the dialect and life sustenance of the Autochthonous, those left behind abandoned the brutality of their forefathers so that they no longer knew the language of the islanders."

These Cretans who were once renowned seafarers and had established colonies, subsequently forgot their native tongue, and could no longer understand the native language of the Aegean islanders. Having thrown the Autochthonous Giants (Αὐτόχθονας Γίγαντας) out of the homeland (whose homeland?), ἐπιζόμενοι (surviving through?) the land and means of living of the Autochthonous, they culturally and linguistically took after them. In the context of Crete, it may seem strange that the epithet 'Autochthonous' describes those coming from the outside, but perhaps the contradistinction is with a population of Cretans that was not native to the island, but foreign as the account in 3.4 (see above) would indicate. Otherwise, the term 'Autochthonous' may have turned into a moniker, complete with the 'Giants'. If the account refers to the Late Bronze Age disruption, then this account charges Minoan Crete with some of the havoc wrought in the eastern Mediterranean coastlands. What follows is a description of further population movements, with Aegean (Cretan) holdings in Gaza, attacks in Egypt and an inkling of a shared language spoken among the returning population of Crete and the natives of Kition. In particular,

*Οἱ δὲ μετὰ τὸν πόλεμον εἰς τὴν νῆσον
 ἐπανεληθόντες τοῖς πατρίοις ἔτι καὶ νῦν
 ἐμμένουσι τρόποις μὲν καὶ νόμοις καὶ
 διαλέκτῳ τῇ νησιωτικῇ καὶ ἀπλάστῳ
 ἐκείνῃ, πλὴν γε δὴ ὅτι τραυλίζουσι τῇ
 φωνῇ οὐχ οὕτως, οὔτε γογγύζουσιν ὥς οἱ
 ἐν Κιττίῳ βάμβαροι.*

"Those on the other hand that after the war returned to the island [Crete]

maintained their ancestral customs and laws and ‘unformed’ island language, except that they stutter with their voice not in the same way, nor groan in the manner of the barbarians of Kition.”

Worth remarking is that the two verbs (τραυλίζουσι, γογγύζουσιν) meaning ‘stutter’ and ‘groan’ deployed here to define the language spoken by the returning populations of Crete are words used to communicate speech impediment due to physical deficiency in speech production and inarticulate sounds due to contingent circumstances (despair, illness, tiredness) respectively. From the perspective of a Phoenician writer, the verbs refer to languages that were intelligible to them and may have denoted a Greek or pre-Greek language, which may also be the language of the “barbarians of Kition”.

There follows the story of the colony of Mapristor in a short passage, the foundation of which is attributed to a man constantly on the move. This man, Marnotes, whose name is of unclear origin but whose patronymic has a Phoenician component, was an official of Ashkelon and was in the habit of being expelled from cities, first from Ashkelon, then from Maine (of an unclear identification),⁸⁸ thrown out by Tyrians

Τούτους οὖν πρῶτος ἐνίκησε
Μαρνώτης ὁ Μελκάλακος ὃν μὲν οἱ
Ἀσκαλωνῖται ἐξέβαλον τῆς πόλεως
ἔπαρχον· τῇ δὲ Μαίνῃ ἐνοικοῦντα αὐτὸν οἱ
Τύριοι ἀπήλασαν, μέχρις οὗ ἐπανέλθοι τῆς
ἐν Κερατίᾳ Ἀσκάλωνος αἰθις ἐπάρχων.
Ὁ μὲν οὖν Μαρνώτης εἰς τὴν τῶν Κεράτων
νῆσον εἰσβαλὼν, πολέμῳ μὲν τὴν χώραν
ἐκτήσατο· πόλιν δὲ κτίσας κατωνόμασεν
Ἀσκάλωνα καὶ βραχὺ τι τοῦ χρόνου
αὐτῆς ἐπάρξας ἀνεπικώλυτος ἐπανῆλθεν
εἰς τὴν πατρίδα. Ταύτην δὲ τὴν πόλιν οἱ

Τύριοι ὀνομάζουσι Μαπριστώρ· διέχουσι
δ’ ἀλλήλων Μαπριστώρ τε καὶ Μαπίζα
ὥς ἡμέρας ὁδόν

“Marnotes the son of Melkalakos, was the first who defeated those (the returning population of Crete?), whom official of the city the Ashkelonites threw out; inhabiting in Maine, the Tyrians expelled him, until, in turn he returned there (to Tyre?) as an official of Ashkelon of Crete. Invading into the island of Keratoi, he built a land by means of war; he built a city which he named Ashkelon and soon after he started it, unobstructed returned to the homeland (Ashkelon?). The Tyrians call this city Mapristor; Mapristor and Mapiza lie a day’s journey apart.”

Thus, in Book 8, the Cretans are described as presently subdued (c. 10th c. BCE, when the account of Book 8 is placed, see below), having been once powerful at sea and having conquered regions in the south. In addition to these competing groups of autochthonous people, Giants and Keratoi, there is also the additional stratum of Phoenician and Ashkelonite colonies in Crete, among which the colony of Mapristor, the name Tyrians knew it by. Thus, the ethnic groups contesting for power on the island before the 10th c. BCE are the Keratoi (Cretans), the Sidonian, Tyrian and Ashkelonite colonists and the Autochthonous Giants. While there is some confusion as to the identity of all these different groups of people involved, some clarity is in sight. What Book 8 appears to narrate in a summary form are invasions, population movements from mainland Greece to Crete, the concomitant language shift and the settling of Cretans in Philistia. Cretans had pushed out the ‘Autochthonous Giants’ (Mycenaeans) and they or the latter subsequently took over Ashkelon and Gaza, while their destruction of lands reached as far south as Egypt. It would make more sense for the Mycenaeans to be responsible for the take-over of Philistian cities and indeed, the interpretation rests on who can be identified with the subject of the

88 Compare the attested Punic word MN, of unclear meaning and vocalization (Krahmalkov 2000: s.v. mn).

sentence in the passage (8.12) quoted above: οἱ μὲν, "these on the one hand", which from a syntactic point of view seems to indicate the Keratoi. The earlier account in 3.4 also speaks of the Cretans ravaging Byblos, offering support to the interpretation that the subject of the sentence is indeed the Cretans. Secondly, the narrative remarks on that the Keratoi have as a result lost their ancestral language and therefore the ability to communicate with the neighbouring islanders. Those that stayed behind (on Crete) took on the languages and customs of the Autochthonous populations, so that the islanders now do not know of the savagery of their forefathers.

Granted that the term 'Giants' stands for people who were late-comers in the region, i.e. the Indo-European Greeks termed in archaeology 'Mycenaeans', their presence in Philistia is archaeologically strongly indicated for the Late Bronze Age. In an earlier period, Minoan presence is archaeologically attested for the Middle Bronze Age in western Anatolia (Aykurt 2017), furnishing data that support this account of a Minoan expansion. Since 'Giants' stands for Achaeans, then the invasions of Mycenaean Greeks (ie Achaeans) into Crete and the resultant linguistic shift on the island is well documented. Given the preponderance of Luwian-speaking populations in Early and Middle Bronze Age Crete, a linguistic shift would create problems of communication with populations in the Dodecanese that adopt Greek at a later stage through a demographic influx of people from mainland Greece, a historical event remembered as the Dorian invasion of the islands. This multi-ethnic and polyglottal situation in the Cyclades and Crete is a thoroughly conceivable situation for the Middle and Late Bronze Age, and linguistically partly confirmed since the Cretan hieroglyphics, the Linear A and the Phaistos disc record different languages (a north-west Semitic language and Luwian) which are distinct to the Greek recorded in Linear B.⁸⁹ Hypotheses have long been advanced on the migration of

western Semitic speakers to Crete on the basis of the deciphering attempts of Linear A tablets, classified as a language related to a North-West Semitic idiom. They support a migration of Semitic-speaking populations inhabiting parts of Crete in the Bronze Age, on the basis that Linear A and syllabic Byblian syllabary (c. 2000 BCE) are related, recording a north-west Semitic dialect.⁹⁰ Best's decipherments of the Bronze Age script of Byblos, which built on the reconstruction of the Cretan Hieroglyphic and Byblian syllabaries, have demonstrated that the Byblos and Linear A scripts (and languages) are closely related. These findings support close connections between eastern Crete and Byblos, which is also supported by archaeological reconstructions of maritime trade patterns. Secondly, Phoenician colonies on Crete, such as Ashkelon/Mapristor are conceivable given the evidence for early Phoenician contacts, already in the early 1st millennium BCE, as at the sites of Kommos and Itanos on Crete that have yielded evidence for Canaanite/Phoenician connections. It would be worth asking if some of these toponyms, especially those beginning with 'm' are Luwian in origin, one of the languages spoken in Minoan Crete (Woudhuizen & Zangger 2021: 54-55).

Relationships with Syria and Egypt

Egypt is only ever mentioned in passing in relation to protracted wars against it and the construction of Egyptian towers, which general picture can be archaeologically and historically corroborated given the wars Egypt fought in the Levant in the Late Bronze Age and the fortresses it established to maintain control in the region.⁹¹ After civil strife and the assassination of a man named Geron (3.14) for apparently trivial reasons not sufficiently explained, there is a civil strife during which the

89 On the deciphering of Bronze Age scripts on Crete, see Woudhuizen (2006a; 2006b).

90 For the decipherment of the Byblian syllabary and its relationship to pre-Greek, Bronze Age scripts, see the life work of Best, e.g. in the edited volume of Best (2017).

91 For Egyptian invasions into the Levant, see e.g. Junkkaala (2006).

assassins and their followers are evicted from Byblos and find refuge in Sidon. It is after this time that “many and terrible wars are fought by Egyptians”. The death of Taaautos’ kin and the end of his lineage may suggest the withdrawal of Egypt from Canaan (assuming the old identification that Philo made of Taaautos with Thoth). Egyptian kings were attacked by the “shepherds that live near the sea”, leading to a fleeing Pharaoh and the Egyptian decision to build 100 chariots.

The references in the MF to Egyptian towers and to sustained wars against the Egyptians fit the broader historical and archaeological context. The same is true of descriptions of Syria, which conform to current understandings of the region as largely non-urban, except for specific coastal centres, during the transition from Late Bronze Age to the Iron Age I. From the 15th c. BCE, there was significant disruption and some abandonment of settlement sites. Given the reconquest of southern Levant by the Egyptian forces, the 14th c. BCE was characterized by profound Egyptian influence, following the triumph of Thutmose III (1479-1425 BCE) over the Mitanni. During this Pharaoh’s reign, Egyptian power, in the form of vassalage, stretched to Crete, as is suggested by the kings of the Keftiu (Minoan Crete) appearing as tribute bearers in tombs of different officials, such as the vizier Rekhmire ca 1400 BCE (Marinatos 2010). Contacts were however maintained between the Levant, Cyprus and the Aegean. Across the Levant, a number of vassal kingdoms maintained some autonomy and a number of Egyptian fortresses were founded to secure the control of Canaanite cities, as at Gaza, Jaffa and Beth Shean. Egyptian overlordship was indisputable, even if there was a certain leverage for local initiatives, leading to changes in royal dynasties. In a fairly recent historical evaluation (Elayi 2014: 378), the local kingdoms are thought to number three: Amurrû with the capital at Sumur (Tell Kazel), Canaan with the capital in Gaza, and Upi, with its capital at Kumidi (Kamid el-Loz) (Metzger 2003). While Amorite dynasties had ruled Mesopotamia c. 2000-1600 BCE (Wasserman & Bloch 2023),

in the early 2nd millennium BCE, the name Amurrû denoted populations inhabiting Syria that were characterized by loose social organization, and were in part semi-nomadic. This is consistent with how the region is described in the MF. In the MF, descriptions of the area that must be Syria refer to ‘shepherds’ in various episodes. In one account (2.7) on the origins of the ‘rule of Amorites’ (Ἀμοραίων ἀρχή), there is a specific reference to a battle against a people called Somyraioi (ἐν τῇ πρὸς Σομυραίους μάχῃ). The reference must be to Simira, identified with Tell Kazel, which in the Late Bronze Age was capital of Amurrû (Xella 1995).

One impediment in dating these narratives is that they span a period of time that amounts to centuries, although specific chronological pegs are offered by individuals and events which can be independently cross-referenced in other textual sources. The fervent diplomatic correspondence, surviving in the Amarna archive, maintained between Rib-Addu (or Rib-Hadda), first in his capacity as king of Byblos and subsequently as an embittered deposed king of Byblos, persistently seeking help from Egypt to face off the kingdom of Amurrû and his enemies Abdi-Ashirta and his son, Aziru, who were probably culpable for his dethronement, suggests pervasive Egyptian influence over Canaanite affairs. The events concern the same Byblian king appearing as deposed and exiled for reasons beyond his control (illness, war) in the MF (see below), giving a date in the mid-14th c. BCE for some of the narratives contained in the MF, but *not* for when the texts were collected into one treatise.

5. Genres represented, narrative arch and cross-referencing of historical information: a selection of passages

Among the main charges laid against Wagenfeld is the treatment that the Nine Books reserve for well-known, recurrent motifs of Greek mythology and literature, which drew the opprobrium of his contemporaries at his perceived lack of subtlety at swagging his conceit. Eliciting scorn as a reckless raconteur of tall tales,

Wagenfeld was flouted for having invented plots out of Greek myths. But a Near Eastern precursor to a later-documented Greek myth is no imitation (on the Greeks' or Wagenfeld's part). In privileging a tradition of story-telling in a dry episodic narrative, bereft of detailed elaboration, the text conforms to styles of historiography prevalent in Mesopotamia over millennia, without the literary aspirations or concerns of later Greek literature. A Canaanite/ Phoenician historiography that captures in episodic plot, if not in image, style and tone, concepts known from later Greek poetry, prefigures elements that get singled out, reworked, and recast in a different light within a different cultural tradition, filtered through a Greek lens, developed within poetry composed for public performance occasions and responding to the impulses generated by a value system structuring Greek societies. Foregrounding the potential of a reactive aspect of Greek myths to Canaanite ones serves to legitimate the noted rapport between a late 2nd millennium BCE epigrammatic prose of Canaanite historiography and an in-depth treatment of Herakles, the syncretized deity of Melqart, in Greek poetics. Epic, tragedy, comedy, mythology were the means by which Greeks of the Archaic period onwards drew on a broader heritage resource, with a penchant for artistic creations. Canaanite and Aegean populations had been in regular contact and "interactions" (of varying degrees of amicable or not relations) in the Mediterranean at least from the Middle Bronze Age onwards. Early Greek literature neither followed the conventions of Near Eastern prose nor shared its purposes, but rather transmitted a heritage wherein Canaanite or earlier Mesopotamian myths may have been co-opted, in part, for a range of different artistic, philosophical and scientific pursuits, including the origins of myths – a tradition to which Philo also subscribed. Such rapport between the mythologies of Greece and its eastern neighbours is well-acknowledged nowadays (López-Ruiz 2014). Thus, any correspondences between motifs in the MF and Greek myths or narratives is no hint of forgery.

In other narratives of the MF, what stands out is no easily-recognizable Greek mythology, but parallels in artistic forms with early Mesopotamian literature and with the historic records of the Late Bronze Age Canaanite and Egyptian correspondence. It is to the latter that one needs to turn in order to corroborate the authenticity of the document – for they contain specific and verifiable historical information not yet available in the 1830s.

5.1 The travels of Melqart westwards

In an account of Melqart's travels west, he is described as if a mortal, aligned with the theogony of Book 1, as preserved in Eusebius' quoted passages, which treats gods as if humans (2.9-2.12).⁹² His name is given as Melikarthos. Competing with his brother, Isroas, over the affections of a young maiden, Deisone (perhaps a name chosen by Philo, as the female version of Dias (Zeus), hence analogous to *Baalat* as a female version of Baal), whom he wins over, he composes melodies for her, the performance of which the Tyrians subsequently institute on the eve of Melqart's festival. Following Deisone's murder by his brother, Melqart and his companions reach Cyprus, where he conquers Kition, is proclaimed a king by the locals but rejects the honour, sails to the opposite island where he encounters the blind and aged Jurus (Ἰούρος), his uncle on the paternal side. Melikarthos' future, the old man prophesizes, is to conquer the unknown sea and reach the boundaries of the world, his status elevated to that of Kronos (Baal Shamon?). Soon after delivering his mantic forecast, Jurus dies and after mourning him for three days, Melqart rises, bathes and beguiled by the oracle, sets sail towards the West.

Apart from mythologically embodying what was known already in the 1830s of expanding Phoenician cults, the thrust of a long Near Eastern heritage emerges unmistakable in this passage, echoing Gilgamesh ending

92 For Barr (1974: 34-35), this reflects Philo's euhemeristic tendencies or an earlier, but still late local tradition.

his mourning over the death of his friend by bathing.⁹³ Yet the Epic of Gilgamesh could not have served as a vital resource for Wagenfeld from which to enrich the narrative texture of his supposedly farrago of a manuscript adding a legitimizing gloss to his concoctions, for it was only deciphered in 1872.

Marshalling his companions on his westward voyage (2.11), Melqart/Melikarthus then comes ashore after a shipwreck on the land of Ersiphonia, ascends and descends mountains where he performs rites to the gods, continues further with a ship that his comrades had built and sailing on a river, the contingent reaches an island, Melikarthus steals the cattle he chances upon due to his great distress from hunger, causing the hostile reaction of their owner Obibakros (2.11), then sails again, gets shipwrecked with his companions, whereupon they reach safety swimming to another island.

Assorted further mishaps earn him a spell of adventures whereby he comes to be seen as a god by the local populations of Tartessos. While Melikarthus (2.12) and his companions subsist on marine shellfish and littoral fish, he falls ill; subsequently, he alone braves the thick forest intending to hunt game in the hinterland but encounters a sleeping, serpent-legged woman who leads him to her similarly-figured queen Leiathane and her crew of servants. This queen had been banished from the city onto the island Melikarthus had reached by a certain Masisabas who ruled Tartessos at the edge of the earth. The queen bade him to go kill her persecutor, promising that he will then acquire his riches, and to this purpose gives Melikarthus a box containing a poisonous substance with which to smear his arrow, turning it into a toxic weapon. Melikarthus eventually kills Masisabas (2.13-2.14) and as a result becomes a god in the eyes of the locals, who are described as living in primitive ways, while his companions are also perceived as divine beings, albeit of lesser status than their leader. The locals build an acropolis for him, a city and a shrine at a time when silver

abounded in the land. Finally, Melikarthus goes missing on a hunting expedition.

Failing to recover him, whether alive or dead, his companions determine that the wifeless amongst them shall return to Tyre and erect a temple in his honour “in the old city of Tyre” before the city was built, the rest of the men having permanently settled down with local women in Tartessos.

Interestingly, Anatolian rituals of vanishing gods are now known to reflect Mesopotamian and Syrian traditions; the Ugaritic tradition preserves searches for Baal and the mourning for him.⁹⁴

The name of the half-human, half-serpent queen, Leiathane, must be cognate with the biblical Leviathan, a crocodile or whale-like monstrous denizen of the sea (e.g. Job 41-41).⁹⁵ Echoes of Greek mythology also resonate in this narrative arch, mainly of Herakles' 10th and 11th labours and other episodes of his life. In his first western labour, Herakles steals the cattle of Geryon in Erytheia, located near Tartessos (Hes. *Theog.* 979-983),⁹⁶ while the episode of the Deianeira and the poisonous chiton she gives to her husband (Apol. *Bibl.* 2.7.7), whose origins date at least to the 7th c. BCE,⁹⁷ resonates with Leiathane's gift of a poison as a weapon to Melqart.

Acknowledging that Melqart appears as a symbol of Phoenician maritime commerce in this account, Le Bas (1836: 555) interpreted it as the alleged forger's naïve subterfuge, playing on the tropes of a temple of Melqart in Tyre, embellished with two columns, mirroring Herodotus' (*Hist.* 2.42) depiction of its wondrous sight. Equally manifest

94 On vanishing gods in Anatolian rituals and the Mesopotamian and Syrian undercurrents, see Ayali-Darshan (2024: 14-15, 103).

95 On Leviathan and possibly Ugaritic antecedents, see Fox (2012: 64-66).

96 For an early survival of the myth and the poetic placing of Erytheia in Tartessos, see Stesichoros' *Geryonis* (Eisenfeld 2018; Finglas, 2021).

97 Implied in the narrative of Kreophyllos of Samos on the labours of Herakles in his epic *Herakleia*, incorrectly known as 'The Sack of Oichalia', see Tsagalis (2022: 42).

93 On mourning in the epic of Gilgamesh, see De Villiers (2020).

in Le Bas' attitude towards Wagenfeld, is his postulate that the parallelisms with Herakles's mythology debunks its claim to authenticity, noting the narrative similarities with the Herakles-Deianeira debacle of a poisonous chiton leading to the hero's death and apotheosis, as well as with the stealing of Geryon's cattle. Such an argument can no longer stand. Near Eastern influence on Greek myth and religion is fundamental and pervasive, with many analogies and parallels explained as the product of cross-cultural encounters (López-Ruiz 2014), therefore any parallelism between the Herakles-Deianeira myth and the myth of Melqart cannot constitute from the outset a claim to forgery, especially given the well-documented, since antiquity, syncretism of Melqart with Herakles, already investigated in depths by Herodotos (*Hist.* 2.43-2.44).⁹⁸

The MF not only explains the phenomenically intrusive passage on serpents in Book 1, as embedded in Eusebius' *P.E.*, but also illuminates Tartessian art depicting serpent-like beings on the Pozo Moro funerary monument in Spain whose origins cannot be traced back to Near Eastern models, and which depict anthropomorphic serpents at a banquet.⁹⁹ Such serpent-like beings find no correspondence in extant Phoenician mythology or art, and are difficult to explain. A serpent-bodied queen Leiathane in Iberia, however, provides a mythical resource otherwise missing. Located immediately to the west of modern Chinchilla de Monte-Aragón (Albacete, Spain), this funerary monument was erected at a point where the *Via Heraclea*, as was known by Roman times, the ancient road system connecting Gadir, famous for its temple to Melqart/Herakles,¹⁰⁰ linked Tartessos with the Pyrenees. At the plains of La Mancha, the road turned to the right towards

the Mediterranean coast between ancient Libisosa (Lezura) and Saltigi (Chinchilla de Monte-Aragón) before descending southwards to Carthagera, from there following a costal road north to the Pyrenees. Although this stretch of the road, the *Via Augusta*, is documented better for the Roman period, the road network was a main axis of communication dating at least from the 8th c. BCE. Connecting the Atlantic Ocean with the Mediterranean Sea, the road passed through Abdera, a stop of the Phoenicians prior to the foundation of Gadir and of Herakles on his return from the stolen cattle according to Greek sources on the foundation of Gadir (Plácido 2002). The location of the monument at the intersection of the *Via Heraclea*, an ancient road, and the material dimensions of the mythical journey of Herakles in Iberia during his 10th and 11th labours of stealing Geryon's cattle and the golden apples (or flocks) of the Garden of Hesperides, both set at the far western edge of the world, seem to derive from early Phoenician interactions in the region, generating stories and lores that were absorbed by Greek mythology.¹⁰¹

In addition, an intriguing premise is that several of Melqart's companion stayed on in Iberia, having married local women. Consistent with early mixed populations in the colonies of the expanding Phoenician diaspora, the narrative offers a summary of the process of forming an early settlement, corroborated by archaeo-scientific finds on a personal, human scale. Emerging molecular analyses of uniparental (matrilineal) markers on skeletal remains from Phoenician colonies in the Mediterranean suggest

98 The seminal study on Melqart remains Bonnet (1988).

99 On the Pozo Moro monuments and its parallels with funerary architecture in Iberia, see Almagro Gorbea (1983).

100 For a recent examination of the archaeological evidence, see de Lima (2019; 2018).

101 Whether Herakles stole flocks of golden-fleeced sheep rather than golden apples is predicated on the translation of *μῆλα*, a word that denotes both apples/other fruit and flocks of sheep (Plácido, 2002: 131), a notion discussed already in antiquity (Diod. Sic., *Bib. Hist.* 4.26).

the input of foreign maternal lineages in ancient Phoenician colonies.¹⁰²

5.2 Raboth in Philo's *Phoenician History* in the MF and Rib-Addu in the Amarna correspondence

Extant literary sources regarding the Late Bronze Age in Phoenicia are singularly reticent about details save for the Amarna corpus of diplomatic correspondence between regional powers. Comparing the names of rulers known from the corpus to the lists of kings in the MF returns some interesting results. The most robust case for a correspondence between the individuals mentioned in these two sources can be made for a king of Byblos, named as *Ῥάβωθος* in the MF (4.2). Son of the king of Sidonians Bimalos (Abi-Maal?), he ascended the throne of Byblos through coercion orchestrated by his father, who after conquering Beirut amassed a fleet of Sidonians and Beirutians with the aim of sailing to Byblos to ascertain that Raboth's rule was welcome. Arriving with 1000 Sidonian archers, the narrative goes, Raboth reigned over Byblos for 30 years.

*Ὁ μὲν Βίμαλος ὁ τῶν Σιδονίων
βασιλεὺς υἱὸν ἐπεμψε Ῥαβωθὸν τοῖς
Βυβλίοις, τὸν παῖδα ἐλέσθαι ἄρχοντα
αὐτοὺς ἀξιῶν, ὡς Βαράδωδον ἥδη ἐποίησε
τῶν Βηρυτίων βασιλέα*

“Bimalos the king of the Sidonians
sent his son Rabothos to the Byblians,
demanding that they elect him

as their ruler, as he already made Baradodos
king of the Beirutians.”

Raboth(-os) is clearly a Semitic name, transliterated here with the inflectional ending of masculine nouns in Greek; the root *rb* (a military title: ‘commander’) is attested among the Phoenician personal names inscribed on bronze arrow-heads from Lebanon and dating to 13th-11th c. BCE (Rolling 1995: fr. 6). This is approximately within the upper date range of Philo's *Phoenician History* on the basis of the accepted fragments in Eusebius' *P.E.*

A king of Byblos, particularly active in diplomatic correspondence with Egypt, is attested in broadly this date range. He is known by the Akkadian spelling of his name, transliterated in multiple orthographic variants in the Latin alphabet as Rib-Addu, Rib-Haddu, Rib-Hadda, Rib-Addi, Rib-Eddi, Rib-Addi,¹⁰³ allowing for differences in the rendering of sounds in a syllabary versus an abjad, and in the phonemes of modern languages (e.g. English vs French).¹⁰⁴ What if this Raboth stands for Rib-Addu? Philo's rendering of the Phoenician alveolar stop /d/ in the last element of the compound name Rib-Addu with the voiceless dental fricative /θ/ in Greek, instead of the expected dental voiced fricative /ð/,¹⁰⁵ does not pose too many problems given the lack of a standardized orthographic vocalization in Greek and the wide orthographic variety of Phoenician words in alphabetic scripts.¹⁰⁶ Since the most likely case is that Philo was looking at texts written in copies in the Phoenician abjad, for names he was not familiar, he would have to choose a likely vowel that may

102 Mixed results were obtained on the molecular level on a sample of human remains (assumed to be of a pre-Roman date) from Phoenician burial sites in Cádiz where maternal biogeographical ancestry was traced to different lineages in the Near East, Europe and north Africa (Gomes et al. 2023). A similar analysis on a single individual from Carthage suggests a matrilinear ancestry in Europe (Matisoo Smith et al. 2016), consistent with the Phoenician colonial populations having a gene pool of different origins. This is not to equate cultural identity with biological ancestry, neither to subsume the colonial realities across the Mediterranean and for several centuries thereafter under a totalizing paradigmatic model on the basis of few studies on limited samples from specific sites.

103 Elayi (2014: 377, note 1) notes this variant, to which Rib-Addi (Kilani 2019, Table 1) may be added.

104 For the spelling of Akkadian names in Aramaic texts from Persian-era Egypt, see Porten et al. (2016).

105 Compare for example the reverse case of *ῬΝΔΡΩΝΙΚΟΣ* from coins minted by Lapethos with legends in Phoenician (Krahmalkov 2000: 16).

106 For example, from neo-Punic, see Krahmalkov (2000, *passim*).

not have corresponded to the actual ancient pronunciation or the vocalization of Babylonian and Canaanite names written in Akkadian script and language, the *lingua franca* of Amarna corpus. This for example would explain the difference between Rib-Addu found in modern scholarship alongside the variants Rib-Hadda. Transliterating the name into Greek, Philo chose the closest three consonants of the original word, necessitating the hypothetical values for the second and third vowel for which graphemes were not provided (unlike with the name attested in the Akkadian syllabary in the Amarna archive, which supplies a final vowel due to the script used).

To the matching of kings' names, Raboth and Rib-Addu in the MF and the Amarna corpus respectively, and their offices (both were kings of Byblos) can be added a comparable life arch: both were kings of Byblos whose rule was cut short through external intervention. Both were described as suffering from illness. Known in detail through his prolific correspondence with Amenhotep III, and subsequently with his successor, the eccentric Amenhotep IV/Akhenaton (1353-1336 BCE) of the Amarna archive (62 extant letters in total), Rib-Addu's ruling over Byblos in the mid-14th c. BCE, under Egyptian suzerainty, came to an end through a coup orchestrated by the usurper Abdi-Ashirta (spelling variant: 'Abdi-Aširta) of Amurru (Pfälzner 2012, 772-773).¹⁰⁷ In exile, Rib-Addu continued being prolix in his correspondence with Egypt, sending demanding and panicky letters to the Pharaoh complaining of the conspirators.¹⁰⁸

107 Attested in the Amarna corpus: 68:1; 71:2; 73:2; 74:1; 75:1; 76:1; 77:2; 78:1; 79:1; 82:3; 83:1; 83:40; 84:3; 85:2; 85:24; 86:2; 87:3; 88:1; 89:1; 90:3; 92:1; 92:35; 93:2; 94:1; 95:2; 96:1; 102:3; 103:2; 104:3; 105:1; 105:88; 106:1; 106:14; 106:31; 107:1; 108:1; 109:1; 110:2; 111:3; 112:1; 113:24; 116:1; 117:1; 118:3; 119:1; 119:19; 119:34; 121:1; 121:23; 122:1; 123:1; 124:2; 124:6; 124:18; 125:2; 126:1; 129:1; 129:45; 130:3; 132:2; 136:2; 137:1; 138:2; 138:66; 138:90; 138:111; 142:21; 362:1, see Kilani (2020a: table 1). For an interpretation into the historical circumstances and Rib-Addu's motives, see Elayi (2014).

108 Clay analysis of three tablets sent by Rib-Addu points to the localities of Akkar, Tripoli and Tartous, from which Elayi (2014: 380) deduces that they were written while he was in exile.

In one letter (EA 137:29-30) of the Amarna correspondence, it is stated that Rib-Addu was ill (Kilani 2020b: 172). On his part, the usurper Abdi-Ashirta also addressed himself to the Egyptians, expostulating with mendacity on the deposed king's accusations of him acting treacherously against his Egyptian vassals.

In Books 4 and 6 of the MF, Raboth's life arch, recorded in a chronicle form, recalls the events described in 'real-time' in the Amarna correspondence. Having assumed the throne of Byblos, Raboth becomes "kings of all cities", implying that neighbouring Phoenician towns were under the suzerainty of Byblos, itself a vassal of Egypt. Yet after 30 years for reasons not elaborated on, he visits Sidon (where his father had been a king), leaving behind in his post in Byblos a certain Barsis who ruled for 18 years over Byblos while a war had broken out between Sidon and the "Giants". Assuming de facto power over Byblos, Barsis becomes a general of "all forces" in Byblos, while Raboth is stranded in Sidon, enfeebled by illness. Upon his death in battle, Barsis is succeeded by an individual for whose name the chronicle is not entirely certain; it gives us two possible names: he was either called Obdovaltis (Abd-Baalat) or Obdastartis (Abd-Astart). Both are theophoric names, composed of the element 'bd (servant) and the name of a goddess. In the second case, the chronicle Philo translated would have given Abd-Astart, 'servant of Astart', corresponding to the identity of the Abdi-Ashirta of the Amarna corpus.

Thus, in the allegedly fraudulent manuscript of Philo, there is a king of Byblos, Raboth, who inexplicably leaves his throne of Byblos, which is then taken by Abd-Astart, while the deposed king is ill. In the Amarna correspondence, there is a king of Byblos, Rib-Addu that gets deposed, is ill, and his throne is taken by Abdi-Ashirta. Interestingly, in the narrative of the MF, there is no real explanation as to why Raboth left Byblos other than stating that a war had broken out and he was ill. Yet that this is a pretext is evident by the fact that Raboth's illness did not prevent him from ruling over Sidon (his father's kingdom,

after all) for another 30 years. Whether there is any truth as to the duration of this rule, is of secondary importance; what stands out is the effort of the later chronicler to elide the turmoil in Byblos caused by a coup and Raboth's dethronement, glossing over dynastic usurpation. Philo gives us the narrative from official records of Byblos that would stump out any notion of coup, presenting an idealized picture, while the Amarna correspondence gives witness accounts of how the Byblian king Raboth's power was usurped. It is easy to see how the Middle-Babylonian of the Amarna 'Abdi-Asirta' in the Akkadian syllabary would transform into Obdastartis (in the Latin transliteration) of the Greek vocalization of the Canaanite name recorded in abjad.

Although the site of Amarna was identified by westerners in the late 1700s, the correspondence archive was only discovered in the 1880s, too late for Wagenfeld to have taken note. The remarkable correspondence between the chronicle events, in a Greek translation, and the Amarna corpus, in Middle Babylonian, is the surest proof, that Philo's *Phoenician History* published by Wagenfeld was in fact authentic.

5.3 A shipwrecked adventure in the islands of Imyrhakinai

Throughout the *Phoenician History*, Tartessos is considered a Tyrian colony. In Wagenfeld's text the Phoenicians routinely travel west, to Tartessos, one of the Tyrian colonies, defined as populated by the "descendants of Melqart". (8.15):

*Σύμμαχοι δὲ καὶ τῶν Τυρίων οἱ
Ταρτήσσιοι, γίνονται ἀπὸ Μελικάρθου,
ἔχοντες τὸ γένος τε καὶ πρὸς ἐσπέραν
κατοικοῦντες Ταρτεσσὸς μὲν οὖν (οἱ δὲ
Φοίνικες Ταρσὶν λέγουσι)*

"Tartessians are allies of the Tyrians, they are descended from Melikarthos, having the same descent (*genos*) and inhabiting Tartessos towards the West (which the Phoenicians call Tarshish)"

In a vivid language (Book 8), a detailed narrative is given of the fateful voyage west of the Byblian crew of a ship with an incompetent captain that drives the vessel off course on their route to Tartessos, and their subsequent travails and escapades after their shipwrecked ship ends up at an unintended destination, an island group west of Tingē (Tangier). The Byblian ship, having sailed past the Tiborsyfa Cape, the far western edge of the continental land, comes ashore at one of the islands of Imyrhakinai. These are the farthest western point (4.18):

*Ἔσχαται μὲν πρὸς ἐσπέραν τείνουσιν
Ἰμυρχακίνας νῆσοι*

"At the far western limit extent the Imyrhakinai islands"

Of the archipelago, the isle furthest away is described as ten days' journey (voyage, in actuality) from "the cape of the winters":

*ὧν μὲν ἡ ὑστάτη δέκα ἡμερῶν ὁδὸν
ὑπέχει τὰ τῶν χειμῶνων ἀκρωτηρίον*

"of which the last is ten days' journey from the winter cape"

This pithy description of the winter cape must be a reference to Phoenician sailing crews 'wintering out' in temporary locations as intermediary stops during long voyages until the following sailing season for their return voyage, which has long been a suggestion of contemporary archaeological research into Phoenician trading posts. Yet such references are also present in Herodotus's work (*Hist.* 4.4.2) with regard to Phoenician navigation,¹⁰⁹ of which Wagenfeld would have been aware had he intended to forge a *Phoenician History*.

The Imyrhakinai archipelago is dotted with islands of various names: Hyresa (Ὑρῆσα), Hyrizeima (Ὑριζεῖμα), and Igydoula (Ἰγυδοῦλα). Herysa is described

¹⁰⁹ During the circumnavigation of Africa ca. 600 BC, the Phoenician sailors cultivated cereals while waiting for the next sailing season.

as a volcanic island. They were once populous but the narrative describes them as presently near-deserted due to wars, natural phenomena that led to many perishing and others deserting the islands.

The shipwrecked Byblian crew, having come ashore on one of the islands, divided themselves into two groups; one stayed on the beach, the others went on a reconnaissance march into the hinterland, in search of water and other provisions. Some islanders eventually spotted the members of the latter group, rescued them along with those stranded at sea, some of whom had already perished from thirst, and proceeded to salvage what they could of the crew's belongings from the ship, only to discover sacred books with images pertaining to the goddess Astart. Fearing that the rescued foreigners practiced sorcery, they determined to have the issue adjudicated by their king. Transported to a prison on a different island, the royal seat of the archipelago, the Byblians were left to await a decision on their fate. The king enlisted the services of an old man, who in his youth had spent some time in Tartessos where he had learned Phoenician ("our language"). Conspiring with the remaining crew to conceal the contents of the books so that everyone's life, including his own, would be spared, he offered instead to the king a tendentious account of the books' contents. The contrivance worked and after a few more events, one involving a night exploration of the town where they were held, there was a 'happy ending'. Decimated after the shipwreck and having been left stranded on the coast without provisions, some perishing in prison, and following some more incidents, the remaining crew could after all eventually return to Byblos. The narrative falters at this moment, implying that some of the sailors had managed to make their way back to Phoenicia earlier. In a vivid passage that wrestles with the details of a hard life at sea, the focus zeroes in on the callouses protruding from one of the men's deformed hands,

befit of a sailor's hard life at sea.¹¹⁰

Could Wagenfeld have made all this up?

Recognizing that the toponym Imyrhakinai refers to the Canary Islands, Le Bas (1836, 564, note 1) posited a Hebrew origin for the toponym, allegedly embodying the phrase 'distant islands',¹¹¹ to him a clue of forgery. Indeed, at least in modern Hebrew, the vocalization of the phrase 'distant islands' (אִיִּים רְחוֹקִים) has considerable assonance with *Ἰμυρρακίνας*.¹¹² In biblical Hebrew, the term for 'island' was the same (אִי), also used in relation to the island of Caphtor (probably Crete).¹¹³ Not quite an automatic proof of forgery by Wagenfeld, who must have been versed in biblical Hebrew having presumably studied theology, though the argument for a common Semitic root for the word 'island' shared between Hebrew and Phoenician is invalidated by lexicographical works on Phoenician.¹¹⁴ Yet given the biblical account of a joint fleet organized by Hiram and Solomon ("Tarshish ships") to Tarshish, one may theoretically at least account for a Hebrew place-name and loanword into Canaanite.¹¹⁵

110 Palaeopathological studies on Phoenician populations in Lebanon remains show occupational-related stress from physically demanding tasks, connected to routine daily activities. For dental wear, this is pronounced among certain professions (sailors, fishermen) who used teeth as an extra limb. For the Roman period which shows a more pronounced mechanical stress on the Byblian population, see Mardini et al. (2023).

111 "Le nom d'Imyrhakinai s'explique par l'hébreu: limrakhokim, îles éloignées."

112 The former with a sound approximating the transliteration 'eme rachokim', and 'imirkakinai' for the latter – the last syllables in each case concern plural endings and can be ignored in terms of phonetic approximation. Note that the vocalization concerns modern Hebrew.

113 Sander & Trénel (1832: 21-22, s.v. אִי).

114 In Phoenician, 'island' is denoted by y at least in composite place-names, e.g. 'ynsm, Enosin refers to 'near Sardinia' (Karhmalikov, 2000: s.v. y).

115 For Solomon's and Hiram's joint fleet to "Tarshish", see the Bible (I Kings 10.22); for the different contexts in which it is used, see Lipiński (2004: 226-250); for epigraphic and other archaeological evidence that prove its identification with Tartessos, see Celestino & López Ruiz (2016: 113-114).

Without underestimating these two observations, further avenues will be explored here. So alternatively, it is put forward here that the etymology of the toponym is to be sought in a compound word with a Hittite loan word, finding its counterpart in the attestation of the Luwian *irhanua*, from *irha* ('boundary'), of an ultimately Sumerian root, which may have been a more broadly shared loan word in neighbouring languages.¹¹⁶ In that scenario, one may envisage singular nominative *Imyrhakine* analyzed as a composite of *Ἰμ-ὄρηα-κίνη*: the Phoenician suffix *im* ('mother city'),¹¹⁷ followed by *irha* ('boundary') and *kīnu* ('to break open', 'to open up').¹¹⁸ In this sense, it would mean something close to 'mother-city of the opened border region', relating to the new borders of expanding maritime commerce by Canaanites during the 13th c. BCE, in diplomatic and other contacts with the Hittites that would explain loan-words and linguistic code-switching.¹¹⁹ Alternatively, the initial 'm in *Imyrhakine* may stand for the collective singular noun, with a plural meaning, denoting a cluster of 'opened up borders', i.e. an archipelago.¹²⁰ Another interpretation is that one of the compound toponym's root words may derive from the same root as the derivative Hittite adjective *arahzena*, "bordering, adjoining, surrounding, outer, external, foreign alien", a good description for a distant group of isles.¹²¹ But since

irha derives from an originally Sumerian root, one may suppose a direct loan into Canaanite, rather than Hittite, bypassing the need for a Hittite loan. If Luwian, it can be compared to the toponyms *Ἰμβρος*/*Ἰμβρασός*, the name of the east Aegean Imvros island, and the epithet of the Luwian deity *im(ma)ra-la/I*, the latter with a postulated meaning of 'belonging to fields', cognate with **im(ma)ra*, 'open country'.¹²² If so, *Imyrhakina* may stand for 'open border', apt for a new archipelago. Perhaps pushing too far, this is presented here as a hypothesis, pending research by specialists in Semitic, Luwian and Hittite languages.

Mycenaeans had travelled the central Mediterranean region and Luwians and Hittites were in contact with them on both epigraphic, textual and archaeological evidence (Fales 2017; Cline 2009), showing how loan words from Hittite could have passed on to Canaanites. Mycenaean Greeks, who identified as Achaeans, had trade stations in the Aeolian Islands (e.g. Lipari) in the Middle Bronze Age, being active in the central Mediterranean. They may also have plied the waters further to the west. Mycenaean pottery was imported c. 1400-1190 BCE in Iberia and during successive phases, as shown by ceramic finds at the well-stratified site in Montoro, Cordoba. These pertain to wheel-made Late Helladic IIIA2 or IIIB, spanning the period from 1400 to 1200 BCE, mineralogically traced to a workshop in Berbati, Argolid that exported types to various centres in the Levant, also found in Montoro. Argolid, after all, was the heartland of the Mycenaeans (Nikolopoulos 2009; Pappa 2019).¹²³ As shown by contemporary Hittite records, the 13th c. BCE brought famine

116 For loans into Phoenician and Punic, see Watson (2013). For Woudhuizen, the decoding of Luwian and Hittite texts suggests that "irhanua" is a composite word in Luwian, analysed in Luwian *nua* ('new') and *irha* ('border'), see Woudhuizen and Zagger (2021: 102).

117 See Krahmalkov (2000: 57, s.v. *m*) for *M*, often followed by a gentilicon, e.g. 'mother-city of the Sidonians'. The assumption here is for a Phoenician element because a bounded morpheme in Hittite with the approximate vocalization of 'Ἰμ' is to my knowledge not attested.

118 For attestation of Hittite compound words formed by a noun followed by a verbal adjective, see Hoffner (1966: 395-396).

119 For Semitic loans into Egyptian, see Kilani (2019).

120 Compare *mḥnt* ("members of the army") (Krahmalkov 2000: s.v. *mḥnt*).

121 *Kīnu*-. to open up, to break open; *irḥ(a)*-, *erḥ*-, *arah*-, *arḥ*-, border. See Kloekhorst (2007: 201-202, 553, 450).

122 For a discussion of views on Luwian toponyms and epithets beginning with 'im', see summary presentation in Taşkin (2022: 322).

123 For the Aeolian islands, the EBA Capo Graziano (I: 2300/1700-1650 and II: 2300/1700-1650) is a cultural horizon attributed to a proto-Greek ethnic group. The successive horizon brings a different culture from Sicily. The settlements were rebuilt or built over. Late Helladic II pottery of Mycenaean manufacture in the period of 1400-1190 BCE attests to an intense trade with the Aegean. At the end of 1300 BCE, all the villages were abandoned and partially destroyed (Iacono 2019: 186).

in the Hittite region, probably due to drought and Ugaritic letters refer to armies of Sikels (probably originating in southern Italy) just before the latter's destruction. It is tempting to connect the abandonment and destruction layers of the 13th c. BCE on the Lipari to the general destruction and abandonment attested throughout the eastern Mediterranean and the Near East. Palatial correspondence from the Hittites is explicit over crop failures and famine which is attributed to drought, corroborated by scientific studies (Podany 2022, 399). This would have not left unaffected the Aeolian islands. Interestingly, some of the names of the so-called Sea Peoples in Egyptian accounts record ethnonyms that may pertain to Sardinians and Sikels. If so, this general population movement would not have left unaffected the central Mediterranean. Thus, "a new border" opened by the Mycenaean in the central Mediterranean, predating those centuries of turmoil at the end of the Late Bronze Age, could have been communicated through a Hittite transmission route to the Canaanites, who may have adopted the toponym, *Imyrhakinai*, themselves. If the volcanic islands west of Tigge are not the Aeolian islands situated west of some Tigge long forgotten in the mist of time, then there is a mass of data to connect the *Imyrhakinai* with the Canary Islands, which is the most plausible scenario.

For the toponym Tigge (6.5; *Τέγγα*), the most parsimonious explanation is that it refers to Tangier (Morocco), turning under the appellation *Θρίγκη* in Hecataeus' (*Perieg.*) geographical work of 6th c. BCE, as *Θυματήριον* ('incense-burner') (Hanno, *Per.*) in the Greek translation of a 5th c. BCE Phoenician sailing account, as *Τίγγις/Τίγγα* in the later work of Strabo (*Geog.* 3.1.8; 17.3.2), and also in the plural as *Θυματήρια* (Steph. *Ethn.*), drawing on the work of Ephorus.¹²⁴ The latter name ('incense burners') designated a core implement of Phoenician religious ritual, at least in Cyprus, with specimens discovered

at Phoenician and Tartessian sites across the Mediterranean, but primarily in Cyprus and Iberia. From a nautical perspective, Lipiński (2004, 426) postulated that the meaning of 'incense-burner' as a toponym was a reference to lighthouses, functioning with braziers, which Greek sailors encountered during their voyages. While this suggestion is not inconceivable,¹²⁵ a likely hypothesis derives from the Kerne case described above: in Greek Phoenician toponyms were not merely adopted as loan-words; rather a phonological approximate was chosen, with a specific meaning in the Greek language.

North Africa west of the later Greek Cyrenaica was settled by Phoenicians of various origins. Influence is arguably direct over the local populations of Tangier by the 8th-7th c. BCE, as shown by the extensive Phoenician cultural elements in the necropoleis of Tangier, which may have been linked to metal trade (Pappa 2009). A comparable orientation towards an eastern Mediterranean cultural influence emerges from the local Roman-era historiographers, heirs to Phoenician legacy in Iberia. Pomponius Mela (*Chor.* 1.22), a native of Tingentera, in the Straits of Gibraltarr region (Batty 2000), refers to a cavern (*specus*) in honour of Hercules close to Tinge and a promontory called by the Greeks *Ambelusia*, evidently the Latin version of *Ἀμπελουσία*, cognate with *ἄμπελος*, 'vine', meaning a place of vines. The promontory is identified with the present-day Cape Spartel (*Ras-el-Shukkúr*).¹²⁶ Cape Spartel has yielded a Phoenician tomb in ashlar masonry, comparable with finds from the elite Phoenician necropolis of Trayamar in Malaga (8th-7th c. BCE) (Pappa 2013: 91-93). Beyond Ampelusia, Mela continues with a foundation myth concerning Tinge/Tangier,

125 To this day, the Ratray lighthouse in Aberdeenshire, Scotland functions with a small light the intensity of which is magnified by light reflectors (William Guthrie, *Letters*, London Review of Books 46, no. 6, 16 March 2023).

126 Gras (1992: 28) remarked that Mela was unaware of the temple of Melqart in Lixus but that is difficult to credit. For identifications with a geographical locality, see Smith (1854: s.v. Ampelusia).

124 For the literary sources on the designation of Tangier see Lipiński (2004: 426), who views a Libyo-Berber toponym in Tiggis/Tigga.

allegedly founded by Antaeus (a giant adversary of Herakles in Greek myth), whose cult was still in existence in Mela's day. The wider region shows pervasive evidence for Phoenician and Punic culture, dating at least to the 8th c. BCE, explained though the foundation of colonies such as Gadir. If the "winter cave" in the MF was Cape Spartel, then the archaeological evidence offers additional support – Phoenician presence, early but pointing to a temporary or seasonal nature.

The Imyrhakinai islands, described as volcanic in nature, and partially abandoned after a lengthy period of wars, earthquakes and volcanic eruptions, were populated by a society organized into a centralized royal authority. They spoke neither Tartessian nor Phoenician, save for an old man who learned Phoenician in Tartessos. These volcanic western islands located off Tigge, one may assume, are the Canary Islands. Due to Greco-Roman works that equated the Isles of the Blessed and the Hesperides' Gardens of the Greek mythology with the Canary Islands, eastern Mediterranean connections to this archipelago have long been envisaged in modern scholarship. Although the setting of the myths of Herakles in the West has been approached as a later cartographic transposition of mythical geography, the MF outlines a world in which western-eastern interconnections were conceivable, if not exactly routine.

Recent advances into the past of the Canary Isles, refute that this account is a fabulistic tale of geographical dislocation, akin to Iambulus' or Euhemerus' descriptions of imaginary worlds in the Hellenistic literature. The view that the Isles of the Blessed of the Greek myth were inspired by the Canary Isles had been previously expressed both on archaeological and literary grounds, with different views as to the systematic nature or not of the trips involved (Nikolopoulos 2009, 307-311), depending on the extent to which one credited the identification of the Isles of the Blessed and the Hesperides' Garden with the archipelago (Santana & Arcos Pereira 2016).

Substantiating this trend in the history of the islands vis-à-vis Greek mythological narratives,

contemporary archaeological investigations demonstrate that contrary to received wisdom, the Canary Islands were in fact inhabited at some stage between the 2nd and the 1st millennium BCE, with most evidence suggesting that settlement was initiated on Lanzarote (Atoche Peña et al. 2016; García-Talavera Casañas). Near Eastern wheel-made pottery dated to 1090 BC has been found in La Graciosa in the Canary Islands (Nikolopoulos 2009, 307-310). Archaeological excavations of settlements on this archipelago and a series of calibrated dates (C14 and AMS) by various contexts in multiple settlements, undertaken by three laboratories, have shown beyond doubt that the Canary Isles were inhabited, at least two of them, by the 10th c. BCE. Settlements with oval houses and other structures, domestication of sheep and goats and wheel-made pottery at several locations have been dated with cross-referencing of sequences from several laboratories and on different samples. Together, the evidence shows a low-scale settlement at the end of the 2nd millennium BCE and contacts with the eastern Mediterranean. There are grounds to consider that the Madeiras were also inhabited (Seglins 2016). In the Canary archipelago, the move towards social complexity stalled and stagnated as suggested by archaeological investigations (Atoche Peña et al. 2016), a discontinuity of settlements on the islands that matches the account of the MF. In addition, in the narrative, they are referred to as islands west of a cape where Phoenician wintered out, and that they were accidentally reached by a vessel led off course by an incompetent captain, though they were not altogether cut off the ambit of their networks – after all, an old man had been sent to Tartessos and learned Phoenician as a child, in which he communicated with the desolate Byblian crew. This is consistent with the archaeological evidence, allowing the identification of the Tiborsypha Cape with Cape Spartel, where an elite Phoenician tomb has been excavated.

5.4 A Trip to the Indian Ocean

The two penultimate Books (7; 8) contain information on the Periplous of a Phoenician fleet to the Indian Ocean. The narrative concerns the deeds of a king of Tyre, Ioramos, son of Bartophas. As a king, he had been embroiled in wars in Phoenicia and over the colonies, and ruled over Tyre yet not “all of Phoenicia”, while upon his death was succeeded by his son *Ἰώραμος* (Ioramos), whom the Tyrians called *Ἰέρβας* (Ierbas) and went on to rule for 57 years (7.5):

*Αποτελευτήσαντος δὲ τούτου,
 Ἰώραμον τὸν Βαρτώφα εἶλοντο βασιλέα,
 ὃν Ἰέρβαν ὀνομάζουσιν οἱ Τύριοι,
 ἔτη πενήκοντα ἐπὶ ἄρχοντα.*

“After he died, they elected king Ioramos, son of Bartophas, whom the Tyrians called Ierbas, [he ruled as] archon for 57 years”

The account of the Periplous in Book 7 (7.13) is taken to come from the text inscribed on a stele at the sanctuary of Melqart, which “fell down during last year’s earthquake but which did not break so that the treatise could be read”. By contrast, another source is given for the same Periplous in the following Book (8.1-2), where it appears that the text of the stele had been destroyed but of the four copies made, one survived in Byblos and provided the account. Specifically, Ioramos had ordered that a complete census of all cities of Phoenicians, colonies and the land of the ‘barbarians’ be set down in writing, remarking on the need for this Periplous, since the trip eastwards of which he was responsible was something new, and that their forefathers had until then only sailed to the islands (8.1-2). This periplous was to be redacted into a story, inscribed on a stele at the temple of Melqart in Tyre and copies of it be sent to Sidon, to Byblos, to Arados and to Beirut. Essentially a narrative composed by the priest of Melqart, Ioramos, son of Madynos, at the behest of the king, written by the scribe Sydyk, it is the account of a Phoenician fleet reaching

the Indian Ocean that also describes the cities of Phoenicia, their colonies and their armed forces. While the stele was burnt and the three copies sent to other cities were lost, the copy kept at the temple of Baalat in Byblos was said to survive and provide the verbatim account that follows straight after this introduction. Some discrepancies emerge from these accounts. It is bizarre but not impossible that both the king of Tyre and the priest of Melqart were named *Ἰώραμος*. It is also strange that the verbatim account of the inscribed text given in Book 8 did not contain the Periplous east as narrated in Book 7. A positivistic solution to the conundrum would be to assume that Sanchuniathon found no need to reduplicate the account.

For such Phoenician practices of inscribing tablets and depositing them at temples there are historical and archaeological comparanda. The *Periplous of Hanno* states explicitly that it was the Greek translation of a Phoenician account of a maritime voyage that was originally inscribed in a plaque and deposited at the temple of Kronos. Along with this historical attestation, there is also a material one. The inscribing of an important document and its deposition at a temple of Melqart, as is narrated in the MF finds its parallel in the discovery of a bronze plaque, inscribed on both sides in the Phoenician language and alphabet, with votive texts, deposited at the entrance of the sanctuary of Es Culleram on Ibiza in the Balearic Isles (Spain), which cave sanctuary is considered to have been dedicated to Reshef-Melqart and to Tinnit (Zamora 2023). Egyptian topographic lists were also inscribed on temple columns, such as that commissioned by Pharaoh Shishak for the topography of the Levant, following a military expedition, which was inscribed on a column at the central temple at Karnak (Kilani 2020b: 140-141).

The Tyrian periplous was a narrative of a voyage described in part in the previous book. In Book 7 (7.8-7.10), Ioramos king Tyre, wishes to undertake a commercial expedition to the East having heard of populous and rich lands. Petitioning the king of Babylonia *Νατάμβαλος*

(Natambalos) to permit him establish trade connections in his lands, an impasse is reached. While initially the request is granted by the Babylonian ruler, he later retracts his consent after being blackmailed with abandonment of commerce by Ethiopian merchants active in plying these routes in Babylonia, given that they viewed Phoenician competitors as a threat to their trade. The Phoenicians eventually succeed in their commercial expedition via an alternative but more distant departure point, offered to them by Eirenios (Greek for 'Solomon'), king of the Jews (7.9). Setting off from Eilat, sailing east along the coast, leaving behind them the land of Arabs and reaching an island in what can only be the Indian Ocean. The commentary on the environment, the use of the elephant and instances of court life is extensive. Once on this island called Rachios, the crew were escorted to the local king after arriving in a town called Rozzapatta. While there, some members of the Phoenician crew and "a man from Jerusalem" played a game on the sand involving cow dung and were chastised by a local priest who informed them of their sacrilege. They laughingly ignored him but both dropped suddenly dead soon after, their perishing supposedly caused by divine wrath. The island's political organization in several kingdoms under a supreme king and their respective resources, pearls, cinnamon etc are described in detail.

On geographical grounds Rachios can be identified with Sri Lanka. Had the MF been a forgery, the episode of the sacrilegious nature of interfering with cow dung would require Wagenfeld's familiarization with the Sanscrit epic *Mahabharata*, some of the source material of which dates to Vedic times (1500-500 BCE), in which corpus of texts instruction for the sanctity of cows and bovine dung is given in the 13th book *Anushassana Parva* ('Book of Instructions').¹²⁷

Even if Wagenfeld knew of these Vedic precepts, which is a stretch, why include it in his narrative? As early as 1793, Hereen's multi-volume work on ancient civilization

began with the Phoenicians and their trade in the Indian Ocean, referring to Phoenician settlements on the eastern coast of Arabia and on the Bahrain islands, used for ship-building as narrated in the MF. Writing in the 1790s based on Herodotus' (*Hist.* 3.111) exposition of the Phoenicians as the importers of cinnamon, and other textual indications of a spice trade, as well as Ptolemy's description of the antiquity of Red Sea trade ports in commerce with India, Hereen described Phoenician trade with Sri Lanka on aromatics and other articles, placing emphasis on "Indian spices especially cinnamon from Ceylon". Additionally, the German historian remarked that the story of Phoenician trade in Sri Lanka was heard in Ceylon itself in modern times (1).¹²⁸

With Mediterranean archaeology being a field that as it expands in scientific methods, it contracts in outlook having disengaged itself from the historical records of the period, as if an unimportant and distracting blip to the affair of understanding the past, only recently have these long-documented historical connections of the Mediterranean region with the Indian Ocean begun to resurface based on archaeobotanical studies on the spice remnants contained in Phoenician jugs, juglets and amphorae. And yet some of the recent archaeological advances establishing pre-Roman interregional contacts between the Levantine coast and the Indian Ocean were already part of the narrative on Phoenicians in the 1790s. This shift in the study of the past, whereby the inflection towards the material record does not merely result in the side-stepping of ancient authors, but in their direct discounting as irrelevant and 'constructed' histories, has led to the paradoxical situation whereby in the 2020s archaeologists tout 'discoveries' by reconstructing through archaeo-scientific research a history already written 230 years ago. Such is the case regarding the contacts of Phoenicians with parts of the

127 *Anushassana Parva* Part 2, section 69 (Ganguli 1883-1896).

128 In the English translation of the original work: Hereen (1846: 444).

Indian Ocean, sailing off from ports in the Persian/Arabian Gulf.¹²⁹

Taking the opposite stand, as a hypothetical purveyor of fanciful but borderline credible stories, Wagenfeld would have had access to a limited range of Hellenistic and Roman-era geographical works that could have proven influential upon an account of Indian Ocean communities hovering ambiguously between truth and falsehood, given from the perspective of Mediterranean visitors. But these would not suffice for the historically accurate account given in Book 7. Although the preservation of Aramaic and Phoenician texts is exceedingly rare in general in order to be able to give a credible witness testimony of India by Phoenicians, Greek works were not singularly reticent on India, with a small sample of texts surviving. Famously, the first explorer of the eastern regions was Herakles who however reached only as far east as the Aornos mountain and failed to reach its summit. Including this tale, Strabo's (*Geog.* 16) treatment of eastern lands elaborated on Hinduism and Buddhism, yet omitted any mention of sacred bovines or their dung. Greek and Roman historians, among whom Diodorus of Sicily, and Arrian (*Anab.*), drew on the geographical work of Megasthenes (350-290 BCE) entitled *Indika*, who as an envoy sent to India by king Seleucus I had first-hand knowledge of the country. Other works dealing with India at that time fall within a philosophical ambit. The "Questions of King Milinga" were used by Strabo and Pompeius Trogus.¹³⁰ An awareness that such extant works do not suffice to fill the gaps of historical knowledge documented in Book 7 prompts an archaeological and historical investigation of the information contained therein.

Archaeological research has proven beyond doubt that there was systematic commerce between Uruk and other Mesopotamian cities

with Syria in the 3rd millennium BCE, as well as between the Indus Valley and the Persian Gulf from Tell Abraq (ancient Magan) in Arabia. The Indus valley and southern Mesopotamian culture had been in contact at least through the second half of the 3rd millennium BCE, when the Harrapan civilization reached its floruit (2600-2000 BCE). Trade routes already from the Neolithic show the importation of lapis lazuli from Iran and Afghanistan while marine shells from the Arab Gulf document trade connections with those areas too, increasing incrementally in the following period, with the circulation of metals, minerals and animals. Gold, silver copper, carnelian, lapis lazuli, ivory and aromatic oils flowed west, towards Mesopotamia as indicated by script and measurements weights, which has led scholars to assume that there were maritime trips along the coast of the Gulf as well as overland routes via the Iranian plateau. In particular, on the basis of this bi-directional flow of commodities, Wilkinson (2014) showed that the Indus valley was fully engaged in trade with the Mediterranean by land and by sea c. 2600-2300 BCE (the 4th to the 6th dynasties of the Old Kingdom). Accordingly, the waters of the Persian/Arabian Gulf towards the Indus Valley were plied in previous millennia, with lapis lazuli and etched carnelian beads transported via maritime routes to southern Mesopotamia. Between 2300 and 2000 BCE (Dynasties 6th-11th), the same maritime routes were plied with copper and textile trade linking the Indus directly with southern Mesopotamia. All these maritime routes presuppose a regular pattern of a maritime culture linking the Indus Valley with southern Mesopotamia, which involves a maritime culture, over a millennium prior to the period under investigation here. By the Aegean Late Bronze Age, the importation of lapis lazuli into Greece reflects continuing maritime commercial patterns (Bajema 2013).

Evidence for contacts between India and Phoenicia (Regev 2021: 132-135) on spice trade concern the identification of cinnamon and nutmeg in Iron Age I juglets from the site of Dor, interpreted as a Phoenician commercial

129 The choice of naming the Gulf this way in order not to adopt a subjective stance is prone to leave everyone with stakes in the matter unsatisfied. For the political issues involved with the naming of this Gulf vis-à-vis archaeologists, see Abdi (2007).

130 For a detailed overview, see Knippschild (2014).

port. Regev (2021: 134) considers additional evidence on Phoenician trade between the Mediterranean and Sri Lanka where an 8th-4th c. BCE Egyptian scarab was found, along with the attestation of a group of wine-importing foreigners termed *javanas* (Ionians?) in Tamil literature (Regev 2021: 134). Spices imported through long-distance trade, were also found at Philistine sites. Among the plants archaeobotanically identified at two consecutive and superimposed temples located at Gath (Tell es-Sâfi), a city belonging to the Philistine Pentapolis, in the Shephelah, dating to the 10th and 9th c. BCE, was cinnamon, which was used in cultic rites along with a horde of pharmacological plants (Frumin et al. 2024). The above may not constitute evidence for regular trade with the Indian Ocean, but after all it is not described as regular but as a remarkable event in the MF, in need of commemoration at the temple. Departing from an analysis of the South Asian pottery found at different sites (Sumhuram in the Sultanate of Oman and Tissamaharama in Sri Lanka), Pavan and Schenk (2012) argued for the longevity of long-distance trade in the Indian Ocean connecting Sri Lanka and the Arab/Persian Gulf. It should be emphasized that this is precisely the route the Phoenicians had initially intended to follow when petitioning the Babylonian king as narrated in the MF: sailing from southern Babylonia to the Indian Ocean. After all, it is well known that urban life was well flourishing in the Ganges River Valley ca 1100 BCE.

Finally, the passage provides a *terminus post quem* for the redaction of different sources by Sanchuniathon. That *Ἰώραμος*, transliterated here as Joram, is the Tyrian king Hiram known from the Bible to have forged an alliance with Solomon (1 Kings) over the fleet of Tarshish is certain. Extra-biblical sources on this alliance, involving a marriage alliance with Hiram's daughter and the shipment of wood to Solomon's kings, consist in a passage by Menandrus of Ephesus (FGrH 783 T3-ac) and in a reference to Hiram as *Εἵραμος* in Laitius' *Phoenician Events*, a work said to contain translations of historical studies by Phoenician

men (Mochos, Hypsikrates, Theodotos) (FGrH 784 F1b) (Whitmarsh 2014, 404).

In itself, the required downdating of Sanchuniathon's compilation of sources, based on its inclusion of a 10th c. BCE alliance, is no proof of forgery. Philo may have assigned Sanchuniathon to distant antiquity, but if Sanchuniathon lived in the 10th c. BCE and not in the Late Bronze Age, he still predated Philo by well over a millennium. So, to Philo too, Sanchuniathon was a man living in the remote past. The chronological placing of this original compiler of the *Phoenician History* in the Late Bronze Age is easily amenable to revision, for this factoid of modern scholarship originates in a single comment made by Porphyry (*Con. Crist.*) in his polemical treatise with an explicitly anti-Christian agenda, quoted along with Philo's passages by Eusebius (*P.E.* I.8). The attribution of a pre-Troyan-War date to Sanchuniathon rests on Porphyry's flippant remark that dated Sanchuniathon by reference to Semiramis (*P.E.* I.8), a semi-legendary Syrian woman, queen of Assyria, fictionalized in the *Persian Affairs* of Ktesias of Knidos (FGrH 688 F 1), physician to the court of Artaxerxes II (436-358 BCE). While Ktesias' works were not 'plasmatic' as Whitmarsh (2014, 401-402) underlined, in the sense that Semiramis was not an entirely fictional person, they were not intended or received as pure historical works either, and could never serve as chronological foundations. Thus, Porphyry's linking of Sanchuniathon, in his anti-Christian propaganda, to a semi-mythical queen immortalized in the quasi-fictional accounts of Ktesias, is no yardstick by which to date Sanchuniathon. Thus, in itself, a post-10th c. BCE date for Sanchuniathon is not an argument of forgery, but demands down-dating Sanchuniathon's era.

Such a lower chronology ameliorates several problems of historical enquiry related to the transmission of Philo's *Phoenician History*. If written down at the turn of the millennium, the script used would have been an evolved Phoenician *abjad* still readable by later generations and thus accessible to Philo. Furthermore, the narrative of the Babylonian king backing down after the threat of foreign

merchants to desert commercial enterprises in his kingdom should he allow Phoenician competition, rests more comfortably in 10th c. BCE Babylonia, a period of disintegration and instability. In the conventional Babylonian dynastic chart, the first king of Dynasty VIII (974-732 BCE) is *Nabu-mukin-apli* (974-932 BCE). In the neo-Babylonian onomasticon, Nabû is abundant as a theophoric element of personal names of Aramaeans from Aramaic records found in Elephantine, Egypt (Porten et al. 2016). Behind this Hellenization of Philo's Natambalos hides in plain sight a three-component Babylonian name revealing common theological phraseology, as standard in theophoric names.¹³¹ It seems that such three-component Akkadian names, once adopted in Aramaic, appeared as a two-component name. For example, *Ša-Nabû-damqa* ("The one of Damqu is good") becomes in Aramaic *Nabû-danqu* (Porten et al. 2016, Table 3). Babylonian names undergoing a phonological change when transcribed in Canaanite and then again through a transcription into Greek would give a pattern onto which the three-component *Nabu-mukin-apli* in Akkadian contracts into a two-component Phoenician name, and ends as Natambal (minus the Greek ending -os) in Greek. This Natambal may not be other than the historically attested Babylonian king *Nabu-mukin-apli*, whose life overlaps with those of Solomon and Hiram. What one observes here is a morpho-phonological shift from Babylonian to Greek. This constitutes another indication of the authenticity of the *Mf*.

5.5. The humorous novela of scribal school life

Of special interest is a colourful narrative (**Book 9**), purporting to be part of an autobiographical account that reads like a novella on the mischievous antics of the adolescent pupils of a school attached to

the sanctuary of Sidon. The school was founded by Beliros, elsewhere named as king of Sidon for 45 years and son of Raboth (4.10). Given the identification of Raboth with Rib-Addu, the account must concern the late 14th c. BCE or the early 13th c. Close to the city of Sidonians, Beliros erected a school where the sons of the priests were taught sacred matters, the laws and medicine. But when the directorship of the school came under a certain Daephos, who in his advanced age was guileless, the pupils' foolery and knavish tricks multiplied, as related by the former student Barmirhabas who had entered the school at the age of 18 and was taught there for 4 years (9.1).

In one protracted narrative that follows this introduction, the students frequent port taverns having donned sailors' clothes and imitate the speech of mariners. Seeing through their buffoonery and deceit, the tavern master blackmails them into offering him a rich banquet to avoid revealing their identities to the rugged patrons of his establishment. Through an intrigue involving shared attentions to a slave girl, the students play a trick on an inebriated peer among their own, persuading him that he is the tavern master. Yet the tone of the rumpus falters when the tavern master schemes to exploit the prank played on the hapless student by his peers in order to unburden himself of his debts. Summoning his creditors on the pretext of recovering past debts owed to them, he points to the drunken student made to believe he was the tavern master as the debtor. Justice in the end is delivered at the city gates where the debt collectors drag the student, in a case of mistaken identity, to face justice. With the pinnacle of the tale reached (9.8), an aetiology is presented for the Tyrian king Sydyk's decision to move the scribal school population back to Tyre adjacent to the sanctuary of Kronos, and to build a robust wall around it as a physical obstacle to students' fooleries.

Life in the Phoenician port towns assumes a luminous vivacity in the text through this purportedly autofiction, describing with wit social life, from the anti-conformist scribal students, the sons of the priestly elite, to sailors' frequenting of port taverns, the latter's disdain

131 For examples, see Porten et al (2016).

towards men of higher social classes, giving a sense of the threat posed by debt collectors and briefly mentioning an assembly of judges delivering justice at the city gates that could only be imagined through what is known of Phoenician socio-economic life.

Despite the plot's comic element of identity theft, one may not be sure what narrative register this tale was meant to occupy in its contemporary context. In the Sidonian scribal school story, the tavern master is regaled with a banquet through extortion but ultimately pays back his misdeeds even if the ending here is humorous. In the end, the inebriated scribal student, originally in a drunken stupor that conduces the trickery of the identity swap, manipulates and outwits the tavern master who had tried to cast him out and lade him with his own debts. Certainly, it comes closer to a comic novella of school life rascals that finds its Mesopotamian counterparts in Mesopotamian humorous tales produced within the 'academic' milieu of scribal schools, probably for internal 'consumption', though the practice of composing satirical literary tales in scribal schools existed in Late Bronze Age Egypt too.¹³² This genre probably constitutes the only example from within the long literary traditions of Mesopotamian societies of anything that may approximate the contemporary notion of humorous or comic, even if its purpose was ultimately didactic, with humour serving only as one element as a vehicle for the story's aims. To the category of comic tales for the scribal class belongs a narrative known as 'The Physician from Isin' (one of the conventional titles by which it is known), a late 9th c. BCE Akkadian text found in Uruk, deemed as humorous even by the most reserved scholars, as discussed by d'Agostino (1998), who expressed reservation with suppositions on humorous texts intended as comic in Mesopotamia. Humour in this tale functions as a pivot for learning Sumerian, eased by its content revolving around a poor woman, a street vendor of vegetables who despite

her lowly trade speaks in lofty Sumerian, a language dead for 1,5 millennia by then, while the educated doctor, reciting incantations in Sumerian during his exorcisms, is otherwise unable to use the language as a vernacular. Recent leaps into the study of Mesopotamian cuneiform corpora forces one to think more incisively on comic as a literary genre, extending its study to later periods, which show similarities with extant literary fictions from Mesopotamian narrative literature as preserved through Hellenistic transmission. In the so-called 'Poor man of Nippur' tale, the trickster Gimil-Ninurta who was disgraced by the mayor of his hometown, obtains help from the king and pays back the ill-treatment threefold (in a variety of disguises, he swindles the mayor of a large sum of money and beats him 3 times). Although the oldest Akkadian copy of this tale dates to 701 BCE, it was by then of substantial antiquity (Knippschild 2014, 453). The prevalent motifs of a false identity following mistreatment until justice is served appear to share topoi with those employed by the MF novella, where identity swap results in ill-treatment but ends with the restitution of justice.

That scribal schools existed in the Canaanite region and its orbit of influence is revealed by the recent identification of a locally-made clay tablet inscribed with alphabetic cuneiform writing in Ugaritic and found at Beth-Shemesh in the Shephelah region (Israel). The non-sensical writing and the imprint of a child's finger, as well as the non-standard shape of the tablet, suggest a scribal school exercise, probably pertaining to a school located in the region and operating in the 13th c. BCE (Fossé et al. 2024), i.e. prior to the region coming under the control of the Philistines. With Ashdod the closest port to Beth-Shemesh, the maritime distance to Sidon would have been some 100 nautical miles, an easy trajectory for Canaanite shipping capabilities of the time. This simply gives an indication of a near-contemporary preparatory school in a still Canaanite region, to the south of that attended by those students, fictional or real, described in the MF, thus allowing us to integrate the information transmitted

132 Such as the 'Letter of Hori', dated linguistically to c. 1279-1231 BCE, see Kilani (2019: 182-184).

by Philo in Wagenfeld's edition into the cultural nexus of the region sketched by modern archaeological research.

6. Conclusions

Somewhat ironically, an abundance of scepticism attended the reception of Philo's work from the outset of the publication as quoted by Eusebius, and was carried on to the publication of the manuscript containing the full work of the *Phoenician History* in Nine Books by Wagenfeld. Although allegedly exposed as fraud since before its publication in 1837, this judgement does not hold true. As demonstrated here, Wagenfeld's edition of Philo's *Phoenician History* was considered authentic by Classen (1837), who appears to have been the only scholar evaluating the MF after its full publication. In addition, Le Bas (1836) had allowed for the possibility that Wagenfeld had embellished an existing manuscript and left his final verdict open pending the publication of the final manuscript, though it is unclear if he followed up on it after the full manuscript text was published the following year. Yet the tide did not turn for Wagenfeld, perpetuating factoids ever since to the loss of a wealth of historical information for scholarship. Here I have done more than offer an appeal to plausibility by demonstrating that the manuscript published by Wagenfeld in 1837 and apparently not examined thereafter by anyone other than Classen (1837) is indeed authentic. Apart from impugning the adversarial scholarly climate of the 1830s, thronged with professional ambitions and superciliousness, which condemned Wagenfeld to disrepute, I have pointed out that the verdict of forgery that sealed speculations on the subject was delivered in 1836 prior to the publication of the full facsimile, when only an abridged version was available, and outrageously, on mistrustful claims of impossibility at having been discovered at a monastery in Portugal.

As a translated copy, with minimal edition, rather than as a diffused euhemeristic account,

product of Hellenistic prose fiction, the work reflects a lost Canaanite/Phoenician corpus of literary and historical works, being a unique historical record of the period affecting not only Canaan, but also Syria, Cyprus, Crete, western Anatolia, mainland Greece and distant regions in contact with them. Nor is its significance confined to this, since it provides vivid descriptions of a maritime society that could only be gauged to date through its material culture – vocal in itself, but not so evocative as an actual contemporary text. Proven authentic, it provides not only a historical context and conditions that match the main tenets of Bronze Age Mediterranean but also and most significantly, it gives us a list of kings for Byblos, Sidon and Tyre, sketches out a setting in which Bronze Age Canaanite presence in Crete, as laid out on the basis of epigraphic and linguistic studies on Linear A, is validated, and more to the point, gives direction as to how scholars need to reconsider maritime and overland routes connecting the Mediterranean with the Indian Ocean.

Given the editorial interventions of Philo in a compilation of Bronze Age Canaanite text, the narrative conveyed was energized by discourses within Philo's cultural and intellectual environment as regards his light commentary on the ancient treatise, yet principally it reflects the vibrant milieu of Sanchuniathon's time and his predecessors. Too fixated upon the paradigm of euhemeristic accounts to acknowledge the existence of an earlier cultural environment, and disciplinary too distant from the Late Bronze/Early Iron Age, modern scholarship on classics has done a disservice with the general reluctance to consider the narrative of Philo's *Phoenician History* on its own terms, resulting in fallacies that can no longer be maintained.

I have demonstrated to the best of my abilities and given resources at this time that the text Wagenfeld published as authentic contains information that was not available to Wagenfeld or anyone else in the 1830s and which has been shown by archaeology and other disciplines to tally reasonably well with present-day archaeological and historical

understandings of the period. Yet the issue merits further consideration, not least by specialists in fields other than archaeology and classics, including scholars on ancient

Phoenician, Luwian and Hittite languages. It is also an open call for historians of 19th c. Portugal to furnish more information on the possible whereabouts of the manuscript.

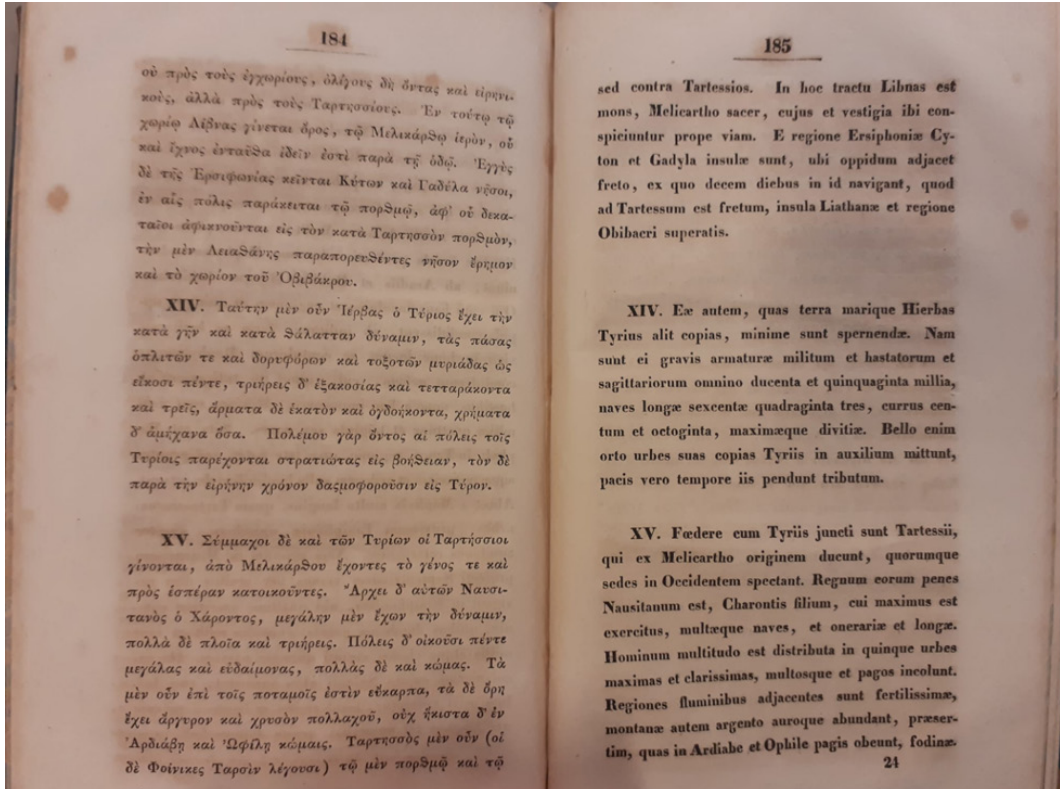


Fig. 1. Wagenfeld's (1937) publication opened on pages 184-185.

Acknowledgements

I owe a debt of gratitude to the Nordic Library in Athens for allowing me the use of its resources. I would also like to thank the Royal Library in the Hague for permitting me to reproduce here a photographic image, taken for the purpose of this publication, of Wagenfeld's (1937) book, held in its collection.

Abbreviations

Corpora

EgrH :

Die Fragmente der griechischen Historiker ed. Jacoby
<https://scholarlyeditions.brill.com/bnjo/IACA>:
Die Inschriften Asarhaddons, Königs von Assyrien, ed. Borger (1956)
 KAI:
 Kanaanäische und Aramäische Inschriften, ed. Donner and Röllig (1964)

Greco-Roman Sources

Apol. Bibl.
 Apollodorus, *Βιβλιοθήκη* (Library)
 Arrian. *Anab.*

Arrian, *Ἀλεξάνδρου Ἀνάβασις*
 ('Alexander's Ascent/March')
 Av. Or. Mar.
 Avienius, *Ora Maritima*
 Diod. Sic., *Bib. Hist.*
 Diodorus of Sicily, *Ἱστορικὴ Βιβλιοθήκη*
 (Historical Library)
 Dion., *Rom. Ant.*
 Dionysius of Halicarnassus, *Ῥωμαϊκὴ*
Ἀρχαιολογία (Roman Antiquities)
 Eus., *P.E.*
 Eusebius of Caesarea, *Εὐαγγελικὴ*
Προπαρασκευὴ (Evangelical Preparation)
 Hanno, *Per.*
 Hanno, *Περίπλους τῶν ὑπὲρ τὰς*
Ἡρακλέους στῆλας Λιβυκῶν τῆς γῆς μερὸν ὃν
καὶ ἀνέθηκεν ἐν τῷ τοῦ Κρόνου τεμένει,
δηλοῦντα τάδε. ('The Voyage of Hanno in the parts
 of Libya the Pillars of Herakles, which he deposited
 in the Temple of Kronos.')

Hdt. *Hist.*
 Herodotus, *Ἱστορίαι* (Histories)
 Hec. *Perieg.*
 Hecataeus of Miletus, *Περίδος γῆς /*
Περιήγησις (Journey round the Earth)
 Hes. *Theog.*
 Hesiodos, *Θεογονία* (Theogony)
 Hom. *Il.*
 Homer, *Ἰλιάδα* (Iliad)
 Hom. *Od.*
 Homer, *Ὀδύσσεια* (Odyssey)
 John *De Mens.*

Ioannes the Lydian, *Περὶ τῶν Μηνῶν*
 (On the Months)
 Jos. Ant. *Jud.*
 Flavius Josephus, *Ἰουδαϊκὴ Ἀρχαιολογία*
 ('Antiquities of the Jews')
 Luc. *Pro Im.*
 Lucian of Samosata, *Ὑπὲρ τῶν Εἰκόνων*
 ('Essay on Portraiture Defended')
 Pomp. Mel. *Chor.*
 Pomponius Mela *De choreografia/ De situ*
orbis ('Description of the World')
 Porph. *Con.Crist.*
 Porphyry, *Κατὰ Χριστιανῶν*
 (Against the Christians)
 Ps.-Skylax, *Per.*
 Pseudo-Skylax, *Περίπλους τῆς θαλάσσης*
τῆς οἰκουμένης Εὐρώπης καὶ Ἀσίας καὶ Λιβύης
 (Round-sailing of the sea of the world of Europe
 and Asia and Libya)
 Ptol., *Geog.*
 Cladius Ptolemy, *Γεωγραφικὴ Ὑφήγησις*
 (Geographical Guidance)
 Thycydides
 Thucydides, *Ἱστορία τοῦ Πελοποννησιακοῦ*
Πολέμου (History of the Peloponnesian war)
 St. Byz. *Ethn.*
 Stephanus of Byzantion, *Ἐθνικά* ('Ethnics')
 St. Byz. *De Urb.*
 Stephanus of Byzantion,
Περὶ Πόλεων ('On Cities')
 Strab. *Geog.*
 Strabo, *Γεωγραφικά* (Geography)

Pappa, E. Fraude ou fiasco? Os Nove Livros de *Φοινικικά* ('Assuntos Fenícios') de Filo em relação à arqueologia mediterrânea e além: uma reavaliação atrasada. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 69-142, 2024.

Resumo: Algo revelador da sorte dos estudos fenícios no ambiente acadêmico europeio (até hoje) é a profusão do ceticismo com que a obra *Φοινικικά* ('História Fenícia') de Herênio Filo de Biblos se recebeu desde o início da sua publicação na Europa ocidental. As reservas sobre a historicidade das passagens de Filo continuou durante séculos até que a oposição à autenticidade da obra histórica se reduziu somente após as escavações de Ugarit no início do século 20, as quais trouxeram as primeiras evidências independentes, fora das passagens da *História Fenícia* citadas na *Preparatio Evangelica* do Eusébio de Cesareia, que corroboraram informações fornecidas pelos excertos de Filo, especialmente sobre o panteão cananeu. Embora a pesquisa contemporânea tenha se concentrado no clima eheerístico para o exame da obra de Filo, tendo sido relegada ao estudo da cultura literária helenística, seu valor para os estudos do Oriente Próximo e os Estudos Bíblicos,

além de ser inestimável, se enfraqueceu desde as décadas anteriores. No presente caso, procuro reabilitar um manuscrito dos Nove Livros da História Fenícia de Filo, publicado há quase dois séculos por Friedrich Wagenfeld em 1837. Afirmando, através de uma série de dados e argumentos, que o manuscrito contido na obra inteira da *História Fenícia* era autêntico, demonstrando que o ceticismo era injustificado e que as escavações realizadas no Mediterrâneo oriental e ocidental desde então corroboram várias das informações oferecidas pela publicação, mas não disponíveis para alguém vivendo na década de 1830. Algumas obras de Filo sobreviveram em pelo menos três manuscritos reportados por diferentes indivíduos, nenhum dos quais foi estudado. Curiosamente, essa informação foi comunicada em um artigo de Philippe Le Bas em 1836 que visava expor o facsímile de Wagenfeld como fraudulento, embora ao mesmo tempo hesitando na questão de sua autenticidade, deixando aberta a possibilidade de que um manuscrito antigo tenha existido e sido elaborado por Wagenfeld. Apesar dessa restrição feita no artigo, a partir de então, Wagenfeld foi totalmente desacreditado como falsificador por seus pares por motivos mesquinhos. No entanto, o conteúdo do manuscrito publicado por Wagenfeld aumenta significativamente nosso conhecimento da história, cultura e literatura do mundo cananeu-fenício e seus vizinhos no Mediterrâneo oriental durante o final da Idade do Bronze e além.

Palavras-chave: Philo de Byblos, Friedrich Wagenfeld, História dos Fenícios, Fraude acadêmica, Estudos fenícios

Bibliography

Works without Author Name

Friedrich Wagenfeld: la vida breve de un lingüista brillante que falsificó la «primera historia de todos los tiempos». 2019. *Perfil Formosa*:

<https://perfilformosa.com/general/friedrich-wagenfeld-la-vida-breve-de-un-linguista-brillante-que-falsifico-la-primera-historia-de-todos-los-tiempos/>

Collected Volumes without Editorial Name

Mémoires de L'Institut Royal de France, Classe d'Histoire et de Littérature Ancienne. Tome Seconde. 1815. Imprimeur de L'Institut, Paris.

Mémoires des Institutes Royale de France. Academie des Belles Lettres. Tome Onzième. 1839. Imprimerie Royale, Paris.

References by Author Name

Abdi, K. 2007. The name game; the Persian Gulf, archaeologists, and the politics of Arab-Iranian relations. In: Kohl, P.L.; Kozelsky, M.; Ben-Yehuda, N. (Eds). *Selective Remembrances: Archaeology in the Construction, Commemoration, and Consecration of National Pasts*. The University of Chicago Press, Chicago, London, 206-243.

Abusch, T. 1993. Gilgamesh's request and Siduri's denial, Part II: an analysis and interpretation of an Old Babylonian fragment about mourning and celebration. *Journal of the Ancient Near Eastern Society* 22: 12-1

Aichner, C. 2015. The reforms of the Austrian University System 1848–1860 and their influence on the process of discipline formation. In: Simões, A.; Diogo, M.; Gavroglu, K. (Eds). *Sciences in the Universities of Europe, Nineteenth and Twentieth Centuries. Academic Landscapes* (Boston Studies in the Philosophy and History of Science 309). Springer, Dordrecht.

- Albertz, R. 2012. Personal names and family religion.
 In: Albertz, R; Schmitt, R. *Family and Household Religion in Ancient Israel and the Levant*.
 Eisenbrauns, Winona Lake, 245-367.
- Almagro-Gorbea, M. 1983. Pozo Moro.
 El monumento orientalizante,
 su contexto socio-cultural y sus paralelos
 en la arquitectura funeraria ibérica.
Madriditer Mitteilungen 24: 177-293.
- Ayali-Darshan, N. 2024. *Dying and Rising Gods: The History of a Mythologem in West Asia of the Second Millenium BCE* (Kasion 10).
 Zaphon, Münster.
- Aykurt, A. 2017. Minoan presence in western Anatolia. In Ergun Lafli, E. (Org.), *Archaeology and History of Lydia from the Early Lydian Period to Late Antiquity (8th century B.C.-6th century A.D.)*. *An International Symposium*. Dokuz Eylül University – DEU The Research Center for the Archaeology of Western Anatolia – EKVAM (Colloquia Anatolica et Aegaea Congressus internationales Smyrnenses IX), Izmir, 19.
- Bajema, M. 2013. The lapis lazuli road: a view from the Mycenaean 'periphery'. In: Bombardieri, L.; D'Agostino, A.; Guarducci, G.; Orsi, V.; Valentini, S. (Eds). *SOMA 2012, Identity and Connectivity: Proceedings of the 16th Symposium on Mediterranean Archaeology, Florence, Italy 1–3 March 2012*. Vol. 1.
 Archaeopress, Oxford, 407-411.
- Banyai, M. 2022. Cretans in the Levant. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections* 34: 1-28.
- Barr, J. 1974. Philo of Byblos and his 'Phoenician History'. *Bulletin of the John Rylands Library* 57(1): 17-68.
- Barthélemy, J-J. 1764. Réflexions sur quelques monumens phéniciens et sur les alphabets qui en résultent. *Mémoire de l' Academie des Belles Lettres*, 30: 405-427.
- Batty, R. 2000. Mela's Phoenician geography. *Journal of Roman Studies* 90: 70-94.
- Bauer, D.F. 2015. Problems in the Aldine Pindar. *The Princeton University Library Chronicle* 76(3): 419-46.
- Bean, A.J.; Rollston, C.A.; McCarter, K.P.; Wimmer, S.J. 2018. An inscribed altar from the Khirbat Ataruz Moabite sanctuary. *Levant* 50(2): 211-236.
- Benz, F. L. 1972. *Personal Names in Phoenician and Punic Inscriptions* (Studia Pohl 8).
 Pontificium Institutum Biblicum, Rome.
- Best, J. 2017. *How to Decipher the Byblos Script* (Archäologie: Forschung und Wissenschaft).
 LIT Verlag, Vienna.
- Bonnet, C., 1988. Melkart. *Cultes et Mythes de l'Heracles Tyrien en Méditerranée* (Studia Phœnicia 8; Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de Namur 69).
 Peeters, Leuven.
- Borger, R. 1956. Die Inschriften Asarhaddons, Königs von Assyrien. *Archiv für Orientforschung* 9.
- Browning, R. 2003. Stephanus of Byzantium. In: Hornblower, S.; Spawforth, T. (Eds). *Who's Who in the Classical World*. Oxford University Press, Oxford; *Oxford Reference*. Retrieved 3 Jul. 2024, from <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100531207>.
- Bowman, C. 2023. *Christian Monastic Life in Early Islam*. Edinburgh University Press, Edinburgh.
- Caesar, S.W. 2016. Literary parallels between Homer's epics and the Biblical Philistines. *Jewish Bible Quarterly* 44: 143.
- Campbell, E. 2009. *A Heaven of Wine: Muslim -Christian Encounters at Monasteries in the Early Islamic Middle East*. PhD diss.,
 University of Washington.
- Celestino, S.; López Ruiz, C. 2016. *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*.
 Oxford University Press, Oxford.

- Chang-Ho Ji. 2018. A Moabite sanctuary at Khirbat Ataruz, Jordan: stratigraphy, findings, and archaeological implications. *Levant* 50:2: 173-210.
- Classen. J. (1837) *Sanchuniathon's Phönizische Geschichte*. Rohden, Lübeck.
- Cline, E.H. 2009. Bronze Age interactions between the Aegean and the eastern Mediterranean revisited: mainstream, periphery, or margin? In: Parkinson, W.A.; Galaty, M.L. (Eds). *Archaic State Interaction. The Eastern Mediterranean in the Bronze Age* (School for Advanced Research Advanced Seminar Series). School for Advanced Research Press, Santa Fe, 161-180.
- Cory, I.P. 1828. *Phoenician Fragments*. William Pickering, London.
- Cumberland, D.D. 1720. *Sanchuniathos's Phoenician History*. R. Wilkin, London.
- d'Agostino, F. 1998. Some considerations on humour in Mesopotamia. *Rivista degli Studi Orientali* 72(41): 273-278.
- Dale, A. 2015. WALWET and KUKALIM: Lydian coin legends, dynastic succession, and the chronology of Mermnad kings. *Kadmos* 54(1-2): 151-166.
- de Lima, A.R. 2018. *As Colunas de Héracles/ Melqart no Final da Idade do Bronze: o Uso do SIG na Compreensão da Ocupação Fenícia em Território Tartésico na Ibéria*. Master diss., University of São Paulo.
- de Lima, A. R. 2019. Herakles/Melqart: the Greek façade of a Phoenician deity. Dossiê "Fenícios" (ed. M.C. Kormikiari Passos). *Revista Hélade* 5(2): 186-200.
- de Sacy, S. 1815. Mémoire sur quelques inscriptions Arabes existant en Portugal, et rapportées dans le voyage de J. Murphy, et dans les Mémoires de Littérature Portugaise, publiés par l' Académie Royale de Sciences de Lisbonne. *Mémoires de L' Institut Royal de France, Classe d'Histoire et de Littérature Ancienne* 2: 596-615.
- de Sainte-Croix, 1815. Mémoire sur la chronologie des dynastes ou princes de Carie, et sur le tombeau de Mausole. Éclaircissement sur le mot Mausolée, et sur les divers mots employés par les Grecs pour designer les sépultures et les monumens funèbres. *Mémoires de L' Institut Royal de France, Classe d'Histoire et de Littérature Ancienne* 2: 587-595.
- de Villiers, G. 2020. Suffering in the epic of Gilgamesh Epic. *Old Testament Essays* 33(3): 609-705.
- del Rio, A. 1822. *Description of the Ruins of an Ancient City, Discovered New Palenque, in the Kingdom of Guatemala in Spanish America*. Henry Berthoud, London.
- Delalonde, M. 2021. *L'Histoire Phénicienne de Philon de Byblos au Prisme du Multiculturalisme* (Le Religioni e la Storia 4). Quasar, Rome.
- Dixon, H. 2013. Phoenician Mortuary Practice in the Iron Age I – III (ca. 1200 – ca. 300 BCE) Levantine 'Homeland'. PhD diss., University of Michigan.
- Donner, H.; Röllig, W. 2002. *Kanaanäische und Aramäische Inschriften*. Vol. 1. Wiesbaden, Harrassowitz.
- Dothan, T. 2003. The Aegean and the Orient: cultic interactions. In: Dever, W.G.; Gitin, S. (Eds). *Symbiosis, Symbolism, and the Power of the Past: Canaan, Ancient Israel, and their Neighbors from the Late Bronze Age through Roman Palestina*. Eisenbrauns, Winona Lake, IN, 189-214.
- Drew, D. 1994. *The Lost Chronicles of the Maya Kings*. Weidenfeld & Nicolson, London.
- Eisenfeld, H. 2018. Geryon the hero, Herakles the god. *The Journal of Hellenic Studies* 138: 80-99.
- Ercolani, A. 2023. Phonikes: the history of an ethnonym. *Rivista di Studi Fenici i Punici* 51: 167-183.
- Fales, F.M. 2017. Phoenicia in the Neo-Assyrian period. An updated review. *State Archives of Assyria Bulletin* 23:181-295.

- Farrer, J. A. 1907. *Literary Forgeries*. Bombay; Calcutta: Longmans, Green, & Company.
- Finglas, P.J. 2021. 12 Labor X: the cattle of Geryon and the return from Tartessus. In: Ogden, D. (Ed). *The Oxford Handbook of Heracles*. Oxford University Press, Oxford, 135-148.
- Forlanini, M. 2012. The historical geography of western Anatolia in the Late Bronze Age: still an open question. Reviewed Work: *Die geographischen Beziehungen der Lukka-Länder. Texte der Hethiter*, 27, by M. Gander. *Orientalia* 81(2): 133-140.
- Forsyth, D.C. 2020. *Economic and Social Development in the Cycladic Islands, 1000-480 BCE*. PhD diss., University of St Andrews.
- Fossé, C.; Yoge, J.; Mirão, J.; Schiavon, N.; Goren, Y. 2024. Archaeo-Material study of the cuneiform tablet from Tel Beth-Shemesh. *Tel Aviv*, 51(1): 3-17.
- Fox, D. 2019. *Hercules and the King of Portugal: Icons of Masculinity and Nation in Calderón's Spain*. University of Nebraska Press, Lincoln.
- Fox, M. V. 2012. Behemoth and Leviathan. *Biblica* 93(2): 261-267
- Frumin, S.; Maeir, A.M.; Eniukhina, M.; Dagan, A.; Weiss, E. 2024. Plant-related Philistine ritual practices at biblical Gath. *Science Reports* 14: 3513 <https://doi.org/10.1038/s41598-024-52974-9>
- Gander, M. 2010. *Die Geographischen Beziehungen der Lukka-Länder* (Texte der Hethiter 27). Universitätsverlag Winter, Heidelberg.
- Ganguli, K.M. transl. 1884-1894. *The Mahabharata of Krishna-Dwaipayana Vyasa* (12 Volumes). Bharata Press, Calcutta.
- García-Talavera Casañas, F. 2002. Depósitos marinos fosilíferos del Holoceno de la Graciosa (Islas Canarias) que incluyen restos arqueológicos. *Revista de la Academia Canaria de Ciencias* 14 (3-4): 19-35.
- Gelenius, S. 1533. *Arriani et Hammonis Periplus, Plutarchus de Fluminibus et Montibus, Strabonis Epitome*. Johann Froben, Basel.
- Gesenius, F.H.W. 1837. *Scripturae Linguaeque Phoeniciae Monumenta quotquot Supersunt Editae et Ineditae ad Autographorum Optimorumque Exemplorum Fidem Edidit Additisque de Scriptura et Lingua Phoenicum Commentariis Illustravit Guil. Gesenius*. Vol. 1-3. Fr. Chr. Guil. Vogelii, Leipzig.
- Giannobile, S.; Jordan, D.R. 2008. On the Text of the Hipponium Tablet. *Byzantine Studies* 48 (3): 288-298.
- Gilboa, A. 2013. The Southern Levant (Cisjordan) during the Iron Age I Period. In: Killebrew, A.E.; Steiner, M. (Eds). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE*. Oxford University Press, Oxford, 625-648.
- Golub, M. 2021. Personal names on Iron Age I bronze arrowheads: characteristics and implications. *Jerusalem Journal of Archaeology* 2: 16-40.
- Gomes, C.; González Wagner, C.; Calero-Fresneda, M.; Palomo-Díez, S.; López-Matayoshi, C.; Nogueiro, I.; López-Parra, A.M.; González, E.L.; Pérez, B.P.; Basallote, J.M.G.; Pajuelo, J.M.; Arroyo Pardo, E. 2023. Maternal lineages during the Roman Empire, in the ancient city of Gadir (Cádiz, Spain): the search for a Phoenician identity. *Genealogy* 7(2): 27. <https://doi.org/10.3390/genealogy7020027>
- Gottwald J. 1904. Épitaphe chrétienne trouvée à Péra. *Échos d'Orient* 7 (49): 328-329.
- Grafton, A. T. 1975. Joseph Scaliger and historical chronology: the rise and fall of a discipline. *History and Theory* 14(2): 156-185.
- Gras, M. 1992. La memoire de Lixus. De la fondation de Lixus aux premiers rapports entre Grecs et Phéniciens en Afrique du Nord. In: *Lixus, Actes du Colloque Organisé par l'Institut National de Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine avec le Concours de l'École Française de Rome* (Larache, nov. 1989) (Collection de l'École Française de Rome 166). École Française de Rome, Rome, 27-44.

- Gras, M.; Rouillard, P.; Teixidor, J. 1989. *L'Univers Phénicien*. Arthaud, Paris.
- Grotefend, C.L. 1836. Die unbekannte Schrift der Baktrischen Münzen (in *Blätter für Münzkunde*). *Hannoversche numismatische Zeitschrift*, 309-314.
- Grotefend, C.L. 1839. *Die Münzen der griechischen, parthischen und indoskythischen Könige von Baktrien und den Ländern am Indus*. Hof-Buchhandlung, Hannover.
- Grotefend, G.F. 1840. *Neue Beiträge zur Erläuterung der babylonischen Keilschrift nebst einem Anhang über die Beschaffenheit des ältesten Schriftdrucks bei der vierten Secularfeier der Erfindung des Bucherdrucks von Gutenberg*. Hahn, Hannover.
- Hackett, J.A.; Wilson-Wright, A. M. 2022. A revised interpretation of the Melqart stele (KAI 201). In: Hardy II, H.H.; Lam, J.; and Reymond, E.D. (Eds). *"Like 'Ilu Are You Wise": Studies in Northwest Semitic Languages and Literatures in Honor of Dennis G. Pardee* (Studies in Ancient Oriental Civilization 73). The Oriental Institute, Chicago, 105-112.
- Hajnal, I.; Zangger, E; Kelder, J. 2022. *The Political Geography of Western Anatolia in the Late Bronze Age* (Archaeolingua Series Minor 45). Archaeolingua Foundation, Budapest.
- Halbherr, F. 1891. Researches in Crete. *The Antiquary* 24: 241-245.
- Hereen, A.H.L. 1793-1815. *Ideen über Politik, den Verkehr und den Handel der vornehmsten Völker der Alten Welt*. Göttingen.
- Hereen, A.H.L. 1846. *Historical Researches into the Politics, Intercourse, and Trade of the Principal Nations of Antiquity*. H.G. Bohn, London.
- Hoffner, H. A. 1966. Composite nouns, verbs and adjectives in Hittite. *Orientalia* 35 (4): 377-402.
- Hök, S. 1745. *Dissertation Gradualis de Sanchuniathone*. Guthorum, London.
- Iacono, F. 2019. *The Archaeology of Late Bronze Age Interaction and Mobility at the Gates of Europe People: Things and Networks around the Southern Adriatic Sea*. Bloomsbury Academic, London.
- Jacobson H. 2002. Misor in Philo of Byblos. *The Classical Quarterly* 52(1): 404-404.
- Junkkaala, E. 2006. *Three Conquests of Canaan. A Comparative Study of Two Egyptian Military Campaigns and Joshua 10-12 in the Light of Recent Archaeological Evidence*. Åbo Akademi Press, Biskopsgatan.
- Katzenstein, H.J. 1991. Some reflections on the Phoenician deities mentioned in the treaty between Esarhaddon, king of Assyria, and Baal, king of Tyre. In Acquaro, E. (Ed.). *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Roma, 9-14 Novembre 1987. Vol. 1. Consiglio Nazionale delle Ricerche, Rome, 373-377.
- Kelder, J. 2024. Epigraphy, archaeology, and our understanding of the Mycenaean world. In: Betrò, M.; Friedrich, M; Michael, C. (Eds). *The Ancient World Revisited: Material Dimensions of Written Artefacts*. Berlin; Boston: De Gruyter, 49-68.
- Kilani, M. 2019. On the vocalization of Semitic Words in Late Bronze Age Egyptian transcriptions: new evidence from Papyrus Anastasi. In: Quick, L.E.; Kozlova, E.E.; Noll, S.; Yoo, P.Y. (Eds). *To Gaul, to Greece and Into Noah's Ark: Essays in Honour of Kevin J. Cathcart on the Occasion of His Eightieth Birthday*. Oxford University Press, Oxford, 166-184.
- Kilani, M. 2020a. Naming practices and identity in the Early Late Bronze Age Levant: a linguistic and geographical analysis of local rulers' names attested in the Amarna Letters. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections* 27: 70-93.
- Kilani, M. 2020b. *Byblos in the Late Bronze Age: Interactions Between the Levantine and Egyptian Worlds*. Brill, Leiden.
- Kloekhorst, A. 2007. *The Hittite Inherited Lexicon*. PhD diss., University of Leiden. <https://hdl.handle.net/1887/11996>

- Knippschild, S. 2014. Literature in western Asia. In Clauss, J.J.; Cuyppers, M. (Eds). *A Companion to Hellenistic Literature*. Wiley-Blackwell, Chichester, 448-462.
- Koch, J.Y. 2009. *Tartessian. Celtic in the South-west at the Dawn of History* (Celtic Studies Publications 13). Aberystwyth: The David Brown Book Co.
- Koch, J.T. 2013. Las inscripciones del suroeste y el Tarteso de la arqueología y de la historia. In: Campos, J.M.; Alvar, J. (Eds). *Tarteso. El Emporio del Metal*. Editorial Almuzara, Cordova, 541-558.
- Kopaniias, K. 2020. Cilicia and Pamphylia during the Early Iron Age: Hiyawa, Mopsos and the Foundation of the Greek Poleis. *Athens University Review of Archaeology* 1: 69-95.
- Kormikiari, M.C.N. 2021. A realza fenícia: um rei primus inter pares. *Revista Caminhando* 26 (1-3): 1-30.
- Krahmalkov, C.R. 1994. "When he drove out Yrirachan": A Phoenician (Punic) poem, ca. A.D. 350. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 294: 69-82.
- Krahmalkov, C.R. 2000. *Phoenician-Punic Dictionary*. Peeters, Leuven.
- Krahmalkov, C.R. 2001. *A Phoenician-Punic Grammar*. Brill, Leiden.
- Kroupa, S. 2019. Humanists and travellers, gorgons and gorillas: Hanno and the navigator's *periplus* and early modern geography (1530–1630). *The International History Review* 41(4): 793-820.
- Lackenbacher, S.; Malbran-Labat, F. 2005. Ugarit et les hittites dans les archives de la 'Maison d' Urtenu'. *Studi Micenei ed Egeo-Anatolici* 47(1): 227-240.
- Laird, A.; Miller, N. (Eds). 2018. *Antiquities and Classical Traditions in Latin America*. John Wiley & Sons, Chichester.
- Lazenby, J. 2016. Masinissa. *Oxford Classical Dictionary*. Retrieved 12 Mar. 2024, from <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3995>.
- Le Bas, Ph. (1836). Sur la découverte d'un manuscrit contenant la traduction de Sanchuniathon, par Philon de Byblos. *Revue Des Deux Mondes* 7(5): 543-564.
- Lipiński, E. 2001. *Semitic Languages: Outline of a Comparative Grammar* (Orientalia Lovaniensia Analecta 80). Peeters, Leuven.
- Lipiński, E. 2004. *Itineraria Phoenicia* (Orientalia, Lovaniensia, Analecta 127). Peeters, Leuven.
- López Pardo, F. 2008. Las naves de Kerné (I). Las referencias literarias. In: Gonzalez Antón, R.; López Pardo, F.; Peña, V. (Eds). *Los Fenicios y el Atlántico*. Centro de Estudios Fenicos y Púnicos, Madrid, 51-67.
- López Pardo, F.; Mederos, A.; Ruiz Cabrero, L.A. 2003. Sistemas defensivos en la toponimia fenicia de la costa Atlántica Ibérica y Norteaficana. In: López Castro, J.L. (Ed.). *Las Ciudades Fenicio-Púnicas en el Mediterráneo Occidental. III Coloquio Internacional del Centro de Estudios Fenicios y Púnicos*. Editorial Universidad de Almería, Almería, 383-404.
- López-Ruiz, C. 2014². Greek and Near Eastern mythology: a story of Mediterranean encounters. In: Edmunds, L. (Ed.). *Approaches to Greek Mythology*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 154-199.
- Manutius, A. (Ed.). 1502, *Στέφανος. Περὶ Πόλεων*. Aldine, Venice.
- Mardini, M.; Badawi, A.; Zaven, T.; Gergian, R.; Nikita, E. 2023. Mechanical stress in the urbanized Roman Phoenician coast. *International Journal of Paleopathology* 43: 58-67.
- Margolis, O. 2023. *Aldus Manutius: The Invention of the Publisher*. Reaktion Books, London.

- Marinatos, N. 2010. *Minoan Kingship and the Solar Goddess: A Near Eastern Koine*. University of Illinois Press, Champaign, IL.
- Matesanz Gascón, R. 2002 ¿Dónde está la mitología fenicia? : Al-Idrisi y los Aventuros de Lisboa (I). *Gerión* 20: 75-111.
- Matisoo-Smith, E.A.; Gosling, A.L.; Boocock, J.; Kardailsky, O.; Kurumilian, Y.; Roudesli-Chebbi, S.; et al. 2016. A European mitochondrial haplotype identified in ancient Phoenician remains from Carthage, North Africa. *PLoS ONE* 11(5): e0155046. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0155046>
- Maurice, C.E. 1887. *The Revolutionary Movement of 1848-9 in Italy, Austria-Hungary, and Germany. With Some Examination of the Previous Thirty-Three Years*. G. P. Putnam's Sons, New York; George Bell and Sons, London.
- Meineke, A. 1849. *Stephani Bynzantii Ethnorum qua Supersunt*. G. Reimer, Berlin.
- Metzger, M. 2003. *Kāmid el Lōz*. Vol. 8. *Die Spätbronzezeitlichen Tempelanlagen. Die Kleinfunde* (Saarbrücker Beiträge zur Altertumskunde 40). Bonn: R. Habelt.
- Movers, F.C. 1836. *Die Unechtheit der im Eusebius enthaltenen Fragmente des Sanchuniathon. Jahrbücher für Theologie und christliche Philosophie* 7: 51-91.
- Movers, F.C. 1841. *Die Phönizier*. Vol. 1. Bonn: E. Weber.
- Muhly, J.D. 1970. Homer and the Phoenicians. *Berytus* 19: 19-64
- Muñoz, V.M. 2022. Review of *Hercules and the King of Portugal: Icons of Masculinity and Nation in Calderón's Spain*, by Dian Fox. *Comparative Drama* 56(3): 342-345.
- Napier, C. 2013. *An Account of the War in Portugal between Don Pedro and Don Miguel* (Cambridge Library Collection - Naval and Military History). Cambridge University Press, Cambridge. doi:10.1017/CBO9781139410724
- Neto, M.N.; Rebelo, P.M.; Ávila Ribeiro, R.; Roch, M.; Zamora López, J.Á. 2016. Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 19: 123-128.
- Nikolopoulos, E. 2009. *Σχέσεις της Ιβηρικής Χερσονήσου με την Ανατολική Μεσόγειο κατά τη 2η και στις Αρχές της 1ης Χιλιετίας π.Χ. Μύθος και Πραγματικότητα*. Ph.D. diss., National and Kapodistrian University of Athens.
- Olmo Lete, G., del. 1998. *Mitos, Leyendas y Rituals de los Semitas Occidentals*. Editorial Trotta/ Universitat de Barcelona, Madrid.
- Pappa, E. 2009. Reflections on the earliest Phoenician presence in north-west Africa. *Talanta* 40-41 (2008-2009): 53-72.
- Pappa, E. 2013. *Early Iron Age Exchange in the West: Phoenicians in the Mediterranean and the Atlantic*. Peeters, Leuven.
- Pappa, E. 2015a. Who's the Phoenician on the Atlantic? Disentangling seafaring from colonisation in western Iberia and Morocco. In Pedersen, R. (Ed.). *On Sea and Ocean: New Research in Phoenician Seafaring*, 23-25 June 2011, Archäologisches Seminar der Philipps Universität Marburg (Marburger Beiträge zur Archäologie 2). Eigenverlag des Archäologischen Seminars der Philipps-Universität Marburg, Marburg, 71-94.
- Pappa, E. 2015b. Representation of Phoenician eschatology: funerary art, ritual and the belief in an after-life. In Theodoropoulou-Polychroniades, Z.; Evely, D. (Eds). *Aegis: Essays in Mediterranean Archaeology presented to Matti Egon by scholars of the Greek Archaeological Committee UK*. Archaeopress, Oxford, 117-130.
- Pappa, E. 2017. A mere addition to someone else's genealogy? Perceptions of ancient cultural heritage, public policy and collective memory in Portugal. Special Issue: Public Archaeologies of the Ancient Mediterranean (ed. A. Dakouri-Hild).

- Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 5 (3-4): 287-310.
- Pappa, E. 2020a. *Tropicalismo* in classics. Contemporary Brazilian approaches to the value of classical antiquity in research and education. *Journal for Critical Education Policy Studies* 18(2): 358-408.
- Pappa, E. 2020b. The far western Mediterranean. In: Lemos, I.S.; Kotsonas, A. (Eds). *A Companion to Early Greece and the Mediterranean*. Vol. 2. Wiley-Blackwell, Oxford, 1325-1348.
- Parisinou, E. 2000. *The Light of the Gods. The Role of Light in Archaic and Classical Greek. Cult.* London: Duckworth.
- Pavan, A.; Schenk, H. 2012. Crossing the Indian Ocean before the *Periplus*: a comparison of pottery assemblages at the sites of Sumhuram (Oman) and Tissamaharama (Sri Lanka). *Arabian Archaeology and Epigraphy* 23: 191-202.
- Pearse, R. 2001. Porphyry, Macarius Magnes, and Hoffman. A review of R. Joseph Hoffmann, Porphyry's *Against the Christians*: The literary remains, Prometheus Books (1994). <https://www.roger-pearse.com/tertullian/rpearse/porphyry/hoffmann.htm>
- Pennachietti, F.A. 2006. *Three Mirrors for Two Biblical Ladies: Susanna and the Queen of Sheba in the Eyes of Jews, Christians, and Muslims*. Gorgias Press, Piscataway, NJ.
- Petit-Radel, M. 1815. Mémoire sur l'origine greque du fondateur d' Argos. *Mémoires de L' Institut Royal de France, Classe d' Histoire et de Littérature Ancienne* 2: 1-43.
- Pfälzner, P. 2012. Levantine kingdoms of the Late Bronze Age. In: Potts, D.T. (Ed.). *A Companion to the Archaeology of the Ancient Near East*. Vol. 2. Wiley-Blackwell, Oxford, 770-796.
- Plácido, D. 2002. La Península Ibérica: arqueología e imagen mítica. *Archivo Español* *De Arqueología* 75(185-186): 123-136. <https://doi.org/10.3989/aespa.2002.v75.131>
- Pococke, R. 1745. *A Description of the East and Some Other Countries*. Vol. II. W. Bowyer, London.
- Podany, A.H. 2022. *Weavers, Scribes, and Kings. A New History of the Ancient Near East*. Oxford University Press, Oxford.
- Porten, B.; Zadok, R.; Pearce, L. 2016. Akkadian Names in Aramaic Documents from Ancient Egypt. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 375: 1-12
- Ramalho, E.C.; Marrero-Díaz, R.; Leitão, M.; Dias, R.; Ramada, A.; Pinto, C.; 2020. Alfama springs, Lisbon, Portugal: Cultural Geoheritage Throughout the Centuries. *Geoheritage* 12 (74).
- Rauchenstein, R. 1860. Lysanders Proscriptionsliste. *Philologus* 15(1-3): 338-340
- Regev, D. 2021. *Painting the Mediterranean Phoenician. On Canaanite-Phoenician Trade-nets*. Sheffield: Equinox.
- Robert, E. 1546. *Libri in Officina Roberti Stephani Typographi Regij, Partim Nati, partim Restituti & Excuse*. Officina Roberti Stephani, Lutetia (Paris).
- Röllig, W. 1995. Onomastic and palaeographic considerations on early Phoenician arrow-heads. In: Fantar, M.H.; Ghaki, M. (Eds). *Actes du III Congrès International des Études Phéniciennes et Punique (Tunis 11-16 Novembre 1991)*. Vol. 2, Institut National du Patrimoine, Tunis, 348-355.
- Sakellariou, M. 1986. Who were the immigrants? In: Cadogan, G. (Ed.). *The End of the Early Bronze Age in the Aegean* (Cincinnati Classical Studies. New Series 6), Brill, Leiden, 125-138
- Sander, N.P.; Trénel, I. 1856. *Dictionnaire Hébreu-Français*. Bureau des Archives Israélites, Paris.
- Santana, A.; Arcos Pereira, T. 2006. Las dos islas Hespérides atlánticas (Lanzarote y Fuerteventura,

- Islas Canarias, España) durante la antigüedad: del mito a la realidad. *Gerión* 24(1): 85-110.
- Satraki, A. 2012. *Κύπριοι Βασιλείς από τον Κόσμο στο μέχρι το Νικοκρέοντα* (Αρχαιογνωσία 9). Demetrios and Egli Botsasris Foundation, Athens.
- Scaliger, J.J. 1583. *De Emendatione Temporum*. Mamert Patisson pour Sebastien Nivelles, Paris.
- Seglins, V. 2016. Possible indications of prehistoric occupancy at the Madeira archipelago. In *16th International Multidisciplinary Scientific GeoConference (SGEM 2016); Water Resources, Forest, Marine and Ocean Ecosystems. Extended Scientific Sessions, Vienna, Austria, 2-5 November 2016* (SGEM International Multidisciplinary Scientific GeoConference 16, 3.3). International Multidisciplinary Scientific GeoConferences (SGEM), Sofia, 221-226.
- Shipley D.G.J. 2024. Avienus (Avienius), Ora maritima (The Sea Coast). In Shipley, D.G.J. (ed.), *Geographers of the Ancient Greek World: Selected Texts in Translation*. Vol. 2. Cambridge University Press, Cambridge, 889-920.
- Simon, R. 1682. *A Critical History of the Old Testament*. Walter Davis, London.
- Simons, S.J. 1937. *Handbook for the Study of Egyptian Topographical Lists Relating to Western Asia*. Brill, Leiden.
- Simonson, B.J. 2019. *Aramaic Names from Syro-Mesopotamian Texts and Inscriptions: A Comprehensive Study*. PhD diss., University of Boston. Boston University ProQuest Dissertations Publishing.
- Smith, W. 1854. *Dictionary of Greek and Roman Geography, Illustrated by Numerous Engravings on Wood*. Walton and Maberly; Murray, London.
- Sonnevelt, R. 2024. Aramaic names. In Waerzeggers, C.; Groß, M.M. (Eds). *Personal Names in Cuneiform Texts from Babylonia (c. 750–100 BCE): An Introduction*. Cambridge University Press, Cambridge, 121-138.
- Spanakis, S.G. 1957. Ανέκδοτος κατάλογος των 100 πόλεων της Κρήτης. *Κρητικά Χρονικά* 277-301.
- Taşkın, S. 2022. Possible coastal Luwian settlements in the northeast Aegean. In Hajnal, I.; Zangger, E.; Kelder, J. (Eds). *The Political Geography of Western Anatolia in the Late Bronze Age* (Archaeolingua Series Minor 45). Archaeolingua Foundation, Budapest, 315-330.
- Tosi A. 2020. *Language and the Grand Tour: Linguistic Experiences of Travelling in Early Modern Europe*. Cambridge University Press; Cambridge.
- Tsagalis, C. 2022. *Early Greek Epic Fragments* (Trends in Classics Supplement 129). De Gruyter, Berlin, Boston.
- Ulanowski, K. 2015. The metaphor of the lion in Mesopotamian and Greek civilization. In: Rollinger, R.; van Dongen, E. (Eds). *Mesopotamia in the Ancient World. Impact, Continuities, Parallels. Proceedings of the Seventh Symposium of the Melammu Project*. Ugarit-Verlag, Münster 255-284.
- Vallancey, C. 1772. *An Essay on the Antiquity of the Irish Language; Being a Collation of the Irish with the Punic Language*. S. Powell, Dublin.
- Vargas-Machuca, M. 1764. *Dell' Antiche Colonie Venute in Napoli ed i Secondi Furono gli Euboici*. Simoni, Naples.
- Verbrugge, G.; Wickersham, J.M. 2001. *Berosos and Manethos, Introduced and Translated: Native Traditions in Ancient Mesopotamia and Egypt*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Vonhoff, C. 2011. The Phenomenon of feasting in early Iron Age Cyprus. Bronze and Iron obeloi from Cypriot tombs as evidence for elite self-conception. Social networks and trans-Mediterranean cultural exchange. *Cahiers du Centre d'Études Chypriotes* 41: 133-152.

- Waal, W. 2022. Deconstructing the Phoenician myth. 'Cadmus and the palm-leaf tablets' revisited. *The Journal of Hellenic Studies* 142: 219-254.
- Wagenfeld, F. 1837. *Sanchuniathonis Historiarum Phoeniciae Libros Novem Graece Versos a Philone Byblio Edidit Latinaque Versione Donavit F. Wagenfeld*. Carol Schünemann, Bremen.
- Wasserman, N.; Bloch, Y. 2023. *The Amorites. A Political History of Mesopotamia in the Early Second Millennium BCE* (Culture and History of the Ancient Near East, Volume 133). Brill, Leiden.
- Watson, W.G.E. 2013. Loanwords in Phoenician and Punic. In: Loretz, O.; Ribichini, S.; Watson, W.G.E.; Zamora, J. Á. (Eds). *Ritual, Religion and Reason Studies in the Ancient World in Honour of Paolo Xella* (Alter Orient und Altes Testament 404). Ugarit-Verlag, Münster, 327-346.
- Whitmarsh, T. 2014. Prose fiction. In Clauss, J.J.; Cuypers, M. (Eds). *A Companion to Hellenistic Literature*. Wiley Blackwell, Oxford, 395-411.
- Wilkinson, T.C. 2014. *Tying the Threads of Eurasia. Trans-Regional Routes and Material Flows in Transcaucasia, Eastern Anatolia and Western Central Asia, c. 3000-1500 BCE*. Sidestone, Leiden.
- Woudhuizen, F.C. 2006a. *The Earliest Cretan Scripts*. Vol. 1 (Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft Sonderheft 125). Institut für Sprachen und Literaturen der Universität Innsbruck, Innsbruck.
- Woudhuizen, F.C. 2006b. *The Earliest Cretan Scripts*. Vol. 2 (Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft Sonderheft 129). Institut für Sprachen und Literaturen der Universität Innsbruck, Innsbruck.
- Woudhuizen, F.C.; Zangger, E. 2021. *Conversations about Space and Time Early Mediterranean Scripts*. Frederik Ege Yayinlari, Istanbul.
- Wylie, J.; Master, D. 2020. The conditions for Philistine ethnogenesis. *Ägypten und Levante* 30: 547-568.
- Zadok, R. 2024. Phoenician and Related Canaanite Names. In Waerzeggers, C; Groß, M.M. (Eds). *Personal Names in Cuneiform Texts from Babylonia (c. 750-100 BCE): An Introduction*. Cambridge University Press, Cambridge, 166-184.
- Zamora, J. Á. 2023. *Las Inscripciones de la Cueva Santuario de Es Culleram (Ibiza). Estudio Epigráfico a los 100 Años de su Descubrimiento* (Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera 84). Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera, Ibiza.
- Xella, P. 1995. Les sources cunéiformes. In Krings, V. (Ed.). *La Civilisation Phénicienne et Punique. Manuel de Recherche*. E.J. Brill, Leiden, 39-56.

Da energia vibrante da ancestralidade nas presas de um javali: Caça, artefatos de origem animal e povos indígenas no Brasil

Felipe F. Vander Velden *

VANDER VELDEN, F.F. Da energia vibrante da ancestralidade nas presas de um javali: Caça, artefatos de origem animal e povos indígenas no Brasil. R. Museu Arq. Etn. 41: 143-163, 2023.

Resumo: Este artigo explora as múltiplas conexões socioculturais e naturais materializadas em um colar indígena à venda na internet e que ostenta um dente de javali (*Sus scrofa*), espécie exótica invasora estranha à fauna nativa brasileira. Por meio da noção de artefato multiespécie, o texto discute noções de autenticidade, ancestralidade e indigenidade/indianidade, entre outras, tendo como pano de fundo a oposição entre nativo/autóctone e exótico/invasor, que segue aplicada, em paralelo, tanto aos povos indígenas no Brasil quanto aos animais e outros seres não humanos. Assim, o que acontece quando um povo indígena no Nordeste do país, os Kariri-Xokó em Alagoas, na sua luta por uma indianidade autêntica e nativa e por melhores condições de existência, passa a produzir peças de arte/artesanato com partes de um animal não nativo (e ainda cercado por inúmeras controvérsias político-ecológicas)? Aqui, argumento que artefatos como esses podem ser muito úteis para reflexão sobre distintas camadas de sentido sociocultural e biocultural, especialmente àquelas vinculadas às relações entre coletivos humanos e seres outros-que-humanos, uma vez que tais objetos frequentemente parecem materializar relações diversas – caça, domesticação, familiarização, coleta, convívio, dominação, exploração, entre outras –, que nos informam sobre posições cosmológicas, interações técnicas, considerações éticas e percepções estéticas de animais e plantas, que se desdobram em contextos específicos de interação que constituem complexas paisagens biosocioculturais.

Palavras-chave: Artefato; Javali; Kariri-Xokó; Indianidade; Multiespécie.

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <fvander@ufscar.br>

O dente do animal é uma referência de seu poder
Dito Kariri-Xocó apud Fernandes (2013: 72).

Introdução¹

Há tempos a antropologia e os estudos de cultura material debruçam-se sobre as transformações operadas nas artes e artefatos indígenas após o contato com os não indígenas e os objetos e materiais exóticos com e por eles introduzidos. Certas modificações nos conjuntos técnicos e estéticos nativos chamam a atenção do mundo das artes indígenas, tais como o extenso uso de novas matérias-primas – ou seja, ausentes nas terras baixas sul-americanas antes do contato, como as miçangas de vidro (Lagrou 2016) e corantes artificiais (Barbosa 1991) –, o desenvolvimento ou adoção de novas tecnologias, formas e padrões morfológicos e decorativos e o direcionamento de parte da produção para atender mercados (como o do turismo) cujos gostos e preferências nem sempre coincidem com as técnicas e estéticas indígenas tradicionais (Fénelon-Costa & Monteiro 1971; Grünwald 2001; Müller 2017: 64-80; Ribeiro 1983; Siqueira Jr. 1992b; Vander Velden 2011)². Menos atenção, contudo, vem sendo dada à incorporação pelos povos indígenas nas terras baixas sul-americanas de matérias-

primas provenientes dos corpos de seres não endêmicos, notadamente animais, introduzidos pós-conquista³. Embora exista hoje em dia – e para citar apenas alguns exemplos – uma riquíssima arte plumária feita com penas de galinhas e outras aves domésticas (perus, patos e pavões), assim como o belíssimo uso que fazem, por exemplo, os Kadiwéu de couros e ossos bovinos (Siqueira Jr. 1992a, 1992b), ainda são escassos os estudos sobre essa arte inovadora que acrescenta partes de corpos de animais exógenos, tendo-se em vista não somente a qualidade perspectivista das relações com os animais, mas igualmente a agência dos próprios materiais empregados na confecção artesanal, que estão muito longe de serem coisas inertes e com manipulação desprovida de perigos e efeitos sobre aqueles que os produzem, manuseiam e/ou utilizam (Barcelos Neto 2002; Ferreira 2014; Velthuis 2003, 2009; Vander Velden 2011).

Nos últimos anos, como parte de uma pesquisa mais ampla, venho pensando a questão das múltiplas formas de incorporação dos animais exóticos – de origem eurasiática ou africana introduzidos nas terras baixas sul-americanas – do ponto de vista dos inventários de culturas materiais indígenas (Vander Velden 2020a, 2020b). Minha sugestão é que, como *artefatos multiespécies*⁴, peças confeccionadas com parcelas, subprodutos ou substâncias corporais desses seres exóticos podem nos informar muito sobre o histórico dos contatos e sobre os processos de integração

1 Versões iniciais deste artigo foram apresentadas em dois eventos. Primeiro, ele foi discutido, em outubro de 2021, pelo(a)s pesquisadore(a)s do Humanimalia – Antropologia das Relações Humano-Animais da UFSCar, a quem dirijo agradecimentos, especialmente para Luisa Fanaro, Sarah Moreno, Izadora Acypreste, Ariane Vasques, Gabriel Sanchez e Matheus Pereira da Silva. Em seguida, o texto foi debatido numa mesa na XIII Semana de Antropologia e Arqueologia da UFPR, realizada em 16 de novembro do mesmo ano, e por esta oportunidade, bem como pelas sugestões ali surgidas, agradeço a Miguel Carid Naveira, Rogério Rosa, João Pedro Russo e Felipe Kamaroski. Por fim, agradeço também a leitura crítica e generosa de Andréa Osório. Caetano Sordi iluminou o artigo com algumas ideias preliminares.

2 Noto que a produção indígena destinada aos mercados não difere, necessariamente, daquela produzida para o uso interno dos próprios povos indígenas, embora tenhamos vários exemplos de que isso acontece, muitas vezes em função da própria natureza do artefato (Barcelos Neto 2009: 148).

3 A rigor, eu deveria dizer que pouca atenção foi dada às matérias-primas de origem animal empregadas na confecção de objetos indígenas desde o ponto de vista de sua materialidade e do que ela pode significar em termos ameríndios (agência, poder de contágio, vetor de troca de perspectivas e por aí vai). Sabemos muito pouco sobre o que são, por exemplo, penas e plumas, garras e dentes, ou peles e couros – exceto, de maneira genérica, que funcionam como “roupas-corpos” ou “ferramentas/armas” dos animais, sendo, assim, operadores de perspectiva (Viveiros de Castro 1996: 132-133). Mas o que dizer de ossos, dentes, pelos, nervos, cornos e chifres e outros materiais amplamente empregados nas artes e nas tecnologias ameríndias?

4 O termo faz clara referência à noção de etnografia multiespécie proposta por Kirksey & Helmreich (2010). Voltarei a isso nas considerações finais deste artigo.

das exterioridades aos mundos ameríndios, além dos cativos e dos troféus de guerra – que, sabemos, já não existem mais (a não ser, talvez, virtualmente). Neste ensaio desejo discutir um caso ainda inédito nas minhas pesquisas: a incorporação de um animal considerado exótico invasor não domesticado, o javali (*Sus scrofa*), na arte de um povo indígena da região Nordeste do Brasil⁵.

Tendo como material de reflexão especialmente um anúncio de produto artesanal na internet, pretendo especular, a partir das informações disponíveis na página virtual em que o artefato é anunciado, sobre questões vinculadas às relações indígenas com espécies introduzidas no Brasil – tanto as definidas como exóticas invasoras (como o javali) como aquelas simplesmente não endêmicas (como o gado bovino) –, os questionamentos contemporâneos em torno da caça e o lugar que o imaginário em torno dessa atividade e do animal de presa, como formas apropriadas de relação que constituem o que é genuinamente indígena, ocupam na circulação de artes nativas no Brasil.

Colar Ossos De Javali Indígena Xamânico Umbanda

Na página virtual de uma conhecida empresa de comércio eletrônico encontramos, em 27 de julho de 2021⁶, o singular anúncio de uma peça até então inusitada de arte/artesanato⁷ indígena.

5 Aqui falamos do javali (*Sus scrofa*), espécie nativa da Eurásia e que foi introduzida, em sua forma “pura”, na América do Sul (Argentina e Uruguai) a partir de meados do século XX (Sordi 2017: 60-62). Muitos cronistas coloniais, e mesmo autores contemporâneos, usa(va)m referir-se às espécies de suídeos sul-americanas, o queixada ou porcão (*Tayassu pecari*) e o caititu, cateto ou porquinho (*Pecari tajacu*) como “javalis/jabalies” ou “porcos monteses” (Cristo 2018: 77). Talvez essa instabilidade na nomenclatura específica reflita algo das percepções indígenas desses seres, como veremos.

6 O anúncio não está mais disponível na web.

7 A distinção entre o que chamamos de arte ou de artesanato é complexa, mas não corresponde, em geral, a uma oposição reconhecida pelos povos indígenas, assim como não o é o contraste entre arte e artefato (Lagrou 2009;

Tratava-se de um colar descrito como “Colar Ossos De Javali Indígena Xamânico Umbanda”, no valor de R\$ 171,99⁸, confeccionado com uma presa de javali, além de outros elementos não humanos vegetais: sementes de olho-de-boi (*Dioclea violacea*) e de duas espécies não identificadas, e casca de coco (*Cocos nucifera*) trabalhada (Fig. 1).



Fig. 1. Peça indígena com osso de javali anunciada em comércio eletrônico.

Fonte: <<https://tinyurl.com/3vd3utww>>. Acesso em: 12/07/2021.

A descrição da peça, fornecida pelo anunciante, era a seguinte:

“Colar Ossos de Javali + Pulseira

Por tradição dos Kariri-Xocós, homens e mulheres usam acessórios com a presença de traços que mostrem suas origens. O colar de ossos é um dos que representam poder e ancestralidade. É mais um dos itens conhecidos entre eles, onde tem uma pessoa usando esse item, existe a energia vibrante dos Kariri-Xocós.

López Garcês et al. 2015). Neste artigo opto por empregar o termo *artesanato*, uma vez que o anunciante do colar que vamos analisar aqui faz referência aos “artesãos” (e não aos artistas) Kariri-Xokó.

8 O valor incluía uma pulseira, sobre a qual não nos deteremos neste artigo.

Por muito tempo, todo ano, a Aldeia se reúne em ritual e confraternização com Aldeias derivadas dos Kariris e organizam-se para divulgação de suas culturas pelo Brasil.

Artesãos, líderes xamânicos e guerreiros viajam pelo país disseminando cultura, assim muitas vezes em lugares distantes da Aldeia, encontraremos pessoas usando itens com traços indígenas Kariri-Xocó.

Hoje com o crescimento do e-commerce, páginas empresas como a nossa, já disponibilizam esses itens com tal energia e traços dos Kariri-Xocós.

[...] Material, medidas e peso aproximado:
Dente de resina, missanga/sementes, côco e linha
Comprimento 33cm
Peso 50g

Produzido pelos índios Kariri-Xocós da Aldeia localizada em Porto Real do Colégio em Alagoas.

Essa descrição apresenta algumas informações interessantes. Primeiro, de que se trata de artesanato do povo indígena Kariri-Xokó, que ocupa uma aldeia no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas (Mata 1999). Segundo, um evidente discurso de tonalidade místico-religiosa, no qual se fala em “poder e ancestralidade” representados pelo colar indígena e na “energia vibrante” do povo indígena que o fabricou, naturalmente comunicada à peça e, por conseguinte, ao seu portador, primeiro o povo Kariri-Xokó mas, na sequência, e, claro, após a compra, a qualquer pessoa que viesse a adquiri-lo e usá-lo. Tal discurso também fica evidente na chamada de abertura do anúncio, que afirmava se tratar de um colar “Indígena Xamânico Umbanda”, combinando, assim, elementos que Tavares dos Santos (2019) chama de uma “tradição integrada” entre os Kariri-Xokó. Por fim, a contraditória afirmação de que se tratava de um “dente de resina”: um dente de javali, afinal, feito de resina?

Uma olhada no diálogo entre o anunciante e seus clientes, na seção “Perguntas e Respostas” da mesma página do anúncio, mostrou que, naturalmente, a matéria-prima principal da peça, o dente do animal, foi questionada. Um dos potenciais compradores perguntou se era mesmo um dente ou se a peça é feita de acrílico, ao que o vendedor, identificado como Elementosdepoder, e localizado na vizinha cidade alagoana de Penedo, respondeu: “são ossos, resultado da caça para sobrevivência dos índios da aldeia Kariri-Xocós [sic]”; e acrescentou, respondendo a dois outros inquiridores, que são ossos naturais de javalis, “de animais de médio a grande porte, resultado de caça para sobrevivência dos índios Kariri-Xocós [sic]”. Tratava-se, afinal de um osso esculpido em formato de presa de javali? Não cabe, obviamente, decidir e muito menos julgar, mas tão somente observar que seriam ossos “naturais”, adquiridos a partir de atividade cinegética indígena, ou ao menos – se temos resina ou acrílico – de um material que mimetizava, por meio do discurso do vendedor, o dente do animal, seu formato e, sobretudo, sua origem na caça.

Parece haver um significativo interesse por verdadeiros ossos/dentes/presas de javali ou joias (biojoias) e outras peças confeccionadas com esse material, que se encontra disponível para venda em vários anúncios da mesma empresa de e-commerce⁹. Já tínhamos notícia de outras formas de *consumo* do javali (ver Sordi 2020): a circulação de carne e derivados (como linguiça) de javalis, além de espécimes taxidermizados na forma de troféus de caça (Sordi 2017b: 465; Guillard 2019: 84), mas boa parte dessa corria

9 Por exemplo: <<https://tinyurl.com/mwxtt5aa>> (Dente Natural Javali, Verdadeiro, Presa, Original, Pingente); <<https://tinyurl.com/yjxysetw>> (Colar Dente Javali Natural Raro E Único. Origem Peru); <<https://tinyurl.com/3mc7szf6>> (Presas de Javali Natural Para Artesanato, Jóias), entre outros. Presas de javali *in natura* para confecção de artesanato e joias são encontradas à venda em vários *websites*; por exemplo; <<https://tinyurl.com/bdhas2pd>> (10 pcs Brown Javali Dentes Naturais Osso Contas Pingentes Para Fazer Joias Diy Ornamentos Tribais Primitivos); <<https://tinyurl.com/3752smcv>> (colar de dente de javali), entre muitos outros que uma rápida pesquisa no Google apresenta (todos os acessos em 27/07/2021).

por vias não comerciais, fundados nas redes de familiares e amigos de caçadores legalizados, uma vez que a comercialização dos animais abatidos e seus subprodutos é vedada pela legislação, que prevê tão somente o *extermínio* da espécie (Sordi 2017a, 2020; Sordi & Moreno 2021). No Uruguai, onde o javali também é caçado – e há mais tempo –, come-se a carne – ainda que não seja das mais apreciadas –, mas o emprego dos ossos, dentes ou crânios como troféus, por exemplo, é virtualmente inexistente (Chouhy & Dabiezies 2020: 50). Contudo, temos agora o que parece ser um ativo comércio de presas dos javalis, no qual estão inseridos os Kariri-Xokó, praticando sua “caça para sobrevivência”. Veja-se, por exemplo, outro anúncio, este de presas *in natura* – “presas de javali com 8 cm em média”, a R\$ 55,00 a unidade –, divulgado pelo Facebook.



Fig. 2. Anúncio de presas de javali no Facebook (em 21 de março de 2019).

Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2842081932476260&set=a.893191517365321ok>>. Acesso em: 14/12/2023.

Uma questão se impõe de partida: a caça, como sabemos, é permitida no interior das terras indígenas como forma de subsistência e para a produção de artes tradicionais; não obstante, os povos indígenas não podem comercializar os artefatos confeccionados com partes de corpos de animais da fauna *nativa* fora de seus territórios, o que implica na infração da Lei nº 9605/2008, a chamada Lei de Crimes Ambientais (Vander Velden 2018). Contudo, conforme dito acima, o javali, de acordo com as ciências biológicas (a história natural), não é uma espécie da fauna

do Brasil, mas o que se denomina exótico invasor, que, segundo a legislação vigente, tem seu abate autorizado para controle/manejo da população e da expansão desse animal, assim como do “javaporco”, cruzamento do javali com porcos domésticos (Guillard 2019; Sordi 2017a, 2017b). Assim sendo, qual a necessidade do anunciante afirmar que se trata de um dente genuíno de um animal caçado “para sobrevivência dos índios Kariri-Xocós”? Trata-se, a meu ver, da manifestação da caça como expressão de uma indigenidade verdadeira, que se comunica à peça artesanal como então autenticamente indígena, plena de ancestralidade tribal, energia e poder. A caça produz ancestralidade¹⁰. Povos indígenas devem ser, por definição, caçadores – sua transformação, por conseguinte, devia passar pela supressão da caça como atividade crucial para subsistência desde o período colonial (Baptista 2004) –, mesmo que os próprios Kariri-Xokó já praticamente não cacem mais.

Os Kariri-Xokó

Os Kariri-Xokó são uma população indígena composta por cerca de 2.300 pessoas, que ocupam uma terra indígena homônima de 4.419 hectares¹¹, situada na região do baixo rio São Francisco, no município de Porto Real do Colégio, em Alagoas (Mata 1999). Resultantes dos complexos fluxos e movimentos populacionais que percorreram essa zona desde

10 É preciso ter em mente que a IN nº. 3/2013 (sobre a qual falaremos mais adiante) proíbe o comércio de produtos e subprodutos oriundos da caça ao javali (o que constituiria “caça profissional, proibida no Brasil desde a Lei de Fauna de 1967). Assim sendo, a oferta deste colar é, por definição, ilegal, e ele acaba, então, por sofrer o mesmo efeito que a proibição do comércio de produtos originários de espécies nativas opera sobre os povos indígenas: pode-se caçar/abater, mas não se pode vender/comprar os animais e suas partes ou produtos. Desta forma, o que, no início, constitui uma separação entre o nativo e o exótico, acaba, no final, nos (sub)produtos da caça, fundindo ambos os polos num único interdito, que controla rigidamente a circulação dos corpos animais no Brasil.

11 Disponível em: <https://tinyurl.com/3c89pvtc>. Acesso em: 05/10/2021.

o século XVI, os Kariri-Xokó compartilham muito de suas práticas socioculturais, econômicas, religiosas, rituais e artísticas com outros povos indígenas do Nordeste brasileiro (Hohenthal Jr. 1960; Oliveira Filho 1998), especialmente com os Xokó em Sergipe e com os Fulni-ô em Pernambuco (Mata 2014). Não tenho a intenção nem a competência para apresentar ou discutir a história e a etnografia do povo Kariri-Xokó, e por essa razão indico ao leitor e à leitora alguns excelentes estudos monográficos realizados¹². Quero aqui concentrar-me em um aspecto particular de sua situação atual: a caça e a relação com os animais silvestres que compartilham seu território.

Com efeito, Mata (2014: 113-115), em pesquisa realizada nos anos 1980, registra que os Kariri-Xokó caçavam na área do território do ritual sagrado do Ouricuri, e menciona relatório do SPI de 1965, que diz que os “índios ainda caçam em regiões longínquas do Posto: aves, preás, coelhos, veados” (Mata 2014: 115). Mais recentemente, Marinho da Silva (2004: 21) observa que o grupo pesca e caça artesanalmente: eles “caçam aves, pequenos mamíferos e lagartos. Mas, infelizmente, a pesca e a caça estão sendo gradativamente comprometidas pela escassez de animais e peixes na região”.

A degradação ambiental nessa região de colonização bastante antiga, que provoca a rarefação dos animais de presa, associa-se à organização socioeconômica dos Kariri-Xokó nos dias de hoje, cujo “cotidiano é muito semelhante ao das populações rurais de baixa renda que vendem sua força de trabalho nas diferentes atividades agropecuárias da região” (Mata 1999). De fato, nas palavras dos próprios indígenas, teiús, tatus e preás caçados constituem tão somente “alimentos para matar a fome” (Fernandes 2013: 105), indicando que a caça de fato representa contribuição apenas marginal para a subsistência Kariri-Xokó. No sítio eletrônico em que o artista Kariri-Xokó Kayrrá divulga seus trabalhos, afirma-se, para concluir, que “não existe mais a caça

de animais, pois a floresta já não possui a abundância de antigamente”¹³.

Não obstante, não se caça apenas para comer, é óbvio. E assim, no dente ou nos ossos dos javalis, a caça encontra a produção artesanal como atividade econômica relevante no baixo São Francisco indígena:

Atualmente, eles [os Kariri-Xokó] vêm produzindo uma grande variedade de artesanatos: colares, pulseiras, maracás, lanças, cachimbos (xanduca) e diversos objetos em barro e madeira. A venda é feita em pontos turísticos de Aracaju (SE). Aproveitam também para comercializar nos lugares em que fazem apresentações e na aldeia para grupos de estudantes que frequentemente os visitam (Marinho da Silva 2004: 21).

O trecho menciona colares, mas nada diz sobre aqueles eventualmente confeccionados com parcelas de corpos de animais, e muito menos sobre os javalis que, muito curiosamente, em sua veloz disseminação pelo território brasileiro, parecem ainda não ter alcançado Alagoas. O *Relatório sobre áreas prioritárias para o manejo de javalis: aspectos ambientais, socioeconômicos e sanitário* (Batista 2019) não registra a presença desses animais asselvajados naquele estado, embora recolha relatos sobre os javalis em municípios próximos da Bahia setentrional (e mesmo em algumas cidades já em Pernambuco, mais ao norte), e defina alguns municípios alagoanos como áreas com prioridade “extremamente alta” e “muito alta” para intervenções, visando a prevenção da ocorrência da espécie, ainda que entre elas não figure Porto Real do Colégio (Batista 2019: 22-27).

Contudo, naturalmente neste artigo não se trata de conferir se o javali chegou ou não ao território Kariri-Xokó (ele pode ter chegado, mas sua presença ainda não ter sido oficialmente reconhecida), e nem se eles estão efetivamente abatendo esses animais – tendo-se em vista, conforme mencionado, que se caça

12 Marinho da Silva 2004; Mata 2014; Mota 1996, 1997, 2007.

13 Disponível em: <<https://tinyurl.com/2acrb4mp>>. Acesso em: 13/10/2021.

muito pouco na região. Não obstante, se a indianidade está atrelada à prática cinegética, é preciso ao menos dizer que se caça. Minha intenção é compreender como uma indianidade Kariri-Xokó pode se expressar por meio da caça e aproveitamento de uma espécie definida, pela zoologia e pela lei, como exótica invasora, o javali, e do artesanato com seus dentes ou ossos. O ponto parece residir na possibilidade de transformação do próprio javali em uma espécie nativa: se tomamos a sugestão de que, nos “mundos altamente transformacionais” ameríndios (ver Rivière 1995: 192), adornos corporais – como componentes das distintas *roupas-corpos* dos seres (ver Viveiros de Castro 1996) – constituem formas de modular perspectivas, um dente exótico montado em um artefato Kariri-Xokó não pode deixar de ser, afinal, exótico?

O javali, um exótico que se nativiza?¹⁴

Ao longo da história do Brasil, conhecemos vários relatos de animais introduzidos – sobretudo de grandes herbívoros domésticos, como bois e cavalos – que são recebidos nos encontros iniciais e tratados pelas populações indígenas como animais de caça (Melatti 1967). Como afirmou, por exemplo, Emilio Rivasseau (1941: 67) sobre os Guaykurú (Kadiwéu), no atual Mato Grosso do Sul, com o gado

orelhudo, não marcado, que se espalhava pelo pantanal mato-grossense e “era gado de ninguém, era de todos, era gado bravo, era como bicho”, configurando-se, assim, como um novo animal de presa (caça) para os grupos indígenas naquela região. Sabemos, ademais, que nos sertões do Nordeste colonial os diversos grupos genericamente conhecidos como Tapuia constantemente abatiam animais dos rebanhos bovinos que se expandiam pelas ribeiras do interior com a conquista, o que acabou por se tornar um dos motores das cruentas guerras movidas contra esses povos (Puntoni 2002). Processos como esses apontam para a possibilidade de o javali asselvajado ser percebido como uma nova qualidade de presa, ao mesmo tempo em que confundem a própria dicotomia entre espécies *nativas* e *exóticas*, cuja oposição, se clara desde um ponto de vista ecológico, é um tanto menos evidente se consideradas as perspectivas indígenas sobre o fenômeno (Helmreich 2005; Trigger 2008; Trigger *et al.* 2008).

Virtualmente todos os povos indígenas no Nordeste do Brasil utilizam penas para a confecção de cocares e indumentárias tradicionais, mas atualmente trata-se em sua maioria de penas de galinhas (*Gallus gallus*) ou perus (*Meleagris gallopavo*) domésticos – aves exóticas –, como aquelas usadas, por exemplo, pelos praiás Pankararu (Pinto 1958: 45-47). Alguns grupos, como os Kambiwá, fabricam e utilizam “pequenos cocares industrializados, feitos com tecido e penas de galinha tingidas artificialmente, adquiridos de modo geral pelos blocos carnavalescos como adereços de fantasia” (Barbosa 1991: 82, 1999). Ou seja: as penas exóticas são facilmente transpostas para os artefatos nativos – cocares, espécie de ícone artefactual da indianidade, assim como arcos e flechas (Mata 2014) –, nativizando-se, por assim dizer, por meio de técnicas indígenas e da imantação desses objetos com o brilho da ancestralidade ameríndia. Vale lembrar, como vimos, que os grupos Tupi do litoral da América portuguesa no século XVI já tingiam penas de galinhas brancas com o vermelho vegetal do urucum (Due 2002: 192-193; Vander Velden 2012), e vários grupos amazônicos

14 Com o termo *nativizar* estou me referindo a processos de relação com espécies animais que, embora consideradas exóticas ou alóctones pela Zoologia ou História Natural, são consideradas *nativas*, existentes “desde sempre” (e, assim, figurando, por exemplo, nas narrativas sobre os tempos antigos, que a antropologia denomina usualmente de *míticas*), ou não tendo sido trazidas ou introduzidas com a chegada da colonização europeia/não indígena. Assim sendo, nativizar não se refere a um processo (histórico) que parte do reconhecimento do exógeno inicial e sua posterior aclimação – embora certas tecnologias podem ser pensadas como operando tal passagem, como a mitologia como compreendida por Lévi-Strauss (1993) – mas serve para descrever o descompasso entre aquilo que as ciências biológicas compreendem como estrangeiro e os povos indígenas descrevem como autóctones. Como é amplamente sabido, os estudos antropológicos sobre relações entre humanos e animais necessariamente transitam pelas tensas fronteiras interdisciplinares, mas é por isso mesmo que se tornam tão interessantes, ao oferecer, como neste caso, a possibilidade de críticas às oposições entre (seres) nativos e exóticos.

atuais empregam fartamente penas de galinhas e parcelas de corpos de outros animais exóticos em sua arte, como os Karajá (Ferreira 1983), os Wayana (Velthem 2003: 211-212), os Rikbatsa (Arruda 2019: 193) e os Karitiana (Vander Velden 2018: 163-213), entre outros.

Essa incorporação de matérias-primas provenientes de espécies exóticas às artes, artesanatos e tecnologias indígenas talvez aponte para o que poderíamos denominar *processos de nativização* de seres alóctones, fenômeno documentado em vários contextos de encontro entre índios e animais introduzidos no Brasil e que convida a relativizar, conforme disse acima, a oposição entre nativo e exótico. Os Xukuru, no agreste pernambucano, por exemplo, sustentam que as tilápias – peixes ciclídeos de origem africana – de uma represa local são nativas da região (Lira 2016: 173). Os próprios Kariri-Xokó, nossos interlocutores privilegiados neste artigo, parecem ser especialistas em nativizar ou indigenizar seres exógenos. Conforme Clarice Novaes da Mota (2007: 145):

Dentro dos limites do Ouricuri, a maioria das espécies botânicas foi naturalizada e outras são nativas, mas ainda assim elas representam os ancestrais, das *Menthass* às *Mimosas*. Não importa: as árvores são metáforas da vida nativa, o que significava ser um índio – subvertendo a ordem social de discriminação e escassez econômica. Como eles próprios, a flora foi miscigenada e naturalizada, como estrangeiros que se tornam ‘ancestrais nativos’, tal como foi exigido pela ideologia da ancestralidade.

Se tornam nativas as plantas empregadas em seu ritual mais importante, não poderiam estar os Kariri-Xokó agora nativizando ou indigenizando os javalis, caçando esses animais desde tempos imemoriais e utilizando suas valiosas presas para a confecção de adornos que asseguram a vibrante ancestralidade desse povo indígena? Ao tomar o dente incrustado no colar como materialização artesanal “da energia e traços dos Kariri-Xocós [sic]”,

não é precisamente isso que estão fazendo?

Em certo sentido, tornando, ao fim e ao cabo, esse suídeo estrangeiro (do ponto de vista zoológico ou ecológico) em um suídeo nativo, tanto quanto queixadas e caititus? Vê-se que meu argumento espelha outro, veiculado em trabalho anterior (Vander Velden 2012), no qual sustentei que os Tupi costeiros do século XVI, que coloriam penas de galinhas brancas fervendo-as com urucum para, dessa forma, incorporá-las aos famosos e belíssimos mantos de penas rubras de guará (*Eudocimus ruber*), estavam efetivamente transformando galinhas (exógenas) em guarás (autóctones), por meio de uma operação sobre as roupas-corpos das aves. Uma tecnologia metamórfica, portanto, que age por meio da nativização do ser e do material estrangeiros, tornando-o, ao fim e ao cabo, nativo.

Dispomos de pouquíssimas informações sobre a presença e a caça de javalis e o aproveitamento de sua carne e subprodutos em terras indígenas – concentradas em terras indígenas do povo Kaingang no Paraná, que vem presentemente caçando este animal (Mello 2015: 65; Kumekao, Piotto & Uvupuru 2022: 225) –, porque os “esforços de amostragens em terras indígenas, por exemplo, são muito escassos” (Brasil 2017: 28). Contudo, é plausível supor que eles já estejam ocorrendo em escala significativa, dada a feralização e enorme dispersão desse animal exótico pelo território nacional¹⁵ e os múltiplos impactos que a espécie vem produzindo em diversos âmbitos, como na agropecuária, na legislação e na formação de um contingente de caçadores e apreciadores de armas de fogo (os chamados CACs, Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores), cujo crescimento suscita alguma preocupação (Sordi 2017a, 2020). De todo modo, minha tarefa neste ensaio é compreender como, nesse quadro, o javali, animal exótico invasor, pode ser, por meio de um dente

15 Uma notícia da *Rádio Nacional da Amazônia*, de 16/08/2019 (reproduzida em CIMI 2020: 93) menciona a descoberta, por agentes do Ibama e da Funai, de um criadouro ilegal de javalis, “uma das piores espécies exóticas invasoras do mundo”, no interior da Terra Indígena Pequizar do Naruvoto, do povo Naruvoto, vizinha ao Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso).

montado em um colar, chamado a representar “poder e ancestralidade” Kariri-Xokó, assim como entregar ao seu portador “a energia vibrante” desse povo indígena alagoano. Detenhamo-nos, entretanto, um pouco mais nos javalis.

Sabe-se que na Eurásia o javali – com outros animais de grande porte, como cervos e ursos – constitui-se animal simbolicamente muito potente (Hell 1997; Pastoreau 2015), cuja caça era (e, em certos casos, ainda é) considerada ao mesmo tempo uma das mais perigosas e mais valorizadas, justamente pelos riscos que incluía, sendo, por esta razão, uma caça real ou aristocrática por excelência (Allsen 2006: 165-166). No Brasil, como demonstra o trabalho de Caetano Sordi (2017a), na sequência do asselvajamento e da difusão da espécie pelo país a partir do território uruguaio, bem como da liberação de sua caça pela Instrução Normativa (IN) nº 3, de 31 de janeiro de 2013, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que autorizou a captura e abate do javali de vida livre em todo território nacional por tempo indeterminado, vem se formando toda uma complexa rede em torno da perseguição ao animal, a qual integra biólogos, ambientalistas, autoridades sanitárias, empresas de turismo, taxidermistas, comerciantes de armas e equipamentos, agricultores e pecuaristas e, claro, caçadores, em uma verdadeira “biogeopolítica do javali” (Sordi 2017a: 256-266). Mas o ponto a se ressaltar, no que tange aos meus objetivos aqui, é a definição do javali como espécie exótica invasora e como praga, conforme a IN nº 3:

[...] os javalis-europeus (*Sus scrofa*), em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, são animais exóticos invasores e nocivos às espécies silvestres nativas, aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária e à saúde pública (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis 2013).

É esse caráter *estrangeiro, exótico*, além de *nocivo* que autoriza seu abate, ao contrário de todas as demais espécies animais da “fauna silvestre, nativos ou em rota migratória” com ocorrência no país, as quais não se pode “matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar”, conforme determina o artigo 29 da também já referida Lei de Crimes Ambientais (BRASIL 1998). Os povos indígenas, assim como qualquer pessoa habilitada (existem certos protocolos a serem seguidos para obtenção de licenças para a caça ao javali), podem, portanto, caçar javalis, único animal de grande porte cuja caça é autorizada no Brasil. Por que, então, Elementosdepoder, nosso anunciante, teve de afirmar que o dente que adornava seu colar era “resultado da caça para *sobrevivência*” (meu grifo) do povo Kariri-Xokó? Por que, aliás, ainda um outro anunciante na mesma plataforma de comércio eletrônico (este localizado em Farroupilha, no Rio Grande do Sul) precisou asseverar, ao propagandear um pingente confeccionado com “Dente Real de Javali (natural e original)”, ser “**IMPORTANTE:** Dente encontrado na natureza. Nenhum animal foi ferido ou morto para aquisição do material”?¹⁶ Certamente premidos por movimentos de defesa animal contrários à caça do javali, ambos os comerciantes precisam destacar a *caça de subsistência* ou a *não violência* para legitimarem suas peças. Deixo de lado o vendedor gaúcho, voltando-me para a caça Kariri-Xokó, esta que produz dentes de javalis com sua “energia vibrante”.

Dentes da moda

Por razões variadas, dentes (de animais e de humanos) parecem fascinar populações humanas e são muito empregados na confecção de adornos corporais mundo afora, incluindo amuletos com “poderes mágicos” (Skoda 2012). Talvez esteja em jogo a incomum durabilidade desse elemento, além de sua frequente associação com a destruição, a predação e a

16 Disponível em: <<https://tinyurl.com/mwxrt5aa>>. Acesso em: 20/04/2021.

devoração, que seriam explicadas por uma ancestral e paradoxal atração humana pelos grandes predadores devoradores de humanos (Quammen 2007), o que se revela, por exemplo, no artesanato (sobretudo cordões e colares) feitos com dentes de tubarão famosos na cidade de Recife (PE), cujas praias têm sido há alguns anos assoladas por uma série de maus-encontros fatais entre banhistas e esses grandes predadores marinhos (Silva & Nascimento 2019: 73)¹⁷. Tratando especificamente das presas de porcos, esses são objetos altamente apreciados e de alto status, por exemplo, na Nova Guiné, Melanésia e partes do Pacífico – sobretudo quando são curvadas até darem três voltas dentro da boca do animal (Bedford 2018). Na Europa as afiadas presas de javalis, sobretudo de grande machos, são utilizadas como adereços corporais e para outros usos cotidianos e rituais há milênios (Kashina & Macãne 2020). No caso das recentes relações com os javalis ferais no Brasil, Sordi (2017a: 182-189) mostra como as presas dos javalis são percebidas pelos caçadores gaúchos como “lâminas”, usadas tanto como “ferramentas” quanto como “armas” pelo animal, constituindo parte proeminente de sua anatomia. Assim, ainda que não sejam, a rigor, predadores estritamente carnívoros (em geral caçam apenas pequenos animais), grandes javalis com presas salientes são, de fato, criaturas perigosas e potencialmente mortais.

Não é diferente nos mundos ameríndios sul-americanos. Em sua ampla análise do artesanato indígena, Berta Ribeiro (1988: 188) assevera que “dentes de mamíferos são amplamente empregados na confecção de colares e cintos”. Infelizmente não existem muitos estudos que focalizam especificamente os dentes de animais como matérias-primas, ainda que Chaumeil (1985) ofereça algumas pistas sobre a relevância e as qualidades deste material singular, embora esteja mais interessado nos dentes humanos perseguidos pelos Yagua em suas antigas guerras contra

povos originários vizinhos no leste da Amazônia peruana. De todo modo, é muito interessante que dentes de animais exógenos introduzidos pelos não índios também tenham sido empregados na produção de certos adornos indígenas, como aqueles registrados pelo naturalista austríaco Johann Natterer, que observou, no início do século XIX, que os Bororo matavam cavalos e bois em ataques aos brancos para cortar caudas e crinas e extrair dentes que levavam para confecção de ornamentos, sobretudo colares (Natterer 2014: 209-216), hoje integrantes da coleção do Weltmuseum em Viena, Áustria.

Esse valor conferido aos dentes deve explicar as inquiuições de alguns dos possíveis clientes do nosso artesão/comerciante. Se o material da peça é identificado no anúncio como “dente de resina”, boa parte das perguntas direcionadas pelos interessados busca comprovar a autenticidade do produto: afinal, dente mesmo ou resina? Ao que parece, pela resposta do anunciante, trata-se, na verdade, de “ossos naturais de javalis” (meu grifo), ou seja, de um osso esculpido no formato de um dente. Pouco importa, ao fim e ao cabo, se é dente ou osso, contanto que seja “natural”, oriundo, como vimos, “da caça para sobrevivência dos índios da aldeia Karirí-Xocós [sic]”. Mas é importante, sem dúvida, que o osso, além de natural, também seja trabalhado no formato de uma presa e assim apresentado – mesmo que o artefato seja composto de resina. Consumidores querem, evidentemente, dentes de verdade – ou, ao menos, algo no formato de uma presa –, e é certo que sua origem na caça funciona como um índice do artesanato genuinamente indígena, agregando aquilo que Peter Schröder (2003: 97-98) chamou de *capital simbólico* “do indígena”, um dos requisitos necessários para o mínimo sucesso dos produtos oriundos dos povos indígenas no Brasil¹⁸. Os Karirí-Xokó sabem disso quando afirmam que “os dentes dos animais selvagens da natureza transmitem a energia dos bichos para aquele que os possui” (citado em Fernandes 2013: 70-72). É exatamente

17 Não deixa de ser curioso que, na tentativa de “desmistificar a ideia de que o tubarão é um animal terrível”, como dizem as mesmas autoras, aposte-se na exibição museológica e na circulação justamente dos dentes, a porção mais icônica do predador.

18 Eu mesmo fui (e sou) “vítima” deste zelo pela autenticidade, como mostrei em Vander Velden (2011).

isso que diz o anúncio que analisamos aqui – “onde tem uma pessoa usando esse item, existe a energia vibrante dos Kariri-Xocós” –, com uma adição: quem comprar e usar o colar adquire, ao mesmo tempo, a “energia dos bichos” e a “energia vibrante dos Kariri-Xokó”. Duas “energias” complementares por R\$ 171,99! Eu diria que o feliz comprador apenas poderá adquirir a energia dos Kariri-Xokó por meio da energia do bicho originário da atividade cinegética de subsistência.

Arte, religião e os Kariri-Xokó

Voltemos agora ao contexto de circulação de peças artesanais como o “Colar Ossos De Javali Indígena Xamânico Umbanda”. Onde, em qual público, em que mercado, afinal, esse colar de dente de javali se inseria, uma vez que se encontrava à venda em um conhecido e muito utilizado *website* de comércio eletrônico? Por que ele aparecia sendo comercializado no Mercado Livre, associado a um povo indígena específico, e veiculando um tipo muito particular de mensagem, que falava em “poder e ancestralidade” e em “energia vibrante” disponíveis para aquisição, bastando, para isso, alguns cliques no mouse do computador e um cartão de crédito?

Note-se que o texto que acompanhava a divulgação da peça na internet informava que “[a]rtesãos, líderes xamânicos e guerreiros viajam pelo país disseminando cultura”, às vezes para “lugares distantes da Aldeia”, onde se poderá eventualmente encontrar “pessoas usando itens com traços indígenas Kariri-Xocó [sic]”. Tratava-se, assim, de uma forma de difundir “energia e traços” da cultura – do “poder e ancestralidade” – Kariri-Xokó para lugares e indivíduos de fora da terra indígena desse povo, por meio do comércio da arte indígena. De fato, temos notícias de que práticas de cura e o xamanismo Kariri-Xokó vêm há tempos sendo procurados pela população não indígena de Porto Real do Colégio e arredores (Marinho da Silva 2000: 315, 334; Martins 2000: 303). “O crescimento do e-commerce [sic]” – como asseverava o

anunciante – permite que esses “traços” transbordem as fronteiras da região alagoana do baixo São Francisco e se espalhem amplamente por outras partes do território nacional.

O fenômeno de xamãs e outros especialistas médicos e rituais indígenas atuando em cidades e entre populações urbanas vem crescendo no Brasil nas últimas décadas (Carneiro da Cunha 1998). Numerosos autores e autoras têm se interessado pelas transformações do xamanismo e da medicina tradicional – o que inclui mesmo a reconfiguração de certos artefatos de uso ritual (Bomfim 2021: 137-141), tema que nos interessa mais de perto – no encontro com uma clientela (em geral das classes médias) não indígena, assim como nos modos como saberes e práticas indígenas imbricam-se com movimentos socioreligiosos não institucionalizados, genericamente conhecidos como neoxamanismos ou xamanismos urbanos. Estes se inserem em circuitos esotéricos, neoesotéricos, místicos ou Nova Era, que, por seu turno, frequentemente se apropriam das assim chamadas “religiosidades indígenas” ou “espiritualidades nativas” (assim como de elementos das religiões de matriz africana, como sugere a inserção da “Umbanda” na denominação do nosso colar) como parte de seus repertórios de procedimentos, rituais e discursos (Fernandes 2018; Figueiredo 2018; Magnani 2005, entre outros). Magnani (2005: 221), por exemplo, observa que xamãs urbanos paulistas, que geralmente passaram por sua iniciação nos Estados Unidos, México e Peru – que parecem ser *loci* clássicos dos neoxamanismos contemporâneos –, vêm buscando mais recentemente a criação de “linha de continuidade com tradições dos ‘índios brasileiros’”, incorporando não apenas elementos dos saberes e práticas indígenas, como os próprios xamãs, pajés e líderes indígenas em pessoa. Os Kariri-Xokó estão também envolvidos com esse fenômeno, demonstrando que a circulação de sua cultura não acontece apenas por meio da comercialização de materiais imbuídos de “poder e ancestralidade”, como nosso “Colar Xamânico Umbanda”.

Em sua tese de doutorado, Figueiredo (2018) aponta que os Kariri-Xokó vêm “se apropriando deste fenômeno novo do Xamanismo urbano, e vindo para São Paulo a fim de oportunidades para apresentarem seus cantos, *venderem seu artesanato* e conduzirem cerimônias espirituais” (Figueiredo 2018: 71, meu grifo)¹⁹. Em cenários citadinos, segundo o mesmo autor, suas práticas passam por ressignificações introduzidas pelos círculos neoxamânicos, tornando as narrativas e discursos indígenas “muito mais ricos, e as metáforas muito mais vastas” (Figueiredo 2018: 71-72). É certamente nesse quadro que a indianidade Kariri-Xokó é exposta e renegociada, processos que conduzem à valorização de uma identidade indígena genuína fundada, por exemplo, na reafirmação da caça de subsistência como prática indígena tradicional (mesmo que virtualmente não se cace mais) e na apropriação e nativização da parte do corpo de um animal exótico que passa a servir, então, como índice material de uma arte autenticamente indígena. Nesse quadro, argumentar pela obtenção dos dentes de javali por uma “caça para sobrevivência” aponta para a putativa relação harmoniosa entre indígenas e natureza – o célebre “índio ecológico” (Hames 2007; Sáez 2018) –, na qual colhem-se matérias-primas “sempre respeitando a quantidade fornecida pela natureza, a sazonalidade, e a porção precisamente escolhida conforme a necessidade do momento”²⁰.

Seria possível argumentar que consumidores relacionados aos contextos

neoxamânicos estão interessados no acesso à potência desses objetos indígenas de origem animal, mas sem envolvimento direto com práticas cinegéticas que não aquelas julgadas autenticamente indígenas – ou seja, a caça para alimentação e usos tradicionais, mas não a caça ao javali, constituída legalmente como mecanismo de erradicação de uma praga exótica invasora? Como é de amplo conhecimento, “[a]s raízes dos movimentos neo-xamânicos estão ligadas a um contexto global mais amplo, no qual o indígena é objetificado como o ‘Outro primitivo’, como o detentor de um conhecimento primordial e ancestral” (Rose & Langdon 2010: 87-88). Por outro lado, não ocorreu a esses potenciais compradores que, afinal, tratava-se de uma peça indígena confeccionada com o dente de uma espécie estranha à fauna brasileira? Caberia um javali-europeu entre os “animais de poder” (Braga 2010; Goto & Ribeiro 2018) que integrariam um zoo panteão indígena sul-americano apropriado pelos movimentos xamânicos urbanos?²¹

Há, ainda, um último tópico que é necessário abordar. Com efeito, o anúncio fazia referência a um colar não apenas “Xamânico”, mas também à “Umbanda”. Já observamos a relação dos Kariri-Xokó com as religiões de matriz africana, mas cabe perguntar por que o anunciante qualifica sua peça como “Umbanda”. Marinho da Silva (2000: 321-322) observa que os Kariri-Xokó incorporaram “traços” de ritos afro-brasileiros por meio do contato com contingentes negros locais, mas que, não obstante, manifestam aversão e “intolerância forte às religiões afro”, distinguindo o que fazem do que dizem que se faz nos terreiros. Todavia, o colar que esteve à venda era uma peça cujo uso necessariamente dirigia-se para fora do contexto indígena de Porto Real do Colégio, ao passo que seu uso interno pode angariar outros sentidos não

21 Embora haja referências a praticantes de correntes neoxamanísticas “virando onça” (Braga 2010: 60, 112), boa parte dos praticantes têm, como “animais de poder”, animais da fauna boreal norte-americana (alces, ursos, lobos-cinzentos, águias-reais e outros), o que é condizente com práticas xamânicas inspiradas na América do Norte indígena, como as tendas de suor (Braga 2010: 161). O javali é de origem eurasiática.

19 Em seu *website* (<http://kayrrakaririxoco.com.br/>) o artista Kayrrá Kariri-Xokó oferece, além de artesanato, palestras, pintura corporal, oficina de confecção de maracás, rituais “para equilíbrio energético e espiritual”, limpeza xamânica, “massagem nativa” e guia para trilhas na mata (não somos informados em quais matas essas trilhas para explicar “um pouco dos conhecimentos sobre a natureza e seus ancestrais” ocorrem, mas o número de telefone fornecido para agendamento é de São Paulo; parece, assim, tratar-se de uma *mata genérica*). O artista não comercializa peças feitas com partes de animais, mas em algumas de suas fotografias disponíveis no mesmo sítio ele porta colares que parecem feitos de dentes e/ou ossos.

20 Kayrrá Kariri-Xokó, em <http://kayrrakaririxoco.com.br/meu-trabalho/artesanato-indigena/> (acesso em 13/10/2021).

necessariamente vinculados às religiões de matriz afro. Não tenho, infelizmente, elementos para uma análise mais aprofundada do tema, mas seria proveitoso perguntar se essa peça indígena não seria de interesse da umbanda por conta da presença das entidades chamadas de *caboclos*, os “donos da terra” (Santos 1995), “ancestral primordial e legítimo do povo brasileiro” (Tall 2012: 80)? Se assim for, o dente exótico do javali recebe mais uma camada de aclimação, por assim dizer, na sua já complexa rede de conexões: torna-se adereço do “primeiro ocupante da terra” (Tall 2012: 80), um autóctone, vinculando-se nos terreiros aos caboclos (com os povos indígenas) em um passado longínquo, certamente anterior à chegada dos não índios e seus animais exóticos – já que os caboclos, nas religiões de matriz afro, são também donos do mato e da “floresta selvagem”, que eles dominam desde tempos imemoriais (Tall 2012: 81). Quem o usa situa-se numa paisagem em que índios e negros se cruzam e se constituem mutuamente como ancestrais de poder na paisagem nativa do Novo Mundo.

Sobre ancestralidade e purificação

Pareceu escapar aos potenciais consumidores da peça Kariri-Xokó – interessados em artes nativas, nos donos da terra, nos animais de poder ou em qualquer outra fonte de “poder e ancestralidade” – o evidente paradoxo de que se tratava de um objeto ancestral, indígena e originário da caça, ofertado em um sítio de comércio eletrônico, forma mais moderna ou atual de se realizar transações comerciais. Nada contra, evidentemente, às (re)invenções promovidas pelos próprios Kariri-Xokó, tanto no que se refere ao canal de venda quanto no que tange às múltiplas camadas de sentido aderidas aqui à arte indígena: produzida por caçadores, conectada simultaneamente ao xamanismo e à umbanda, poderosa fonte de conexão com ancestralidades variadas, talvez à escolha do cliente. Tal movimento refere-se aos Kariri-Xokó “disseminando sua cultura”, conforme pregava o anunciante, para espaços e contextos em que

ela ao mesmo tempo descobre novos nichos para sua atuação, (re)validação e consumo (Carneiro da Cunha 2009). É certo que os Kariri-Xokó estão (re)inventando sua cultura, mas é também correto ponderar que ela está também sendo (re)inventada pelo espectro de potenciais compradores e portadores – provavelmente não indígenas, urbanos e de classe média²² – do colar, que imaginam a caça de subsistência como forma lícitamente indígena de produzir artefatos, cujo componente animal pode vir a expressar o javali como animal de poder de quem o usa²³. As complexidades dessa *invenção da cultura* (Wagner 2010) Kariri-Xokó, e indígena em geral, ficam claras no problema da autenticidade e se revelam na questão da ancestralidade.

De fato, é preciso ter em mente que essa “ancestralidade” que se queria “representada” pelo colar é uma construção complexa, que depende de um circuito que começa pela ação indígena (a caça) sobre um animal (definido ecológica e legalmente como exótico invasor), passa pela feitura do artefato por um artesão Kariri-Xokó, que combinava o animal com a tecnologia nativa para, assim, “impregnar” a peça com “poder e ancestralidade”, peça que seria, afinal, vendida a um outro “exótico invasor” (um não indígena de classe média urbana disposto a gastar quase duzentos reais) que iria, enfim, portar essa ancestralidade e esse poder oriundos tanto do animal predado quanto do universo indígena – combinação frequente, como se sabe, nas práticas e ideias de correntes tanto neoxamânicas quanto afro-brasileiras. Essa ancestralidade não é um dado, mas uma construção fundada tanto na relação cinegética quanto na noção de que os indígenas são os “donos da terra” e os verdadeiros conhecedores do poder.

Nesse circuito, é fundamental, então, que a história (natural) do javali como um não

22 O preço da peça à época, cerca de 170 reais, sugere que estava ao alcance apenas de interessados com certo poder aquisitivo.

23 Vários sítios eletrônicos brasileiros trazem informações do javali como animal de poder, animal espiritual ou animal totem, bem como as diversas simbologias a ele associadas (mas nas quais não consigo visualizar qualquer coerência, embora essa seja matéria para outro estudo). Ver, por exemplo, <<https://tinyurl.com/ykw9t7ta>>; <<https://tinyurl.com/5ba4j96d>> (todos acessados em 30/10/2021).

endêmico ou exótico invasor seja efetivamente apagada – embora ela resista, de certo modo, na afirmação de que se tratava de “caça para subsistência”, o que, conforme sugeri, “indigeniza” ou “nativiza” o animal. É como se, de fato, ao passar pelas mãos dos artesãos Kariri-Xokó, o javali fosse “purificado” (Latour 1991), de modo a perder seu caráter exógeno e tornar-se efetivamente uma presa de caça nativa que distribui “energia vibrante”. Mas essa operação ocorre sobretudo por parte dos próprios compradores, ligados a certas práticas místico-religiosas holísticas, neoxamânicas ou outras – porque, conforme sugerido, os Kariri-Xokó não parecem se importar com a origem do animal e nem mesmo com o fato de que o dente, afinal, pode ter sido confeccionado com resina ou acrílico. A originalidade e a ancestralidade, desse modo, são questões que incomodam os não indígenas, estes sim atentos ao genuinamente indígena, nativo, natural e ancestral, de que desejam se apropriar por meio de um colar. Assim, se a caça faz ancestralidade – em sua oposição à criação animal, por exemplo –, a arte indígena adiciona-lhe mais uma camada de poder ou energia. Uma ancestralidade difusa e genérica, obviamente, na qual tanto o animal (o javali) quanto os próprios Kariri-Xokó são purificados para significar o indígena, o antigo, o natural, o nativo – aquilo que, ao fim e ao cabo, porta e distribui “energia vibrante”²⁴.

É assim que, nesse “encontro entre culturas” – os artesãos Kariri-Xokó e os potenciais compradores não índios de suas produções –, uma terceira cultura é inventada, uma na qual o javali é espécie nativa, a caça produz o essencialmente indígena, práticas ameríndias e de matriz africana se plasmam em um artefato e o *e-commerce* se torna ferramenta eficaz na distribuição de artes nativas e de poderes e energias ancestrais. O próprio espaço da internet, configurado como um *lugar* habitado por múltiplos e variados atores conectados em uma sociabilidade “virtual” (Dornelles 2004), deve contribuir, ao seu

modo, para essa produção e circulação intensa de sentidos às vezes contraditórios atrelados a objetos e seus produtores e compradores. Consumidores e consumidoras, assim, podem adquirir seus devires animais (de poder) e indígenas, comprando por 170 reais um poder e uma ancestralidade que eles mesmos, afinal, com suas (pré)concepções e suas tecnologias, ajudaram a produzir.

Se, conforme argumentou Lévi-Strauss (2008), mitos são máquinas de suprimir o tempo, que deformam a temporalidade linear e progressiva convertendo-a, por exemplo, em temporalidades cíclicas, talvez possamos argumentar que um colar como esse faz algo similar. Ao situar o dente de um animal exógeno, quase um recém-chegado na América do Sul, no (ou como) artesanato indígena, a peça curto-circuita a narrativa cronológica, fazendo tocarem as extremidades mais recente e mais ancestral da seta da história e, assim, coloca o javali como um animal tão ancestral como os Kariri-Xokó, nativos e autênticos como eles. Assim, a ancestralidade genealógica, via filiação, que esperam os não indígenas dos indígenas ancestrais, incorpora também o javali, tornando-o igualmente ancestral, e nisso se encontra com uma forma de construção da ancestralidade mais horizontal, digamos, própria aos Kariri-Xokó, na qual o javali pode ser e sempre ter sido nativo. Pouco importa, afinal, se é dente ou resina: se é indígena é genuíno, é antigo, é ancestral.

Considerações finais

O que essa *quase biografia* (Appadurai 1986)²⁵ de um colar indígena confeccionado com um dente/osso de javali pode nos ensinar sobre caça, arte/artesanato e povos indígenas? Conforme sugeri em outros lugares (Vander Velden 2020a, 2020b), objetos como esse colar Kariri-Xokó constituem artefatos multiespécies:

25 Tomo a ideia de “quase biografia” de José Calasans (1986), por se tratar tão somente de fragmentos de uma vida, cuja reconstituição mais ou menos integral depende do preenchimento das muitas lacunas por meio da análise dos contextos em que se desdobra e dos objetos que lhe são anexos.

24 Noto que, nas religiões afro-brasileiras, o caboclo é “um ancestral genérico, representante da autoctonia” (Tall 2012: 91).

artefatos/objetos cuja análise pode nos informar sobre múltiplas relações de coletivos humanos com outras espécies ou seres outros-que-humanos. Esses podem ser:

1. Objetos feitos com partes de corpos de seres outros-que-humanos (plumária, adornos de dentes, ossos, escamas, élitros, arte em couro, adereços com sementes, flores, folhas etc);
2. Objetos confeccionados para permitir, facilitar ou modificar relações com seres outros-que-humanos (armas de caça, utensílios de cozinha, equipamentos de montaria, gaiolas, laços, ferramentas agrícolas e de coleta etc);
3. Objetos que representam ou presentificam seres outros-que-humanos (cerâmica ou cabaças decoradas, máscaras, indumentárias, artes gráficas etc)²⁶.

Trata-se, portanto, de objetos que materializam relações diversas – caça, domesticação, familiarização, coleta, convívio, dominação, exploração e muitas outras – entre certos grupos humanos e coletivos de não humanos, informando-nos sobre posições cosmológicas, interações técnicas, considerações éticas e percepções estéticas de animais e plantas, que se desdobram em contextos específicos de interação que poderíamos definir como paisagens no sentido dado ao termo por Tim Ingold (2000: 172-208), em que uma miríade de seres constituem-se mutuamente por meio de suas (inter)ações e relações. Minha proposta de análise constitui-se, de certo modo, em um *método* que, partindo de um objeto, e na sequência da dissecação das matérias-primas que o compõem, vai agregando as histórias e as conexões do mesmo objeto com seres outros-que-humanos por meio na análise de seus contextos de origem, produção, decoração, significado e uso.

Neste caso específico, partimos de uma joia/adorno anunciada na internet para chegar à questões referentes às relações entre os Kariri-Xokó e os animais, com especial atenção ao javali e aos “animais de poder”,

vinculados ao envolvimento indígena com a caça, com a comercialização de artesanato e com práticas neoxamânicas contemporâneas. Tratou-se, sobretudo, de perguntar: por que é necessário afirmar no anúncio que o dente do javali é proveniente de atividade de “caça para sobrevivência”, quando sabemos não apenas que aos povos indígenas no interior de suas terras a caça é permitida, como igualmente que o abate de javalis está regulamentado pela legislação e franqueado a qualquer pessoa devidamente habilitada?

Primeiro, parece haver um nexo entre a autenticidade do artesanato indígena com matérias-primas de origem animal (penas, couros e peles, dentes e ossos) e sua origem nas atividades de caça – e isso mesmo em contextos em que praticamente não se caça mais, como é o caso dos povos indígenas do Nordeste. Ou seja: ser indígena é ser caçador, algo que missionários jesuítas já sabiam e tentaram combater ativamente por meio introdução da pecuária e a conversão de caçadores em criadores (Baptista 2004). Segundo, essa atividade cinegética segue regulada por um código moral, impactado, de certo modo, pela legislação ambiental: de acordo com a Lei nº 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998 (a assim chamada Lei de Crimes Ambientais), a caça tem que ser de subsistência (famélica) para ser autenticamente indígena, mesmo que o javali possa ser, como vimos, legalmente abatido por qualquer pessoa, indígena ou não, devidamente licenciada, ou a origem dos dentes deve mesmo vir de animais já encontrados mortos, ainda que aos índios seja permitido caçar e aproveitar os corpos dos animais no interior de seus territórios – ainda que, no caso dos povos indígenas no Nordeste, a questão da caça seja algo delicada, tema sobre o qual pouco se fala nas etnografias regionais em função de controvérsias afeitas à proteção ambiental e à segurança pública (Léo Neto 2015: 69-70). Nosso vendedor, assim, parece estar preocupado com estar em conformidade tanto com a lei ambiental quanto com o estereótipo da indianidade.

26 Objetos, claro, muitas vezes podem combinar mais de uma forma de materialização das relações multiespécies.

Dessa forma, o que parecem fazer os Kariri-Xokó é nativizar (ou indigenizar), conforme sugeri (ou seja, ignorando a diferença, importante para as ciências naturais e para a legislação ambiental, entre o nativo/autóctone e o exótico/invasor), o dente/osso de um animal “exótico” – talvez, então, já percebido como nativo por ser presa de caça – por meio de sua incorporação à sua arte/artesanato tradicional, original e ancestral, todos termos empregados na descrição do “Colar Ossos De Javali Indígena Xamânico Umbanda”, que ocupou esta análise. Assim, esse povo indígena do Nordeste do Brasil expressa sua indianidade ou identidade indígena por meio da caça e do artesanato, ainda que se trate da caça e do emprego de parte do corpo de um animal considerado estranho à fauna nativa. O javali, portanto, pode ser tornado uma espécie nativa ao integrar, por meio de seus dentes ou ossos, um artefato que transmite a “energia vibrante” de um povo indígena. Essa “energia vibrante” dos Kariri-Xokó vem sendo incorporada por movimentos neoxamânicos urbanos, que absorvem práticas, conhecimentos e objetos indígenas em suas próprias rotinas e, com isso, também auxiliam na (re)invenção

da ancestralidade e do poder que constituem artefatos indígenas como esses: afinal, a preocupação com a originalidade, autenticidade e indianidade situa-se nos setores urbanos, ou, melhor dizendo, precisamente no encontro entre esses consumidores citadinos (neo)xamânicos ou umbandistas e os especialistas indígenas dedicados à disseminação de sua cultura. Com isso quero ressaltar o fato de que todas as noções discutidas neste artigo – ancestralidade, indianidade, religiosidade, autenticidade e exotividade – são resultado de um campo comum, interétnico, de reflexões que atualmente talvez descubram sua possibilidade de encontro na internet. Ambos os grupos, indígenas e não indígenas, parecem estar conduzindo esses debates agora também por meio desse adereço corporal que deve transmitir a quem o usa o mais quintessencialmente brasileiro – a indianidade, a espiritualidade ou a religiosidade indígenas (ou mesmo afro-brasileiras) – por meio das presas de uma criatura chegada da Europa, via Uruguai, ao território nacional apenas há algumas décadas, mas que povoa sonhos, trajetórias, cosmologias e múltiplos poderes deste tempos ancestrais.

VANDER VELDEN, F.F. The vibrant energy of ancestry in a wild boar's tusks: Hunting, artifacts made from animals and Indigenous Peoples in Brazil. R. Museu Arq. Etn. 41: 143-163, 2023.

Abstract: This article explores the multiple sociocultural and natural connections materialized in an Indigenous necklace for sale on the internet, which bears a wild boar's tusk (*Sus scrofa*), an invasive exotic species foreign to the native Brazilian fauna. Based on the concept of multispecies artifact, the paper discusses notions of authenticity, ancestry, and indigeneity, among others, against the oppositions native/autochthonous and exotic/invasive that continues to be applied both to Indigenous peoples in Brazil and to animals and other non-human beings. What happens when an Indigenous people in Northeastern Brazil, the Kariri-Xokó in Alagoas state, in their struggle for an authentic and native identity and for better living conditions, starts to produce arts and crafts with parts of a non-native animal surrounded by numerous ecological and political controversies? I argue that artifacts such as these can be very useful for reflecting on different layers of sociocultural and biocultural meaning, especially those linked to the relations between human collectives and other-than-human beings, since these objects often seem to materialize diverse relationships – hunting, domestication, familiarization, gathering, conviviality, domination, exploration, among others – which inform us about cosmological

positions, technical interactions, ethical considerations and aesthetic perceptions of animals and plants, which unfold in specific contexts of interaction that constitute complex bio-sociocultural landscapes.

Keywords: Artifact; Wild boar; Kariri-Xokó; Indigeneity; Multispecies.

Referências bibliográficas

- Allsen, T. 2006. *The royal hunt in Eurasian history*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- Appadurai, A. (Ed.). 1986. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Arruda, R. 2019. *Os Rikbaktsa: mudança e tradição*. Alexa Cultural; EDUA, Embu das Artes; Manaus.
- Baptista, J. 2004. *Jesuítas e guarani na pastoral do medo: variáveis do discurso missionário sobre a natureza (1610-1650)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Barbosa, W.D. 1991. *Os índios Kambiwá de Pernambuco: arte e identidade étnica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Barbosa, W.D. 1999. O artesanato indígena e os 'novos índios' do Nordeste. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 28: 198-215
- Barcelos Neto, A. 2002. *A arte dos sonhos: uma iconografia ameríndia*. Museu Nacional de Etnologia; Assírio & Alvim, Lisboa.
- Barcelos Neto, A. 2009. *The occult life of things: native Amazonian theories of materiality and personhood*. The University of Arizona Press, Tucson, 128-151.
- Batista, G.O. (Org.). 2019. *Relatório sobre áreas prioritárias para o manejo de javalis: aspectos ambientais, socioeconômicos e sanitário*. Ibama, Brasília.
- Bedford, S. 2018. *The archaeology of portable art: southeast Asian, Pacific, and Australian perspectives*. Routledge, London; New York, 125-141.
- Bomfim, V. 2021. *Da Amazônia para o mundo: ayahuasca, xamanismo e o renascimento cultural Yawanawa*. Editora Dialética, Belo Horizonte.
- Braga, K.G. 2010. *Modelando xamãs: o caso da tenda de suor*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Brasil. 1998. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/2p2tu2kb>>. Acesso em: 12/11/2021.
- Brasil. 2017. *Plano nacional de prevenção, controle e monitoramento do javali (Sus scrofa) no Brasil*. Brasília.
- Calasans, J. 1986. *Quase biografias de jagunços: o séquito de Antonio Conselheiro*. Centro de Estudos Baianos, Salvador.
- Carneiro da Cunha, M. 1998. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana* 4: 7-22.
- Carneiro da Cunha, M. 2009. *Cultura com aspas*. Cosac Naify, São Paulo.
- Chaumeil, J.-P. 1985. Échange d'énergie: guerre, identité et reproduction sociale chez les Yagua de l'Amazonie Péruvienne. *Journal de la Société des Américanistes* LXXI: 143-157.
- Chouhy, M.; Dabiezies, J.M. 2020. La caza en Centurión. Aproximaciones etnográficas entre cazadores y conservacionistas. *Tekópora*.

- Revista Latinoamericana de Humanidades Ambientales y Estudios Territoriales* 2: 41-59.
- Conselho Indigenista Missionário. 2020. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2019*. CIMI, Brasília.
- Cristo, T. 2018. *História ambiental envolvendo indígenas Guarani e jesuítas nas reduções da província do Tape, século XVII*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado.
- Dornelles, J. 2004. Antropologia e internet: quando o ‘campo’ é a cidade e o computador é a ‘rede’. *Horizontes Antropológicos* 10: 241-271.
- Due, B. 2002. *Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002*. Nationalmuseet, Copenhagen, 187-195.
- Fénelon-Costa, M.H.; Monteiro, M.H. 1971. O Kitsch na arte tribal. *Cultura-MEC* 1: 124-30.
- Fernandes, U. (Org.). 2013. *Fulkaxó: ser e viver Kariri-Xocó*. SESC Edições, São Paulo.
- Fernandes, S. 2018. Xamanismo e neoxamanismo no circuito do consumo ritual das medicinas da floresta. *Horizontes Antropológicos* 24: 289-314.
- Ferreira, D.M. 1983. *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea/The traditional artisan and his role in contemporary society*. Funarte; Instituto Nacional do Folclore, Rio de Janeiro, 211-253.
- Ferreira, T.S. 2014. *Basá busá: riqueza, cultura e política no alto rio Negro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Figueiredo, W.B. 2018. *Teia metafórica: a poética da narração e o ethos xamânico no meio urbano*. Tese de Doutorado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Hames, R. 2007. The ecologically noble savage debate. *Annual Review of Anthropology*, 36: 177-190.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2013. *Instrução Normativa nº 3, de 31 de janeiro de 2013*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/yc25fub2>>. Acesso em: 12/11/2023.
- Guillard, B. 2019. *Invasor (in)conveniente: o manejo de javali como política pública*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Goto, T.; Ribeiro, T. 2018. Experiência religiosa e saúde – uma análise fenomenológico-empírico das práticas meditativas neo-xamânicas. *Revista Simbio-Logias* 10: 8-33.
- Grünewald, R. 2001. *Os índios do descobrimento: tradição e turismo*. Contra Capa ; LACED, Rio de Janeiro.
- Hell, B. 1997. *Le sang noir: Chasse et mythe du sauvage en Europe*. Flammarion, Paris.
- Helmreich, S. 2005. How Scientists Think; About ‘Natives’, for Example. A Problem of Taxonomy among Biologists of Alien Species in Hawaii. *The Journal of The Royal Anthropological Institute*, 11(1): 107-128.
- Hohenthal Jr., W. 1960. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista - Nova Série* 12: 37-86.
- Ingold, T. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling, and skill*. Routledge, London.
- Kashina, E.; Macâne, A. 2020. *Beauty and the eye of the beholder: personal adornments across the millennia*. Cetatea de Scaun, Târgoviște, 151-162.
- Kirksey, S.E.; Helmreich, S. 2010. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology* 25: 545-576.
- Kumekao, J. P.; Piotto, M. R.; Uvupuru, P. 2022. *Guardiães da memória dos povos Kaingang, Guarani e Xetá na região de Londrina*. Prefeitura de Londrina, Londrina,

- Labate, B. 2004. *A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos*. Mercado de Letras; Fapesp, Campinas.
- Lagrou, E. 2009. *Arte Indígena no Brasil*. Editora Arte, Belo Horizonte.
- Lagrou, E. (Org.). 2016. *No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas*. Museu do Índio; Unesco, Rio de Janeiro.
- Latour, B. 1991. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, Rio de Janeiro.
- Léo Neto, N. 2015. *Dinâmica da caça e conflitos socioambientais no sertão da Serra Negra (PE)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Lévi-Strauss, C. 1993. *História de lince*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Lévi-Strauss, C. 2008. *Antropologia Estrutural*. Cosac Naify, São Paulo.
- Lira, D.B. 2016. *História ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro*. UEFS Editora, Feira de Santana, 145-177.
- López Garcês, C.; González Pérez, S.; Silva, J.A. et al. 2015. Objetos indígenas para o mercado: produção, intercâmbio, comércio e suas transformações. Experiências Ka'apor e Mebêngôkre-Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi – Ciências Humanas* 10: 659-680.
- Magnani, J.G. 2005. Xamãs urbanos. *Revista USP* 67: 218-227.
- Marinho da Silva, C. 2000. *Índios do Nordeste: temas e problemas* 2. Edufal, Maceió, 315-346.
- Marinho da Silva, C. 2004. “Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra...”. *Diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó*. Edufal, Maceió.
- Martins, S. 2000. *Índios do Nordeste: temas e problemas* 2. Edufal, Maceió, 301-312.
- Mata, V.L.C. 1999. Verbete Kariri-Xokó. *Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kariri-Xokó>>. Acesso em: 22/04/2019.
- Mata, V.L.C. 2014. *A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado*. Edufal; CESMAC, Maceió.
- Melatti, J.C. 1967. Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoral do Tocantins. I.C.S; UFRJ, Rio de Janeiro.
- Mello, G. B. R. 2015. *Kaingang, Guarani e Xetá: atualizando representações sociais e políticas indígenas paranaenses*. Habilis Press, Erechim.
- Mota, C.N. 1996. Sob as ordens da Jurema: o pajé Kariri-Xocó. In: Langdon, E. Jean (Org.), *Xamanismo no Brasil: novas perspectivas*. Editora da UFSC, Florianópolis, 267-95.
- Mota, C.N. 1997. *Jurema's children in the forest of spirits: healing and ritual among two Brazilian indigenous groups*. Intermediate Technology Publications, London.
- Mota, C.N. 2007. *Os filhos da jurema na floresta dos espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do Nordeste brasileiro*. Edufal, Maceió.
- Müller, A.M. 2017. *Arte Kadiwéu: processos de produção, significação e resignificação*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Natterer, J. 2014. Bororo wordlists and ethnographic notes (edited by Christian Feest). *Archiv Weltmuseum Wien* 63-64:198-219.
- Oliveira Filho, J.P. 1998. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* 4: 47-77.
- Pastoreau, M. 2015. *Le roi tué par un couchon: une mort infâme aux origines des emblèmes de la France?* Seuil, Paris.
- Pinto, E. 1958. *Muxarabis e balcões e outros ensaios*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 33-55.

- Puntoni, P. 2002. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. Hucitec; Edusp, São Paulo.
- Quammen, D. 2007. *Monstros de Deus. Feras predadoras: história, ciência e mito*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Ribeiro, B. 1983. *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Funarte; INF, Rio de Janeiro, 11-28.
- Ribeiro, B. 1988. *Dicionário do artesanato indígena*. Editora Itatiaia; Edusp, Belo Horizonte; São Paulo.
- Rivasseau, E. 1941. *A vida dos índios guaicurús*. Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro.
- Rivière, P. 1995. AAE na Amazônia. *Revista de Antropologia* 38: 191-203.
- Rose, I.; Langdon, E.J. 2010. Diálogos (neo) xamânicos: encontros entre os Guaraní e a ayahuasca. *Tellus* 10: 83-113.
- Sáez, O.C. 2018. *Populações tradicionais, ambientes e transformações*. EDUFRRN, Natal, 47-64.
- Santos, J.T. 1995. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Sarah Letras, Salvador.
- Schröder, P. 2003. *Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal*. Editora Universitária da UFPE, Recife.
- Silva, A.C.R.; Nascimento, R. 2019. Aprendendo a conviver com tubarões: relações entre humanos e não humanos em Recife e no Arquipélago de Fernando de Noronha (BRA). *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais* 7: 66-81.
- Siqueira Jr., J. 1992a. *Arte e técnica Kadiwéu*. Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo.
- Siqueira Jr., J. 1992b. *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. Studio Nobel; Fapesp; Edusp, São Paulo, 265-277.
- Skoda, S.M.G. 2012. *Evolução da arte da joalheria e a tendência da joia contemporânea brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sordi, C. 2017a. *Presenças ferais: Invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica*. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre.
- Sordi, C. 2017b. *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. ABA Publicações, Brasília, 451-471.
- Sordi, C. 2020. Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas. *Horizontes Antropológicos* 26: 207-237.
- Sordi, C.; Moreno, S.F. 2021. Caça desportiva e controle de javalis (*Sus scrofa*) em duas regiões do Rio Grande do Sul, Brasil: apontamentos etnográficos. *Revista Andaluza de Antropologia*, 21: 62-81.
- Tall, E.K. 2012. *Índios e caboclos: a história recontada*. Edufba, Salvador, 79-93.
- Tavares dos Santos, D. 2019. *Índios de Alagoas: trabalho, religião e política*. Eduneal, Maceió, 63-100.
- Trigger, D. 2008. Indigeneity, fertility, and what 'belongs' in the Australian bush: Aboriginal responses to 'introduced' animals and plants in a settler-descendant society. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 14: 628-646.
- Trigger, D.; Mulcock, J.; Gaynor, A. et al. 2008. Ecological restoration, cultural preferences and the negotiation of 'nativeness' in Australia. *Geoforum*, 39: 1273-1283.
- Velthem, L. 2003. *O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Assírio & Alvim; Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.
- Velthem, L. 2009. Mulheres de cera, argila e arumã: princípios criativos e fabricação material entre os Wayana. *Mana* 15: 213-236.
- Vander Velden, F. 2011. As flechas perigosas: notas sobre uma perspectiva indígena da circulação mercantil de artefatos. *Revista de Antropologia* 54: 231-267.

- Vander Velden, F. 2012. As galinhas incontáveis: Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des Américanistes* 98: 97-140.
- Vander Velden, F. 2018. *Jóias da floresta: antropologia do tráfico de animais*. Edufscar; Fapesp, São Carlos.
- Vander Velden, F. 2020a. O que anunciam os chifres dos bois? Artefatos multiespecíficos na expansão da pecuária no Brasil. *Anthropológicas* 31: 67-104.
- Vander Velden, F. 2020b. Exotic materials, native artifacts: exploring objects in the encounter between Amerindian peoples and Old-World animals. *Indiana* 37: 97-120.
- Viveiros de Castro, E. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* 2: 115-144.
- Wagner, R. 2010. *A invenção da cultura*. Cosac Naify, São Paulo.

A Arqueologia de Grupos Caçadores-Coletores na Região de Piracicaba: Estado da Arte e Proposta de Diferenciação Interna da Indústria Rioclarense

Leticia Cristina Correa*

Bruce Bradley**

Mercedes Okumura***

Fabio Parenti****

Astolfo Gomes de Mello Araujo*****

CORREA, L. C.; et al. A Arqueologia de Grupos Caçadores-Coletores na Região de Piracicaba: Estado da Arte e proposta de diferenciação da Indústria Rioclarense. R. Museu Arq. Etn. 42: 164-185, 2024.

Resumo: A região central do interior paulista tem se mostrado um local importante para a identificação de tipos diferentes de artefatos associados aos grupos caçadores-coletores. O município de Piracicaba parece não ser diferente. Ainda com pouquíssimos sítios identificados, o conhecimento vem sendo construído devido à colaboração com a comunidade que compartilha artefatos encontrados principalmente em áreas rurais, ainda pouco perturbadas. Neste artigo, apresentamos os resultados de análises inéditas que nos permitem propor uma variabilidade cultural dentro do que é denominado Indústria Rioclarense, visando incentivar a publicação de dados parciais decorrentes de achados de superfície, sem contexto exato, como um potencial caminho para a caracterização de locais com dados escassos.

Palavra-chave: Indústria Rioclarense, tecnologia lítica, caçadores-coletores, Piracicaba

Introdução

O município de Piracicaba abrange uma área de 1.378 km² e está localizado na porção

* Doutora em Arqueologia. Pós-doutoranda no Programa de Modelagem de Sistemas Complexos da Universidade de São Paulo. E-mail: leticiacorreia@usp.br

** Professor Emérito da Universidade de Exeter. E-mail: primtech@yahoo.com

*** Professora Dra. II da Universidade de São Paulo. E-mail: okumuram@usp.br

**** Professor Dr. da Universidade Federal do Paraná. E-mail: scriptoriumparentii@gmail.com

***** Professor Dr. Livre-Docente da Universidade de São Paulo. E-mail: astwolfo@usp.br

centro-leste do estado de São Paulo. No que diz respeito ao conhecimento arqueológico, são poucas as pesquisas que se dedicam ao estudo sistemático, seja no âmbito acadêmico ou no do Licenciamento Ambiental. A baixa incidência de sítios cadastrados parece não ser o resultado da escassez da ocupação humana no período pré-colonial, visto que nossas recentes pesquisas mostram que existe a ocorrência de artefatos isolados, pertencentes a coleções particulares, em distintos pontos fora da malha urbana, e a ausência de dados pode começar a ser superada se dedicarmos a devida atenção para esses objetos.

No que diz respeito aos sítios relacionados aos grupos caçadores-coletores,

onde só estão presentes os artefatos líticos lascados, Correa (2022)¹ e Araujo *et al* (2024)² apontam que a maior contribuição para o conhecimento local restringe-se às pesquisas realizadas ainda na década de 1960, evidenciando a necessidade de estudos sistemáticos atuais.

As buscas por dados para área tiveram início no acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes” a partir da análise de pontas bifaciais doadas entre os anos de 1970 e 1980. Esse começo marcou uma série de outros

encontros com moradores interessados em compartilhar seu acervo pessoal, e, ainda que poucos, os novos dados permitem esboçar um cenário inicial.

A Fig. 1 ilustra todas as áreas nas quais obtivemos dados orais e bibliográficos mencionados neste artigo. A fim de ampliar a discussão, nossas pesquisas acabaram por transcender o município de Piracicaba para outras áreas, como Laranjal Paulista, Tietê, Cerquilha, Pereiras, Guareí e Tatuí, com o intuito de obter amostras comparativas.

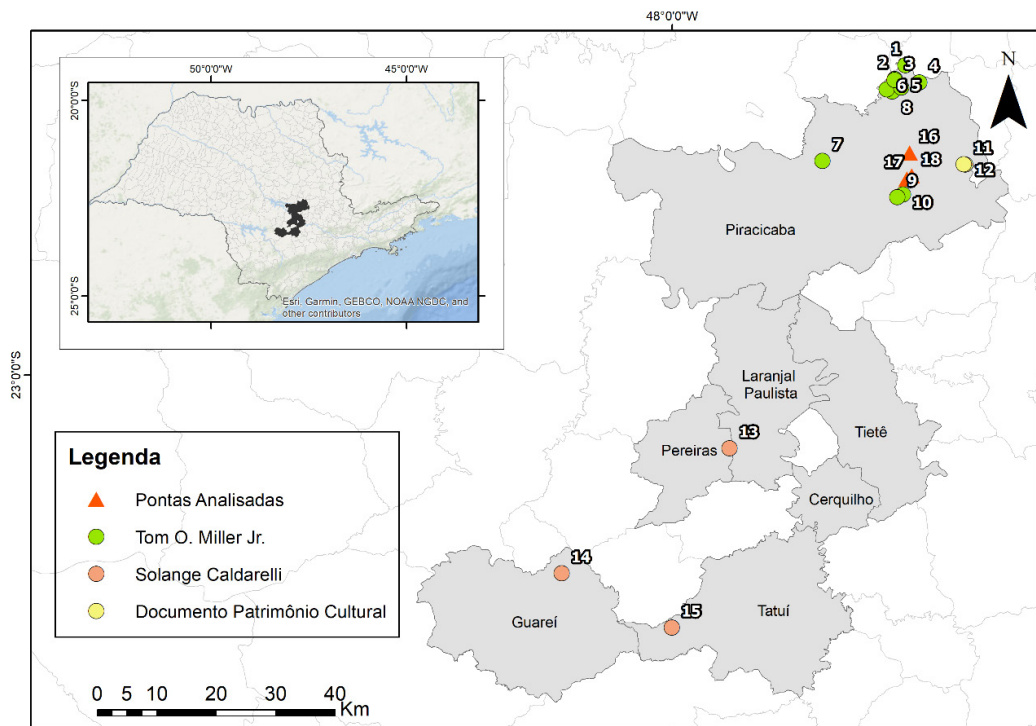


Fig. 1. Mapa das áreas discutidas no artigo. Sítios identificados por Tom Miller: (1) PC.10, (2) LA-46, (3) PC.5A, (4) PC.4, (5) PC.3, (6) LA-42, (7) Nauti Clube, (8) LA-43, (9) LA-50 e (10) Rancho Caído (sem UTM exata, inserido no centro do município). Sítios identificados pela Documento Patrimônio Cultural – Arqueologia e Antropologia: (11) Brunelli e (12) Silvello. Sítios identificados por Solange Caldarelli: (13) Queimador II, (14) Areia Branca I e (15) Areia Branca II. Pontas analisadas pelos autores: (16) Bairro Parque São Jorge, (17) e (18) pontas ESALQ/USP.

1 <https://sitosliticos-sp.web.app/#/>.

2 <https://sites.usp.br/levoc/mapa-interativo-sitos-sp/>.

Histórico de Pesquisas Arqueológicas no Município de Piracicaba

A fim de sistematizar a produção bibliográfica, nos valem os *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos* (CNSA/SGPA) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), plataformas de busca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também foi realizada uma busca na Biblioteca Pública Municipal “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto” e na Biblioteca Central da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), “Luiz de Queiroz”, onde encontramos artigos e teses que versam sobre locais potencialmente informativos.

Pesquisas Arqueológicas em Piracicaba: Academia e Licenciamento Ambiental

Como mostrado na **Fig. 1**, a maioria dos resultados para a região foi obtida por Miller Jr (1969) a partir de prospecções sistemáticas em Rio Claro (epicentro das pesquisas), Itirapina, São Carlos, Piracicaba e Pirassununga com financiamentos obtidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade Do Estado de São Paulo (UNESP), Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) e Smithsonian Institution (Altenfelder 1968).

A região, localizada na Depressão Periférica Paulista, apresenta colinas suaves e desníveis de relevo que não ultrapassam 40 m a 60 m, possivelmente favorecendo migrações no eixo nordeste-sudoeste, tendo ainda os rios Tietê e Piracicaba como possíveis meios de deslocamento (Altenfelder 1968: 159-161). Estima-se que a vegetação original fosse caracterizada por ambientes de Cerrado e Mata Atlântica, onde esta última seria identificada pela presença da Floresta Estacional Semidecidual (Araujo 2001a: 126). Tal contexto pode ser reconhecido como um ambiente potencialmente favorável para a ocupação humana (Araujo 2001b; Correa 2022) devido à riqueza na biodiversidade, onde

podem ser encontradas espécies de fauna e flora pertencentes a dois ecossistemas distintos.

Com base na estratigrafia rasa dos sítios do entorno de Rio Claro, que não ultrapassava muito mais do que 30 cm de profundidade, Altenfelder (1968) sugeriu que a região poderia se configurar como local de passagem devido sua inserção geomorfológica, considerando a conformidade geológica da Depressão Periférica como um potencial “corredor”. Miller Jr. (2011), ao contrário, propõe que tais vestígios poderiam se tratar de indícios de ocupações intensas na área por um longo período de tempo.

Na tentativa de estabelecer uma cronologia para a ocupação dos grupos humanos pré-coloniais que habitaram a Bacia de Rio Claro, Miller Jr. (1969; 1972; 2011) propôs duas Tradições. A primeira, possivelmente a mais antiga, denominada Tradição Ipeúna, estaria associada aos grupos adaptados à vida florestal mostrando uma técnica de obtenção de instrumentos que consistia no aproveitamento de matéria-prima, onde o lascamento era identificado pela técnica do espatifamento.

A Tradição Rio Claro seria descrita pelos instrumentos adaptados à caça e à coleta, em uma paisagem mista entre campos e florestas, podendo ainda ser a continuação da primeira, mas agora mostrando o uso do lascamento bipolar, percussão direta e indireta. Quatro fases diferenciariam os conjuntos e, ordenadas da mais recente para a mais antiga, correspondem a Pitanga, Marchiori, Santo Antônio e Serra d'Água, onde as pontas bifaciais estavam presentes somente nas duas primeiras.

Nos anos de 1980, Solange Caldarelli e Jaques Tixier analisaram os conjuntos coletados por Miller Jr., alterando significativamente a classificação proposta. Caldarelli (1983: 306-311) sugeriu que a Tradição Ipeúna deveria ser desconsiderada por falta de evidências coerentes, já que algumas peças não se tratavam de instrumentos obtidos de modo antrópico e intencional, mas sim pela ação natural. O oposto se deu para a Tradição Rio Claro, aceita pelo fato de apresentar artefatos diagnósticos, além de possuir peças semelhantes no vale médio do rio Tietê (Caldarelli 1983: 311). Essas últimas foram cautelosamente comparadas com as pontas

da Tradição Umbu, onde a autora sugeriu que os vestígios paulistas somente poderiam ser associados a tais grupos se os traços diagnósticos das pontas sulinas fossem de fato consistentes, caso contrário, deveriam ser redefinidos. O único autor que fez uma associação entre tais artefatos foi Prous (1991). Miller Jr. (2011: 347) mostrou-se contrariado, uma vez que as pontas do estado de São Paulo pouco se assemelhavam com as do Sul. Kern (1982: 289) sugeriu que a Tradição Umbu não deveria ser associada aos artefatos paulistas ou mineiros devido a diferenças nos pedúnculos.

Schmitz (1987) reforça que tais pontas não seriam Umbu, podendo ser mais similares entre si.

Na década de 1960, Piracicaba novamente destacou-se no cenário arqueológico pela presença de Arte Rupestre. Pereira Jr. (1964) sugeriu que dentre as gravuras geométricas haveria também representações tipo “humanoide”. Anos depois, Archimedes Dutra (1972) resgatou a publicação em sua tese de doutorado, a fim de demonstrar a relevância das gravuras para o patrimônio artístico de Piracicaba em âmbito nacional (Fig. 2).

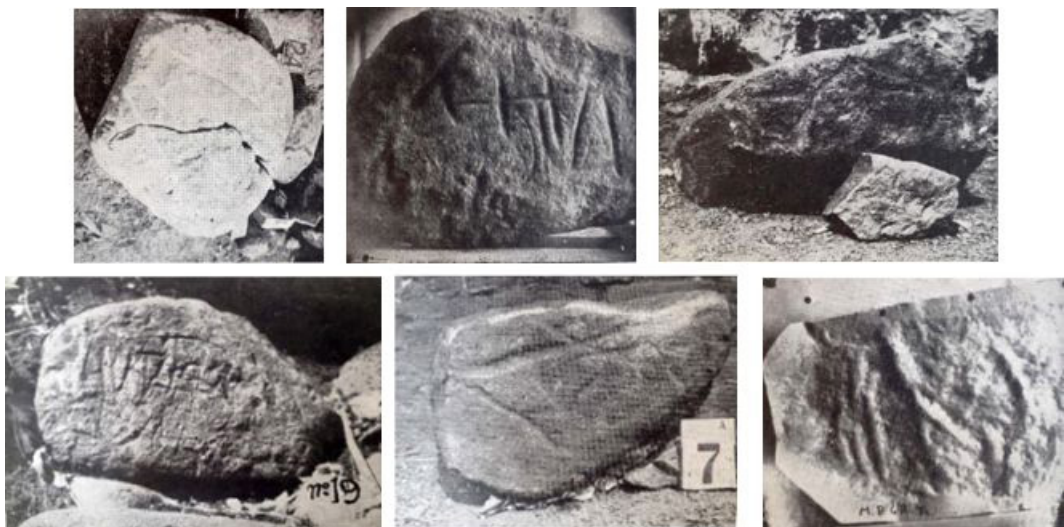


Fig. 2. Gravuras rupestres identificadas próximo à paredões de basalto no município de Piracicaba.
Fonte: Modificado de Dutra (1972).

Neto (2004) relatou a existência de outras gravuras, mas optou por não tornar o local público, pois temia negligência e destruição, como ocorreu com aquelas identificadas onde atualmente se encontra a Casa do Povoador, que foram explodidas para a construção da piscina do Clube Regatas e do paredão de arrimo da avenida Beira Rio. O autor mencionou que o único documento restante consiste nas reproduções de um painel em gesso, encaminhadas para a Universidade de São Paulo.

No âmbito do Licenciamento Ambiental, a empresa Documento cadastrou o sítio Brunelli, onde foram identificadas lascas retocadas e

artefatos do tipo plano-convexo, e o Silvello, onde coletaram quatro pontas manufaturadas em sílexito, além de um artefato do tipo “lesma” (Documento Patrimônio Cultural 2011: 29-32).

Novas Informações para a Área

Nossa contribuição para a pesquisa na região de Piracicaba diz respeito à análise dos artefatos encontrados em superfície por moradores locais. Essas peças não apresentam coordenadas exatas, assim, consideramos como proveniência o bairro onde foram identificadas, quando possível. Com base em

tal dispersão, temos realizado atividades de prospecção para a delimitação e caracterização de possíveis sítios arqueológicos.

Ao sul do município, na rodovia BR-373, foram identificadas duas pontas em áreas de domínio da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo, atualmente acondicionadas no Museu e Centro de Ciências, Educação e Artes “Luiz de Queiroz”. Esse material foi coletado na década de 1970, sendo analisado de forma sistemática somente agora. As duas peças estavam próximas, em uma distância de um pouco mais de 900 metros entre si, na margem direita do rio Piracicaba. Durante atividades de reconhecimento do local, não foram evidenciados quaisquer artefatos arqueológicos.

No bairro do Parque São Jorge, ao norte do município, uma ponta bifacial serrilhada foi encontrada por uma criança. Ao inspecionar o local, concluímos que a ocorrência foi coletada em uma pilha de descarte de solo e seria oportuno identificar sua origem para de que se possa, ao menos, estimar sua localização, ao qual não conseguimos acesso.

Para além dos três artefatos mencionados, foram analisadas 17 pontas bifaciais que fazem parte do acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”. Estima-se que tenham sido coletadas em área rural, ao norte do município.

Análises e Resultados Obtidos

Considerando que nossa proposta é a de comparar nossos dados com aqueles obtidos que descrevem a Indústria Rioclarense, o protocolo se valeu das propostas de Moreno de Sousa (2019a) e Moreno de Sousa & Okumura (2020) para a observação dos atributos tecnológicos, Okumura & Araujo (2013) para mensuração e Mentz Ribeiro & Hentscke (1976) para a observação morfológica. Como Moreno de Sousa & Okumura (2020) observam – a morfologia em porções distintas daquelas propostas por Mentz Ribeiro & Hentscke (1976) –, a **Tabela 1** sistematiza os autores de forma comparativa.

Mentz Ribeiro & Hentscke (1976)	Moreno de Sousa & Okumura (2020)
Corpo	Contorno do Corpo
Bordas do Corpo	Delineamento dos Gumes Ativos
Aletas	Contorno das Aletas
Bordas do Pedúnculo	Delineamento do Pescoço
Base do Pedúnculo	Contorno do Pedúnculo

Tabela 1. Equivalência dos atributos morfológicos entre diferentes autores utilizados na análise das pontas.
Fonte: Mentz Ribeiro & Hentscke (1976).

Nossa amostra de 20 espécimes inclui peças inteiras e fragmentadas. Aquelas com uma pequena quebra no ápice (números 1, 2, 3, 6, 16 e 19 – **Figs. 3 e 4**), foram consideradas como inteiras³.

Notamos que os bordos serrilhados, feitos por pressão, com a remoção de negativos do

tipo *paralelos*, apresentam o comprimento do corpo maior do que as demais, e a elas denominamos como alongadas⁴ (Correa 2022). Com base nessa distinção, a **Tabela 2** apresenta

3 Material Suplementar: <https://zenodo.org/records/13716421>

4 Moreno de Sousa & Okumura (2020) usam o termo “lâmino-triangular” o qual optamos por não utilizar uma vez que o termo lâmina limita-se a uma técnica específica para a obtenção de produtos alongados. Na ausência de pré-formas ou de indicativos para tal finalizada, utilizamos o termo “alongado” que descreve a morfologia, não uma dada técnica.

as peças de acordo com a morfologia do corpo, assim como as **Figs. 3 e 4**. A **Fig. 5** ilustra as duas pontas que fazem parte do acervo da

ESALQ/USP, nas quais nota-se a diferença tecnológica e morfológica discutidas no decorrer do artigo.

Atributos	Corpos Triangulares (N=13)	Corpos Alongados (N=7)
Matéria-prima	Silexito (93%) Quartzo (7%)	Silexito (100%)
Peso	4,1 – 11,8 g	7,8 – 15,4 g
Comprimento total	39,4 – 60,6 g	58,9 -77,5 mm
Espessura máxima	5,1 – 8,0 mm	9,4 – 10,2 mm
Índice C/L	1,5 – 2,1	2,9 – 4,0
Índice L/E	3,1 – 5,6	1,9 – 2,2
Comprimento corpo	24,5 – 40,9 mm	38,2 – 61,5 mm
Comprimento pedúnculo	14,3 – 23,5 mm	18,6 – 25,4 mm
Comprimento gumes	25,5 – 43,0 mm	33,0 – 56,5 mm
Largura das Aletas	21,1 – 34,2 mm	18,0 – 22,0 mm
Largura do Pescoço	12,3 – 18,2 mm	9,9 – 14,3 mm
Largura do Pedúnculo	5,0 – 9,3 mm	2,7 – 7,6 mm
Espessura do Corpo	4,9 – 7,1 mm	6,5 – 9,2 mm
Espessura do Pedúnculo	4,0 – 6,9 mm	7,0 – 8,0 mm
Ângulo dos Gumes	50,0° – 63,7°	59,0° – 72,2°
Serrilhado	Presente (15%) Ausente (85%)	Presente (100%)
Forma das Bordas do Corpo	Reta (69%) Côncava (23%) Convexa (8%)	Reta (86%) Convexa (14%)
Forma das Aletas	Reta (54%) Côncava (31%) Obliqua Obtusa (15%)	Obliqua Obtusa (57%) Reta (29%) Assimétrica (14%)

continua...

Atributos	Corpos Triangulares (N=13)	Corpos Alongados (N=7)
Matéria-prima	Silexito (93%) Quartzo (7%)	Silexito (100%)
Bordas do Bordas Pedúnculo	Divergentes (69%) Reta (23%) Não se Aplica (8%)	Divergente (57%) Côncava (29%) Não se Aplica (14%)
Forma da Base do Pedúnculo	Convexa (46%) Reta (46%) Não se Aplica (8%)	Convexa (86%) Não se Aplica (14%)
Seção Transversal	Biplano (68%) Romboide (16%) Plano-convexa (16%)	Romboide (71%) Biconvexa (29%)
Seção Longitudinal	Biplano (77%) Biconvexo (15%) Plano-convexo (8%)	Biplano (43%) Biconvexo (43%) Plano-convexo (14%)
Suporte	Indefinido (100%)	Indefinido (100%)
Método de Lascamento	Bifacial (100%)	Bifacial (100%)
Técnica de Lascamento	Pressão e Percussão (54%) Pressão (30%) Pressão e provável Lascamento Indireto (16%)	Pressão e Percussão (43%) Pressão e provável Lascamento Indireto (28,5%) Pressão (28,5%)
Retoque	Alterno (15%) Unifacial (15%) Bifacial (20%) Ausente (39%)	Ausente (100%)
Negativos de Lascamento no Corpo	Seletivos (62%) Convergentes (23%) Paralelos (15%)	Paralelos (100%)
Negativos de Lascamento no Pedúnculo	Paralelos (54%) Seletivos (15%) Convergentes (23%) Não se Aplica (8%)	Paralelos (86%) Não se aplica (14%)

Tabela 2. Atributos métricos, tecnológicos e morfológicos que caracterizam a coleção como um todo. O resultado das dimensões é apresentado com a soma e a subtração entre a média e o desvio padrão.

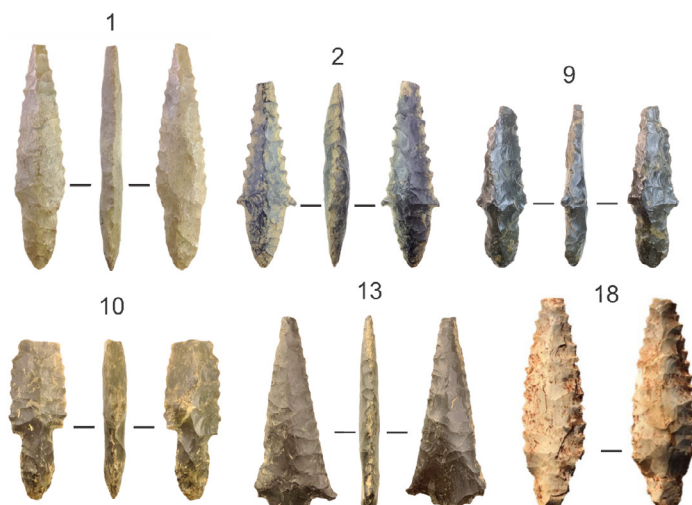


Fig. 3. Pontas com corpo alongado. Com exceção da peça nº 18, que pertence a um colecionador particular, todas as demais estão no Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”.

Fonte: Foto dos autores.

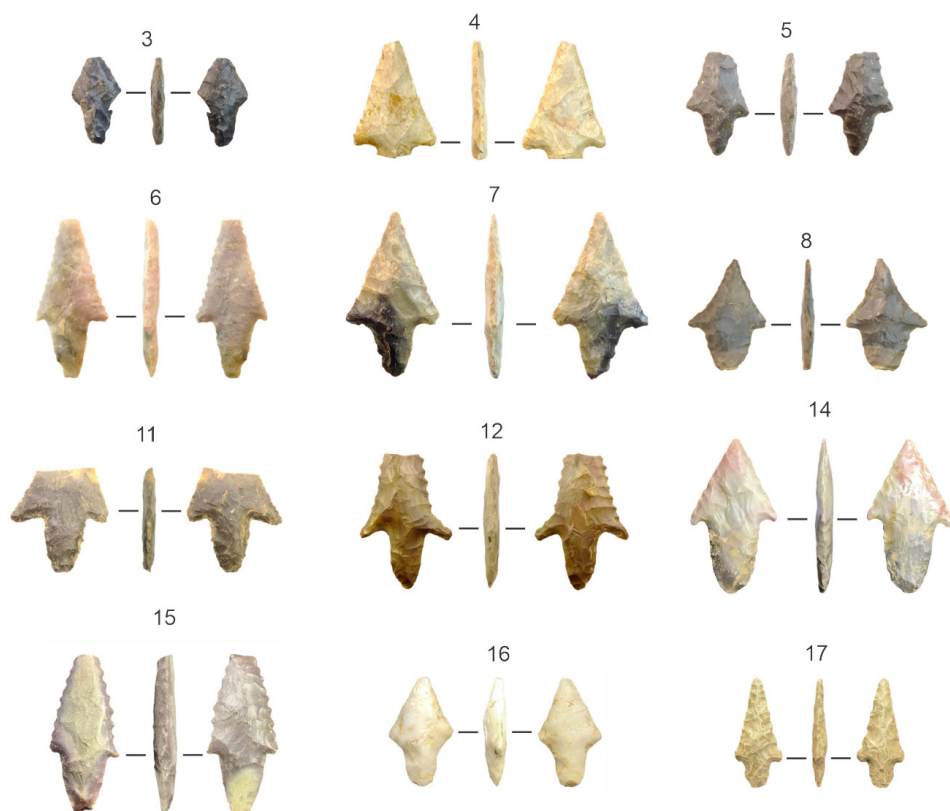


Fig. 4. Pontas com corpo triangular. Notar a existência de serrilhado em alguns exemplares. Corpos triangulares e bordos serrilhados não são comuns no que se denomina como Indústria Rioclarense.

Fonte: Foto dos autores.

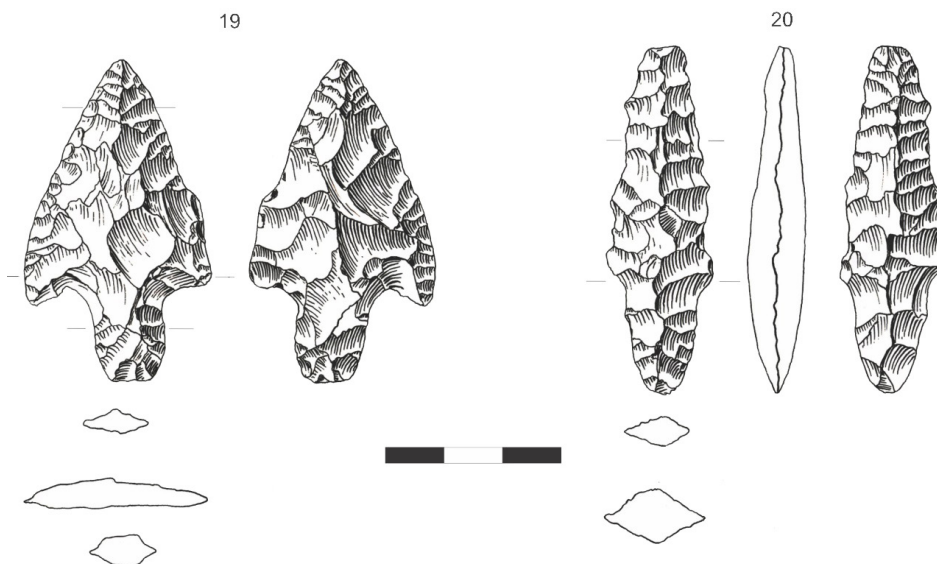


Fig. 5. Pontas encontradas em áreas pertencentes à ESALQ/USP. A peça nº 19 mostra as retiradas do tipo seletivas e bordos retocados por pressão principalmente na porção do ápice. Este é o único exemplar com bordas côncavas. Nele é possível notar a ocorrência de aletas côncavas, porém, assimétricas, onde ao menos na aleta esquerda na representação da primeira face, sugere indicar o uso de percussão indireta. A ponta nº 20, ilustra os negativos do tipo paralelos feitos por pressão que fazem com que a peça tenha as bordas serrilhadas. Desenho de Fábio Parenti.

Pela observação da seção longitudinal, com delineamento regular, inferimos que as pontas poderiam ter sido manufaturadas sobre seixos, contudo os suportes poderiam igualmente ser lascas espessas, mas o intenso lascamento bifacial obliteraria as características de suas faces internas, eliminando a convexidade característica desses suportes.

As pontas triangulares são mais leves, mais finas, com corpo e pedúnculo menores, o que é refletido em um comprimento total menor. Essas peças podem ser duas vezes mais compridas do que largas e de três a cinco vezes mais largas do que espessas. Sendo mais largas, a largura do pescoço e do pedúnculo tende a ser maior.

A forma triangular do corpo apresenta majoritariamente bordas do tipo retas, existindo a ocorrência de outras em menor instância. A forma côncava, por sua vez, poderia corresponder ao reavivamento dos bordos, o que parece ser o caso das pontas nº 5 e nº 8. As aletas tendem a ser retas, mas se destaca a ocorrência do tipo côncavo nas peças nº 4 e nº 13, característica não muito comum para

as indústrias do interior paulista, que tendem a apresentar maior recorrência entre reta e oblíqua obtusa (Moreno de Sousa 2019a; Correa 2022).

O pedúnculo comporta-se como esperado para as peças da região, com bordas divergentes e base convexa, com um formato em “U”, seguida pelas bordas do tipo reta, essas últimas menos recorrentes.

A seção transversal e longitudinal tende a ser biplana, resultado das formatações realizadas pelos negativos seletivos ou convergentes, feitos em um ângulo fechado entre 50° e 64°, conforme apontado na medida dos gumes. A técnica de confecção do pedúnculo se mostra majoritariamente devido ao lascamento do tipo paralelo.

A finalização das pontas de corpo triangular pode ocorrer por retoques pouco invasivos nos bordos quando os negativos de formatação são do tipo seletivos ou convergentes. Estas últimas não são tão invasivas quanto as seletivas. O serrilhado não é um atributo comum nas pontas triangulares, aparecendo discretamente

nas pontas de nº 6 e mais evidente nas de nº 15 e nº 17 (Fig. 4).

As pontas com corpo do tipo alongado são mais pesadas, mais espessas e maiores. Nesse caso, inferimos que os suportes se trata de seixos, justamente pela espessura, além da seção regular da peça. A relação entre as dimensões mostra que as peças podem ser de três a quatro vezes mais compridas do que largas e praticamente duas vezes mais largas do que espessas, ou seja, são menos largas e mais espessas do que as pontas triangulares.

A característica do serrilhado é obtida por lascamentos feitos por pressão a partir de retiradas do tipo paralelas, que caracterizam tanto o corpo quanto o pedúnculo.

Certamente, outros negativos foram responsáveis pela redução e formatação do artefato nos estágios anteriores, mas a intensa modificação na finalização não permite outra inferência, o que faz com que essas peças tenham uma técnica de confecção muito similar em seu estágio final de produção ou reativamento.

Nas pontas alongadas as aletas são mais curtas, tendem a variar entre oblíquas e obtusas e, em menor ocorrência, podem ser retas, sendo basicamente essas as variações encontradas até o momento para as indústrias no interior paulista.

A fim de facilitar a compreensão sobre aspectos centrais dos dois tipos de pontas, sistematizamos as informações na **Tabela 3**.

Atributo	Síntese	
	Triangular	Alongada
Dimensões	Menores no comprimento total. Menos espessas e mais leves. Largura total maior.	Maiores no comprimento total. Mais espessas e pesadas. Largura total menor.
Serrilhado	Pode ocorrer em menor escala.	Característica indispensável para a identificação das peças.
Tecnologia	Adelgaçamento bifacial. Negativos de retirada removem a espessura da peça. São do tipo invasivos podendo ser seletivos ou convergentes. Podem apresentar retoques feitos por pressão.	Espessamento bifacial. Negativos de retirada são do tipo paralelo e só ultrapassam o centro do artefato quando são feitos de modo alternô, o que indicaria reativamento do artefato.
Morfologia	Corpo tende a ser isósceles* mas podem ocorrer o tipo equilátero. Forma das bordas do corpo e aletas são mais variáveis. Pedúnculos tendem a ser convexas.	Corpos sempre mais compridos. Forma das bordas tendem a ser sempre do tipo retas, raramente são convexas. Aletas tendem a ser oblíquas obtusas ou retas. Pedúnculos tendem a ser convexas.

Tabela 3. Comentários gerais acerca da comparação entre as pontas de corpo triangular e de corpo alongado.

* Mesmo que o termo “isósceles”, que indica um triângulo com duas partes iguais, possa ser utilizado para referir às pontas de corpo maior, destinamos o termo alongada para enfatizar uma forma muito mais comprida do que triangular, evitando nomenclaturas como laminar ou lâmina, já que se referem a uma tecnologia específica não identificada nas peças analisadas.

No caso das pontas triangulares, estimamos que os retoques seletivos tinham o objetivo de remover os “deltas”. Essas feições são caracterizadas por pequenas áreas triangulares entre os negativos de lascamento que, quando removidas, aplainam a superfície (Bradley 1997: 54). Nas pontas de corpo alongado, os deltas são visíveis na extremidade do bordo como resultado do serrilhado, podendo ser utilizados como plataforma de percussão para sucessivos lascamentos por pressão.

Uma importante observação nas pontas em geral, ainda não identificada na Indústria Rioclaense, consiste no possível uso da percussão indireta para formatação do pescoço ou aletas (Fig. 6). A técnica consiste em

valer-se de um instrumento intermediário, denominado como cinzel, que pode ser de osso, chifre ou madeira (Inizan *et al.* 1999: 33) posicionado entre o percutor e a peça a ser trabalhada, de modo que o golpe é aplicado indiretamente no artefato (Kooyman 2000: 79), permitindo maior acurácia. Tal inferência foi feita com base na forma do negativo de retirada pouco invasivo, onde se nota um contrabulbo muito mais profundo e porção distal do tipo semicircular. Há de se considerar que, após a aplicação de tal técnica, a formatação das aletas poderia continuar com o uso da pressão, o que obliteraria tal identificação. A replicação se configura como um caminho para testar tal hipótese.

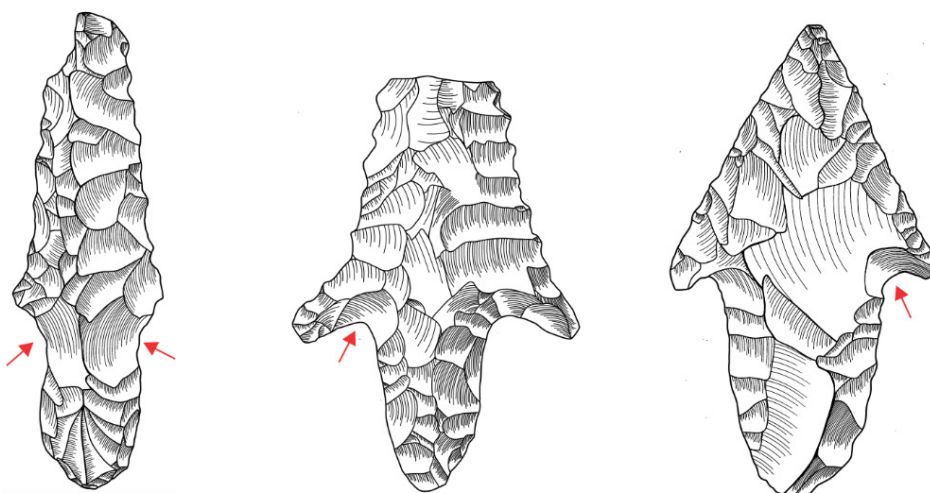


Fig. 6. Distintas formas de pontas, onde ao menos uma das aletas sugere ter sido manufaturada pelo uso de percussão indireta (respectivamente peças n. 9, 12 e 14). A primeira representação da face da peça nº 10 apresenta duas retiradas que foram feitas no ombro do artefato.

Fonte: Desenhos de Leticia Correa.

Somente analisando o produto final não é possível inferir os estágios de confecção do artefato, mas podemos, ao menos, sugerir duas estratégias distintas. As pontas com corpo triangular foram obtidas a partir do adelgaçamento bifacial (*biface thinning*), que consiste em uma redução proporcional, na qual o lascamento remove a espessura do biface em

uma taxa mais rápida do que a sua largura é modificada, com o objetivo de afinar e aplainar a peça (Stanford & Bradley 2012: 49). As peças de corpo alongado, foram obtidas a partir do espessamento bifacial (*biface thickening*) onde as lascas tendem a ser mais espessas perto da plataforma e mais finas na porção distal. Com isso, a terminação remove menos massa

na porção central do biface, enquanto retira a espessura dos bordos (Dickens 2005: 46). Tal classificação permite explicar a diferença morfológica das seções, dos negativos de retirada e dos ângulos dos gumes.

Comparando com as pontas de Piracicaba com a Indústria Rioclarense

A Indústria Rioclarense, descrita por Moreno de Sousa (2019a), é um termo utilizado para referir a coleções que se encontram na área de Rio Claro, caracterizadas pela presença de pontas e de artefatos plano-convexos (“lesmas”). As primeiras são morfológicamente reconhecidas por corpos triangulares, com pedúnculo convexo⁵, obtidas pela redução bifacial com negativos do tipo paralelos ou seletivos. As *lesmas* seriam instrumentos obtidos pela remoção dos tipos seletivos transpassantes e paralelos transpassantes (Moreno de Sousa & Okumura 2020).

Moreno de Sousa (2019a) analisou coleções que estão próximas de Piracicaba, caso do sítio Alice Boer, em Rio Claro, que acabou por

se tornar referência para caracterização das pontas Rioclarense. Atualmente, Araujo et al. (2021) apresentaram a datação mais antiga de 8.470 ± 50 cal AP, estabelecendo uma data mínima para tal sítio e, por consequência, para a referida indústria, uma vez que a data máxima seria de 10.942 ± 115 cal AP para o sítio Caetetuba, em São Manoel (Troncoso; Corrêa & Zanettini 2016).

A pequena quantidade de peças em nossa amostra pode ser usada para testar a hipótese de Moreno de Sousa (2019a: 285) quando sugere que coleções do interior paulista que possuem poucas peças tendem a resultar em dados métricos, morfológicos e tecnológicos semelhantes com aqueles identificados na coleção dos sítios Alice Boer e Iracemápolis, além do fato de que Piracicaba dista, no máximo, a 41 km de tais municípios.

De início, notamos que as pontas de corpo alongado e serrilhadas não são tão recorrentes na Indústria Rioclarense e excluímos tal amostra. A **Tabela 4** mostra a comparação entre as pontas de Piracicaba, Iracemápolis e Rio Claro (sítio Alice Boer).

Atributos	Piracicaba (N=13)	Iracemápolis (N=76)	Alice Boer (N=23)
Matéria-prima	Silexito (93%)	Silexito (86%)	Silexito (82%)
Peso	4,1 – 11,8 g	1,5 – 5,1 g	2,2 – 9,0 g
Comprimento total	39 – 61 mm	28 – 45 mm	36 – 54 mm
Espessura máxima	5 – 8 mm	5 – 7 mm	5 – 9 mm
Índice L/E	3,1 – 5,6/1	2,7 – 4,1/1	3,0 – 5,0/1
Comprimento do corpo	24 – 41 mm	17 – 29 mm	20 – 34 mm
Comprimento do pedúnculo	14 – 23 mm	11 – 19 mm	14 – 22 mm

continua...

5 “Ovalado” segundo Moreno de Sousa & Okumura (2020).

Atributos	Piracicaba (N=13)	Iracemápolis (N=76)	Alice Boer (N=23)
Matéria-prima	Silexito (93%)	Silexito (86%)	Silexito (82%)
Comprimento dos gumes	25 – 43 mm	19 – 31 mm	22 – 36 mm
Largura das Aletas	21 – 34 mm	16 – 26 mm	20 – 30 mm
Largura do Pescoço	12 – 18 mm	10 – 16 mm	13 – 17mm
Largura do Pedúnculo	5 – 9 mm	8 – 14 mm	12 – 16 mm
Espessura do Corpo	5 – 7 mm	4 – 6 mm	4 – 6 mm
Espessura do Pedúnculo	4 – 7 mm	4 – 6 mm	5 – 7 mm
Ângulo dos Gumes	50° – 64°	43° – 63°	41° – 61°
Forma do Corpo	Triangular (100%)	Triangular (90%)	Triangular (87%)
Forma das bordas do Corpo	Reto (69%)	Reto (67,1%)	Reto (83%)
Forma das Aletas	Reta (54%) Côncava (31%)	Obtuso (41%) Reta (38%)	Obtuso (74%)
Forma das bordas do Pedúnculo	Divergentes (69%)	-	-
Forma da Base do Pedúnculo	Convexa (46%) Reta (46%)	Ovalado (95%)	Ovalado (83%)
Suporte	Indefinido (100%)	Lasca (31,6%)	Indefinido (70%)
Método de Lascamento	Bifacial (100%)	Bifacial (92%)	Bifacial (96%)
Técnica de Lascamento	Percussão e Pressão (54%) Pressão (30%)	Percussão e Pressão (41%) Pressão (40%)	Percussão e Pressão (30%) Percussão (30%) Pressão (39%)

continua...

Atributos	Piracicaba (N=13)	Iracemápolis (N=76)	Alice Boer (N=23)
Matéria-prima	Silexito (93%)	Silexito (86%)	Silexito (82%)
Retoque	Bifacial (20%) Ausente (39%)	Bifacial (34%) Ausente (47%)	Bifacial (48) Ausente (39%)
Negativos de Lascamento no Corpo	Seletivos (62%) Convergentes (23%)	Paralelos (73%)	Seletivos (48%) Paralelos (39%)
Negativos de Lascamento no Pedúnculo	Paralelos (54%) Convergentes (23%)	Paralelos (83%)	Paralelos (52%) Convergentes (26%)

Tabela 4. Atributos analisados nas pontas de Piracicaba em comparação com aqueles identificados na Indústria Rioclaresense. São apresentados os valores mínimos e máximos observados. Os dados frequências superiores a 25% para os atributos qualitativos, conforme apresentado por Moreno de Sousa (2019a)

Os resultados mostram que o silexito se comporta como matéria-prima principal para a manufatura das pontas de todas as áreas.

A observação do comprimento indica que as pontas de Piracicaba são mais compridas e têm o corpo maior, mas os pedúnculos das pontas do Alice Boer são maiores. As pontas de Iracemápolis são as menores, tanto no corpo quanto no pedúnculo.

No que diz respeito à espessura, o valor mínimo é de 5 mm em todas as coleções, mas as pontas do Alice Boer podem ser, no máximo, 2 mm mais espessas. Quando avaliadas de modo compartimentado, as pontas de Piracicaba têm o corpo mais espesso, já as de Iracemápolis e Alice Boer são idênticas. Quanto ao pedúnculo, as pontas do Alice Boer são mais espessas.

A largura das aletas mostrou que as pontas de Iracemápolis são as menores, e as do Alice Boer e Piracicaba são mais próximas; o mesmo foi notado para a largura do pescoço. Já para a largura pedúnculo, Alice Boer apresenta as maiores medidas, e Piracicaba, as menores.

No geral, o índice de L/E mostra que as pontas de Iracemápolis são de três a quatro vezes mais largas do que espessas, ao passo que Piracicaba e Alice Boer podem ser de três a cinco vezes.

No cômputo geral das medidas, as pontas de Iracemápolis são as menores, seguidas por Alice Boer e Piracicaba. As pontas do Alice Boer apresentam pedúnculos mais largos e mais espessos. Em termos de dimensão, as pontas de Piracicaba são mais relacionadas com Alice Boer principalmente no índice L/E, comprimento do pedúnculo, largura das aletas, do pescoço e ângulo dos gumes.

Um teste não paramétrico de amostras independentes de Kruskal-Wallis foi realizado para verificar se as pontas dessas três localidades são estatisticamente significantes em relação às medidas de comprimento, largura e espessura totais, massa, largura do pescoço, largura da base, espessura do pescoço, média do comprimento dos gumes, espessura na metade do pedúnculo, espessura na metade do corpo e média do ângulo dos gumes. Para todas essas medidas, foram observadas diferenças estatisticamente significantes ($p < 0.05$).

Se consideramos a classificação de 25% dos atributos, um parâmetro estabelecido por Moreno de Sousa & Okumura (2020), os corpos triangulares com bordos serrilhados desaparecem da análise. No entanto, há de se ponderar que 23% das pontas de Piracicaba apresentam tal feição. Ainda

assim, podemos considerar que, em termos métricos, as pontas de Piracicaba são parecidas com as do sítio Alice Boer, mas o serrilhado naquelas com corpos triangulares apontaria para um tipo diferente.

Por meio da perspectiva tecnológica, foi identificado que a única coleção que permite inferências com relação ao suporte é a de Iracemápolis, mas, independentemente de terem sido obtidas em lascas, todas as pontas foram formatadas bifacialmente, como no restante das demais coleções. A técnica de confecção entre as pontas de Piracicaba e Iracemápolis é a mais próxima; não há nenhuma ponta elaborada somente por percussão, caso encontrado na amostra de Alice Boer.

A comparação entre a morfologia das pontas mostra que os corpos triangulares são acompanhados por bordas retas na maioria dos casos. As aletas das pontas do Alice Boer são mais similares com as de Iracemápolis, e estas, por sua vez, podem ter formas retas como encontrado na maioria das pontas de Piracicaba, que ainda apresentam a variável côncava, distintas das outras duas coleções.

A observação do pedúnculo feita por Moreno de Sousa (2019a) incorpora as bordas e a base. Com isso, bordas divergentes com base convexa são sinônimos de pedúnculos ovalados, mostrando alta similaridade entre as três coleções, reafirmando o fato de que os pedúnculos parecem estar determinados por algum tipo de norma cultural e que artefatos espacialmente próximos tendem a ser mais similares entre si (Araujo & Okumura 2017, Okumura & Araujo 2016, Okumura 2018).

No que diz respeito aos negativos de lascamento do corpo, as pontas de Piracicaba e Alice Boer compartilham as retiradas seletivas como as mais recorrentes, embora na primeira coleção tenham sido identificadas retiradas convergentes.

Destaca-se a alta frequência de negativos paralelos nas pontas de Iracemápolis, um tipo que parece, de fato, ser um elemento tecnológico caracterizador de tal indústria, uma vez que esse é também o modo como os pedúnculos foram feitos, diferentemente de Piracicaba e Alice Boer, onde também

pode haver negativos convergentes sem a predominância de um tipo específico.

Em nossa análise, norteadas pela proposta de Moreno de Sousa (2019a: 122) de que negativos seletivos feitos por pressão não deveriam ser anotados como retoque, mas somente aqueles que são contínuos, consideramos a feição da ponta como um todo, ou seja, uma síntese dos diferentes estágios de redução que são possíveis de serem observados no artefato final. Tal postura poderia explicar a maior ocorrência da variável percussão e pressão, uma vez que as pontas podem mostrar a formatação pelas duas técnicas, ou ainda a pressão indicaria o retoque seletivo.

Quanto à recorrência de negativos do tipo convergentes em nossas análises, entendemos que a explicação pode residir em dois fatores. Primeiro, é possível que as pontas de Piracicaba, realmente, não apresentem negativos do tipo paralelos no corpo; segundo, é que tal incongruência pode residir na compreensão distinta do protocolo entre diferentes pesquisadores.

A fim de explorar com mais detalhe as questões morfológicas, foi realizada a análise de morfometria geométrica, na qual é possível separar forma e tamanho (algo impossível de ser feito com morfometria tradicional⁶). Foram analisadas seis pontas da região de Piracicaba e 50 pontas de Rio Claro (41 da coleção particular do Sr. João Boer e nove da coleção do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Foram selecionadas pontas que tinham ápice e base íntegros e ao menos um dos lados com aleta e pescoço completos. Devido à quebra observada em todas as pontas do tipo alongado oriundas de Piracicaba, elas não puderam ser incluídas na análise, que se limitou às pontas do tipo triangular.

Os resultados da Análise de Componentes Principais aplicados às coordenadas da forma sugerem que as pontas de Piracicaba se encontram dentro da variação de forma observada para as pontas da região de Rio Claro, sendo caracterizadas, de forma geral,

6 Para mais detalhes sobre teoria e método em morfometria geométrica, assim como softwares utilizados, ver Okumura & Araujo (2016).

por serem largas e com corpo curto em relação ao pedúnculo. A Fig. 7 ilustra o resultado morfológico, em que as pontas no topo e na

lateral esquerda seriam as mais recorrentes: a primeira representa uma ponta finalizada, e a segunda é resultado do reavivamento dos bordos.

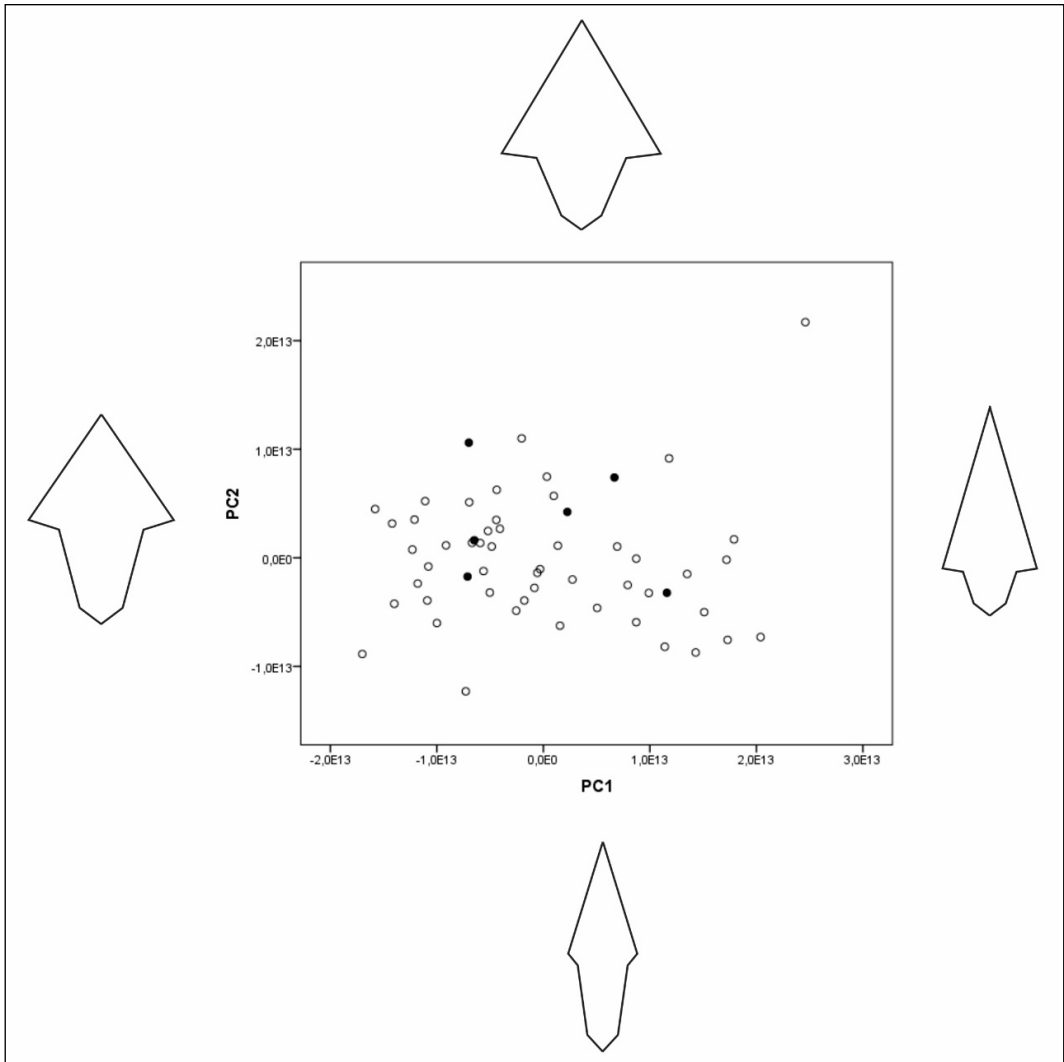


Fig. 7. Gráfico dos dois primeiros componentes principais mostrando as pontas de Piracicaba (em preto) dentro da diversidade observada para as pontas de Rio Claro (em branco)

A análise do tamanho do centroide mostra que as pontas de Piracicaba se encontram na parte superior da variação observada em Rio Claro, assim tendem a ser, em média, maiores (Fig. 8). No entanto, não há diferenças significativas em relação à

média entre as duas regiões (teste de Mann-Whitney apresenta valor de $p = 0,399$). Esse resultado corrobora o que foi observado nas demais análises apresentadas neste artigo, ou seja, as pontas de Piracicaba tendem a ser maiores do que as de Rio Claro.

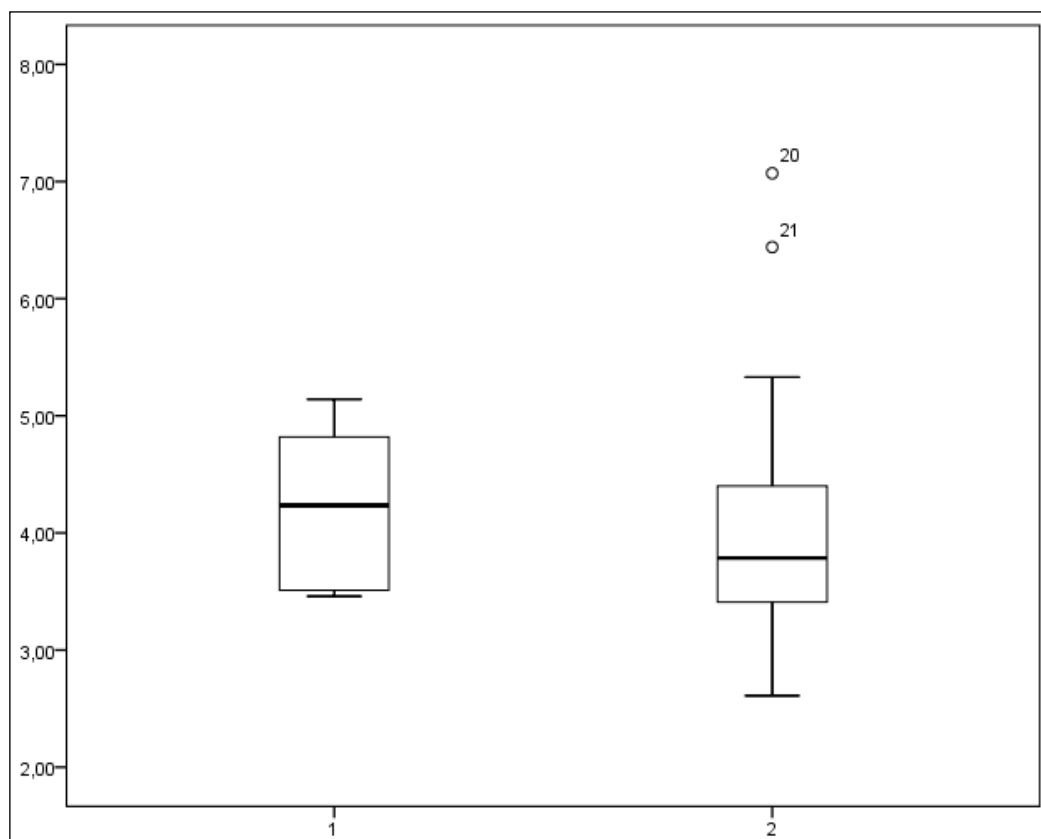


Figura 8: O gráfico de boxplot apresentando a distribuição do tamanho do centroide das pontas de Piracicaba (1) e Rio Claro (2). Os indivíduos 20 e 21 de Rio Claro mostram-se como outliers dessa distribuição.

Resultados e Discussão dos Dados Obtidos

Ao considerar todas as peças analisadas, no que diz respeito ao estudo das técnicas, notamos dois grupos distintos que são as pontas obtidas pela estratégia de adelgaçamento bifacial e espessamento bifacial. Assim, a morfologia dos negativos de retirada são diferentes, visto que a espessura é direcionada pelo ângulo de lascamento, o que por sua vez afeta diretamente as seções transversal e longitudinal. Uma vez que tal relação é reconhecida, é possível afirmar que existe uma dependência entre morfologia e tecnologia, mas que esta não se dá no aspecto do produto final, uma vez que entendemos que ele é condicionado culturalmente.

Moreno de Sousa (2019a: 313-321) replicou as pontas valendo-se da tecnologia Rioclarense

como modelo a ser seguido e comparou seus resultados com os artefatos formais e lascas de formatação (“façonagem”) do sítio Alice Boer. As pontas finalizadas replicadas apresentaram poucas diferenças com as arqueológicas, sendo as primeiras 1 mm maiores. Por outro lado, as lascas produzidas durante o experimento apresentam diferenças significativas no comprimento, na espessura, no talão e no número de negativos de retiradas na face externa; as lascas feitas por replicação tenderam a ser menores do que as lascas arqueológicas.

Se considerarmos as lascas como marcadores para estudar o processo de manufatura, o resultado da experimentação mostra que é possível obter pontas com um aspecto morfológico muito parecido, sem se valer da mesma técnica de confecção.

Moreno de Sousa (2019b), conclui que não há similaridade entre as lascas replicadas com aquelas da coleção das pontas Rioclarense, em nenhum dos sítios analisados e, provavelmente, as lascas analisadas do Alice Boer eram majoritariamente para produção de *lesmas*. Essa é uma afirmação interessante que merece ser melhor explorada, uma vez que o sítio Alice Boer é reconhecido por sua enorme quantidade de pontas bifaciais, que suplantam em muito as *lesmas*. Portanto, é curioso que os resultados da análise tenham apontado para a manufatura dos artefatos menos abundantes. Ainda em relação às *lesmas*, há maior semelhança entre as lascas experimentais com aquelas do Alice Boer do que com as do Caetetuba, embora ele tenha apresentado uma produção superior de instrumentos unifaciais. Assim, o autor explica que a diferença entre a produção das *lesmas* poderia ser decorrente do uso de técnica distintas, algo igualmente sugerido por outros autores (Rodet, Duarte-Talim & Barri 2011; Correa 2022).

De acordo com o recorte estabelecido pelo autor, as lascas de pressão não foram analisadas por serem menores do que 7 mm de comprimento (Moreno de Sousa 2019a: 317).

Quando medimos os negativos de lascamento dos artefatos, esse resultado é condizente com o tamanho das lascas identificadas como do tipo paralelos, embora também possam ser maiores, em torno de 11 mm, notado nas pontas de Piracicaba.

Dados os resultados apresentados, relacionados à análise de tecnologia e de morfometria, sugerimos que as pontas de Piracicaba sejam incluídas na Indústria Rioclarense, mas consideradas como uma manifestação um tanto distinta, principalmente pela presença das pontas de corpo alongado e bordas serrilhadas, inicialmente notadas por Miller Jr. (1969) no sítio Aparecida, no município de Rio Claro. Mostramos que tecnologicamente e morfologicamente temos dados suficientes indicando que, mesmo que até o momento ocorram em menor proporção, essas peças não cabem dentro da definição dos tipos das pontas típicas Rioclarense. A **Tabela 5** mostra a sistematização dos atributos tecnológicos e morfológicos característicos das pontas de corpo alongado com negativos do tipo paralelos, obtidos por pressão. O aumento da amostra poderá resultar no refinamento da síntese proposta.

Tipo	Tecnologia	Morfologia	Associação
Piracicaba 1 (Fig. 3, n. 1)	Negativos paralelos Pressão Bifacial	Corpo alongado Bordas serrilhadas Aletas oblíquas obtusas Bordas divergentes Base convexa	Indústria Rioclarense
Piracicaba 2 (Fig. 3, n. 2)	Negativos paralelos Pressão Bifacial	Corpo alongado Bordas serrilhadas Aletas retas Bordas divergentes Base convexa	Indústria Rioclarense

Tabela 5: Sistematização dos atributos das pontas de corpo alongado e bordas serrilhadas que aparecem na Indústria Rioclarense.

Na década de 1960, Guidon (1964) dedicou seus estudos na bacia do rio Pardo, porção norte no estado de São Paulo, relatando a ocorrência de aproximadamente quatro pontas com corpo longo (o que denominados como alongados) e bordos serrilhados, tratando de exemplares distintos, que compartilhavam características similares com as pontas da região de Rio Claro. Correa (2022: 201-208) revisitou tal coleção concluindo que o serrilhado são do tipo marginal, em corpos triangulares (não alongados), muito distintos das peças da região central, sugerindo ainda uma outra maneira de fabricar tais instrumentos.

A **Fig. 1** mostra que cidades muito próximas de Piracicaba, como Cerquillo e Tietê, apresentam peças semelhantes entre si. A leste, no município de Laranjal Paulista, as pontas pertencentes à coleção Plínio Ayrosa (MAE/USP), bem como ao sul, como mostram as pontas identificadas por Caldarelli (1983) nos sítios Queimador II (Guareí), Areia Branca I e Areia Branca II (Pereiras e Tatuí) mostram a ocorrência de instrumentos com corpo alongado e bordos serrilhados. Embora o conjunto amostral ainda seja pequeno, sugerimos que esses artefatos possam compreender uma “fácies” da Indústria Rioclarense.

Conclusões

O centro do interior paulista tem se tornado uma área de extrema importância para caracterização de grupos caçadores-coletores desde o final da década de 1960. Este artigo mostra que Piracicaba e seu entorno, ainda que sem um contexto estratigráfico e datações associadas diretamente aos artefatos, pode ser inserida na discussão sobre a manufatura de pontas bifaciais a partir do acesso e estudo de coleções particulares e públicas.

Quanto à explicação sobre a variabilidade artefactual interna da Indústria Rioclarense, a dispersão dos artefatos parece mostrar que provavelmente existiu um grupo maior de pessoas com alta interação cultural, capaz de manter traços característicos durante o processo de transmissão cultural (Henrich

2004, 2010). Deve-se levar em conta, também, que a reprodução de um dado artefato está relacionada com percepção visual, memória e habilidades motoras, sendo assim, o erro de cópia pode ainda ser uma das causas dessa variabilidade (Eerkens 2000).

Procuramos aqui destacar as pontas com corpo alongado e bordos serrilhados, uma vez que sua presença nos conjuntos ainda é pouco discutida, mas outras variabilidades internas foram notadas. Propomos que as pontas Rioclarense apresentam “fácies” distintas e, como tais, devem ser individualizadas, a fim de que não ocorra uma homogeneização excessiva, sendo essa uma das grandes críticas relacionadas à definição das tradições arqueológicas.

Ao comparar os protocolos de análises, notamos que a proposta de Moreno de Sousa & Okumura (2020) procura entender a orientação dos negativos de lascamento ao observar o eixo tecnológico, mas tal escolha parece não permitir uma relação direta entre forma e tecnologia, uma vez que responde a questões relacionadas à análise diacrítica, orientada em entender a sucessão de eventos que resultaram em um produto final. Possivelmente, essa situação reflete a ideia de Moreno de Sousa (2019a: 342) de que qualquer relação direta entre morfologia e tecnologia pode ser equivocada ou rara.

Entendemos que a relação entre ambas pode ser delineada quando se observa a morfologia no negativo de retirada (a forma da lasca removida) e exemplificamos as duas distintas estratégias de adelgaçamento bifacial que resultam em ângulo de gumes e seções distintas. Assim, o aspecto do produto final não seria, de fato, uma consequência única da tecnologia, uma vez que ainda devem ser consideradas as normas culturais ou ainda por funções específicas a serem desempenhadas pelos instrumentos.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos colecionadores particulares, ao Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, ao Museu e Centro de Ciências, Educação e Artes “Luiz de

Queiroz”, a Edno Aparecido Dario (ESALQ/USP), Dra. Rosebelly Marques (ESALQ/USP), Charles Albert Medeiros (ESALQ/USP), Levi De Zen Itepan (ESALQ/USP), André Pinheiro Almeida (ESALQ/USP), Thais Maria Ferreira de Souza Vieira (Diretora ESALQ/USP), Marcos Milan (vice-diretor ESALQ/USP), Dr. Gregório Ceccantini (IB-USP), João Boer (*in memoriam*), Aparecida Boer, Dinan Rogério, Samara Constâncio e Marcelo

Zaghi. Agradecemos, também, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (LCC 2017/20340-1 e 2023/01972-8; AGMA 2019/18664-9; MO 2018/23282-5), Bolsa Produtividade CNPq 307428/202-1 e 308856/2022-8.

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

CORREA, L. C.; *et al.* Hunter-Gatherer Archaeology In Piracicaba: The State Of The Art and A Proposal to Internally Differentiate the Rioclarense Industry. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 164-185, 2024.

Abstract: The central portion of São Paulo State has proven to be an important location for the identification of several types of artifacts associated with hunter-gatherer groups. The Piracicaba municipality seems to be no different. Although very few sites have been identified, knowledge about the archaeological record can be built thanks to a collaboration with the local community, which shares artifacts found mainly in rural areas that remain little disturbed. This study describes the results of unpublished analyses that enables us to propose a cultural variability within what is known as Rioclarense Industry and aim to encourage the publication of partial data from surface findings without exact context as a potential approach for the archaeological characterization of places with few systematic data.

Keywords: Rioclarense Industry, lithic technology, hunter-gatherer, Piracicaba

Referências Bibliográficas

- Araujo, A.G.M. 2001a. A Arqueologia da Região de Rio Claro: Uma síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 11:125-140.
- Araujo, A.G.M. 2001b. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Araujo, A.; Okumura, M. 2017. Fronteiras e identidades na pré-história: uma análise Morfométrica de pontas líticas bifaciais do Sudeste e Sul do Brasil. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas* 17/30: 39-62.
- Araujo, A.G.M. *et al.* 2021. The Rise and Fall of Alice Boer: A Reassessment of a Purported Pre-Clovis Site. *PaleoAmerica*, Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20555563.2021.1894379>>. Acesso em: 18/09/2024. DOI: 10.1080/20555563.2021.1894379.
- Araujo, A.G.M. =*et al.*, 2024. Interactive Map of Indigenous Archaeological Sites from São Paulo State – Brazil. Acesso em: 18/03/2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11116507>.
- Altenfelder, F.S. 1968. Arqueologia Pré-histórica da Região de Rio Claro. *Revista de Pré-História Brasileira*, n14: 157-166.

- Bradley, B.A. 1997. Sloan Site Biface and Projectile Point Technology. In: Morse, D. F. *Sloan: a paleoindian Dalton cemetery in Arkansas*. Smithsonian Institution, Washington 1-157.
- Caldarelli, S.B. 1983. *Lições da Pedra: aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Correa, L.C. 2022. *A Variabilidade das Indústrias Líticas no Interior Paulista: uma síntese regional*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Neto, P. C. 2004. Sítios Arqueológicos de Piracicaba e Região. *Revista do IHGP*, 11: 29-33.
- Dickens, W.A. 2005. *Biface Reduction and Blade Manufacture at the Gault Site (41bl323): a Clovis occupation in Bell County, Texas*. Tese de Doutorado. Texas A&M University, Texas.
- Dutra, A. 1972. *A Contribuição de Piracicaba na Arte Nacional*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- Eerkens, J.W. 2000. Practice Makes within 5% of Perfect: visual perception, motor skills, and memory in artifact variation. *Current Anthropology*. Acesso em: 18/09/2024. DOI: <https://doi.org/10.1086/317394>.
- Guidon, N.A. (1964). Indústria Lítica de Jataí: Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista, Nova Série*, XV: 381-403.
- Henrich, J. 2004. Demography and cultural evolution: how adaptive cultural processes can produce maladaptive losses—the Tasmanian case. *American Antiquity*. Acesso em: 18/09/2024. DOI: <https://doi.org/10.2307/4128416>.
- Henrich, J. 2010. The Evolution of Innovation-enhancing Institutions. In: O'Brien, M.J.; Shennan, S. *Innovation in Cultural Systems: Contributions from Evolutionary Anthropology*. MIT Press, Cambridge: 99-120.
- Inizan, M.L.; Reduron-Ballinger, M.; Roche, H.; Féblot-Augustins, J. (1999). *Préhistoire de la Pierre Taillée: Followed by a Multilingual Vocabulary Arabic, English, French, German, Greek, Italian, Portuguese, Spanish*. Cercle de Recherches et d'Etudes Préhistoriques, Nanterre.
- Kern, A. 1982. *Le Précéramique du Plateau Sub-brésilien*. Tese de doutorado. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Kooyman, B.P. 2000. *Understanding Stone Tools and Archaeological Sites*. University of Calgary Press, Calgary.
- Mentz Ribeiro, P.A.; Hentschke, O. 1976. Método para Classificação de Pontas-de-projétil e algumas aplicações práticas. *Revista do CEPA*, 3/3: 7-71.
- Miller Jr., T.O. 1969. *Sítios Arqueológicos da Região de Rio Claro, Estado de São Paulo*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Rio Claro.
- Miller Jr., T.O. 1972. Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo. *Dédalo*, 16/8: 13-118.
- Miller Jr., T.O. 2011. *Duas Fases Paleoindígenas da Bacia do Rio Claro, Estado de São Paulo: um estudo em metodologia*. Habilis, Erechim.
- Moreno de Sousa, J.C. 2019a. *Tecnologia de Ponta a Ponta: em busca de mudanças culturais durante o Holoceno em indústrias líticas do Sudeste e Sul do Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Moreno de Sousa, J. C. (2019b). Bringing Experimental Lithic Technology to Paleoamerican Brazilian Archaeology: Replication Studies on the Rioclarense and Garivaldinense Industries. *EXARC Journal*, n. 3. Acesso em: 26/09/2024.
- Moreno de Sousa, J.C.; Okumura, M. (2020). A New Proposal for the Technological Analysis of Lithic Points: Application for understanding the cultural diversity of hunter-gatherers in Eastern South America. *Quaternary International*. Acesso

- em 19/09/2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2020.07.037>.
- Acesso em: 20/09/2024. DOI: <https://doi.org/10.2218/jls.v3i1.1379>.
- Okumura M. 2018. Boundaries and identities in prehistory: the relation between raw material and shape of lithic bifacial points in southeastern and southern Brazil. In: Alcántara, M.; Monteiro, M.G.; López, F.S. (Orgs.) *Arqueología, Actas del 56º Congreso Internacional de Americanistas*, Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores. ISBN 978-84-9012-913-5.
- Okumura, M.; Araujo, A.G.M. 2013. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: Caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/106842>>. Acesso em 26/09/2024. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.106842 .
- Okumura, M.; Araujo, A.G.M. 2016. The Southern Divide: Testing morphological differences among bifacial points from southern and southeastern Brazil using geometric morphometrics. *Journal of Lithic Studies*.
- Pereira Jr., J.A. 1964. Nótulas sobre as Inscrições Rupestres de Piracicaba. *Apontamentos Arqueológicos*, 5:13.
- Prous, A. 1991. *Arqueologia Brasileira*. Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Rodet, M.J.; Duarte-Talim, D.; Barri, L.F. 2011. Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central: “Tradição Itaparica”. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 9/1: 81-100.
- Schmitz, P.I. 1987. Prehistoric Hunters and Gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory*, 1/1: 53-126.
- Stanford, D.J., Bradley, B.A. 2012. *Across Atlantic Ice: the origin of America's Clovis culture*. University of California Press, Oakland.
- Troncoso, L.D.P.S.; Corrêa, A.A.; Zanettini, P.E. 2016. Paleoíndios em São Paulo: nota a respeito do sítio Caetetuba, município de São Manuel, SP. *Paleoindian Archaeology*, 11: 50-71.

Relatos Históricos dos Séculos XVIII e XIX: Povos Indígenas e Plantas nas Margens do Alto Rio Tapajós

Natália Cristiana Pereira Pinheiro*

PINHEIRO, N. C. P. Relatos Históricos dos Séculos XVIII e XIX: Povos Indígenas e Plantas nas Margens do Alto Rio Tapajós. R. Museu Arq. Etn. 42: 186-202, 2024.

Resumo: Este artigo tem como objetivo aprofundar a análise das referências históricas compreendidas entre os séculos XVIII e XIX, explorando as espécies botânicas e práticas agroecológicas dos povos indígenas na região do Alto Rio Tapajós. Busca-se estabelecer um diálogo entre a etnohistória, etnobotânica e arqueologia, visando contribuir para a compreensão da construção de florestas culturais ao longo do rio Tapajós. Utilizando como base exemplos de povos do Tronco Tupi (Apiaká, Kaiabi, Mundurucu e Sateré-Mawé), este estudo se propõe a examinar as complexas relações entre comunidades indígenas e a agrobiodiversidade, evidenciando a riqueza cultural e os sistemas de manejo antigo na região.

Palavras-Chave: Florestas culturais; Alto Tapajós; Etnobotânica; História Indígena; Povos originários.

Introdução

Documentos históricos são uma fonte de acesso ao conhecimento ancestral indígena sobre práticas agroecológicas na Amazônia. Sem conhecermos tais práticas será difícil compreendermos a formação da agrobiodiversidade na floresta tropical. À medida que o contexto ambiental passa a ser compreendido em paralelo aos aspectos culturais e sociais, sob uma perspectiva temporal, é possível explorar o processo de acumulação de plantas (Balée 2000). Esse processo se desenrola no momento em que pessoas fazem escolhas criteriosas de espécies botânicas para suas roças, colhem frutos ao longo de caminhos, (trans)plantam

árvores frutíferas nos quintais e realizam o intercâmbio de raízes tuberosas ou mudas de plantas (por exemplo, Anderson & Posey 1985; Posey 1986; Carneiro 1986; Politis 1996; Balée 1998, 2006). Tais caminhos representam maneiras de transmitir horizontalmente as plantas e os conhecimentos sobre elas, muitas vezes, por meio de entroncamentos culturais. Acredita-se que tal processo ocorra desde o início da colonização humana na Amazônia, há mais de 11 mil anos (Shock & Moraes 2019).

Ao apropriarem-se e atribuírem significado ao universo vegetal, as pessoas não apenas acumulam conhecimento, mas também o ampliam e transformam, gerando uma compreensão em constante desenvolvimento acerca dos vegetais e das florestas. Essa sabedoria é também transmitida de maneira horizontal, consolidando-se em um processo dinâmico e contínuo de maturação do entendimento humano sobre a relação

* Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: pinheironatalya@gmail.com.

intrínseca entre comunidade e ambiente vegetal ao longo do tempo (Descola 2003).

O acúmulo da diversidade, entendido como uma prática *per se* (Cunha 2017), manifesta-se como uma atividade de longa duração na Amazônia. Desde o período anterior à invasão europeia os modos como as pessoas se relacionam com o meio externo e suas especificidades denotam uma relação de familiaridade e coparentalidade. A coparentalidade refere-se à concepção de que as sociedades indígenas, muitas vezes, entendem o meio ambiente e suas componentes naturais como co-participantes e co-criadores em um processo de cuidado mútuo (Fausto, 2008; Oliveira 2008; Descola 2003).

Nesse contexto, o ambiente é visto não apenas como um recurso a ser explorado, mas como parceiro ativo em um relacionamento de reciprocidade e cuidado. Essa visão implica um vínculo profundo e responsável com a natureza, no qual as práticas de cultivo e manejo são orientadas por uma ética de reciprocidade e manutenção do equilíbrio ambiental (Oliveira, 2008). Assim, ao buscar estreitar seus laços com o meio ambiente por meio do cultivo, as populações indígenas acabam por criar novas variedades de plantas e moldar a paisagem de maneiras que refletem essa relação coparental (Furquim 2018; Fausto & Neves 2018).

Com o surgimento de novas variedades, percebe-se uma ampliação na diversidade de plantas cultivadas. No entanto, o contato dos povos originários com os europeus resultou em um colapso demográfico e na fragmentação das redes ameríndias estabelecidas por toda a Amazônia, assim como em uma significativa erosão genética de plantas (Clement 1999). Em outras palavras, muitas plantas domesticadas ou em estágio avançado de domesticação retornaram ao estado silvestre ou desenvolveram características semelhantes às de seus ancestrais não domesticados, passando a se comportarem como ferais ao retornarem aos ambientes naturais e adaptarem-se as novas condições. Tal fenômeno pode ser entendido como endoferalidade, que ocorre quando indivíduos de uma população doméstica escapam para ambientes nos quais conseguem

sobreviver e se reproduzir (Gering et al. 2019). Assim, a feralização de plantas em contextos históricos e pós-coloniais exemplifica como espécies cultivadas podem reverter esse processo e adaptarem-se à novas realidades culturais e ecológicas.

O avanço da colonização na Amazônia é documentado por meio de cartas, ilustrações e relatórios. Nas expedições conduzidas por cronistas, missionários, agentes oficiais e naturalistas, alguns relatos históricos informaram sobre o complexo gradiente de cultivo e manejo desenvolvido por povos indígenas. Nos séculos XVIII e XIX, os modos de vida e os saberes tradicionais de povos identificados nas margens do alto rio Tapajós atraíram a atenção de viajantes europeus, que registraram as espécies botânicas utilizadas e as práticas econômicas.

Este artigo tem o objetivo de aprofundar reflexões sobre a influência humana na composição florística encontrada nas margens do alto rio Tapajós. Para alcançar esse objetivo, foi conduzido um estudo interdisciplinar que estabelece um diálogo entre a etnohistória, a etnobotânica e a arqueologia. A intenção é oferecer uma contribuição para a compreensão da formação da indigeneidade nas florestas amazônicas. Ao focar nas práticas agroflorestais dos povos Apiaká, Kaiabi, Mundurucu e Sateré-Mawé, espera-se colaborar para um entendimento mais amplo da dinâmica cultural das florestas amazônicas. Essas práticas agroflorestais antigas também seriam importantes para compreender os ciclos extrativistas ocorridos na Amazônia desde o período colonial e que seguem até o presente (e.g., açaí, castanha, cacau, entre outros).

O estudo parte de uma análise documental de estudos arqueológicos e etnobotânicos e de pesquisa etnohistórica do alto rio Tapajós, com ênfase em autores como Hércule Florence (2007 [1876]) e Antônio Gonçalves Tocantins (1877). Nosso estudo teve como objetivo principal a identificação dos vegetais usados e as práticas agroflorestais na região mencionada. Adotamos uma abordagem crítica para identificar padrões, lacunas e divergências nos documentos, buscando validar as informações por meio da

comparação com outras fontes secundárias e, sempre que possível, com dados primários de relatórios de expedições, diários de viajantes e registros oficiais. Essa metodologia nos permite uma interpretação contextualizada das fontes, de modo a enriquecer o entendimento da relação entre os povos indígenas e o ambiente. É importante destacar que estudos anteriores na área da arqueologia utilizaram da pesquisa de relatos etnohistóricos para discutir sobre o uso de plantas e o conhecimento tradicional sobre o ambiente, como demonstrado nos trabalhos de Noelli (1998) e Noelli *et al* (2019) sobre a classificação Guarani.

Relatos históricos, povos indígenas e plantas

A topografia da região do alto rio Tapajós, marcada por seus acidentes geográficos como corredeiras e cachoeiras, desempenhou um papel importante para retardar o avanço da colonização europeia. Inicialmente sob os domínios espanhóis, contrastava significativamente com a área jusante, que desde os primeiros contatos estava sob influência portuguesa (Rocha 2017). No entanto, a partir de meados do século XVIII, esse cenário começou a mudar. O alto curso do rio deixou de ser controlado pelos espanhóis, tornando-se uma região livre para navegação e exploração por magistrados, capuchinhos e naturalistas. A alteração de status possibilitou uma intensa exploração e registro de informações por parte de diversos agentes.

No século XVIII, após a saída de Marquês de Pombal, os registros eram produzidos por militares e magistrados cujos textos eram marcados por sua superficialidade e falta de informações relevantes sobre os povos originários e seus aspectos culturais (Rocha 2017: 82-83). No século seguinte, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, Dom João VI incentivou expedições científicas por todo o país e abriu os portos para nações amigas. Esse estímulo resultou em relatos mais detalhados e ricos, que abrangiam informações sobre as populações locais, a flora, a fauna e outros aspectos relevantes (Schultz 2008).

O alto rio Tapajós tornou-se cenário de diversas expedições, incluindo aquelas lideradas por Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius entre 1817-1820; Georg Heinrich Langsdorff e Hercule Florence entre 1824-1829; Henry Walter Bates de 1848 a 1859; João Barbosa Rodrigues em 1875; Antônio Manoel Gonçalves Tocantins em 1875-76; Charles Frederick Hartt em 1885; e Henri Coudreau em 1897.

As expedições científicas no alto rio Tapajós proporcionaram um aumento nas informações detalhadas sobre os povos indígenas, suas estratégias econômicas, o uso de plantas, o comércio, entre outros aspectos. Esses estudos científicos atraíram a atenção de europeus que participaram das expedições e se dedicaram a registrar minuciosamente cada faceta observada. Além disso, na primeira metade do século XIX, o rio Tapajós era conhecido como a comarca da Mundurukânia, abrigando aldeias em toda a área do alto Tapajós, desde a confluência dos rios Teles Pires e Arinos até o baixo Tapajós, incluindo também o baixo Madeira (Aires de Casal 1817).

Os Munduruku estavam em processo de expansão territorial que se deu por meio de expedições guerreiras, predominantemente terrestres, que alcançavam de áreas próximas a Belém, atual capital do estado do Pará, até Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso (Tocantins 1877; Bates, 1914). Durante essas expedições, que poderiam se estender por vários dias, os guerreiros frequentemente levavam suas famílias e estabeleciam acampamentos temporários.

Durante tais expedições, caracterizadas por uma combinação de estratégias de guerra e econômica, é considerado que os guerreiros Munduruku consumissem animais provenientes da caça ou pesca, juntamente com vegetais locais. O descarte deliberado de sementes ao longo das trilhas por onde passavam desempenharia um papel ativo no processo contínuo de manejo florestal. O método utilizado, comparável ao observado entre os Kayapó e os Nukak, contribuiria para promover espécies botânicas economicamente úteis e concentrar recursos botânicos

(c.f. Posey 2004; Politis 1996). Tal método não só delineava a relação dos Munduruku com a terra, mas também evidenciava uma estratégia de regeneração e do favorecimento de espécies benéficas ao longo do tempo.

Nessas expedições guerreiras, a incorporação de cativos indígenas na comunidade Munduruku, incluindo crianças e mulheres, era uma ocorrência comum. Um relato do século XIX de Antonio Gonçalves (1877: 84) registra essa dinâmica ao visitar uma aldeia Munduruku no Tapajós: “[...] Mas aqui devo observar que os Mundurucús fazem frequentes guerras a outros gentios seus inimigos, com o fim precisamente de aprisionar mulheres moças e crianças, e não de mata-las. Matam sim os homens, cujas cabeças conservam como trophéus”.

A incorporação de mulheres de outros povos indígenas por meio do matrimônio com homens Munduruku poderia enriquecer o repertório ambiental e cultural desse povo.

Com a incorporação, ainda que muitas vezes involuntária, poderia facilitar uma troca de saberes que abrangia desde práticas agroecológicas até métodos de cultivo e manejo dos recursos e ainda o compartilhamento de receitas alimentares tradicionais.

Na expedição de Hercule Florence (2007), realizada em conjunto com Georg Langsdorff durante 1824 e 1829, enquanto documentava o curso do rio Tapajós, ele também registrou visualmente a riqueza cultural dos povos que habitavam suas margens. Ao alcançar as águas do rio Arinos, Florence deparou-se com a comunidade indígena Apiaká, cuja língua pertence à família Tupi-Guarani. Os registros visuais desse encontro revelam a singularidade da vida dos Apiaká, como suas casas cobertas com palhas de palmeiras e o uso de pigmentos naturais provenientes do urucum (*Bixa orellana*) e jenipapo (*Genipa americana*) para adornar seus corpos (Fig. 1).



Fig. 1. O povo Apiaká no rio Arinos. Ilustração de H. Florence.

Fonte: Florence (2007).

As ilustrações minuciosas de Florence também capturam a rotina cotidiana, mostrando duas indígenas utilizando um pilão para moer algum vegetal. Ao fundo, destacam-se árvores frutíferas, criando um panorama que ultrapassa a simples representação visual. Tais registros não se limitam a documentar a paisagem e cultura dos povos indígenas, eles proporcionam uma janela para as práticas cotidianas, destacando o uso e a manipulação de plantas por indígenas.

Em 1827, na sua jornada ao longo do rio Tapajós, Florence atinge uma das numerosas

aldeias Munduruku que pontuam as margens do rio e detalha o processamento da mandioca pelas mulheres (Fig. 2). No interior de uma habitação Munduruku, com redes penduradas por todo lado, o cenário revela algumas mulheres dedicadas à tarefa de esmagar a mandioca utilizando um pilão, enquanto outras se dedicam à extrair o suco venenoso da raiz¹. Em seguida, a massa resultante é cuidadosamente colocada em grandes vasilhas de barro, dispostas sobre fogueiras para dar início ao processo de secagem.

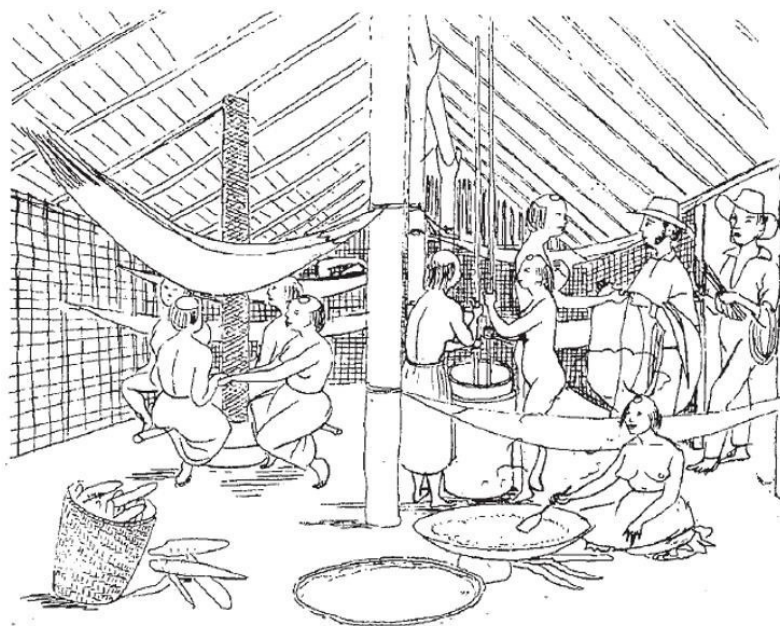


Fig. 2. O interior da casa Munduruku no rio Tapajós. Ilustração de H. Florence.

Fonte: Florence, 2007.

Um exame mais detalhado revela a presença de um jamanxim, cesto feito com fibra de palmeira trançada, ao lado do qual uma mandioca está disposta no chão, próximo a uma mulher Munduruku envolvida na preparação de um prato com esse vegetal. O registro feito por Florence não apenas oferece uma visão do laborioso trabalho das mulheres Munduruku na produção da mandioca, mas também destaca a relação íntima entre a comunidade e os recursos naturais. Evidencia-se uma prática

ancestral que contribui para a economia das comunidades indígenas.

1 O suco venenoso da mandioca, também conhecido como “suco de mandioca brava”, é uma substância tóxica presente na raiz da mandioca brava (*Manihot esculenta*), uma variedade da planta. Esse suco contém cianeto, que é liberado quando a mandioca é ralada ou espremida, sendo uma medida de defesa natural da planta contra insetos e animais que tentam consumi-la. No processo de preparação da mandioca para consumo humano é essencial remover ou neutralizar esse suco venenoso por meio de técnicas como prensagem, fermentação ou cocção.

Na expedição liderada por Antônio Manoel Tocantins, iniciada em 1875, foi alcançada uma das primeiras aldeias do povo Munduruku, situada no rio Cururu, em uma área de campina. Durante sua jornada, o explorador elaborou uma espécie de etnografia que abordou diversos aspectos da vida dos Munduruku, desde elementos religiosos até histórias relacionadas à origem da criação de seus animais. Segundo Tocantins (1877), mais de 50 plantas, representadas por 29 espécies e 48 gêneros, eram utilizadas pelo povo Munduruku, seja para fins alimentares, medicinais, entre outros. As plantas registradas eram encontradas em áreas de roçados, pomares, capoeiras e locais frequentemente visitados ou de fácil acesso (Horton 1948).

Os vegetais utilizados pelos Munduruku fazem parte de um intrincado sistema de manejo e cultivo, no qual estratégias eram desenvolvidas para promover o crescimento dessas plantas em áreas habitadas anteriormente. A escolha estratégica de estabelecer aldeias em lugares com terra preta antropogênica reflete uma profunda compreensão do ambiente, visando garantir o sucesso das colheitas ao longo do tempo (Hartt, 1885; Rocha, 2017). Essa prática evidencia a sabedoria do povo Munduruku, bem como destaca um entendimento aprimorado sobre a paisagem circundante, tornando-a mais vantajosa para a ocupação Munduruku.

A introdução da mandioca marcou o início do cultivo de plantas pelos Munduruku, conforme relatado em suas narrativas históricas. Segundo Antônio Tocantins (1877: 87), o demiurgo Caru-Sacabê, em Necodemos², teria preparado o campo e semeado. Após as primeiras chuvas, brotaram uma variedade de plantas alimentícias e medicinais, incluindo mandioca, milho, batata, cará e algodão. Ele também ensinou a construir forno e preparar farinha de mandioca.

A presente narrativa evidencia a transição para o cultivo e a diversificação das plantas

cultivadas. Antes da mandioca, a alimentação dos Munduruku era composta por uma “batata grande, parecida com inhame”, denominada korojōjō’a, ralada com uma ferramenta de rocha chamada “wita” (Munduruku, 2019: 25). Há especulações de que essa batata possa ser semelhante à batata-mairá (*Cassimirella* sp.), um cultivo consumido na região do rio Purus por povos indígenas como os Mura e Jamamadi antes da introdução da mandioca (Santos, 2016; Amoroso, 2020), o que abre espaço para investigações por meio de análises arqueobotânicas em artefatos líticos encontrados em territórios anteriormente habitados pelos Munduruku (Pinheiro, 2021).

Além disso, conforme mencionado por Munduruku (2019), os assadores cerâmicos eram utilizados para assar um pão feito com massa extraída da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) e envolto em folhas de bananeira. Os pães também poderiam ser preparados com o babaçu (*Attalea speciosa*) e a korojōjō’a (batata-mairá?). A diversidade de vegetais empregados na produção de pães-de-índio, conforme indicado por análises microarqueobotânicas dos pães encontrados na Terra Indígena Jakareúba/Katawixi, destaca a complexidade das receitas indígenas, incluindo grãos de amido de milho, mandioca, pimenta, batata-mairá e outros (Santos *et al.*, 2021). A identificação da batata-mairá nesse estudo oferece uma perspectiva interessante sobre as práticas alimentares, o que permitiria tentar recuperar vestígios desse vegetal em territórios associados à ocupação de ancestrais do povo Munduruku.

Outra possibilidade a ser considerada é que vegetais como a batata e o babaçu, bem como os pães, poderiam ter desempenhado um papel significativo nas expedições guerreiras realizadas pelo povo Munduruku. Apesar da falta de registros históricos específicos ou pesquisas recentes que estabeleçam diretamente a relação entre esses alimentos e os períodos de deslocamento dos Munduruku, é possível supor que tais recursos tenham sido importantes em contextos de mobilidade e disputas territoriais.

Conforme evidenciado por Cascon *et al.* (2022: 523-524), entre os Asurini do Xingu, alguns recursos florestais, como o babaçu,

2 Retifica-se que o nome da aldeia Necodemos está errado. Conforme salientado por Munduruku (2019: 23), o nome correto seria Dekojlm ou Decodemas, localizada nas campinas do alto curso do rio Cururu.

eram essenciais para a alimentação durante períodos de fuga e deslocamento. Esses dados etnográficos sugerem que a escolha de alimentos durante momentos de crise pode estar fortemente ligada à disponibilidade e à funcionalidade dos recursos naturais. Embora o contexto dos Asurini não seja idêntico ao dos Munduruku, a similaridade na importância de recursos florestais para sustento em períodos de deslocamento sugere que uma análise aprofundada da dieta dos Munduruku durante expedições guerreiras poderia revelar um padrão semelhante. A integração de estudos etnobotânicos adicionais e análises arqueológicas poderia ajudar a esclarecer a importância desses alimentos e fornecer uma compreensão mais completa das estratégias alimentares empregadas pelos Munduruku em situações de mobilidade e conflito.

A expedição de Henri Coudreau, realizada em 1895-1896, foi encomendada pelo governador do estado do Pará com o objetivo de realizar um levantamento cartográfico do rio Tapajós e fornecer informações detalhadas sobre os povos indígenas. Coudreau 1977 [1879]) começou no baixo Tapajós e encerrou no baixo Teles Pires. Durante a expedição, o naturalista encontrou aldeias do povo Munduruku nas margens do alto rio Tapajós e nas campinas, além de nos afluentes Crepori, Tropas, Jamanxim, Cururu, Juruena e Teles Pires.

Ao adentrar mais o rio Tapajós, especialmente na Ilha da Montanha, próxima ao município de Itaituba, Coudreau (1977 [1879]) encontrou indígenas da etnia Sateré-Mawé. O naturalista registrou uma diversidade de plantas importantes para alimentação desse povo, além das conhecidas mandioca e milho, ele mencionou o uso de uma ampla variedade de vegetais, incluindo pimenta (*Capsicum* sp.), mamão (*Carica* sp.), banana (*Musa* sp.), batata doce (*Ipomoeae batatas*), cará (*Dioscorea* sp.), caju (*Anacardium occidentale*), buriti (*Mauritia flexuosa*), timbó (*Ateleia glazioviana*), feijão (*Phaseolus* sp.), ingá (*Inga* sp.), urucum e jenipapo. A maioria das plantas identificadas por Coudreau estava presente na área destinada à roça, com exceção do timbó, que é encontrado à

beira do rio. Relatos anteriores, como os de Barbosa Rodrigues (1875), complementam essa narrativa ao descreverem a presença de um “açazinho” (*Euterpe oleraceae*) e cajueiros na mesma região. Mais à frente, Coudreau testemunhou os indígenas Sateré-Mawé engajados na atividade de extração de borracha nos seringais, o que evidenciava uma mudança nas prioridades e atividades da comunidade, com uma redução notável no cultivo do guaraná³ (*Paullinia cupana*).

Ao prosseguir em sua exploração ao longo do alto rio Tapajós, Coudreau (1977 [1879]) deparou-se com outras comunidades étnicas, entre elas os Apiaká, Cajabís [Kaiabi] e Bacaris [Bakairi]. Os Apiaká, pertencentes à família Tupi-Guarani, foram avistados pelo naturalista nas margens do rio Juruena, onde praticavam uma roça de policultura, cultivando uma gama de alimentos fundamentais para sua subsistência, tais como mandioca, milho, batata, cará, feijão e pimenta. Além disso, dedicavam-se cuidadosamente aos seus quintais, onde plantavam araquê (*Psidium* sp.), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*) e mamão (Coudreau 1977 [1879]: 151-152). A prática do cultivo em roças e quintais é uma atividade constante que exige um cuidado diário com as plantas, não apenas para garantir uma boa colheita, mas também para garantir a segurança alimentar da comunidade. Além disso, é interessante destacar que a complexidade de vegetais economicamente úteis em quintais, em alguns lugares, está relacionada com antigas aldeias indígenas próximas, isto é, sítios arqueológicos (Lins et al., 2015). Ou seja, em áreas de ocupações e reocupações humanas, os quintais tendem a ter uma maior diversidade de espécies botânicas.

Quanto aos Kaiabi, também pertencentes à família Tupi-Guarani, historicamente

3 O guaraná é uma planta nativa da região amazônica, reconhecida por suas sementes com altos teores de cafeína. Historicamente, os Sateré-Mawé mantiveram uma tradição secular de cultivo e consumo ritualístico do guaraná, considerado uma planta sagrada em sua cultura (Figueroa 2016). Além disso, desempenharam um papel importante na domesticação dessa espécie.

habitavam a região do médio rio Teles Pires. No contexto atual, devido ao avanço do agronegócio e da colonização, eles ocupam áreas nos rios Peixes, Xingu e baixo Teles Pires. Assim como os Munduruku, os Kaiabi buscam locais previamente manejados para fixar suas aldeias, identificando esses lugares pela presença de terra preta antropogênica (Stuchi 2010). A escolha estratégica de estabelecer roças em áreas com solos escuros reflete a busca por terrenos altamente férteis, ricos em nutrientes, para desenvolver um bom cultivo dos vegetais, em especial os exóticos.

Para assegurar uma colheita bem-sucedida, os indígenas Kaiabi adotam dois tipos de roças. A primeira é dedicada ao cultivo de mandioca e suas variedades, enquanto a segunda, caracterizada como de policultivo, exige solos mais propícios para semear uma variedade de vegetais, como milho, amendoim, batata doce, cana-de-açúcar, pimenta, abóbora, algodão, feijão e cará (Stuchi 2010: 28; Rocha 2018). A prática de cultivo dos Kaiabi é organizada de maneira horizontal e prioriza áreas de capoeira com plantas frutíferas que são de interesse para eles. Isso estabelece um vínculo estreito entre as roças (áreas cultivadas) e as florestas (áreas de capoeira), demonstrando um processo de manejo e cultivo sincrônico. Nesse processo, ambas as áreas coexistem e se transformam de forma recíproca, favorecendo a introdução de espécies botânicas economicamente desejáveis.

As observações realizadas por Coudreau (1977) e por outros exploradores fornecem uma visão sobre o conhecimento botânico e das florestas por parte dos povos indígenas ao longo do rio Tapajós. Ao examinar o intercâmbio de conhecimentos, a introdução de plantas e as estratégias de cultivo, emerge uma narrativa rica que contribui para a compreensão da complexidade e da diversidade cultural e ecológica na região amazônica.

É semeando que se colhe: o processo histórico de manejo e uso de plantas no alto Tapajós

Duas décadas de pesquisas interdisciplinares na Amazônia desmantelaram o mito da floresta

pristina, abrindo espaço para novas hipóteses sobre a formação da agrobiodiversidade na região. O processo histórico de manejo e uso de plantas pela população humana revela sua contribuição para a construção da pluralidade e dominância da comunidade vegetal, especialmente em áreas próximas a antigas aldeias e sítios arqueológicos, com a manutenção da diversidade de plantas conduzida por povos da floresta (Machado 2012, 2014; Lins *et al.*, 2015; Levis *et al.*, 2017, 2018; Balée *et al.*, 2020).

As práticas agroecológicas conduzidas por povos indígenas no período que abrange os séculos XVIII e XIX, revelam uma intrincada teia de sistemas de coleta, cultivo e manejo. Existe uma sobreposição dinâmica entre áreas cultivadas e capoeiras/florestas, com limites fluidos e em constante transformação. A transformação diária dos lugares é evidente tanto para os Munduruku e Apiaká quanto para os Kaiabi, que estabelecem suas aldeias em locais previamente manejados, identificados pela presença de terra preta ou de árvores frutíferas, como o Taperebá (*Spondias mombin*) (Stuchi 2010). A partir desses elementos presentes na paisagem é possível garantir uma colheita abundante e moradia duradoura.

A pluralidade de plantas registradas em relatos históricos e pesquisas recentes do alto rio Tapajós apresenta aproximadamente 30 famílias botânicas, representadas por 61 espécies (Tabela 1). São palmeiras, árvores frutíferas, plantas medicinais, alucinógenas e para uso construtivo. Foram identificadas no rio Tapajós e seus afluentes, tais como: Teles Pires, Cururu e o Juruena. Em análise de macrovestígios botânicos recuperados de um sítio arqueológico do período pré-colombiano, localizado no alto rio Tapajós, identificou-se algumas espécies botânicas mencionadas em relatos históricos para a região (Pinheiro 2021). Algumas das plantas são consideradas manejadas, incluindo o babaçu e a castanha do Pará. No baixo curso do rio, associado ao período anterior à invasão europeia, em pesquisas com macro e microvestígios botânicos foram identificadas plantas como, por exemplo, cacau, murici, batata doce, milho, feijão, entre outras (Alves 2018; Félix 2019).

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
Anacardiaceae	Caju (<i>Anacardium occidentale</i> L.)	XIX	Alto Tapajós; Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875); Coudreau (1977 [1879])
	Cajuí (<i>Anacardium</i> sp.)	XX	Teles Pires	Nimuendaju (1948a)
	Manga* (<i>Mangifera indica</i> L.)	XXI	Teles Pires	Stuchi (2010)
Annonaceae	Araticum (<i>Annona crassiflora</i> Macf.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Apocynaceae	Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i> Gomes)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Aracea	Taioba (<i>Xanthosoma taioba</i> L.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
Arecaceae	Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)	XIX	Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875)
	Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
	Buritirana (<i>Mauritiella aculeata</i> Mart)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Curuá (<i>Attalea spectabilis</i>)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Piririma (<i>Syagrus</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Tucumã (<i>Astrocaryum aculeatum</i> Meyer)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875) Bates (1914)
	Bacuri (<i>Platonia insignis</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Inajá (<i>Attalea maripa</i> Drude)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Mucajá (<i>Couepia bracteosa</i> Benth)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Patauá (<i>Oenocarpus patauá</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Babaçu (<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Asteraceae	Guanani (<i>Tomorita</i> sp.)	XX	Arinos	Nimuendaju (1948b)
Bignoniaceae	Cuia (<i>Crescentia cujete</i> L.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Bixaceae	Urucum (<i>Bixa orellana</i> L.)	XVII; XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
Bromeliaceae	Abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
Caricaceae	Mamão* (<i>Carica papaya</i> L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Rocha (2018)

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
Caryocaraceae	Pequiá (<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.)	XIX	Alto Tapajós, Cururu	Martins & Spix (1823-31) APUD Nimuendaju (1948b); Tocantins (1877); Bates (1914)
Chrysobalanaceae	Pajurá (<i>Couepia bracteosa</i> Benth)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Convolvulaceae	Batata doce (<i>Ipomoea batatas</i> (L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Rocha (2018)
Cucurbitaceae	Melancia* (<i>Citrullus lanatus</i>)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Baixo Teles Pires	Nimuendaju (1948c); Rocha (2018)
	Abóbora (<i>Cucurbita</i> sp.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Cabaça (<i>Lagenaria siceraria</i> Standl.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Dioscoreaceae	Cará (<i>Dioscorea</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós, Juruena; Cururu; Baixo Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875); Coudreau (1977 [1897]); Tocantins (1877); Rocha (2018)
Euphorbiaceae	Mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Cururu; Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Tocantins (1877); Stuchi (2010); Rocha (2018)
Fabaceae	Copaiba (<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
	Feijão (<i>Phaseolus</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós; Juruena	Coudreau (1977 [1897])
	Feijão fava (<i>Phaseolus</i> sp.)	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
	Feijão - de - lima (<i>Phaseolus lunatus</i> L.)	XX	Alto Tapajós	Nimuendaju (1948c)
	Ingá (<i>Inga edulis</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
	Algodão (<i>Gossypium</i> sp.)	XX	Cururu, Teles Pires, Arinos	Tocantins (1877); Stuchi (2010)
	Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i> L.)	XXI	Teles Pires	Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Jutai (<i>Hymenaea</i> sp.)	XX	Arinos	Nimuendaju (1948d)
	Timbó (<i>Ateleia glazioviana</i>)	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1879])
Humiriaceae	Uxi (<i>Endopleura uxi</i> Cuatrec.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malpighiaceae	Muruci (<i>Brysonima crassifolia</i> H.B.K)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malvaceae	Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
Malvaceae	Cupui (<i>Theobroma subincanum</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malvaceae	Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i> Schum)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Musaceae	Banana* (<i>Musa</i> sp.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]) Stuchi (2010); Rocha (2018)
Myrtaceae	Araçá (<i>Psidium</i> sp.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
Poaceae	Milho (<i>Zea mays</i> L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Cururu; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Tocantins (1877); Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
	Flecha (<i>Gynerium sagittatum</i>)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Rubiaceae	Jenipapo (<i>Genipa americana</i> L.)	XIX	Alto	Coudreau (1977 [1879])
	Café* (<i>Coffea</i> sp.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Rutaceae	Laranja* (<i>Citrus sinensis</i>)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Limão* (<i>C. limon</i>)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Sapindaceae	Guaraná (<i>Paullinia cupana</i> Kunth)	XVIII	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
Sapotaceae	Maçaranduba (<i>Manikara bidentata</i>)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Smilacaceae	Salsaparrilha (<i>Smilax</i> sp.)	XIX	Teles Pires; Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1879]); Bates ([1869] 1979)
Solanaceae	Pimenta (<i>Capsicum</i> sp.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Rocha (2018)
	Batata* (<i>Solanum tuberosum</i>)	XIX; XXI	Juruena; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Cumari (<i>Petroselinum crispum</i>)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Tabaco (<i>Nicotiana tabacum</i> L.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)

Tabela 1. Relação das plantas registradas em relatos históricos e pesquisas recentes do alto rio Tapajós.

Tais plantas, identificadas em registro arqueológico, mencionadas em relatos históricos e destacadas em pesquisas recentes, poderiam participar da alimentação dos povos indígenas do alto rio Tapajós há mais tempo do que se pensava. Os primeiros registros, datados do século XVII e produzidos por jesuítas,

lançam luz sobre uma complexa rede de relações ameríndias organizadas por comunidades à jusante do rio Tapajós (Menéndez 1984/1985). Essa rede abrangente não se restringia apenas a trocas de artefatos, como o muiraquitã (Heriarte 1874; Moraes *et al.* 2014), mas também incluía intercâmbios de conhecimentos sobre plantas,

uma prática observada entre os povos das Guianas (Gallois 2005), na região do Médio Solimões (Lopes 2021) e no alto rio Negro (Emperaire 2020).

Além da rede de trocas e relações, a expansão territorial de povos como os Munduruku pode ter levado à adoção de novas plantas em seu repertório de cultivos. A incorporação não teria ocorrido apenas por colaboração, tendo também sido por conquista de territórios que anteriormente eram ocupados por outros povos, muitos dos quais já cultivavam roças. Um processo semelhante foi relatado por Cascon *et al.* (2022), que mencionam que, como resultado do conflito entre os Kayapó e os Asurini, os Asurini perderam o acesso a alguns cultivos e chegaram a empreender expedições para tentar recuperar as plantas perdidas (Cascon *et al.* 2022: 523).

As relações ameríndias presumivelmente existentes por todo o vale do Tapajós, tanto em seu curso inferior quanto superior e entre seus afluentes, revelavam uma interconexão entre os povos indígenas que habitavam as margens e o interior das matas. Por exemplo, a relação estabelecida entre os Tapajós e os povos que estavam longe das margens, que mantinham uma rede de troca entre si (Menéndez 1984/1985). A utilização de plantas comuns e a implementação de práticas agroecológicas semelhantes por povos indígenas fortalecem a ideia de uma colaboração extensa nesse contexto, especialmente considerando a integração involuntária de indivíduos de outras etnias no povo Munduruku por meio de casamentos. As atividades compartilhadas, como o cultivo de vegetais, desempenharam um papel significativo na formação da agrobiodiversidade presente nas florestas do Tapajós.

A relação direta entre seres humanos, plantas e o ambiente circundante resultou em modificações permanentes e visíveis na paisagem, evidenciando a capacidade dessas comunidades em moldar ativamente seu entorno para atender suas necessidades alimentares e culturais, podendo-se falar em “ecossistemas alimentares”. Em vez de simplesmente coletar alimentos da natureza, essas comunidades humanas desenvolveram

técnicas de cultivo, manejo e seleção de plantas que transformaram a paisagem ao seu redor em uma fonte contínua de recursos nutritivos e materiais. Esses “ecossistemas comestíveis” são o resultado de séculos de práticas flexíveis e de conhecimento tradicional, refletindo uma simbiose única entre seres humanos e o ambiente natural.

Ao examinar o levantamento histórico, percebemos que a interação entre a população humana e as plantas na região vai além do simples uso de espécies endêmicas, abrangendo também o cultivo e consumo de plantas exóticas (Tabela 1). O exemplo dos vegetais como o limão, o café, a cana de açúcar e a manga ilustra esse processo de acúmulo de recursos vegetais ao longo do tempo. Essa acumulação revela a plasticidade e resiliência das práticas agrícolas ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, ressalta a notável capacidade adaptativa da população em integrar, de forma contínua, diferentes recursos vegetais em seus modos de vida. A prática do manejo estabelecida pelos povos indígenas no alto rio Tapajós incorporou plantas exógenas, o que significa que mesmo com a introdução de espécies de fora da região, os povos locais continuaram a utilizar técnicas de cultivo e manejo adaptadas ao ambiente amazônico.

Esse fenômeno de acúmulo de plantas não ocorre isoladamente, ele está intrinsecamente ligado a uma série de fatores, como mudanças econômicas, fluxos migratórios e influências de culturas externas. A introdução e incorporação de plantas exóticas podem ser reflexos desses eventos e transformações.

Ao ampliar a perspectiva para um contexto mais amplo, compreendemos que a história botânica da região não é apenas uma narrativa sobre a relação direta entre as comunidades locais e o ambiente circundante. Ela é, de fato, um reflexo das emaranhadas redes de interações humanas, moldando continuamente o uso da flora ao longo de diferentes períodos e lugares. Essa narrativa documenta o conhecimento de povos indígenas sobre a flora e as florestas, assim como destaca a riqueza da diversidade cultural e ambiental que permeia a história da região.

Considerações finais

A história indígena composta a partir de dados etno-históricos, arqueológicos, antropológicos e histórias orais, oferece uma visão abrangente dos papéis históricos desempenhados pelos povos indígenas na formação da agrobiodiversidade. A indigeneidade intrínseca das florestas é enriquecida pelo vínculo estreito entre as comunidades e as plantas, evidenciado por uma sucessão contínua de atos de semeadura e germinação. É imperativo reconhecer que, sob a copa das árvores, as florestas não são apenas o resultado da ação natural, como também de estratégias engenhosas preservadas por povos originários, transformando-as em meios essenciais para sustentar suas necessidades diárias (Carney & Voeks, 2003).

A partir do levantamento etno-histórico e de pesquisas recentes, foram identificadas 61 espécies de plantas utilizadas durante os séculos XVIII e XIX por povos indígenas como os Munduruku, Apiaká, Kaiabi e Saterê-Mawê. Essas espécies documentadas oferecem uma visão sobre a diversidade da flora e os usos de plantas na região do alto rio Tapajós durante o período mencionado. No entanto, é essencial interpretar esses resultados com cautela. Há uma possibilidade considerável de que muitas espécies não tenham sido registradas nos relatos históricos devido ao desconhecimento ou à falta de interesse dos naturalistas da época.

A amostra de 61 espécies representa apenas uma fração da flora utilizada pelos povos indígenas da região naquele período específico. É provável que muitas outras espécies também estivessem sendo utilizadas para uma variedade de fins, mas não foram documentadas. Isso pode incluir plantas utilizadas para alimentação, medicina, construção, rituais e outros aspectos culturais importantes. A omissão de tais informações nos relatos históricos podem ser atribuída a vários fatores, incluindo a ênfase dos naturalistas em determinadas espécies de interesse econômico ou científico, a dificuldade em identificar plantas em campo, ou simplesmente a falta de comunicação e entendimento entre os pesquisadores e as comunidades indígenas.

Para aprimorar essa discussão em futuros estudos, seria interessante ampliar esse levantamento para toda a bacia do rio Tapajós, especialmente explorando os relatos etnohistóricos disponíveis desde o século XVI na foz do rio Tapajós. Além disso, seria importante realizar estudos sobre o conhecimento tradicional de povos indígenas contemporâneos da região, buscando complementar as informações obtidas em fontes históricas e ampliar nossa compreensão sobre práticas de cultivo, manejo e uso de plantas na Amazônia. A integração de métodos arqueobotânicos e análises de vestígios botânicos encontrados em sítios arqueológicos poderia complementar os registros históricos e oferecer um entendimento das práticas botânicas passadas.

Ao considerar a longa história de ocupação humana na Amazônia, os povos indígenas do alto rio Tapajós destacam-se como arquitetos fundamentais na criação de paisagens moldadas pela presença humana. Além de acrescentar mais uma camada de ocupação a esses territórios, as florestas não escaparam à influência e manipulação dessas comunidades. Essa perspectiva ampliada nos convida a apreciar não apenas a riqueza biológica, porém, também as intrincadas relações humanas que deram forma à agrobiodiversidade amazônica ao longo do tempo, destacando a importância de reconhecer e preservar o conhecimento etnobiológico e as práticas ecológicas desses povos para uma gestão mais consciente e equitativa dos recursos.

É importante destacar que as plantas e florestas possuem um papel ativo nesse processo, como visto nas ontologias indígenas amazônicas (Fausto 2008; Fausto & Neves 2018). A interação complexa entre culturas indígenas e as florestas amazônicas, ao longo de séculos, sublinha a importância de compreendermos o passado e as práticas ecológicas dessas comunidades. Tais práticas oferecem lições que podem orientar a gestão contemporânea da agrobiodiversidade e dos recursos naturais na região, especialmente em face dos desafios crescentes relacionados às mudanças climáticas.

A diversidade, conforme observada em relatos históricos, é fruto de um extenso processo de ocupação na região, indicando estratégias humanas elaboradas para a concentração e aglomeração de recursos. O emprego de tais estratégias não apenas propiciou a garantia de segurança alimentar, mas também é percebido como uma prática de “bem viver” (Acosta 2019; Krenak 2019).

Ao contrário das práticas contemporâneas de monocultura, que se tornaram predominantes nos tempos modernos,

as florestas, desde o período pré-colombiano, exibem uma marcante diversidade na composição vegetal, resultado de contribuições humanas ao longo dos tempos. Ao mesmo tempo que esse modelo diversificado não apenas garante a segurança alimentar, ele também proporciona benefícios a todos os seres vivos das matas. A preservação dessa diversidade e a compreensão das práticas econômicas do passado tornam-se essenciais para assegurar a continuidade do “bem viver” e a prosperidade dos povos e do ecossistema na região do Tapajós.

PINHEIRO, N. C. P. Historical Accounts from the 18th and 19th Centuries: Indigenous Peoples and Plants on the Banks of the Upper Tapajós River. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 186-202, 2024.

Abstract: This study aims to analyze historical references from the 18th and 19th centuries, exploring the botanical species and agroecological practices of Indigenous peoples in the Upper Tapajós River region. It seeks to establish a dialogue between ethnohistory, ethnobotany, and archaeology to contribute to the understanding of the construction of cultural forests along the Tapajós River. Drawing on examples from Tupi peoples (Apiaká, Kaiabi, Mundurucu, and Sateré-Mawé), this study aims to examine the complex relationships between Indigenous communities and agrobiodiversity, highlighting the cultural richness and ancient management systems in the region.

Keywords: Cultural forests; Upper Tapajós; Ethnobotany. Indigenous History; Original Peoples.

Referências bibliográficas

- Acosta, A. 2019. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, São Paulo.
- Aires De Casal, M. 1817. *Corografia brasílica ou relação historicogeográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Majestade fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato*. Tomo 1. Impressão Régia, Rio de Janeiro.
- Alves, D.T. 2018. *Dark Earth plant management in the Lower Tapajós*. Tese de Doutorado. University of Exeter.
- Amoroso, M. 2020. A descoberta do manhafã: seguindo as trilhas da floresta com os Mura.
- In: Oliveira, J.C. et al. (org.). *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. Ubu Editora, São Paulo.
- Balée, W. 1998. Historical ecology: premises and postulates. *Advances in Historical Ecology* 13-29.
- Balée, W. 2000. Antiquity of traditional ethnobiological knowledge in Amazonia: the Tupí-Guaraní family and time. *Ethnohistory* 47/2: 399-422.
- Balée, W. 2006. The research program of historical ecology. *Annual Review of Anthropology* 35: 75-98.

- Balée, W. et al. 2020. Ancient transformation, current conservation: Traditional forest management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. *Human Ecology* 48: 1-15.
- Barbosa Rodrigues, J. 1875 *Exploração e estudo do vale do Amazonas: Rio Tapajós*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Bates, H.W. 1914. *The naturalist on the River Amazons*. Dent & Sons.
- Carneiro, R. 1986. O uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro). In: Ribeiro, B. (org.) *Suma Etnológica Brasileira*. Vozes, Petrópolis, 47-58.
- Carney, J.A.; Voeks, R.A. 2003. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. *Progress in Human Geography* 27/2: 139-152.
- Cascon, L.M. et al. 2022. Cultivando afetos: uma etnoarqueologia de plantas alimentícias entre os Asurini do Xingu. *Revista Habitus* 20/2: 510-534. <https://doi.org/10.18224/hab.v20i2.12730>
- Clement, C.R. 1999. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. II. Crop biogeography at contact. *Economic Botany* 53: 203-216.
- Coudreau, H. 1977 [1879]. *Viagem ao Tapajós*. Itatiaia, Belo Horizonte; Edusp, São Paulo.
- Cunha, A.M.C. 2017. Traditional people, collectors of diversity. In: Brightman, M.; Lewis, J. (orgs.) *The Anthropology of Sustainability: Beyond development and progress*. Springer, Berlin. 257-272.
- Descola, P. 2003. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P.; Palsson, G. (orgs.) *Nature and society*. Routledge, London. 92-112.
- Emperaire, L. 2020. Dissonâncias vegetais: entre roças e tratados. In: Oliveira, J.C. et al. (org.) *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. Ubu Editora, São Paulo, 57-76.
- Fausto, C. 2008. Donos demais: Maestria e domínio na Amazônia. *Mana* 14/2: 329-366.
- Fausto, C.; Neves, E.G. 2018. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarization and biodiversity in the Amazon. *Antiquity* 92: 1604-1618.
- Félix, M.R.S. 2019. *Um estudo Paleobotânico de macrovestígios vegetais do sítio Porto*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Figueroa, A.L.G. 2016. Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 11: 55-85.
- Furquim, L. 2018. *Arqueobotânica e mudanças socioeconômicas durante o Holoceno Médio no sudoeste da Amazônia*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Florence, H. 2007. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. Senado Federal; Conselho Editorial, Brasília.
- Gallois, D.T. 2005. *Redes de relações nas Guianas*. Editora Humanitas, São Paulo.
- Gering E, et al. 2019. Getting Back to Nature: Feralization in Animals and Plants. *Trends in Ecology Evolution* 34/12: 1137-1151.
- Hartt, C.F. 1885. *Contribuição para a Etnologia do Valle do Amazonas*. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. VI, 1-172.
- Heriarte, M. 1874. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Vienna D'Austria.
- Horton, D. 1948. The Mundurucu. In: Steward, J. (ed.) *Handbook South American Indians*. Government Publishing Office, Washington, DC. 271-282.
- Krenak, A. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, São Paulo.

- Lins, J. *et al.* 2015. Pre-Columbian floristic legacies in modern homegardens of Central Amazonia. *PLoS ONE* 10/6: e0127067. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127067>
- Levis, C. *et al.* 2017. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science* 355: 925-931.
- Levis, C. *et al.* 2018. How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution* 5: 171.
- Lopes, R. 2021. Crônicas amazônicas e trocas indígenas: caminhos para uma arqueologia documental do Médio Solimões nos séculos XVI e XVII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 36: 162-188.
- Machado, J.S. 2012 *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca*. Tese de doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Machado, J.S. 2014. Temporalidades enraizadas: manejo ambiental e construção social na Amazônia. In: Rostain, S. (Ed.). *Antes de Orellana: Actas del 3º Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Artes Gráficas Señal, Quito, 367-373.
- Santos, G.M. *et al.* 2021. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 16: e20200012. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0012>
- Santos, G.M. 2016. Plantas e parentelas: Notas sobre a história da agricultura no Médio Purus. Em org. Santos, G.M.; Aparício, M. (orgs.) *Redes Arawa: ensaios de etnologia do médio Purus*. EDUA, Manaus, 19-39.
- Menéndez, M. 1984/1985. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. *Revista de Antropologia* 27/28: 271-286.
- Moraes, C *et al.* 2014. Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o muiraquitã. In: Rostain, S. (ed.). *Antes de Orellana: Catas del 3º Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Artes Gráficas Señal, Quito, 133-40.
- Munduruku, J.B. 2019. *Caminhos para o passado: Ocaõ, Agôkabuk e cultura material Munduruku*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- Nimuendaju, C. 1948a. The Guajá. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Smithsonian Institution, Washington, 3, 135-136.
- Nimuendaju, C. 1948b. Little-known tribes of the lower Tocantins river region. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 203-208.
- Nimuendaju, C. 1948c. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 213-244.
- Nimuendaju, C. 1948d. The Cayabí, Tapanyuna, and Apiacá. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 307-313.
- Noelli, F.S. 1998. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guaraní de comunidades vegetais no século XVII. *Fronteiras* 2/4: 275-296.
- Noelli, F.S. *et al.* 2019. Nãnde reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 11: 13-45. <https://doi.org/10.26512/rbla.v11i1.23636>
- Oliveira, J. 2008. Social networks and cultivated plants: exchange of planting materials and knowledge. Tipiti: *Journal of the Society for the anthropology of Lowland South America* 6/1: 7.

- Pinheiro, N.C.P. 2021. *Arqueobotânica no sítio Terra Preta do Mangabal, região do alto rio Tapajós*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe.
- Politis, G.G. 1996. Moving to Produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. *World Archaeology* 27/3: 492-511.
- Posey, D. A. 2004. *Indigenous Knowledge and Ethics: A Darrell Posey Reader*. Routledge, New York.
- Posey, D.A. 1986. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: Ribeiro, B. (org.) *Suma Etnológica Brasileira*. Vozes, Petrópolis, 173-188.
- Rocha, B.C. 2017. *Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. Tese de doutorado. University College London.
- Rocha, F. 2018. *Agricultura do povo Kaiabi do baixo Teles Pires: Cultivo e coleta de plantas alimentícias*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Shock, M.P.; Moraes, C. 2019. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 14/2: 263-289.
- Stuchi, F.F. 2010. *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- Schultz, K. 2008. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo* 12/24: 5-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000100002>
- Tocantins, A.M.G. 1877. Estudo sobre a tribo “Munduruku”. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 1877. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:tocantins-1877-mundurucu>

Softwares específicos utilizados no processamento de imagens de arte rupestre: uma revisão sistemática

Francisco Gerson Amorim de Meneses*

Lucas Renu Maia Castelo Branco**

Milena Sotero dos Santos***

John Lenon de Brito Vieira****

MENESES, F.G.A.; CASTELO BRANCO, L.R.M.; SANTOS, M.S.; VIEIRA, J.L.B.
Softwares específicos utilizados no processamento de imagens de arte rupestre: uma
revisão sistemática. R. Museu Arq. Etn. 42: 203-219, 2024.

Resumo: Inicialmente, o registro e o processamento de imagens de arte rupestre eram feitos manualmente. Com o avançar da tecnologia, o registro passou a ser feito com câmeras digitais e o processamento das imagens feitos com o uso de softwares genéricos. A partir dessa evolução surge a necessidade de termos softwares voltados especificamente para o processamento de imagens de arte rupestre e assim, por serem direcionados ao problema, possibilitarem uma melhor qualidade. Dessa forma, o objetivo desta revisão sistemática é apresentar os principais softwares específicos usados no processamento de imagens de arte rupestre. Esta revisão foi baseada na metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) e foi aplicada na base de dados Scopus. Inicialmente, é apresentada uma análise cronológica e evolutiva dos softwares e tecnologias usadas e, na etapa final deste estudo, são apontados os dois principais softwares específicos usados atualmente.

Palavras-Chave: Arte rupestre; software; processamento de imagens; DStretch; ERA.

Introdução

A arte rupestre é um patrimônio cultural existente há pelo menos 40.000 anos. Ocorre em todo o mundo e representa um dos poucos vestígios físicos deixados por civilizações antigas que são diretamente acessíveis, são representações

geralmente classificadas por pinturas rupestres (quando o desenho é pintado na rocha) ou gravuras rupestres (quando o desenho é talhado na rocha) (Chandler, Bryan & Fryer 2007; Bryan & Chandler 2008; Domingo *et al.* 2015; Cabrelles Lerma & Villaverde 2020). Por estarem registradas em superfícies de rochas, as artes rupestres são constantemente expostas e passíveis de deterioração através de diferentes agentes naturais e/ou humanos que as ameaçam, como a água corrente, a vegetação, o desprendimento das placas de rochas, a incidência do sol, os insetos e a ação humana (Domingo *et al.* 2015). É necessário, portanto, desenvolver mecanismos que protejam e possibilitem o registro da arte rupestre, provendo seu armazenamento para a posteridade, pois esse patrimônio arqueológico é também um patrimônio cultural e representa parte da

* Pós-Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: gerson@ifpi.edu.br

** Graduando de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: lucasrenu@gmail.com

*** Graduanda de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: milenasantos00123@gmail.com

Graduando de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: john.lenonvbrito@gmail.com

memória e história da sociedade. Além disso, os registros digitais podem servir de base para estudos científicos, sem a necessidade da presença *in loco* do pesquisador (Chandler, Bryan & Fryer 2007).

A história dos estudos da arte rupestre é caracterizada pela busca contínua por técnicas de registro confiáveis e precisas. Em virtude disso, diferentes métodos foram tradicionalmente usados ao longo do tempo, inicialmente eram utilizados métodos manuais, como o desenho à mão livre, decalque e a sobreposição (Chandler, Bryan & Fryer 2007). No entanto, as técnicas manuais apresentam alguns problemas, dentre eles o principal é que elas oferecem riscos à conservação da arte rupestre, pelo fato de, em alguns casos, haver o contato direto do pesquisador com a superfície da rocha. Isso fez com que esses métodos fossem gradualmente substituídos por técnicas não invasivas.

Corroborando para isso, atualmente é diretriz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a utilização de métodos não invasivos de registro, visando à preservação do patrimônio cultural (Chandler, Bryan & Fryer 2007; Domingo *et al.* 2015; Cerrillo-Cuenca & Sepúlveda 2015; Gil-Docampo, Peña-Villasenín & Ortiz-Sanz 2020).

Buscando meios não invasivos e acompanhando a evolução da tecnologia, nas últimas décadas, graças à ciência da computação, surgiram uma grande variedade de softwares para edição e processamento de imagens. Esses softwares de características genéricas, foram muito bem aproveitados pelos pesquisadores em arte rupestre e arqueólogos, o que resultou na gradual substituição dos métodos manuais tradicionais por métodos automatizados, por meio de softwares (Domingo *et al.* 2015), (Le Quellec Duquesnoy & Defrasne 2015; Robert, Petrognani & Lesvignes 2016; Hollmann 2018).

O uso de softwares no processamento de imagens de arte rupestre tem uma série de vantagens, pois evitam o contato direto com os desenhos, como ocorre em alguns processos manuais de registro; colaboram na preservação da arte rupestre, criando registros que permitirão novas investigações, além de propiciar a implementação de intervenções de conservação; possibilitam análises mais objetivas e precisas tanto

para o reconhecimento quanto para a reprodução métrica da arte rupestre e da superfície rochosa; servem como ferramenta de pesquisa e obtenção de conhecimento, permitindo aos pesquisadores a oportunidade de gravar, processar, analisar, apresentar e compartilhar imagens digitais com desenhos que a princípio estavam muito deteriorados e por isso, não detectáveis a olho nu (Domingo *et al.* 2015; Cerrillo-Cuenca & Sepúlveda 2015; Hollmann, 2018; Cabrelles Lerma & Villaverde 2020; Monna *et al.* 2022).

Normalmente, as metodologias mais modernas que são utilizadas para o registro e processamento de imagens de arte rupestre podem ser divididas em dois procedimentos: o registro fotográfico da arte rupestre, gerando um arquivo digital da imagem e o posterior processamento das imagens por meio de um software (Hollmann 2018). Assim, a utilização de soluções computacionais na pesquisa da arte rupestre passou a ser uma área em franco desenvolvimento e, por isso, vem aumentando a gama de técnicas disponíveis. Toda essa evolução da computação aplicada no processamento de imagens de arte rupestre prima por técnicas e softwares que apresentem um baixo custo e uma boa usabilidade (Hollmann 2018). No entanto, a falta de softwares específicos para o processamento de imagens de arte rupestre fez com que os pesquisadores da área e arqueólogos, usassem por muito tempo, soluções improvisadas e excessivamente genéricas (Cerrillo-Cuenca & Sepúlveda 2015).

Desse modo, esta revisão mostra um panorama cronológico sobre o tema a partir de buscas de literaturas científicas relacionadas, feitas na base Scopus usando a *string* de busca: (“rock art” OR “rock paintings”) AND image AND digital AND software). A revisão sistemática, cujos resultados são analisados e apresentados baseado na metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), pontua as principais técnicas computacionais genéricas utilizadas ao longo do tempo e avança no sentido de pontuar algumas iniciativas que apresentam softwares específicos no processamento de imagens de arte rupestre. Para isso, nas seções a seguir, são apresentados os materiais e os métodos que nortearam a pesquisa; resultados nos quais foram destacadas e testadas as duas principais

ferramentas específicas no processamento de imagens de arte rupestre: Decorrelation Stretching (DStretch) e Extraction Rock Art (ERA); seguidos pela Discussão e, finalmente, a Conclusão.

Materiais e métodos

Essa revisão sistemática foi baseada na recomendação da metodologia PRISMA (Liberati et al. 2009). A busca teve como objetivo responder à seguinte pergunta: “Quais os softwares específicos para o processamento de imagens de arte rupestre?”. A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho e novembro de 2023 e a base consultada foi a Scopus¹, devido sua grande abrangência e seu caráter interdisciplinar.

A busca foi feita nos campos *Title*, *Abstract* e *Keywords*, obedecendo à seguinte *string* de busca: ((“rock art” OR “rock paintings”) AND image AND digital AND software). A princípio foram considerados na pesquisa todos os tipos de artigos, sejam eles primários ou secundários (em todos os idiomas, sem limite de tempo nem distinção de autores). Após identificados, os artigos passaram por uma triagem na qual foram excluídos os artigos cujas aplicações dos

softwares não eram diretamente relacionadas ao processamento de imagens de arte rupestre.

Os artigos eleitos foram distribuídos de forma aleatória e lidos na íntegra por pares de pesquisadores. Dentre os artigos lidos, foram identificados os que utilizam softwares genéricos e os que utilizam softwares específicos, usados no processamento de imagens de arte rupestre. Posteriormente, o orientador da pesquisa revisou as anotações feitas pelos pares para compor o texto deste artigo.

Resultados

Foi identificado um total de 21 artigos, após uma triagem, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, houve 2 exclusões. Os 19 artigos restantes foram lidos na íntegra e incluídos na análise (Tabela 1). A partir dessa análise foi observado que 4 softwares se revelaram como específicos e 2 foram destacados, um por ser o mais conhecido e o outro por ser o mais inovador lançado até o momento para o processamento de imagens de arte rupestre. A Figura 1 mostra o fluxograma com o percurso metodológico para a seleção dos artigos.

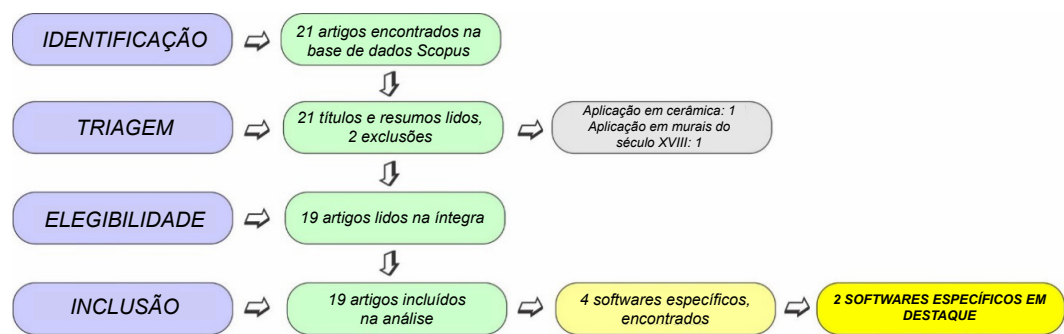


Fig. 1. Percurso metodológico para a seleção dos artigos. Ao final, foram destacados 2 softwares específicos para o processamento de imagens de arte rupestre.

Fonte: elaborado pelo autor.

Nas subseções a seguir, é feita uma análise cronológica dos softwares utilizados no processamento de imagens de arte rupestre e destacados os dois softwares

principais e específicos: DStretch e ERA. Finalmente, são feitos testes nesses dois softwares, usando imagens de pinturas e gravuras rupestres.

1 Para mais informações: <https://www.scopus.com/>

Nº	Autores	Título	Idioma	Ano	Citações	Revista	DOI
01	Fryer, J.G., Chandler, J.H., El- Hakim, S.F.	Recording and modelling an aboriginal cave painting: With or without laser scanning?	English	2005	19	International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences – ISPRS Archives, 36 (5/W17)	
02	Chandler, J.H., Bryan, P., Fryer, J.G.	The development and application of a simple methodology for recording rock art using consumer-grade digital cameras	English	2007	49	Photogrammetric Record, 22(117), pp. 10-21	10.1111/j.1477- 9730.2007.00414.x
03	Bryan, P., Chandler, J.H.	Cost-effective rock-art recording within a non-specialist environment	English	2008	16	International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences – ISPRS Archives, 37, pp. 259-264	
04	Earl, G., Martinez, K., Malzbender, T.	Archaeological applications of polynomial texture mapping: Analysis, conservation and representation	English	2010	102	Journal of Archaeological Science, 37(8), pp. 2040-2050	10.1016/j.jas.2010.03.009
05	Lerma, J.L., Navarro, S., Seguí, A.E., Cabrelles, M.	Range-based versus automated markerless image-based techniques for rock art documentation	English	2014	22	Photogrammetric Record, 29(145), pp. 30-48	10.1111/phor.12054
06	Defrasne, C., Bailly, M.	Les Oullas: An image bearing rockshelter on a Neolithic Alpine path?	English	2014	6	Around the Petit-Chasseur Site in Sion (Valais, Switzerland) and New Approaches to the Bell Beaker Culture: Proceedings of the International Conference (Sion, Switzerland – October 27th – 30th 2011), pp. 101-110	

continua...

Nº	Autores	Título	Idioma	Ano	Citações	Revista	DOI
07	Le Quellec, J-L., Duquesnoy, F., Defrasne, C.	Digital image enhancement with DStretch6: Is complexity always necessary for efficiency?	English	2015	45	Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage, 2 (2-3), pp. 55-67	10.1016/j.daach.2015.01.003
08	Domingo, I., Carrión, B., Blanco, S., Lerma, J.L.	Evaluating conventional and advanced visible image enhancement solutions to produce digital tracings at el Carche rock art shelter	English	2015	25	Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage, 2(2-3), pp. 79-88	10.1016/j.daach.2015.01.001
09	Cerrillo-Cuenca, E., Sepúlveda, M.	An assessment of methods for the digital enhancement of rock paintings: The rock art from the precordillera of Arica (Chile) as a case study	English	2015	26	Journal of Archaeological Science, 55, pp. 197-208	10.1016/j.jas.2015.01.006
10	Robert, E., Petrognani, S., Lesvignes, E.	Applications of digital photography in the study of Paleolithic cave art	English	2016	28	Journal of Archaeological Science: Reports, 10, pp. 847-858	10.1016/j.jasrep.2016.07.026
11	Rogério-Candelera, M.Á.	Digital image analysis-based strategies for quantitative monitoring of rock art sites	English	2016	8	Journal of Archaeological Science: Reports, 10, pp. 864-870	10.1016/j.jasrep.2016.06.041
12	Briola, D., Deufemia, V., Mascardi, V., Paolino, L.	Agent-oriented and ontology-driven digital libraries: the IndianaMAS experience	English	2017	9	Software – Practice and Experience, 47 (11), pp. 1773-1799	10.1002/spe.2494
13	Molada-Tebar, A., Lerma, J.L., Marqués-Mateu, Á.	Camera characterization for improving color archaeological documentation	English	2018	20	Color Research and Application, 43(1), pp. 47-57	10.1002/col.22152

continua...

Nº	Autores	Título	Idioma	Ano	Citações	Revista	DOI
14	Evans, L., Mourad, A.-L.	DStretch6 and Egyptian tomb paintings: A case study from Beni Hassan	English	2018	16	Journal of Archaeological Science: Reports, 18, pp. 78-84	10.1016/j.jasrep.2018.01.011
15	Hollmann, J.C.	Digital Technology in Research and Documentation of Hunter-Gatherer Rock Art in South Africa	English	2018	2	African Archaeological Review, 35(2), pp. 157-168	10.1007/s10437-018-9296-0
16	Schulz Paulsson, B., Isendahl, C., Frykman Markurth, F.	Elk Heads at Sea: Maritime Hunters and Long-Distance Boat Journeys in Late Stone Age Fennoscandia	English	2019	4	Oxford Journal of Archaeology, 38(4), pp. 398-419	10.1111/ojoa.12180
17	Gil-Docampo, M., Peña-Villasenfn, S., Ortiz-Sanz, J.	An accessible, agile and low-cost workflow for 3D virtual analysis and automatic vector tracing of engravings: Atlantic rock art analysis	English	2020	6	Archaeological Prospection, 27(2), pp. 153-168	10.1002/arp.1760
18	Cabrelles, M., Lerma, J.L., Villaverde, V.	Macro photogrammetry & surface features extraction for paleolithic portable art documentation	English	2020	7	Applied Sciences (Switzerland), 10 (19), art. no. 6908, pp. 1-16	10.3390/app10196908
19	Monna, F., Rolland, T., Magail, J., Esin, Y., Bohard, B., Allard, A.-C., Wilczek, J., Chateau-Smith, C.	ERA: A new, fast, machine learning-based software to document rock paintings	English	2022	0	Journal of Cultural Heritage, 58, pp. 91-101	10.1016/j.culher.2022.09.018

Tab. 1. Dados dos 19 artigos incluídos na análise.

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos da base Scopus.

Análise cronológica dos artigos incluídos

De acordo com a ordem das publicações encontradas nesta revisão, nas primeiras ocorrências de softwares para uso em imagens de arte rupestre eram utilizados softwares genéricos e essas ocorrências surgiram a partir de 2005, quando Fryer *et al.* (2005) apresentam o desenvolvimento de uma técnica que aplicava a correlação de imagem de forma automatizada usando a fotografia digital. Para essa técnica, foi utilizado o Leica Photogrametric Suite (LPS) que é um módulo de software do pacote IMAGINE distribuído pela Leica Geosystems. O objetivo era produzir um Modelo Digital de Elevação (DEM) e ortofotografia. Essa técnica veio como uma alternativa ao uso da varredura a laser através de um scanner para modelar superfícies 3D, um método muito utilizado na época. Em seguida, em Chandler, Bryan e Fryer (2007) é reforçado o uso de uma metodologia considerada simples para registrar arte rupestre, a abordagem era baseada em software fotogramétrico digital comercial e câmeras digitais convencionais para DEMs, ortofotografias e criação de modelos *fly-through*; também era baseada no LPS. Continuando com a mesma ideia já citada acima e também utilizando o LPS, em Bryan e Chandler (2008) é ratificada a necessidade do uso de uma metodologia barata para o registro de imagens de arte rupestre.

Ainda na busca por uma alternativa de baixo custo para o registro de imagens de arte rupestre, em 2010 surgiu uma nova técnica, apresentada em Earl, Martinez e Malzbender (2010), que utilizava o Mapeamento de Textura Polinomial (PTM). Essa técnica de captura e processamento de imagem para a visualização de modelos 3D, foi aplicada na arte rupestre usando o software HP PTM Viewer. Em seguida, Lerma *et al.*, (2014) apresentam um estudo, baseado na fotogrametria, utilizando a visão computacional fotogramétrica automatizada de baixo custo para fornecer modelos 3D para documentação de arte rupestre. Para isso utilizava o software fotogramétrico para modelagem 3D FOTOGIFLE e o pacote de software de visão computacional VisualSFM. Já em Defrasne e Bailly (2014) é apresentada uma evolução no uso de softwares para o processamento de imagens de arte rupestre. Nesse avanço, além do registro

digital das imagens, o objetivo era o realce da área com arte rupestre, ressaltando detalhes a princípio não vistos a olho nu. Nesse quesito, o software DStretch (tratado com mais detalhes na seção a seguir) surgiu como algo inovador, sendo o primeiro software concebido especificamente para o processamento de imagens de arte rupestre.

Em Domingo *et al.* (2015), é citada a técnica de Estiramento de Decorrelação (DS) baseada na Análise de Componentes Principais (PCA), como uma alternativa computacional para o realce de imagens de arte rupestre. No artigo é apresentada como exemplo a ferramenta DStretch e são citadas opções de softwares genéricos. Em Le Quellec, Duquesnoy e Defrasne (2015), os autores tratam sobre o uso do DStretch e, em algumas etapas do tratamento de imagens, seu uso combinado com o Adobe Photoshop. Em Cerrillo-Cuenca e Sepúlveda (2015), é avaliada a aplicação de três técnicas genéricas que foram usadas no rastreamento digital de imagens de arte rupestre. São elas: PCA, K-Means e DS; as análises desse estudo foram implementadas no pacote PyDRA, sistema em linguagem python que utiliza diversas bibliotecas científicas para a análise digital de imagens. Já em Rogerio-Candelera (2016), são citadas e comparadas algumas técnicas de análise de imagens digitais aplicadas ao processamento de imagens de arte rupestre. Nesse caso foi usado a PCA, algoritmos de classificação digital e também alguns pacotes de software genéricos como o HyperCube e o ImageJ.

O DStretch é novamente citado em Robert, Petrognani e Lesvignes (2016), que mostram também as contribuições combinadas de várias técnicas genéricas usadas no processamento de imagens de arte rupestre, são citadas a fotogrametria, macrofotografia e DS. As duas publicações seguintes tratam de ferramentas computacionais específicas para o processamento de imagens de arte rupestre. Na primeira, Briola *et al.* (2017), é proposto o software Indiana MAS², desenvolvido na linguagem Java, um Sistema Multiagente (SMA) resultado de um projeto de pesquisa; a plataforma se propõe a ser uma biblioteca digital para a proteção digital e

2 Para mais informações sobre o software: <http://indianamas.dibris.unige.it/>

conservação de bens culturais, entre eles a arte rupestre. Para isso, fornece mecanismos para armazenamento, gerenciamento e classificação das imagens, de forma a apoiar arqueólogos e demais interessados na pesquisa científica. O sistema é dotado de uma ontologia que permite a integração semântica de dados heterogêneos de diferentes fontes.

Já na seguinte, Molada-Tebar, Lerma e Marqués-Mateu (2018), é apresentado o pyColorimetry, desenvolvido na linguagem Python, que trata especificamente da questão das cores nas imagens digitais de arte rupestre, estabelecendo um procedimento do ponto de vista colorimétrico para a caracterização de câmeras digitais. Ele segue diferentes modelos polinomiais, com o objetivo de permitir que os usuários controlem todo o processamento de aquisição da imagem digital e o fluxo de trabalho de dados colorimétricos, incluindo o processamento de dados brutos.

Evans e Mourad (2018) falam da aplicação do DStretch e seu uso em conjunto com a epigrafia digital. O DStretch é utilizado também em Hollmann (2018), nesse caso, em conjunto com as ferramentas genéricas Adobe Lightroom e Adobe Photoshop. Também usado como parte de uma solução em conjunto, em Schulz Paulsson, Isendahl, e Frykman Markurth (2019), o DStretch é aplicado com a espectroscopia PXRf não destrutiva. Em Gil-Docampo, Peña-Villasenín e Ortiz-Sanz (2020), o objetivo é apresentar um fluxo de trabalho acessível com ferramentas de uso genérico para o processamento de imagens de arte rupestre. Isso é feito a partir de vetorizações bidimensionais (2D), renderização do aprimoramento MeshLab Radiance Scaling, vetorizadores automáticos ou da publicação direta de modelos 3D aprimorados; técnicas atualmente possíveis por meio de plataformas como o Sketchfab. Em Cabrelles, Duquesnoy & Defrasne (2020) é proposta uma metodologia com um fluxo de trabalho que utiliza a fotogrametria para gerar um modelo 3D, além de tratamentos básicos em imagens raster; o modelo 3D resultante foi usado para gerar um DEM e macrofotografias ortoretificadas para documentar a arte rupestre; no processamento posterior foram usados os softwares HyperCube e DStretch. Finalmente,

em Monna *et al.* (2022) é apresentado o software Extração de Arte Rupestre (ERA), um software específico para o processamento de imagens de arte rupestre, que representa uma grande evolução na área. A ferramenta propõe-se a realizar as etapas de realce, segmentação e vetorização e será tratada com mais detalhes na seção a seguir.

Decorrelation Stretching (DStretch)

O Color Decorrelation Stretching ou DStretch foi desenvolvido em 2005 por Jon Harman com o objetivo de realçar artes rupestres muito claras que são praticamente impossíveis de serem vistas a olho nu, servindo também para distinguir pinturas rupestres sobrepostas. Ele é usado principalmente em pinturas rupestres, no entanto, em alguns casos, também é usado em gravuras rupestres (Defrasne & Bailly 2014; Domingo *et al.* 2015; Le Quellec, Duquesnoy & Defrasne 2015; Evans & Mourad 2018; Cabrelles, Duquesnoy & Defrasne 2020). A ferramenta é implementada em linguagem Java e utiliza a técnica de DS, originalmente desenvolvida pelo Laboratório de Propulsão a Jato da Califórnia, foi posteriormente usada em sensoriamento remoto para aprimorar imagens multiespectrais. Em 2004, o método foi empregado pela NASA para analisar fotografias tiradas pelo astromóvel Mars Rover (Domingo *et al.* 2015; Evans & Mourad 2018; Cabrelles, Duquesnoy & Defrasne 2020; Fuentes-Porto, Soto-Martín & Martín-Gutiérrez 2020).

Tecnicamente, por meio da aplicação de um algoritmo matemático em dados raster da imagem digital de arte rupestre, o DStretch transforma o espaço de cores RGB (Vermelho-Verde-Azul) em espaços de cores alternativos e artificiais, maximizando o contraste entre as cores (Evans & Mourad 2018; Paulsson, Isendahl & Markurth 2019). Assim, são utilizados vários espaços de cores personalizados e pré-configurados para realçar ou suprimir diferentes cores e tons na imagem. É importante salientar que cada imagem, dependendo das cores e da qualidade da fotografia original, tem resultados distintos, podendo ser utilizado para cada imagem um espaço de cor diferente (Evans & Mourad 2018; Paulsson, Isendahl & Markurth 2019).

A partir do seu lançamento em 2005, o DStretch passou a ser amplamente utilizado em todo o mundo e se destaca entre os pesquisadores e especialistas no estudo de arte rupestre pelo seu custo-benefício, por ter um rápido tempo de processamento e ser de uma boa usabilidade. Apesar de suas configurações originais serem customizáveis, o software se destaca por sua objetividade (Le Quellec, Duquesnoy & Defrasne 2015; Cabrelles, Lerma & Villaverde 2020).

O DStretch é um plug-in que funciona a partir do software de análise e processamento de imagens gratuito e de código aberto chamado ImageJ³ (Domingo *et al.* 2015; Evans & Mourad 2018) (Fig. 2). Ao adquirir o software, os interessados deverão colaborar financeiramente, há também uma versão aplicativo para uso em tablets e celulares, destinada a ser usada no campo durante pesquisa in loco (Evans & Mourad, 2018).

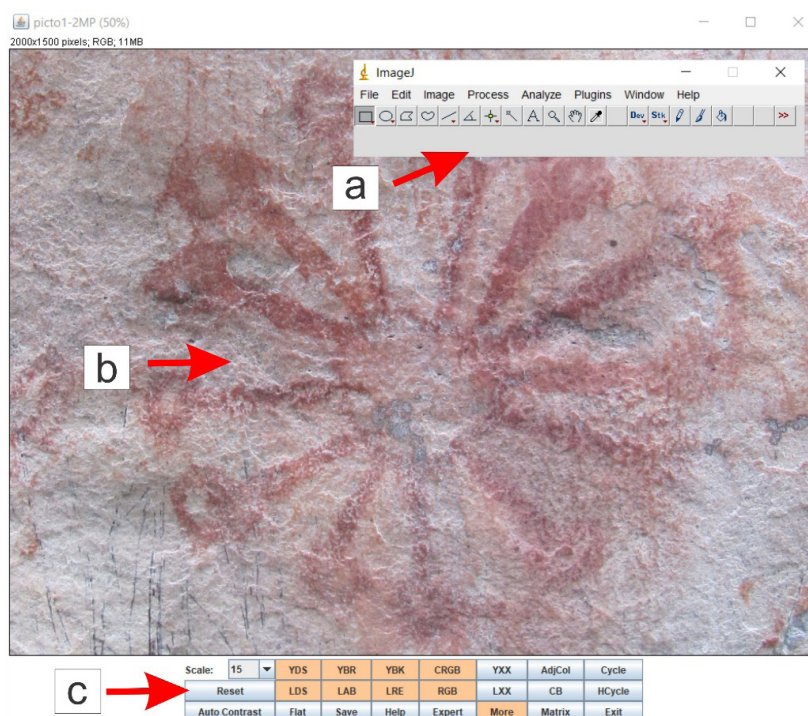


Fig. 2. Interface do software DStretch. Em (a) o menu principal do ImageJ, em (b) a tela principal do DStretch com uma imagem sendo processada e finalmente, em (c) os espaços de cores principais da ferramenta.

Fonte: elaborado pelo autor.

Extração de Arte Rupestre (ERA)

O software Extração de Arte Rupestre (ERA)⁴ é apresentado pelos seus próprios desenvolvedores (Monna *et al.* 2022) como uma ferramenta implementada e fornecida em

2022. Essa ferramenta propõe um avanço no processamento de imagens de arte rupestre, trazendo opções de realce, segmentação e vetorização. No aspecto técnico, o ERA é desenvolvido em linguagem Python e utiliza inicialmente, na aba de SUPERVISÃO, a

³ Para mais informações sobre o software: www.dstretch.com

⁴ Para mais informações sobre o software: https://gitlab.huma-num.fr/fmonna/era-extraction-from-rockart/-/tree/Paper_Supp_Mat

mesma técnica adotada pelo DStretch, o DS; no entanto vai mais além e apresenta quatro métodos de realce (Fig. 3a): PCA, Análise de Componentes de Fase Zero (ZCA), Decomposição de Cholesky (Cholesky) e Análise de Componente Independente (FastICA). Para cada um desses métodos são gerados automaticamente realces em vários espaços de cores já predefinidos (Fig. 3b): XYZ, HLS, HSV, LAB (CIELAB), Luv, CMY(K), YCrCb, YUV. Para os passos seguintes, o usuário tem a opção

de tentar melhorar o contraste, selecionando a parte relacionada à arte rupestre (Fig. 3c) e, após isso, incluir ou excluir pixels para serem segmentados (Fig. 3d). Ao continuar, na aba de DESENHO (Fig. 3e), finalmente tem-se a opção da escolha do algoritmo de aprendizado de máquina supervisionado, para isolar a parte relacionada à arte rupestre. A classificação dos pixels pode ser feita por Regressão Logística (LR), Máquina de Vetores de Suporte (SVM) ou k vizinhos mais próximos (kNN).

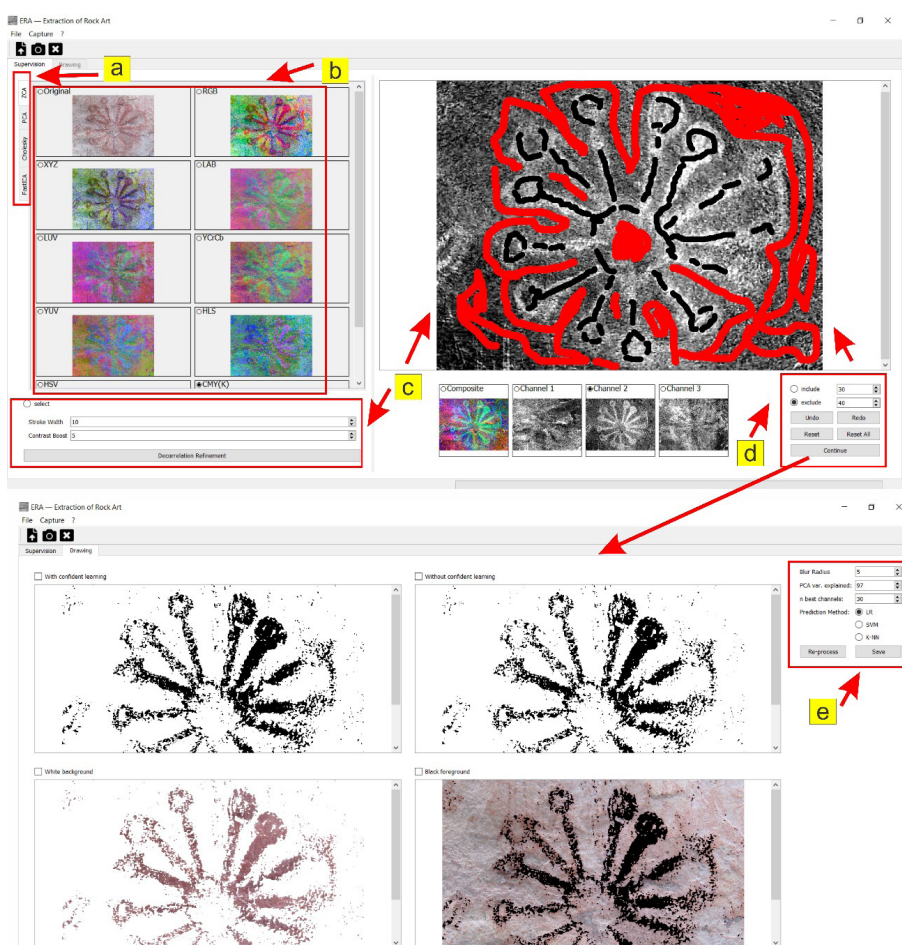


Fig. 3. Telas do software ERA. Na conclusão do processo, são gravadas 4 saídas de imagens processadas com a segmentação e 2 arquivos em formato SVG (vetorização).

Fonte: elaborado pelo autor.

Testes

Os testes nos softwares DStretch e ERA envolveram quatro imagens de artes rupestres, sendo duas imagens de pinturas rupestres e duas imagens de gravuras rupestres. Em ambos os casos (pinturas e gravuras), foram selecionados dois tipos de imagens de cada

estilo, uma apresentando apenas um desenho em destaque e outra um painel com vários desenhos. As pinturas rupestres (Fig. 4a, 4b) foram obtidas do Sítio Arqueológico do Arco do Covão, na cidade de Caxingó / Piauí(PI), Brasil, e as gravuras rupestres (Fig. 4c, 4d) foram obtidas do Sítio Arqueológico do Rio Pirangi, na cidade de Buriti dos Lopes/PI, Brasil.

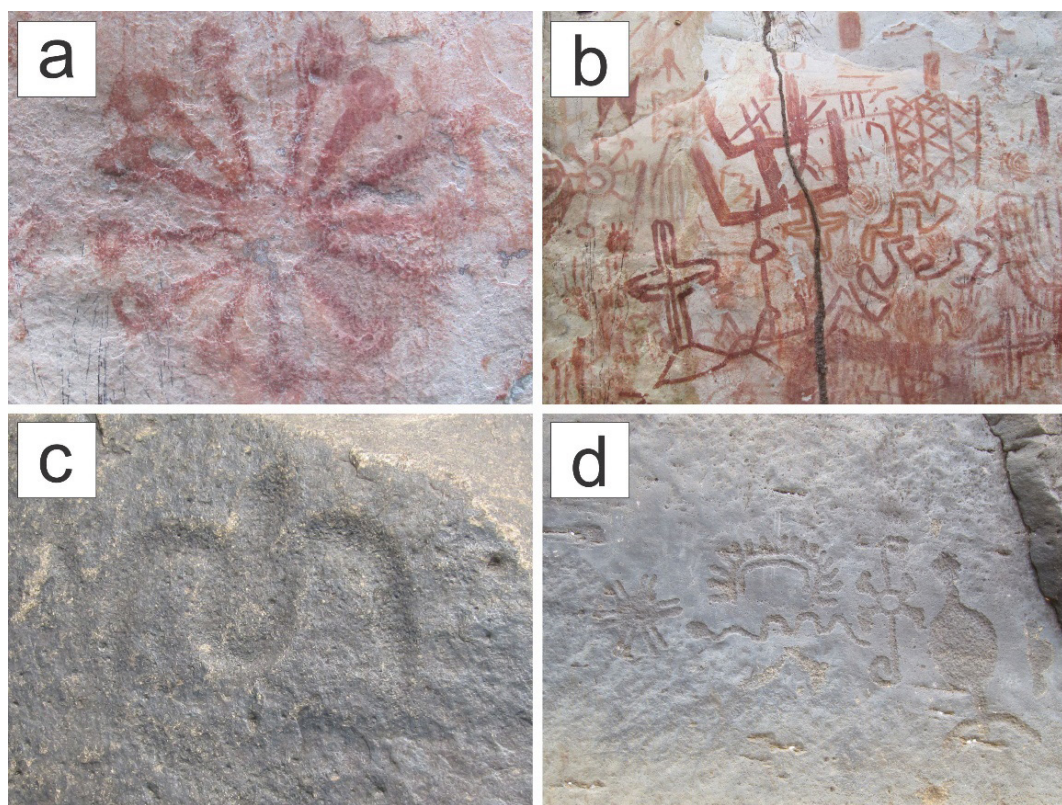


Fig. 4. Imagens de arte rupestre utilizadas nos testes. Uma imagem com uma pintura rupestre em destaque (a), um painel com várias pinturas rupestres e sobreposições (b), uma imagem de uma gravura rupestre (c) e um painel com várias gravuras rupestres (d).

Fonte: elaborado pelo autor.

Os registros fotográficos digitais foram feitos a partir de uma câmera Canon PowerShot SX200 IS, usando originalmente uma resolução de 12 megapixels e foram importadas para o software CorelDRAW2020. Depois disso foram enquadradas e exportadas cada uma para

um arquivo JPG com uma resolução de 2000 x 1500 pixels. As 4 imagens (Fig. 4) foram testadas nas duas ferramentas DStretch e ERA. O computador usado nos testes utilizou um processador intel® Core™ i7-8565U, com 8GB de memória RAM e uma placa de vídeo Nvidia® GeForce® MX110 2GB.

Resultados no DStretch:

Os melhores resultados de realce no DStretch para as 4 imagens são apresentados na Figura 5.

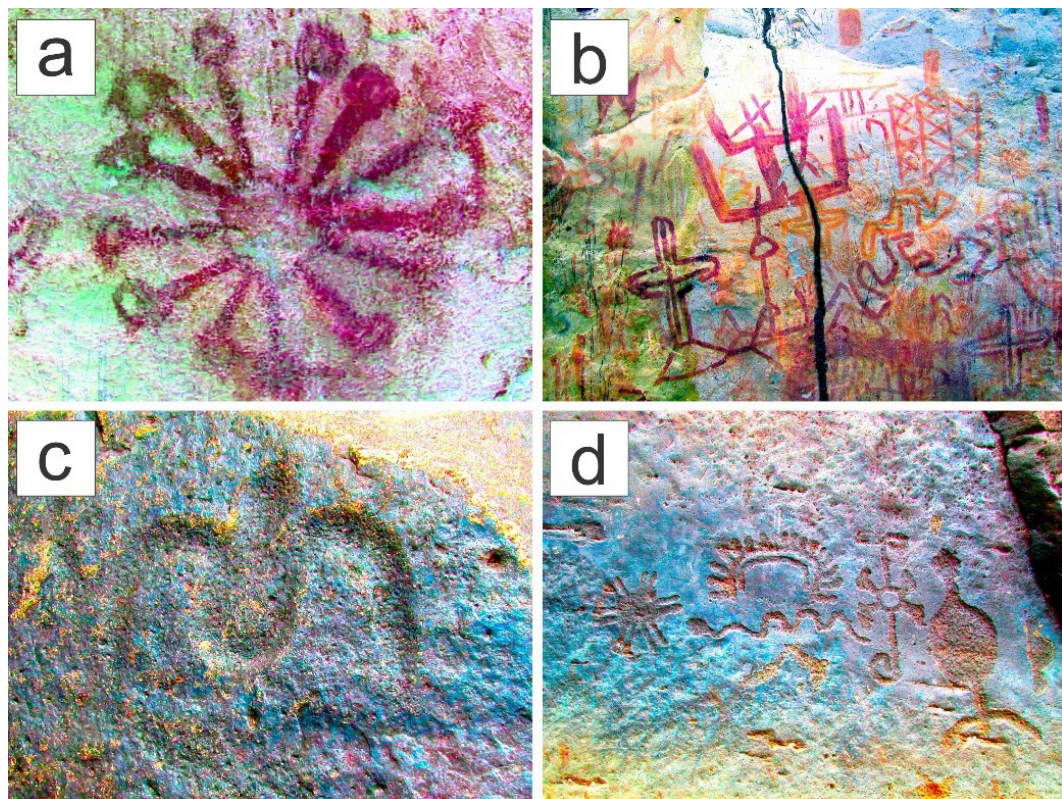


Fig. 5. A primeira imagem com uma pintura rupestre foi realçada utilizando o filtro CRGB (a), em seguida na imagem com várias pinturas rupestres foi utilizado o filtro LAB (b). A partir da aplicação desse filtro, conseguimos perceber algumas pinturas rupestres com a tonalidade de cor amarelada. Na imagem com uma gravura rupestre (c) foi aplicado o filtro LAB e na imagem com várias gravuras rupestres também foi aplicado o filtro LAB (d).

Fonte: elaborada pelo autor.

Resultados no ERA:

a. Para uma imagem de um painel com uma pintura rupestre em destaque (Figura 4a)

O melhor realce a princípio foi observado no whitening procedure ZCA com o colour space CMY(K), selecionando o Channel 2 (Fig. 6b). Visando acentuar o contraste, foi aplicado o Decorrelation Refinement, usando o valor 5 em Contrast Boost (Fig. 6c). Em seguida foram selecionados include e exclude na imagem (Fig.

6d) e finalmente foi obtido o resultado para as 4 saídas usando o classificador kNN (Fig. 6e). Depois do processo concluído no ERA, foi realizada uma etapa adicional usando um dos arquivos vetoriais (SVG) gerados e abrindo-o na ferramenta CorelDRAW2020, visando a eliminação de ruídos⁵ (Fig. 6f).

⁵ Consideram-se ruídos, neste caso, os fragmentos que persistem após a vetorização de uma imagem. Por estarem fora da área de interesse, no caso da arte rupestre, eles precisam ser eliminados.

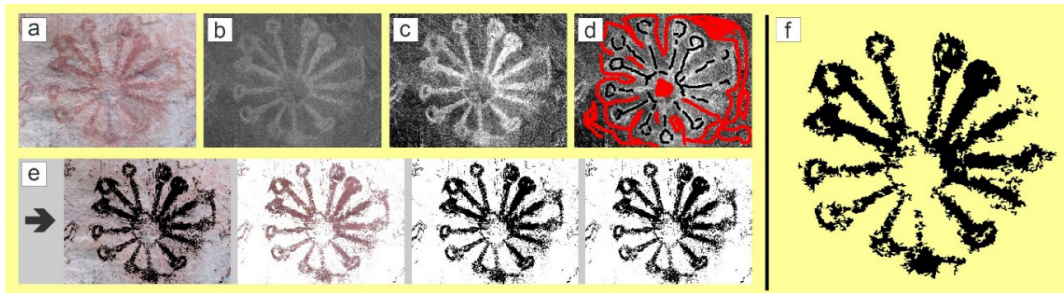


Fig. 6. Etapas do melhor resultado alcançado com o software ERA para uma imagem com uma pintura rupestre. Ao final, o arquivo vetorial gerado (SVG) foi editado na ferramenta CorelDRAW2020 visando à remoção de alguns ruídos.

Fonte: elaborada pelo autor.

b. Para uma imagem de um painel com várias pinturas rupestres em destaque (Figura 4b)

A princípio, o melhor realce foi observado no whitening procedure ZCA com o colour space CMY(K), selecionando a opção Composite (Fig. 7b). Visando acentuar o contraste, foi aplicado o Decorrelation Refinement, usando o valor 8 em Contrast

Boost (Fig. 7c). Em seguida, foram selecionados include e exclude na imagem (Fig. 7d) e, finalmente, foi obtido o resultado para as 4 saídas usando o classificador kNN (Fig. 7e). Depois do processo concluído no ERA, foi realizada uma etapa adicional, usando um dos arquivos vetoriais (SVG) gerados e abrindo-o na ferramenta CorelDRAW2020 visando à eliminação de ruídos (Fig. 7f).

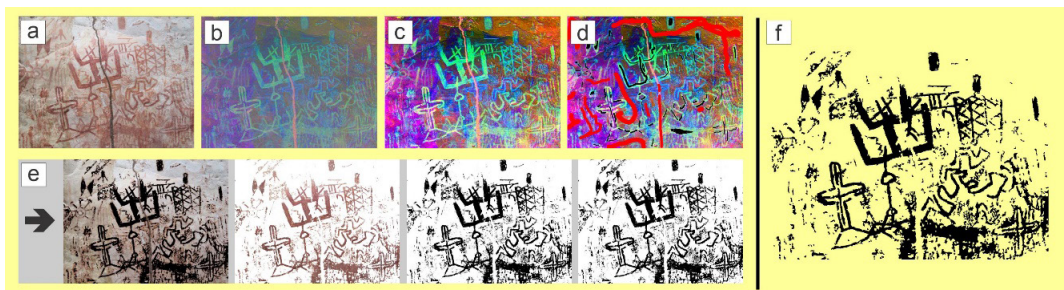


Fig. 7. Etapas do melhor resultado alcançado com o software ERA para uma imagem com várias pinturas rupestres. Ao final, o arquivo vetorial gerado (SVG) foi editado na ferramenta CorelDRAW2020 visando à remoção de alguns ruídos. Nesse caso, ao tentar retirar os ruídos, algumas partes da pintura rupestre foram perdidas.

Fonte: elaborada pelo autor.

c. Para uma imagem de um painel com uma gravura rupestre em destaque (Figura 4c)

O melhor realce a princípio foi observado no whitening procedure PCA com o colour space Original, selecionando a opção Composite (Fig. 8b). Visando acentuar o contraste, foi aplicado o Decorrelation Refinement, usando o Stroke Width (Fig. 8c).

Em seguida foram selecionados include e exclude na imagem (Fig. 8d) e finalmente foi obtido o resultado para as 4 saídas usando o classificador kNN (Fig. 8e). Depois do processo concluído no ERA, foi realizada uma etapa adicional usando um dos arquivos vetoriais (SVG) gerados pelo ERA e abrindo-o na ferramenta CorelDRAW2020, visando a eliminação de ruídos (Fig. 8f).

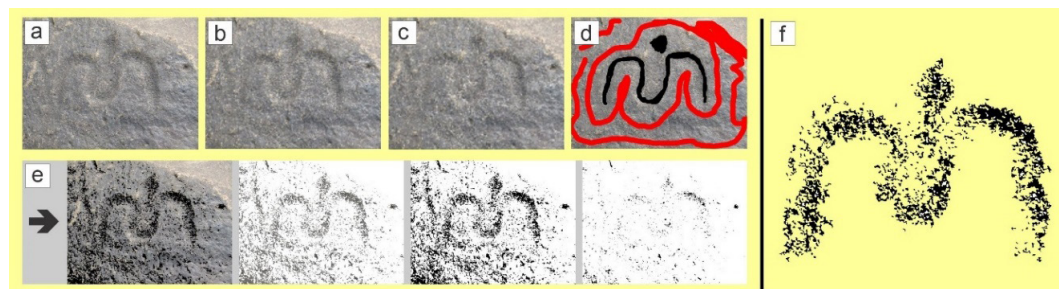


Fig. 8. Etapas do melhor resultado alcançado com o software ERA para uma imagem com uma gravura rupestre. Ao final, o arquivo vetorial gerado (SVG) foi editado na ferramenta CorelDRAW2020 visando a remoção de alguns ruídos.

Fonte: elaborada pelo autor.

d. Para uma imagem de um painel com várias gravuras rupestres em destaque (Figura 4d)

O melhor realce a princípio foi observado no whitening procedure ZCA com o colour space XYZ, selecionando a opção Composite (Fig. 9b). Visando acentuar o contraste, foi aplicado o Decorrelation Refinement, usando o valor 6 em Contrast Boost (Fig. 9c). Em

seguida foram selecionados include e exclude na imagem (Fig. 9d) e, finalmente, foi obtido o resultado para as 4 saídas usando o classificador kNN (Figura 9e). Depois do processo concluído no ERA, foi realizada uma etapa adicional usando um dos arquivos vetoriais (SVG) gerados pelo ERA e abrindo-o na ferramenta CorelDRAW2020, visando à eliminação de ruídos (Fig. 9f).

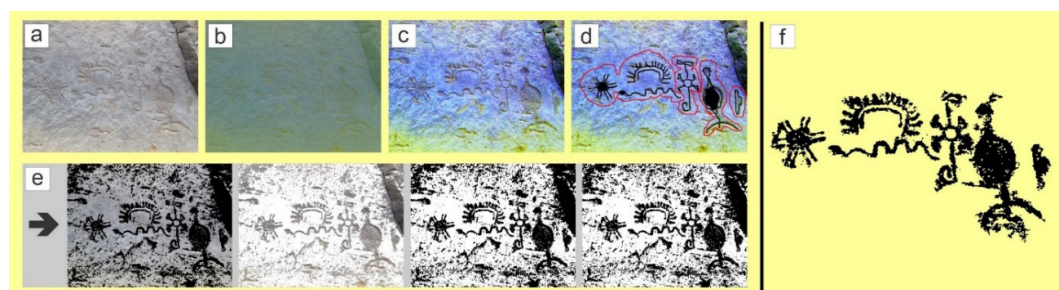


Fig. 9. Etapas do melhor resultado alcançado com o software ERA para uma imagem com várias gravuras rupestres. Ao final, o arquivo vetorial gerado (SVG) foi editado na ferramenta CorelDRAW2020 visando à remoção de alguns ruídos.

Fonte: elaborada pelo autor.

Discussão

A utilização de softwares para o processamento de imagens de arte rupestre foi intensificada a partir de meados dos anos 2000. A princípio, no processamento dessas imagens, eram usados softwares genéricos, no entanto a partir de 2005, com o surgimento da ferramenta DStretch, abriu-se a possibilidade

de adotar um software específico para processar imagens de arte rupestre. A partir de então, o DStretch passou a ser amplamente utilizado pela comunidade interessada no tema, pesquisadores e arqueólogos. Apesar de ser um software de extrema importância, por exaltar artes rupestres que, muitas vezes, não são possíveis de serem observadas a olho nu, o DStretch não processa as etapas de segmentação e vetorização,

limitando-se ao realce. Assim, para realizar as etapas de segmentação e vetorização, também muito necessárias, os usuários têm que utilizar outros métodos através de softwares genéricos.

Ao longo do tempo, com o uso do DStretch e demais ferramentas genéricas, a prática do processamento digital de imagens de arte rupestre teve uma visível evolução, acompanhando a evolução da computação como um todo. A utilização e o aprimoramento de vários algoritmos e o surgimento de outras ferramentas específicas como o Indiana MAS e o pyColorimetry nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, promoveram a maturidade necessária para o surgimento, já em 2022, do software ERA. O ERA é, até o momento, a mais ousada proposta para o processamento de imagens de arte rupestre, além de ser um software de característica específica, ele vai além do realce das imagens, pois disponibiliza também recursos para a segmentação e a vetorização, utilizando a experiência do estiramento de decorrelação usada no DStretch e a incrementando com outras tecnologias e algoritmos, inclusive o aprendizado de máquina. Também de extrema importância, é o fato do código do ERA ser aberto, o que possibilitará o aperfeiçoamento compartilhado das técnicas.

Durante os testes no software ERA, algumas questões de acessibilidade, usabilidade e processamento foram observadas, como a limitação no tamanho das imagens. Nos testes, imagens acima de 2000 pixels de largura tiveram o processamento muito demorado e, em alguns casos, a ferramenta travou e fechou de forma abrupta. Isso ocorre devido à alta necessidade de processamento que alguns algoritmos da ferramenta necessitam. No nosso caso, o uso de um computador com uma memória RAM de 8GB pode ter sido um fator limitante.

Outra questão observada é o arquivo vetorial em formato SVG, que é gerado de forma automática no final do processo. Percebeu-se que ele carece de um aperfeiçoamento, buscando obedecer ao resultado da segmentação, e talvez abrindo a possibilidade para edição e eliminação de ruídos. Nos testes acima, a eliminação de ruídos foi feita na ferramenta CorelDRAW2020. Finalmente, destaca-se a necessidade de uma

acessibilidade mais voltada ao usuário final, incluindo aí a possibilidade da aplicação ser acessada a partir de um navegador web. Porém, entende-se que o ERA é algo inovador e que a tendência nas próximas versões é que essas questões, e outras que serão reportadas aos desenvolvedores, sejam sanadas e/ou melhoradas.

Conclusão

Essa revisão sistemática, apresentou de forma cronológica, o resultado de uma pesquisa a partir da base Scopus, mostrando a evolução dos métodos computacionais voltados para o processamento de imagens de arte rupestre, buscando responder à seguinte pergunta: “Quais os softwares específicos para o processamento de imagens de arte rupestre?”. Ao longo do tempo, os métodos manuais de registro e de processamento de imagens de arte rupestre foram sendo substituídos por métodos computacionais a partir do uso de câmeras digitais e softwares genéricos. Posteriormente, a partir de 2005, com o surgimento da ferramenta chamada DStretch, começaram a surgir os softwares específicos usados no processamento de imagens de arte rupestre.

O surgimento do DStretch apresentou um avanço, pois o software oferece aos seus usuários a possibilidade de realce das imagens digitais de arte rupestre, fazendo com que fossem revelados detalhes das imagens imperceptíveis a olho nu. Outras tentativas de ferramentas específicas surgiram ao longo do tempo, como os softwares Indiana MAS e o pyColorimetry. No entanto, foi em 2022, que surgiu o mais ousado software específico para o processamento de imagens de arte rupestre: trata-se do ERA, um software de código aberto, que apresenta, além do realce, a segmentação e a vetorização. Portanto, o lançamento do ERA é um novo marco no uso de softwares para processamento de imagens de arte rupestre. Destaca-se, no entanto, que nos softwares específicos citados acima, os resultados do processamento computacional em imagens com pinturas rupestres tendem a ser melhores do que em gravuras rupestres, devido ao contraste da tinta sobre a rocha.

MENESES, F.G.A.; CASTELO BRANCO, L.R.M.; SANTOS, M.S.; VIEIRA, J.L.B.
Specific software in processing rock art images: a systematic review. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 203-219, 2024

Abstract: Initially, recording and processing images of rock art occurred manually. With the advance of technology, recording began to be done with digital cameras and image processing was done using generic software. This evolution requires software specifically designed to process rock art images and, given their aim, with better quality. Therefore, this systematic review aims to describe the main specific software in processing rock art images. This review was based on the PRISMA methodology and was applied to the Scopus database. This review first describes a chronological and evolutionary analysis of the software and technologies to then highlight the two currently used main specific software.

Keywords: Rock art; software; image processing; DStretch; ERA.

Referências bibliográficas

- Briola, D. et al. 2017. Agent-oriented and ontology-driven digital libraries: the IndianaMAS experience. *Software – Practice and Experience* 47/11: 1773-1799.
- Bryan, P.; Chandler, J.H. 2008. Cost-effective rock-art recording within a non-specialist environment. *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences – ISPRS Archives* 37: 259-264.
- Cabrelles, M.; Lerma, J.L.; Villaverde, V. 2020. Macro photogrammetry & surface features extraction for paleolithic portable art documentation. *Applied Sciences* 10/19:1-16.
- Cerrillo-Cuenca, E.; Sepúlveda, M. 2015. An assessment of methods for the digital enhancement of rock paintings: The rock art from the precordillera of Arica (Chile) as a case study. *Journal of Archaeological Science* 55: 197–208.
- Chandler, J.H.; Bryan, P.; Fryer, J.G. 2007. The development and application of a simple methodology for recording rock art using consumer-grade digital cameras. *Photogrammetric Record* 22/117: 10-21.
- Defrasne, C.; Bailly, M. 2014. Les Oullas: An image bearing rockshelter on a Neolithic Alpine path? In: M. Besse (Ed.). *Around the Petit-Chasseur Site in Sion (Valais, Switzerland) and New Approaches to the Bell Beaker Culture: Proceedings of the International Conference (Sion, Switzerland – October 27th – 30th 2011)*. Archaeopress Archaeology, Oxford, 101-110.
- Domingo, I. et al. 2015. Evaluating conventional and advanced visible image enhancement solutions to produce digital tracings at el Carche rock art shelter. *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage* 2/2-3: 79-88.
- Earl, G.; Martinez, K.; Malzbender, T. 2010. Archaeological applications of polynomial texture mapping: Analysis, conservation and representation. *Journal of Archaeological Science* 37/8: 2040-2050.
- Evans, L.; Mourad, A-L. 2018. DStretch® and Egyptian tomb paintings: A case study from Beni Hassan. *Journal of Archaeological Science: Reports* 18: 78-84.
- Fryer, J.G.; Chandler J.H.; El-Hakim, S.F. 2005. Recording and modelling an aboriginal cave painting: With or without laser scanning?

- International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences – ISPRS Archives* 36/5/W17. Disponível em: <https://www.isprs.org/proceedings/xxxvi/5-w17/pdf/3.pdf>. Acesso em: 23/10/2024.
- Fuentes-Porto, A.; Soto-Martín, O.; Martín-Gutierrez, J. 2020. Analysis of digital images with DStretch as a support for the virtual restoration of an historical mural painting in San Cristóbal de La Laguna. *Conservar Patrimonio*, 34: 35-49.
- Gil-Docampo, M.; Peña-Villasenín, S.; Ortiz-Sanz, J. 2020. An accessible, agile and low-cost workflow for 3D virtual analysis and automatic vector tracing of engravings: Atlantic rock art analysis. *Archaeological Prospection* 27: 153-168.
- Hollmann, J.C. 2018. Digital Technology in Research and Documentation of Hunter-Gatherer Rock Art in South Africa. *African Archaeological Review* 35: 157-168.
- Le Quellec, J.L.; Duquesnoy, F.; Defrasne, C. 2015. Digital image enhancement with DStretch®: Is complexity always necessary for efficiency? *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage* 2/2-3: 55-67.
- Lerma, J.L. et al. 2014. Range-based versus automated markerless image-based techniques for rock art documentation. *Photogrammetric Record* 29/145: p. 30-48.
- Liberati, A. et al. 2009. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PLoS Medicine* 6/7: e1000100. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100>. Acesso em: 23/10/2024.
- Molada-Tebar, A.; Lerma, J.L.; Marqués-Mateu, Á. 2018. Camera characterization for improving color archaeological documentation. *Color Research and Application* 43: 47-57.
- Monna, F. et al. 2022. ERA: A new, fast, machine learning-based software to document rock paintings. *Journal of Cultural Heritage* 58: 91-101.
- Paulsson, B.S.; Isendahl, C.; Markurth, F.F. 2019. Elk Heads at Sea: Maritime Hunters and Long-Distance Boat Journeys in Late Stone Age Fennoscandia. *Oxford Journal of Archaeology* 38: 398-419.
- Robert, E.; Petrognani, S.; Lesvignes, E. 2016. Applications of digital photography in the study of Paleolithic cave art. *Journal of Archaeological Science: Reports* 10: 847-858.
- Rogério-Candelera, M.Á. 2016. Digital image analysis-based strategies for quantitative monitoring of rock art sites. *Journal of Archaeological Science: Reports* 10: 864-870.
- Schulz Paulsson, B.; Isendahl, C.; Frykman Markurth, F. et al. 2019. Elk Heads at Sea: Maritime Hunters and Long-Distance Boat Journeys in Late Stone Age Fennoscandia. *Oxford Journal of Archaeology*, v. 38: n. 4, p. 398-419.

Entre nós e os outros: a história ambivalente dos museus etnográficos¹

Maxime Rovère*
Gustavo Ruiz da Silva (trad.)**
Mariana Slerca (trad.)***

ROVÈRE, M. Entre nós e os outros: a história ambivalente dos museus etnográficos.
R. Museu Arq. Etn. 42: 220-227, 2024.

Resumo: Qualquer museu destinado a apresentar “outras” culturas se constitui como uma exceção em relação à função usual de um museu: a ambição de retratar um mundo em miniatura requer uma expografia muito específica, na qual a alteridade tensiona com a continuidade, que os museus em geral presumem, entre os visitantes e os objetos que vieram ver. A ambição de constituir um microcosmo, portanto, levanta um problema de legitimidade: quem, entre “nós”, tem legitimidade para assumir a responsabilidade paradoxal de colocar em cena o “Outro”? Mais do que uma simples abordagem sobre a história dos museus, mais do que uma viagem pelos problemas colocados pela Antropologia, o livro de Benoît de l’Estoile (2007) permite encarar de frente tal dificuldade, comum a todas as instituições francesas que se sucederam após a exposição colonial de 1931 (mas não somente). Entregando-se aos prazeres da intertextualidade cinematográfica², para além de ser uma forma de apresentar a questão fundamental da legitimidade (bom gosto contra mau gosto), o título da obra coloca o “gosto” em questão: “por ‘gosto alheio’, entendo as diversas formas de apropriação ‘das coisas dos Outros’, entendidas em um sentido amplo como manifestações da alteridade cultural”³. O gosto, portanto, remete aos modos de apropriação em todos os processos de apropriação, cuja legitimidade se apresenta, imediatamente, de maneira problemática. É sob este ângulo, considerando o problema da legitimidade como uma tensão que atravessa todo o texto, que abordaremos uma obra que demonstra como a alteridade foi construída ao longo de um século, segundo modos diferenciados, colocando em evidência a mais fundamental das questões: “O que significa a distinção entre nós e os outros no mundo em que vivemos?”.

Palavras-chave: Museus etnográficos; Museus antropológicos; Museologia; Etnologia; Exposição museológica.

* Doutor em História da Filosofia pela École Normale Supérieure (Lyon, 2006). Professor do Departamento de Filosofia da PUC-RJ. Email: maxime.rovere@gmail.com

** Pesquisador da University of Warwick, Monash University. Email: ra00200135@pucsp.edu.br

*** Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: marislerca@gmail.com

1 Texto original: ROVÈRE, Maxime. Entre nous et les autres: l’histoire ambivalente des musées ethnographiques.

Critique, Paris : Éditions de Minuit, 2009. p. 336-377.
Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-2009-4-page-336.htm>.

2 “Le Goût des autres” é o título de um filme de Agnès Jaoui, lançado em 2000, que revela através de várias formas de arte os desconfortos da sociedade francesa e a dificuldade de cada personagem em admitir as preferências do outro.

3 N.T.: As citações diretas feitas pelo autor, cujo material fonte está em francês, foram traduzidas diretamente pelos tradutores deste texto.

A originalidade da obra deve-se, inicialmente, a uma escolha metodológica intuitiva. Ao dissociar a história dos museus etnográficos da história dos museus de objetos exóticos, geralmente contadas em conjunto, Benoît de L'Estoile propõe uma nova forma de pensar a evolução, que resultou na abertura do Museu do Quai Branly. Tal escolha intuitiva tem uma dívida com o contexto polêmico que envolveu a construção do novo museu: o destaque conferido a duas profissões (antropólogos *versus* *marchands* de arte), cujo confronto fez surgir a crença em uma alternativa entre ciência e arte, mais precisamente entre uma apresentação de objetos destinada a explicá-los e uma outra a instituí-los como obras de arte. A posição de Benoît de L'Estoile nessa polêmica é clara: ele próprio antropólogo defende a legitimidade da sua disciplina contra a dos *marchands* de arte, fazendo de si e de seus colegas os mais informados e próximos dos autóctones. Dois anos após a inauguração do museu, um ano após a publicação de seu livro⁴, a polêmica se acalmou e agora é possível medir a importância de sua obra sem o calor da troca de faíscas⁵.

A história que vai “da exposição colonial às artes primitivas” é apresentada na forma de uma dupla narrativa: primeiro o autor mostra como os museus de etnologia, adaptados às exigências dos anos 1930, acabaram se tornando obsoletos. Em seguida, ele descreve como o espaço dos discursos sobre a alteridade evoluíram para dar lugar a proposições contemporâneas. Ao mesmo tempo, o autor traz à tona as tensões ativas existentes dentro de um mesmo movimento histórico, de forma que nenhuma das alternativas que surgiram no período entre as guerras seja apresentada de maneira simplificada. No entanto, o principal interesse do livro é mostrar como cada uma delas evoluiu por distorção histórica até se tornar aberrante,

e reunir, a partir dessas análises, os dados necessários à discussão em torno de tais teses: é isso que faz da obra de Benoît de L'Estoile um marco importante da reflexão antropológica sobre a museografia de objetos da África, das Américas e da Oceania.

A primeira parte aborda a vida e a morte da exposição científica. Em certo sentido, ela é uma história de um sucesso que se torna um fracasso: a da identificação de um lugar (o Museu do Homem) e de uma ciência, a etnologia.

Ao abordar a “Exposição Colonial de 1931”, o autor introduz na história da expografia as categorias do ritual, que retoma de Edmund Leach (1968): trata-se de uma ordenação tanto do mundo e da sociedade quanto da exposição de objetos, e de uma formatação da maneira como eles são percebidos. Desse ponto de vista, a exposição foi, inicialmente, um rito de celebração da empreitada colonialista. No entanto, de forma alguma isso prejudica a unidade das representações a ela associadas. Na verdade, coexistem na exposição vários relatos: ela apresenta tanto a diversidade das culturas quanto o projeto de civilização no qual a França está investida. Tal ambivalência beneficiou a associação de etnógrafos e colonizadores: o Marechal Lyautey apontava ser necessário levar em conta as especificidades locais para organizar uma colonização esclarecida, cujo lema deixou de ser o progresso da Civilização e passou a ser o respeito pelas civilizações plurais. Paralelamente, o entusiasmo primitivista no mundo da arte assumiu um discurso evolucionista, invertendo valores – “o que havia sido considerado como “selvageria” passou a ser valorizado como “original ou primordial” (L'Estoile 2007: 43). Seria anacrônico pensar na oposição entre artistas, estetas e colonizadores nesse contexto: ambos os grupos são tanto visitantes quanto financiadores das mesmas exposições. Além disso, “o aspecto pedagógico e o aspecto estético são aqui indissociáveis”, posto que “a *variedade* de objetos funciona como um indicio da *diversidade étnica* das populações” (L'Estoile 2007: 60). Em suma, “a Exposição Colonial define vários Nós entrelaçados” (L'Estoile 2007: 73): é somente dentro de um “nós colonial”, que dá à França uma tarefa civilizatória, que aparecem os

4 N.T.: Cabe lembrar que este artigo foi publicado em 2009, dois anos após o lançamento do livro de Benoît de L'Estoile (2007), mas submetido um ano antes de sua efetiva publicação.

5 N.T.: A expressão original utilizada pelo autor foi: “sans le vacarme des passes d'arme”. Optou-se por traduzir como “sem o calor da troca de faíscas”.

“Outros” que indicam a diversidade racial e a abertura cultural de uma “França maior”. A engenhosidade dessa análise consiste, portanto, em situar a alteridade não fora, mas dentro de uma primeira pessoa (“nós”), cuja alteridade enfatiza a natureza *plural*.

É na esteira dessa exposição que foi criado o Museu do Homem, cuja função Benoît de L’Estoile quis situar historicamente de modo contrário às acusações, por vezes violentas, de curadores de exposições contemporâneas, como Simon Njami (2005). Novamente, várias questões se reúnem em torno dessa instituição que cristaliza um profundo questionamento antropológico (como pensar a diferença entre grupos humanos?) ao mesmo tempo em que exerce uma função de legitimação política. Esses dois aspectos são interdependentes: a importância dos conhecimentos antropológicos está ligada a seu aspecto colonial, razão pela qual são apoiados pelas autoridades públicas. Assim, ao fazer da África um objeto científico digno de interesse, o museu permite que a colonização seja uma questão nacional. Dessa forma, o desenvolvimento da etnologia como uma ciência colonizadora mostra a capacidade de a França assumir responsabilidades universalistas para si. Esse contexto permite sublinhar que é sempre num esforço de diferenciação que se afirma uma identidade: nesse caso, a França afirma seu universalismo colonial para se distinguir dos seus concorrentes, as outras nações colonizadoras.

A ascensão da disciplina etnológica pode, portanto, ser compreendida em relação a duas tensões que surgiram durante a Exposição de 1931: a incerteza sobre as finalidades da colonização (deveria ser uma exploração econômica ou o desenvolvimento de uma política nativa?) e a indeterminação de jurisdição colonial (que conhecimento dos nativos seria necessário esperar de um colonizador?). A essas duas questões, a etnologia dá uma resposta destinada a integrar as especificidades dos “Outros” na constituição do “Nós” colonial. Portanto, “uma formulação em termos de ‘cumplicidade’ da antropologia com o colonialismo é inadequada” (L’Estoile 2007: 98), porque a reivindicação da diferença

é uma postura interna ao universo colonial. Não se pode, portanto, opor o imperialismo ao interesse pelo outro, pois o segundo nasceu, justamente, no cerne do primeiro. Essa observação, justa e convincente, abre, no entanto, outra perspectiva, até então imperceptível, acerca desse fenômeno: ao fazer do homem um “objeto da política”, a etnologia não teria contribuído para dar à colonização uma forma de poder capaz de classificar não apenas raças biológicas, mas também culturas?

À luz desse questionamento, os desdobramentos contemporâneos dessa articulação entre conhecimento e dominação, complexa e móvel, podem ser considerados sob um novo prisma. O interesse pela antropologia nos anos 1970, no contexto inverso de descolonização, pode ser lido como uma necessidade de criar um conhecimento capaz de “acompanhar” as “jovens nações” de forma a perpetuar, no futuro, um vínculo de submissão “pós-colonial”. Mais perto de nós, a geração de antropólogos formada nos anos 1990 (à qual pertencem também os “mochileiros” ou “*back-packers*”, precursores do turismo de massa e grandes promotores de novas tecnologias) não garante, de forma mais ou menos direta, a integração dos “primeiros povos” a uma nova forma de império (o espaço de trocas neoliberais em escala global)? Essas questões permanecem abertas. Mas, de maneira geral, podemos admitir que o interesse científico pelos “Outros”, por ele mesmo estruturar dispositivos de poder, nunca é destituído de consequências práticas. Aliás, como veremos mais adiante, ele não deve ser, se quiser reivindicar alguma legitimidade.

É dessa forma que a conexão entre o museu e a disciplina se consolidou na França com uma força particular: durante a década de 1930, o Museu do Homem se tornou o laboratório que orientava as coletas feitas à distância (privilegiando os objetos “testemunhas” na modalidade de arqueologia científica, mesmo que os estilos de coleta fossem muito diversos) e as pesquisas teóricas que utilizavam os dados armazenados em suas instalações. Nesse sentido, os etnólogos de laboratório consideram que os objetos coletados são, para a sua disciplina, o que os arquivos são para a História, ou seja,

constituem o seu material de investigação. No entanto, esse argumento, restaurado com muita paciência, parece-nos impor uma distância crítica; isso ocorre por duas razões, uma das quais é metodológica e a outra institucional. De fato, a ideia de um laboratório etnográfico poderia ser igualmente interpretada como o produto de uma certa inadequação metodológica associada a uma disciplina em formação.

Ao se basear em documentos e não na observação direta, a etnografia *à française* procurou se modelar na História e na Arqueologia: Benoît de L'Estoile (2007: 114) observa muito corretamente que “a etnografia deve desempenhar o papel de uma história de sociedades sem história”, o que quer dizer sem registros escritos. Essa ideia não é de forma alguma evidente: Malinowski mostrou todas as vantagens que a ciência poderia obter da imersão entre os nativos e a observação direta das práticas. Por que, então, os etnógrafos franceses defendiam que o armazenamento e a exposição de objetos materiais eram uma responsabilidade de sua disciplina? Este é o segundo elemento que suscita desconfiança: os etnólogos se fizeram guardiães dos objetos por razões principalmente institucionais, pois as estruturas museológicas permitiram a emancipação da etnologia fora da esfera naturalista em que nasceu. Foi assim que Paul Rivet teve o Museu de Etnografia anexado à sua cátedra no Museu, em 1928, até que o Museu do Homem conseguisse a fusão completa do museu e do laboratório, fusão essa que tornou a etnologia autônoma. É, portanto, incontestável que o Museu do Homem marcou, na década de 1930, a lua de mel entre a Etnologia e o museu. Mas, longe de admitir que o vínculo entre etnólogos e objetos seja evidente, somos tentados a considerar esse museu-laboratório um fruto de *apropriação* bem-sucedida de objetos por uma disciplina (Etnografia) carente de instituição. Não seria absurdo pensar que esse apego aos objetos, enquanto serve aos interesses materiais da etnologia francesa, não tenha ocorrido sem uma compensação teórica: a cegueira voluntária dos etnólogos para elementos da “modernidade” (sabemos que Lévi-Strauss cuidadosamente evitou incorporar

postes telegráficos em suas fotografias) não elucidaria se eles estavam preocupados em fornecer objetos e imagens que pudessem ser usados como documentos sobre o Outro (e nada além do que o Outro)? Nessa hipótese, a Etnologia teria pagado com excessiva essencialização das culturas a sua legitimação institucional.

No entanto, essa qualificação científica teve necessariamente que andar de mãos dadas com a oposição ao esteticismo? Com precisão, Benoît de L'Estoile mostra que o antiesteticismo exibido por G.-H. Rivière, diretor do Museu do Homem, baseava-se na convicção de que a apreciação do objeto depende da sua compreensão, que pressupõe ela mesma uma contextualização etnográfica. No entanto, esse antiesteticismo proclamado nunca impediu os preconceitos estéticos das exposições. Sem explicitá-la, as análises do autor sugerem uma relação entre essa oposição de princípio ao ponto de vista estetizante e a rivalidade no campo entre os coletores (etnólogos *versus* *marchands*).

A oposição entre cientificidade e estética poderia, assim, ser entendida como um esforço dos etnólogos para retirar toda a legitimidade da atividade comercial. À luz disso, torna-se previsível que a pressão de outro concorrente (o Museu de Artes Africanas e Oceânicas, que é estetizante sem ser comercial) levaria o Museu do Homem a redefinir sua posição na década de 1960. Benoît de L'Estoile mostra como, ao longo do tempo, a museografia científica acabou por renunciar a si mesma: em 1992, a renovação dos salões dedicados à América se destacou por uma expografia na qual a ambição classificatória é abandonada em favor de um mimetismo que deve mais a Tintin⁶ do que às realidades etnográficas. A representação da alteridade promovida pelo Museu do Homem, nascida de uma seleção das qualidades do Outro, tornou-se, então, a caricatura de uma alteridade radical e fantasmagórica, falhando em acompanhar

6 N.T.: Personagem fictício criado pelo desenhista belga Hergé. O personagem era um grande viajante, com aventuras pelo Congo Belga, Índia, Egito, China, Tibete e Peru. Hoje são feitas críticas ao caráter colonialista do personagem, pois ele é tido como uma personificação da ideia do bom colonizador, construído a partir do contraste com estereótipos daqueles colonizados.

as transformações de um “Outro” cada vez mais moderno.

No final desse percurso, a museografia antropológica perdeu sua legitimidade. Por quê? Segundo Benoit de L’Estoile, ao reclamar o termo Antropologia em vez de Etnologia, Lévi-Strauss afastou a disciplina dos objetos materiais e definitivamente deslocou seu centro de gravidade para fenômenos imateriais. Mas também se pode defender que, uma vez desaparecida a pressão que exigia legitimar a institucionalização da disciplina por meio de objetos, os cientistas os deixaram de lado, ou sob os cuidados daqueles cujo trabalho é a conservação e exposição de objetos (curadores de museus): duas opções que o Museu do Homem e o Museu de Artes Africanas e Oceânicas incorporaram simultaneamente.

Uma vez que a ciência foi destituída de sua legitimidade para lidar com os objetos, do que dispomos para substituí-la? Na segunda parte do livro, B. de L’Estoile se empenha em retrair a filiação de uma expografia não científica de alteridade.

O autor começa com uma perspectiva admirável das emoções sentidas por Dürer, em 27 de agosto de 1520, diante das “coisas” enviadas a Carlos V por Cortés⁷: “a exposição de troféus de conquista e dos grandes feitos dos príncipes conduz à História; do encantamento à curiosidade, antecessora da história natural e da etnografia; e, finalmente, da emoção estética às artes plásticas” (L’Estoile 2017: 212). Aqui, o acontecimento serve, portanto, como um mito de origem, a partir do qual a história pode tomar diversos caminhos. A partir daí, Benoit de L’Estoile mostra que o evolucionismo quis integrar os “selvagens” como nossos ancestrais, a fim de aplicar a eles o elo de filiação que nos liga à Grécia e à Roma. Em sua continuação, o “primitivismo” estreitou esse elo afirmando o valor estético dessas obras. A respeito disso, a análise do primitivismo destaca dois pontos importantes. De um lado, os defensores da

“Arte Negra” não ocupam uma posição mais humanista do que seus contemporâneos: compartilham seus preconceitos evolucionistas. Do outro, o primitivismo é entendido menos como uma “influência formal” de objetos não ocidentais sobre a arte europeia, do que como “uma projeção mítica que permite uma redefinição do Nós” (L’Estoile 2017: 238).

Mas, dessa vez, o autor não se reconhece completamente nessa comunidade: “trata-se de um mito fundador da arte moderna, e também de um mito de legitimação de colecionadores e de museus que a herdaram” (L’Estoile 2017: 225). Nesse sentido, embora os etnólogos da década de 1960 ainda sejam considerados especialistas em arte primitiva, os anos 1970 viram a sua integração à história da arte, o que desloca a legitimidade do discurso para conhecedores que não são etnólogos. Sua museografia retoma os códigos de valorização do mercado.

Então os objetos passam do estatuto de objetos-testemunhas ao de obras de arte: essa recategorização é entendida como uma querela entre especialistas, na qual se dá “a expropriação dos etnólogos para fora da arte primitiva” (L’Estoile 2017: 254). Nesse debate, os argumentos têm uma função ofensiva que nem sempre se preocupa com a coerência. Muito convincente, Benoit de L’Estoile tem razão em notar que as “Artes Primitivas” são uma construção polêmica vazia, destinada apenas a combater a Antropologia (L’Estoile 2017: 249); razão ainda para recorrer à ideia de Bourdieu (*apud* L’Estoile 2017: 274) de que “a recusa do aparato explicativo na museografia é marca do elitismo” próprio da cultura dominante. Mas ao abordar, no Capítulo VII dedicado às “Artes Primitivas”, o conflito de legitimação entre antropólogos e *marchands*, Benoit de L’Estoile parece temporariamente ignorar que esse conflito permite ocultar a questão do direito dos Outros. Na realidade, como mostrado no Capítulo X, o desafio não é determinar qual conhecimento é melhor, mas, sim, quais são as relações de poder que fundamentam a apropriação de objetos. Isso significa que a principal dificuldade do mundo pós-colonial reside precisamente na dissociação entre o conhecimento (tanto do especialista quanto do

7 N.T.: Hernán Cortés de Monroy y Pizarro Altamirano, 1º Marquês do Vale de Oaxaca, foi um conquistador espanhol, conhecido por ter destruído o Império Asteca de Moctezuma II e conquistado o centro do atual território do México para a Espanha.

antropólogo) e o poder econômico e político para influenciar o destino das pessoas e, apenas por extensão, das “culturas”.

Em suma, pode-se argumentar que é precisamente por ter sido dissociada da colonização que a Antropologia passou por uma crise de legitimidade, porque ela se tornou impotente. Ela não pode monopolizar o discurso *sobre* os outros enquanto ela não se engajar mais, como no passado, em ações *com* os outros. Ao mesmo tempo, a integração de objetos no mundo da arte sinaliza a continuação do neocolonialismo de uma forma própria à era contemporânea: intercâmbios econômicos cada vez mais intensos e cada vez menos equilibrados garantem uma igualdade cultural de princípios destinada a legitimar o livre comércio. Desse ponto de vista, os *marchands* de hoje cumprem, paradoxalmente, a função dos etnólogos de ontem: eles estruturam os dispositivos de poder, mas a relação de dominação se tornou caricaturada. Assim, conforme o processo de legitimação se desloca, novas questões emergem, nas quais as colaborações são indispensáveis. É precisamente nesse contexto, que envolve uma necessária reconfiguração das instituições, que o Museu do Quai Branly foi formado. No entanto, onde demonstrou uma grande generosidade intelectual a respeito do ritual colonial, de partida, o autor parece considerar perdida uma batalha ainda inacabada quando ele escreve. Sem dúvida, os posicionamentos de Germain Viatte, então diretor de coleções, eram indefensáveis. Mas por que aquilo que é dito sobre a Exposição Colonial (irredutível a uma mensagem unívoca, objeto de várias leituras) não se aplica ao Quai Branly? Por que a função do mito fundador desse museu não é descrita com a mesma benevolência que o ritual de 1931? Sem dúvida, o autor carece de distância histórica. No entanto, não há nada que impeça a revelação daquilo que o presente reserva para o futuro. Um exemplo pode ser suficiente: em sua homenagem a Jacques Kerchache, o *marchand* de arte que inspirou diretamente as orientações do museu, Jacques Chirac evoca “este grande sonho que, depois de Apollinaire, André Malraux, André Breton, Claude Lévi-Strauss [...], Jacques Kerchache, nos foi herdado:

o sonho de uma colaboração das culturas [...]” (L’Estoile 2017: 251). Esse discurso, como qualquer discurso funerário, é heroico.

Mas, referindo-se à “colaboração entre culturas”, o presidente faz um duplo gesto: por um lado, transforma a história (J. Kerchache foi preso no Gabão em 1961 por exportar ilegalmente relíquias: faz parte da tradição dos saqueadores e não da dos colaboradores); por outro lado, essa reviravolta histórica pretende promover, no futuro, uma nova forma de relacionamento, ainda por definir, mas generosa em princípio. Como ler tal discurso? Se a verdade histórica deve ser restaurada, também é importante medir essa generosidade pelos seus efeitos. Contudo, a ausência de um “projeto alternativo” às chamadas “Artes Primitivas” (L’Estoile 2017: 252) não deve ser notada com ironia, mas deve inspirar ao mesmo tempo esperança e vigilância: a ideia de um museu sem nome sugere uma estrutura definitivamente a ser definida – solução que não tem nada de absurda.

Assim, as páginas dedicadas ao projeto do Quai Branly se inscrevem menos no *ethos* cortês que une a república dos especialistas do que naquele da polêmica cujos vestígios elas guardam. No entanto, ao destacar as numerosas proposições que permitem superar a noção de “Artes Primitivas”, o autor mostra como os debates podem se alimentar de felizes precedentes (ainda que também problemáticos) e considerar perspectivas que efetivamente deslocam as linhas de partilha. Enquanto examina a questão legal da propriedade dos objetos, ele ainda formula propostas interessantes sobre propriedade intelectual. Enfim, a segunda parte do livro sugere que a legitimidade do antropólogo não se baseia mais em sua representatividade (ele não pode pretender falar pelas culturas em questão), nem em sua reflexividade (uma forma de desprendimento científico que Lévi-Strauss (1983) chamou de “olhar distanciado”). Para compensar o fim do vínculo colonial, surgiu uma nova geração de pesquisadores, cuja legitimidade se baseia menos em uma definição disciplinar do que em sua capacidade de se tornarem parceiros em projetos concebidos com os membros das comunidades envolvidas.

Para prolongar essas observações, parece que a redistribuição da legitimidade agora envolve considerar um direito à fala tanto interno quanto externo a diferentes sistemas jurídicos: o discurso do antropólogo *a propósito dos povos indígenas* só é legítimo se também o for *entre os indígenas*, o que pressupõe processos de legitimação em que os próprios indígenas detêm as regras. Nossa época pode exigir que a “construção intelectual” da ciência se beneficie de uma dupla fundação, o que permitiria tanto equilibrar a relação de poder-saber entre “eles” e “nós” quanto descrever fielmente o funcionamento de culturas que não podem ser congeladas: falar sobre elas é sempre participar de sua elaboração. Esses novos modos de legitimação podem ratificar o reconhecimento de direitos clânicos, ao mesmo tempo que impõem aos representantes das culturas atuais que submetam suas reivindicações

de herança a processos de legitimação que são eles próprios bilaterais (internos e externos ao seu sistema jurídico).

Ler a obra de Benoît de l’Estoile deixa a impressão de que o paradigma do especialista deixou de ser uma resposta à questão do que fazer com os objetos do Outro. Pois, na realidade, nunca houve um saber sobre o outro que fosse independente de práticas que poderiam ser chamadas de “desalterização”, destinadas não só a saciar a curiosidade por meio do conhecimento, mas também a desconstruir a representação do outro como Outro, para compartilhar e construir uma “comunidade”. Nesse sentido, toda a narrativa proposta pelo livro mereceria ser invertida: o caminho que ele descreve é também a história da difícil constituição de um “Nós” em que a pluralidade se oferece como espelho para si mesma.

ROVÈRE, M. Among us and others: the ambivalent history of ethnography museums.
R. Museu Arq. Etn. 42: 220-227, 2024.

Abstract: Any museum aimed at presenting ‘other’ cultures constitutes an exception to the usual function of a museum: the ambition to portray a world in miniature requires a very specific exhibition approach, in which otherness is in tension with the continuity that museums generally assume exists between the visitors and the objects they have come to see. The ambition to create a microcosm, therefore, raises a problem of legitimacy: who among ‘us’ has the legitimacy to take on the paradoxical responsibility of staging the ‘Other’? More than just an approach to the history of museums, more than a journey through the issues posed by Anthropology, Benoît de l’Estoile’s book (2007) allows us to confront this difficulty head-on, a challenge common to all French institutions that followed the colonial exhibition of 1931 (but not only those). By indulging in the pleasures of cinematic intertextuality, beyond simply presenting the fundamental question of legitimacy (good taste versus bad taste), the title of the work brings ‘taste’ into question: ‘by “others’ taste”, I mean the various forms of appropriation of “the things of Others,” understood broadly as manifestations of cultural otherness’. Taste, therefore, refers to modes of appropriation in all processes of appropriation, whose legitimacy immediately presents itself as problematic. It is from this perspective, considering the problem of legitimacy as a tension running through the entire text, that we approach a work that demonstrates how otherness was constructed over a century, through differentiated modes, highlighting the most fundamental of questions: ‘What does the distinction between us and others mean in the world we live in?’

Keywords: Ethnography museums; Anthropology museums; Museology; Ethnology; Museum exhibition

Referências Bibliográficas

L'ESTOILE, B. 2007. *Le Goûte des Autres*.
Flammarion, Paris.

LEVI-STRAUSS, C. 1983. *Le Regard éloigné*. Plon,
Paris.

LEACH, E. 1968. Ritual. *International Encyclopedia of
the Social Sciences* 13: 520-526.

NJAMI, S. 2005. *Africa remix, l'art contemporain d'un
continent*. Centre Pompidou, Paris.

Resenha de Bauer, L.; Borges, V. T. (Orgs.). 2018.
História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações.
Letras e Voz, São Paulo. 176 pp

Rodrigo Nogueira Martins*

MARTINS, R. N. Resenha de Bauer, L.; Borges, V. T. (Orgs.). 2018. *História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações*. Letras e Voz, São Paulo. 176 pp.
R. Museu Arq. Etn. 42: 228-233, 2024.

O livro *História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações* (2018) apresenta textos de diversos autores, reunidos e organizados por Leticia Bauer e Viviane Trindade Borges. No capítulo introdutório, intitulado “Acervos de história oral: Um patrimônio silencioso”, Luciana Heymann e Verena Alberti oferecem uma visão geral sobre a importância dos acervos de história oral como um patrimônio cultural valioso.

Desde o século XX, o uso da história oral como uma abordagem de pesquisa e preservação tem se mostrado cada vez mais relevante. Por meio da coleta e preservação de histórias de pessoas comuns, a história oral tem o poder de resgatar memórias individuais e coletivas que, muitas vezes, são esquecidas ou ignoradas pela historiografia tradicional.

As autoras destacam a importância desses acervos de história oral como ferramentas fundamentais para a preservação da memória e a construção de identidades. Ao dar voz às pessoas que geralmente não têm acesso aos registros históricos, esses arquivos orais proporcionam uma representação mais inclusiva da história. Além disso, eles contribuem para a compreensão e valorização

da diversidade cultural de uma determinada comunidade ou sociedade.

No entanto, apontam para o fato de que muitos desses acervos ainda são negligenciados e subvalorizados. Muitas vezes, eles não recebem a devida atenção das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, as autoras destacam a importância de se criarem políticas públicas e estratégias de preservação que enfatizem a valorização e o acesso a esses acervos.

Ademais, também abordam as transformações ocorridas nos últimos anos em relação à preservação da história oral. Com o advento das tecnologias digitais, a forma de coletar, armazenar e acessar essas histórias mudou significativamente. Agora, é possível utilizar recursos como a Internet e o armazenamento digital para garantir que esses acervos sejam mais facilmente compartilhados e disponibilizados para o público em geral.

Nesse sentido, o primeiro capítulo do livro de Bauer e Borges, escrito por Heymann e Alberti, oferece uma introdução abrangente e esclarecedora sobre a importância dos acervos de história oral como um patrimônio cultural valioso. As autoras conseguem transmitir a relevância desses arquivos orais na preservação da memória e na construção de identidades, ao mesmo tempo em que ressaltam a necessidade de políticas públicas e estratégias de preservação efetivas.

O segundo capítulo do livro, escrito por Leticia Bauer e Viviane Trindade Borges,

* Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)/CAPES (2023). Mestrando em Arqueologia pelo Museu Nacional (MN)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vencedor da Bolsa-Prêmio FAPERJ Nota 10, por Excelência Acadêmica, em 2024. E-mail: rodrygovirtual@hotmail.com.

tem como título “Outras memórias, outros patrimônios: limites e possibilidades de fazer com e para os sujeitos envolvidos”. Nesse capítulo, as autoras exploram as implicações e os desafios envolvidos na coleta e preservação de histórias individuais e coletivas.

Bauer e Borges destacam a importância de considerar a diversidade de experiências, memórias e patrimônios presentes em uma determinada comunidade ou sociedade. Ao coletar histórias orais, é fundamental levar em consideração as diferentes perspectivas e vivências dos sujeitos envolvidos, evitando uma abordagem centrada apenas em narrativas hegemônicas e dominantes. Isso significa valorizar e dar espaço para as vozes marginalizadas e subalternizadas, que muitas vezes são excluídas da história oficial.

A abordagem colaborativa é enfatizada pelas autoras, destacando a importância de trabalhar com e para os sujeitos envolvidos na coleta de histórias orais. Isso implica em estabelecer parcerias e diálogos com as comunidades locais, de forma a garantir que suas memórias e patrimônios sejam preservados de acordo com suas próprias perspectivas e necessidades. É essencial que os sujeitos envolvidos sejam considerados como agentes ativos nesse processo, participando da definição dos objetivos, métodos e usos dos acervos de história oral.

No entanto, elas também apontam para os desafios e limitações dessa abordagem participativa. A falta de recursos financeiros, técnicos e políticos muitas vezes dificulta a realização de projetos de história oral de maneira colaborativa e inclusiva. Além disso, questões éticas, como o consentimento informado e a confidencialidade das informações coletadas, devem ser cuidadosamente consideradas para evitar a exploração ou violação dos sujeitos envolvidos.

Ao longo do capítulo, são fornecidos exemplos e reflexões sobre projetos de história oral que buscaram superar esses desafios e colocar em prática uma abordagem colaborativa. Ao considerar as diferentes memórias e patrimônios presentes em uma comunidade, esses projetos têm o potencial de promover

inclusão, empoderamento e valorização das vozes e experiências dos sujeitos envolvidos.

Em resumo, o segundo capítulo do livro aborda, de forma abrangente e reflexiva, as implicações e os desafios da coleta e preservação de histórias orais. Destacando a importância de se considerar a diversidade de experiências e perspectivas, as autoras enfatizam a necessidade de uma abordagem colaborativa, que envolva os sujeitos como agentes ativos nesse processo.

O terceiro capítulo, intitulado “História oral, memória e patrimônio LGBT: narrativas silenciadas e ativistas em uma favela carioca” e elaborado por Jean Baptista e Tony Boita, aborda uma importante questão: como a história oral pode contribuir para valorizar as narrativas e memórias LGBT presentes em comunidades marginalizadas, como uma favela no Rio de Janeiro.

Nesse capítulo, Baptista e Boita exploram a trajetória de um projeto de história oral que teve como objetivo registrar e preservar as memórias de ativistas LGBT que vivem em uma favela carioca. Eles destacam a importância de dar voz a uma comunidade que frequentemente é ignorada ou estigmatizada, reconhecendo o valor de suas experiências e lutas.

O capítulo evidencia a centralidade da memória como forma de resistência e reivindicação da identidade e dos direitos LGBT. Os autores enfatizam que as narrativas orais coletadas permitem o reconhecimento e a valorização da história desses ativistas, ao mesmo tempo em que reforçam a importância de seus esforços para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Em sua análise, os autores também apontam para os desafios enfrentados durante o processo de coleta e registro dessas narrativas. Questões como o medo da exposição e de possíveis retaliações, bem como as dificuldades em localizar e acessar os sujeitos envolvidos, são discutidas de forma sensível e crítica.

No entanto, apesar dos desafios, o projeto de história oral se mostra como uma ferramenta eficaz para fortalecer a memória e identidade LGBT na favela carioca. As narrativas coletadas não apenas enriquecem o acervo histórico da comunidade, mas também servem como um

reflexo vivo de desafios e conquistas vivenciados pelos ativistas LGBT, contribuindo para a luta contra a invisibilidade e o preconceito.

Ao final do capítulo, é destacada por Baptista e Boita a importância de se continuar apoiando e incentivando projetos de história oral que valorizem e preservem as narrativas e memórias LGBT nas comunidades marginalizadas. Afinal, essa abordagem colaborativa e inclusiva é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa.

Em suma, o terceiro capítulo aborda a relevância da história oral para a preservação e valorização das narrativas e memórias LGBT em uma favela carioca. Por meio de um projeto de história oral, as autoras destacam a importância de dar voz aos ativistas LGBT e reconhecer sua luta por igualdade e inclusão. Apesar dos desafios enfrentados, a coleta e o registro dessas narrativas contribuem para fortalecer a memória e identidade LGBT na comunidade, reforçando a importância de projetos colaborativos e inclusivos para promover a justiça social.

No quarto capítulo do livro, denominado “Narrativas documentárias em asilos coloniais paulistas: patrimonialização e memória”, a autora Gabriela Lopes Batista aborda a importância das narrativas documentais na preservação da memória dos asilos coloniais em São Paulo.

A autora explora a história dos asilos coloniais, instituições criadas no século XIX para abrigar pessoas marginalizadas socialmente, como idosos, órfãos e pessoas com deficiência. Essas instituições representam uma parte da história social e assistencial do estado de São Paulo, mas suas histórias e memórias são muitas vezes negligenciadas.

Nesse capítulo, a autora destaca a relevância de se preservar as narrativas documentais dos asilos coloniais, como registros administrativos, fotografias e documentos escritos. Essas fontes primárias são veículos valiosos de informação e podem ajudar a reconstruir a história das instituições e das vidas das pessoas ali abrigadas.

Batista discute sobre as complexidades da patrimonialização desses asilos coloniais,

abordando as dificuldades enfrentadas na identificação, catalogação e valorização desses materiais documentais. Ela também destaca a importância de se envolver a comunidade na preservação dessas memórias, buscando o engajamento e a participação ativa das pessoas interessadas.

Além disso, enfatiza a necessidade de se humanizar a memória dessas instituições, ou seja, não apenas tratar os asilos como meras estruturas físicas, mas sim como espaços que abrigaram e impactaram a vida de muitas pessoas. As narrativas documentais desempenham um papel crucial nesse processo de humanização, permitindo que as histórias individuais dos moradores dos asilos sejam contadas e valorizadas.

Ao final do capítulo, a autora ressalta a importância de se continuar pesquisando e preservando as memórias dos asilos coloniais paulistas, reconhecendo que essas histórias e experiências são parte integrante do patrimônio cultural do estado de São Paulo. Batista argumenta que a preservação dessas memórias não se trata apenas de proteger um legado histórico, mas também de promover uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua história social.

Abreviadamente, o quarto capítulo da obra debate sobre a importância das narrativas documentais na preservação da memória dos asilos coloniais paulistas. A autora destaca as dificuldades e complexidades da patrimonialização dessas instituições, bem como enfatiza a necessidade de se humanizar essas memórias, reconhecendo e valorizando as histórias individuais das pessoas abrigadas nos asilos. A preservação dessas memórias contribui para uma compreensão mais ampla da história social e assistencial de São Paulo, promovendo uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua história.

No quinto capítulo, batizado como “Museus e narrativas do sofrimento: reflexões sobre os limites do divisível”, as autoras Juliane Conceição Primont Serres e Maria Leticia Mazzuchi abordam temas sensíveis relacionados à representação do sofrimento em espaços museais.

O capítulo se inicia proporcionando uma reflexão sobre o papel dos museus na sociedade contemporânea, como espaços que não apenas preservam e exibem objetos, mas também contam histórias e moldam narrativas sobre o passado. No entanto, fica nítido que as autoras ressaltam que a representação do sofrimento em museus é uma questão complexa, que traz consigo dilemas éticos e desafios interpretativos.

Uma das principais questões abordadas nesse capítulo é a tensão entre a necessidade de expor o sofrimento humano para conscientização e memória coletiva, e o risco de espetacularização e banalização desse sofrimento. Serres e Mazzuchi discutem diversos exemplos de exposições em museus que abordam temas como genocídios, escravidão, guerras e violências, destacando como o sofrimento humano é representado e mediado nesses contextos.

Além disso, questionam os limites do divisível no que diz respeito à narrativa do sofrimento, refletindo sobre a capacidade dos museus de compreensão e representação adequadas da complexidade das experiências humanas de dor e trauma, e sobre como a seleção e apresentação dos objetos e documentos podem afetar a forma como o sofrimento é percebido e compreendido pelo público.

Outro ponto importante abordado é a importância da colaboração e do envolvimento das comunidades afetadas pelo sofrimento na produção e curadoria das exposições. Ambas destacam a necessidade de ouvir e incluir diferentes perspectivas e vozes na construção das narrativas do sofrimento, evitando, assim, a perpetuação de visões unilaterais e simplistas.

No final do capítulo, as autoras concluem que a representação do sofrimento em museus é um desafio contínuo e complexo, exigindo sensibilidade, reflexão crítica e diálogo constante. Elas enfatizam a importância de se promover uma abordagem ética e responsável na exposição do sofrimento humano, levando em consideração os contextos históricos, sociais e culturais específicos.

Logo, o quinto capítulo aborda a questão da representação do sofrimento em museus. As autoras trazem reflexões sobre os dilemas

éticos e interpretativos envolvidos nesse processo, destacando a necessidade de evitar a espetacularização e banalização do sofrimento. Também destacam a importância da inclusão das vozes das comunidades afetadas na construção das narrativas, e do entendimento dos limites do que pode ser expresso e compreendido. No geral, o capítulo nos convida a refletir sobre como os museus podem lidar de forma ética e sensível com temas sensíveis e dolorosos da história humana.

O sexto capítulo da obra, intitulado “Entre bordados, costuras e tambores: A oralidade nos maracatus-nação do Recife, Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e a história oral nos inventários do patrimônio imaterial”, aborda a presença da oralidade nos maracatus-nação do Recife, em Pernambuco, e propõe reflexões sobre o trabalho de campo e a história oral nos inventários do patrimônio imaterial.

A autora, Isabel Cristina Martins Guillen, inicia o capítulo introduzindo o contexto dos maracatus-nação, manifestação cultural afro-brasileira que combina elementos da música, dança e religiosidade. Ela destaca a importância da oralidade nessa expressão artística, ressaltando a transmissão de conhecimentos, tradições e histórias por meio da palavra falada, dos bordados e dos tambores.

Em seguida, discute a metodologia do trabalho de campo e a utilização da história oral nos inventários do patrimônio imaterial. Ela aponta para a necessidade de se adotar uma postura respeitosa e sensível ao entrar em contato com as comunidades e tradições, sendo fundamental ouvir atentamente as narrativas dos mestres e dos membros dos maracatus-nação.

Guillen compartilha breves relatos de suas experiências de trabalho de campo, destacando a importância de se estabelecerem vínculos de confiança e respeito com os entrevistados. Ela enfatiza a importância de abordar as narrativas orais sem impor interpretações pré-concebidas, permitindo que os próprios membros das comunidades tenham o poder de contar suas histórias e significados.

Além disso, levanta questões sobre a forma como as narrativas orais estão presentes

nos inventários do patrimônio imaterial. Ela observa que, muitas vezes, esses registros tendem a privilegiar a documentação escrita em detrimento das narrativas orais, o que representa uma redução das vozes e da riqueza do patrimônio imaterial.

Ao longo do capítulo, Guillen traz reflexões sobre a importância de valorizar a oralidade nos processos de inventário e salvaguarda do patrimônio imaterial, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de uma abordagem respeitosa e colaborativa com as comunidades detentoras dessas tradições.

Em conclusão, o sexto capítulo do livro destaca a importância da oralidade nos maracatus-nação do Recife, em Pernambuco, e propõe reflexões sobre o trabalho de campo e a história oral nos inventários do patrimônio imaterial. A autora enfatiza a necessidade de se estabelecerem relações de confiança e respeito com as comunidades e valorizar as narrativas orais como forma de preservar a diversidade cultural. As reflexões apresentadas contribuem para uma abordagem mais completa e inclusiva dos processos de inventário e salvaguarda do patrimônio imaterial.

O último capítulo do livro *História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações*, intitulado “A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural”, escrito por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, aborda de maneira profunda e reflexiva a relação entre patrimônio histórico e cultural e a melancolia que muitas vezes acompanha esse processo.

O autor inicia o capítulo apresentando o conceito de melancolia e sua ligação com o patrimônio. Ele discorre sobre como a preservação de objetos, monumentos e espaços carrega consigo uma sensação de nostalgia e perda, decorrente do reconhecimento de que o passado é irreversível e nunca mais voltará.

Em seguida, o autor explora algumas reflexões sobre como a experiência da melancolia está relacionada à noção de patrimônio. Ele argumenta que o patrimônio cultural é, em essência, uma forma de preservar memórias, tradições e identidades coletivas que estão ameaçadas de extinção ou transformação.

No entanto, essa preservação muitas vezes desencadeia a melancolia, pois implica reconhecer a perda e a transitoriedade da vida.

O autor também discute o papel dos objetos no contexto do patrimônio histórico e cultural. Ele observa que os objetos físicos têm o poder de evocar memórias e emoções, mas também podem reforçar a melancolia ao serem separados de seus contextos originais e colocados em museus ou exposições, perdendo sua função e significado iniciais.

Além disso, analisa como a melancolia pode influenciar os processos de preservação e valorização do patrimônio. Ele destaca que esse sentimento pode gerar uma visão idealizada do passado, dificultando a compreensão das mudanças históricas e da diversidade cultural. Isso pode levar a um patrimônio estático e imutável, que não reflete plenamente a realidade e as narrativas daqueles que integram a comunidade.

O capítulo termina com uma reflexão sobre a importância de se abordar o tema do patrimônio histórico e cultural de maneira crítica e sensível. O autor ressalta a necessidade de reconhecimento não apenas da melancolia associada ao patrimônio, mas também da resistência, resiliência e possibilidade de transformação que podem emergir desse processo.

No geral, o capítulo “A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural” oferece uma análise profunda e provocativa sobre a relação entre patrimônio e melancolia, tendo como destaque a importância de se reconhecer e enfrentar o sentimento como parte do patrimônio, ao mesmo tempo em que critica uma visão idealizada do passado. Essa reflexão contribui para uma compreensão mais completa e crítica dos processos de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

Após esse detalhamento capitular, entendemos que *História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações* (2018) trata-se de uma obra de extrema importância no contexto da preservação e valorização do patrimônio cultural. Escrito de forma abrangente e reflexiva, o livro aborda, de maneira crítica, as

potencialidades e transformações do patrimônio cultural ao longo do tempo.

Uma das principais contribuições da obra está na análise profunda das concepções históricas e sociais sobre o patrimônio cultural. As organizadoras exploram as diferentes formas de se perceber o patrimônio ao longo dos séculos, desde as noções românticas de preservação até as abordagens contemporâneas que enfatizam a participação da comunidade e a valorização da diversidade cultural.

Também propiciam destaque para as potencialidades intrínsecas ao patrimônio cultural, e ressaltam como ele pode servir não apenas como um testemunho do passado, mas também como catalisador para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Tais potencialidades são apresentadas por meio de estudos de caso e exemplos concretos, pois são apresentadas diversas iniciativas que aproveitam o patrimônio cultural como uma ferramenta para o turismo, o empreendedorismo e a revitalização urbana.

Além disso, a obra também aborda as transformações do patrimônio cultural ao longo do tempo. Os coautores destacam a necessidade de se repensar constantemente as políticas

de preservação, levando em consideração as transformações sociais, tecnológicas e econômicas. Afinal, o patrimônio cultural não é estático, mas sim um campo dinâmico que demanda uma abordagem flexível e adaptativa.

No entanto, uma possível crítica a ser feita à obra é a falta de uma análise mais aprofundada das questões políticas e econômicas envolvidas na preservação do patrimônio cultural. Os coautores abordam brevemente esses aspectos, mas seria interessante uma análise mais abrangente dos desafios enfrentados pelos governos e instituições na busca pela preservação e valorização do patrimônio.

No geral, *História Oral e Patrimônio Cultural: Potencialidades e transformações* (2018) é uma obra que traz reflexões importantes sobre o tema do patrimônio cultural. Apesar de algumas limitações, o livro proporciona uma visão abrangente e crítica sobre as diferentes dimensões e desafios que envolvem a preservação e a transformação do patrimônio cultural. É uma leitura recomendada tanto para estudiosos e profissionais da área, como para aqueles que se interessam pela diversidade cultural e pelo papel do patrimônio na sociedade contemporânea.